



# A MODERNIZAÇÃO, PROBLEMA CULTURAL LUSO-BRASILEIRO:

UM ESTUDO EM TORNO DA  
*REVISTA DE PORTUGAL* (1889-1892)

*Adriana Mello Guimarães*

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do Grau de Doutor em Literatura

ORIENTAÇÃO: *Professora Doutora Ana Luísa Vilela*  
CO-ORIENTAÇÃO: *Prof. Doutor Luiz Alberto Cerqueira*  
(*Universidade Federal Do Rio de Janeiro- Brasil*)

ÉVORA, SETEMBRO DE 2014



## **Agradecimentos**

À Professora Doutora Ana Luísa Vilela pelas sugestões, pelo apoio e pela disponibilidade que sempre me dispensou.

Ao Professor Doutor Luiz Alberto Cerqueira, pelo profissionalismo e seriedade com que acompanhou todo o processo de produção desta tese.

À minha família, em especial à minha mãe, Maria Inez Mello Guimarães; sem ela esta reflexão não teria sido possível.

## Resumo

Numa perspectiva ampla, nos propomos investigar o significado de Eça de Queirós no âmbito da relação literária luso-brasileira e, desse ponto de vista, queremos ressaltar o seu papel, às vezes esquecido, como jornalista preocupado com a modernização cultural, considerando especialmente a sua atuação à frente da *Revista de Portugal* (1889-1892).

Assumimos como premissa, referida ao conceito de modernização, que a *Revista de Portugal* foi criada não só como um espaço de receção de ideias novas que na época circulavam nos grandes centros culturais da Europa, dentre as quais se destacava Paris, mas também como veículo de divulgação dessas ideias, uma vez que tanto em Portugal como no Brasil a elite intelectual, constituída essencialmente por letrados que frequentavam e admiravam a vida civilizada europeia, estava convencida de que o desenvolvimento mental e emocional em seus países, naquele momento, dependia da receção, em Português, de ideias concebidas em língua estrangeira, e não apenas de causas imanentes à cultura nacional.

**Palavras-chave:** Eça de Queirós, *Revista de Portugal*, Modernização cultural, Relação luso-brasileira.

**Modernization, a Luso-Brazilian cultural problem:  
A study about *Revista de Portugal* magazine (1889-1892)**

**Abstract**

In a wide perspective, we propose to investigate the meaning of Eça de Queirós within the Luso-Brazilian literary relationship, and from this point of view we intend to emphasize his role, sometimes forgotten, as a journalist concerned with cultural modernization, especially considering his performance ahead of the magazine *Revista de Portugal* (1889-1892).

We assume as a premise, which refers to our concept of modernization, that the magazine *Revista de Portugal* was created not only as a space for reception of new ideas, that were circulating at the time in the great cultural centers of Europe, among which Paris stood out, but also as a vehicle for dissemination of these ideas, since both in Portugal and in Brazil the intellectual elite, consisting mainly of literary men who frequented and admired European civilized life, was convinced that the mental and emotional development in their countries depended on the reception, in Portuguese, of ideas from abroad, and not only from causes belonging to the national culture.

**Key Words:** Eça de Queirós, *Revista de Portugal*, Cultural modernization, Luso-Brazilian relationship.

## Índice

Introdução.....	6
1. A ideia de modernização e a <i>Revista de Portugal</i> .....	11
1.1. A razão que afronta a tradição .....	12
1.2. A modernização em língua portuguesa.....	16
1.2.1. A reforma dos estudos .....	18
1.3. A <i>Revista de Portugal</i> e a mentalidade oitocentista .....	24
1.3.1. Notas sobre o clima mental finissecular .....	26
1.4. A sedução francesa .....	30
2. Eça de Queirós e a <i>Revista de Portugal</i> .....	39
2.1. Jornalismo e literatura: a realidade vista pelo monóculo de Eça.....	40
2.2. Breve percurso jornalístico .....	51
2.3. Eça e a <i>Revista de Portugal</i> .....	54
2.3.1. A produção da revista: análise do conteúdo, questões e colaboradores .....	57
2.3.2. A colaboração de Eça na <i>Revista de Portugal</i> .....	73
2.3.3. Indícios de modernização nos textos queirosianos da <i>Revista de Portugal</i> .....	81
2.4. A sagração do espólio .....	85
3. Caracterização das ideias dos principais colaboradores da <i>Revista de Portugal</i> .....	92
3.1. Contradições e convergências na <i>Revista de Portugal</i> .....	93
3.2. A atitude crítica de Moniz Barreto .....	94
3.3. História e ficção em Oliveira Martins .....	100
3.4. A reflexão filosófica de Antero de Quental nas “Tendências Gerais da filosofia na segunda metade do século XIX” e a sublimação do desespero .....	104
3.5. Eduardo Prado: a dicotomia – Brasil republicano e Brasil monárquico.....	109
3.6. Ramalho Ortigão e o quadro social da revolução brasileira .....	112
3.7. A presença feminina na <i>Revista de Portugal</i> .....	115
3.8. Os contornos da modernização .....	123

4.	O Final do século em revistas.....	126
4.1.	A imprensa como formação de uma nova sensibilidade .....	127
4.1.1.	A imprensa como fator de liberdade em Portugal .....	130
4.1.2.	A imprensa como fator de liberdade no Brasil .....	133
4.2.	Ao correr da pena: as revistas oitocentistas.....	138
4.2.1.	<i>A Revista de Portugal</i> e as suas congéneres.....	141
4.2.2.	<i>Gazeta de Notícias</i> e o seu <i>Suplemento Literário</i> : uma breve exposição .....	145
	Conclusão.....	156
	Bibliografia.....	160
	Anexos.....	189
	Anexo I – Classificação temática.....	189
	Volume I.....	189
	Volume II.....	191
	Volume III .....	193
	Volume IV .....	195
	Anexo II - Temas .....	197
	Anexo III- Autores .....	198
	Anexo IV – Jornal <i>O tempo</i> .....	199

## Introdução

É indiscutível a existência de uma relação literária luso-brasileira. Ela é frequentemente evocada em Portugal a propósito da vida e da obra de vários autores. Exemplo famoso e antigo é o do Padre António Vieira, pois, tendo nascido em Portugal, chegou a referir-se, em carta de 1673, ao “Brasil, a quem pelo segundo nascimento devo as obrigações de pátria” (Vieira, 1854, t. II, carta LXXIV, p. 103). Muito provavelmente, seu reconhecimento tem a ver com o facto de que a sua formação deu-se inteiramente nas instituições de ensino do Brasil, onde revelou-se o seu espírito criador; seus sermões, principalmente, tornaram-se a fonte de referência dos princípios e valores vigentes na vida literária tanto da metrópole portuguesa quanto da colónia brasileira. Mais recentemente, temos o exemplo do pensador português Agostinho da Silva. Ele formou-se em filologia e pedagogia na universidade do Porto, e depois aperfeiçoou-se na universidade de Paris; mas sempre reconheceu que só alcançou sua consciência do ser português a trabalhar e vivenciar intensamente a modernização do magistério superior no Brasil, sobretudo participando na fundação de universidades, pois em sua dedicação à formação do homem moderno no Brasil, no período de 1947-1969, descobriu que pelo seu passado, e pelas aspirações de grandeza, “o brasileiro é um português à solta” (Silva, 1988, p. 36). Todavia, não obstante tais exemplos preciosos no âmbito religioso e pedagógico, para o nosso interesse atual o exemplo mais completo é o de Eça de Queirós, não só porque suas personagens ainda hoje habitam simultaneamente o imaginário do leitor português e do leitor brasileiro, como também, para além disso, foi ele quem melhor definiu o sentido da relação literária luso-brasileira segundo o seu conceito da língua portuguesa como natureza comum, indiferente à separação entre Estados independentes, ao entender que “na língua verdadeiramente está a nacionalidade (e que) duas nações que põem a sua Ideia no mesmo Verbo formam para os supremos efeitos da civilização uma nação única” (Queirós, 1995, p. 114).

Muitos estudos têm sido realizados sobre a relação de Eça de Queirós com o Brasil, como por exemplo *O Brasil na vida de Eça de Queirós*, de Heitor Lira (1965), *Eça e o Brasil*, de Arnaldo Faro (1977), *Eça de Queiroz agitador no Brasil*, de Paulo Cavalcanti ou *Ecos do Brasil. Eça de Queirós. Leituras brasileiras e portuguesas*, coletânea organizada por Benjamim Abdala Júnior (2000). O facto é que, para efeito de investigação, algumas questões podem ser suscitadas: existe uma relação especial de reciprocidade literária entre Portugal e o Brasil? Sendo a resposta afirmativa, em que medida a transmissão cultural inerente ao empreendimento colonial português — implementada desde o século XVI até à reforma pombalina do ensino público, no século

XVIII — ainda hoje é válida para considerarmos o futuro da relação literária luso-brasileira segundo o princípio da reciprocidade? Como explicar, no caso de Eça de Queirós, para além do seu êxito universal como ficcionista-mor da língua portuguesa, que seus textos jornalísticos, ao tratarem de problemas da cultura nacional, chegassem a conquistar leitores fiéis no outro lado do Atlântico, uma vez que naquela altura se encontravam distanciadas entre si as duas nações também pela emancipação política do Brasil?

Para uma resposta satisfatória a estas questões no seu conjunto, acreditamos que, além da língua nacional como pressuposto na formação tanto do espírito português quanto do espírito brasileiro, devemos assumir como premissa de nossa investigação a consciência da necessidade de *modernização* da própria cultura — vivenciada em muitos momentos na obra de Eça de Queirós — como um problema de política pública nacional; na verdade, não é difícil verificar um certo consenso entre os autores portugueses e brasileiros, no final do século XIX, quanto ao facto de que não se considerava um prejuízo, antes equivalia a uma vantagem, que a fonte para nutrir as próprias ideias fosse extranacional.

Embora seja complexa a ideia de modernização cultural como um problema de política pública, estamos convencidos de que a nossa investigação não sofrerá prejuízo de rigor quanto aos nossos interesses literários, pois a nossa investigação gira em torno da *Revista de Portugal*, famoso periódico concebido e dirigido por Eça de Queirós. A *Revista de Portugal* tem despertado longamente um variado interesse de estudiosos em Portugal e no Brasil, mas, em nosso entendimento, ainda não foi estudada segundo a sua conceção literária então inovadora, e poderíamos dizer heurística, do espírito luso-brasileiro na perspectiva do futuro, e não do passado, como ainda hoje geralmente se concebe.

São poucos os estudos publicados sobre o significado da *Revista de Portugal* neste domínio da relação literária luso-brasileira, e por isso mesmo cabe aqui registrar *Eça de Queirós e a Revista de Portugal* (Lisboa, 1953) de Miranda de Andrade. Contudo, a verdade é que está por fazer uma investigação global das condições de difusão e recepção da *Revista de Portugal*, especialmente depois de ter surgido, no âmbito da reedição das obras de Eça de Queirós coordenada por Carlos Reis, a publicação dos *Textos de imprensa VI (da Revista de Portugal)*, em edição crítica, com um estudo introdutório de Maria Helena Santana.

O nosso pressuposto é o de que parece evidente a sintonia de Eça de Queirós com a elite literária brasileira de sua época, constituída por aqueles escritores que, como Eduardo Prado, Domicio da Gama e Oliveira Lima, podemos considerar aliados pela vivência internacional, e



com os quais o diretor da *Revista de Portugal* partilhou uma mesma consciência da necessidade de modernização da cultura de língua portuguesa. O indicativo mais próximo dessa evidência se encontra no programa de lançamento da *Revista de Portugal*, onde, além de afirmar que “sendo portuguesa, é também implicitamente brasileira” (Queirós, 1995, p. 114), Eça de Queirós reconhece ser necessário manter viva a “comunicação com a Ciência e o Pensamento das nações estrangeiras, tão importante para quem, como nós, é deles profundamente tributário” (Queirós, 1995, p. 111).

Trata-se, portanto, de um periódico que deixou uma marca na história da cultura de língua portuguesa, não só pelo seu manifesto caráter luso-brasileiro, como também pela sua preocupação com o progresso científico e literário, a exemplo de, pelo menos, dois periódicos anteriores: *O Patriota, Jornal Literário, Político, Mercantil, &c.* (Rio de Janeiro, 1813-1814), cujo editor era o brasileiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, coordenador de um grupo de letrados luso-brasileiros no qual destacamos o nome de Silvestre Pinheiro Ferreira; e a *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (Lisboa, 1859-1865), a qual, além de publicar um Machado de Assis, também manifestou-se em prol do ensino da moderna ciência.

Esta maneira de situar o aparecimento da *Revista de Portugal* nos parece válida porque hoje tornou-se evidente a preocupação com a necessidade de modernização no âmbito da cultura de língua portuguesa, manifestada em Portugal desde o século XVIII, pela atitude dos “estrangeirados”, que buscavam no exterior o contacto com a efervescente criação humana. Através dessa procura e ampliação de fronteiras foi possível robustecer a própria vida moral e intelectual, sendo de assinalar que tal preocupação ganhou intensidade e profundidade no último quartel do século XIX nos dois lados do Atlântico, simultaneamente.

Apresentamos assim as duas vertentes de pensamento, intrínsecas à concepção da *Revista de Portugal*, que delimitam os objetivos da nossa investigação: a primeira, a de que a *Revista de Portugal* nasce, ao final do século XIX, fundada na consciência que a elite literária luso-brasileira — constituída essencialmente por escritores portugueses e brasileiros aliados entre si pela vivência internacional — tem de si mesma, dentro das condições e dos limites da cultura de língua portuguesa, percecionada como historicamente desfasada em relação aos grandes centros europeus; e a segunda, como consequência da primeira, mas até certo ponto surpreendente, a de que a *Revista de Portugal*, sendo portuguesa, se propõe uma solidariedade irrestrita com o espírito brasileiro, então extraordinariamente empenhado na modernização cultural de um povo recém-emancipado da tutela colonial portuguesa — “nada do que o Brasil faz, pensa, diz e produz nos pode ser alheio ou indiferente” (Queirós 1995, p.115).

Nesse contexto, a *Revista de Portugal* se destaca, e merece a nossa atenção, especialmente por se apresentar como um veículo de ideias em prol da modernização de sociedades que historicamente se terão tornado reféns do tradicionalismo.

No quadro peculiar dessa exigência de modernização, temos como objetivo mais amplo (i) investigar as condições em que a *Revista de Portugal* se propõe a recepção e a divulgação de uma nova intuição literária; e, como objetivo específico, (ii) investigar o caráter modernizador da *Revista de Portugal* enquanto um empreendimento destinado ao exame da sociedade por meio “das obras que nela se formam, dos homens que nela destacam, dos factos que nela dominam, dos problemas que nela pesam, das tendências que nela se agitam” (Queirós, 1995, p.109), conforme o enunciado do Programa que anuncia a *Revista*.

Quanto ao objetivo geral, nos propomos esclarecer, no primeiro capítulo, em que sentido os letrados da língua portuguesa descobrem nas línguas estrangeiras o melhor caminho para renovar suas ideias, e passam a considerar uma vantagem a fonte extranacional, relativamente à qual podemos então verificar um processo histórico de modernização cultural comum a Portugal e ao Brasil. Tal processo histórico, que envolve o “estrangeirado” em Portugal, se torna consciente no Brasil com Frei Francisco do Monte Alverne, cujo depoimento ilustra o papel de mediação exercido pela língua francesa entre as jovens nações e as demais culturas vigentes:

A instrução pública nessa época era muito circunscrita. A metrópole não queria homens sábios nas suas colónias: era à custa de esforços inauditos, que os brasileiros podiam distinguir-se. Restava um meio fácil de promover o nosso adiantamento, o estudo da língua francesa. (Monte Alverne, 1852)

Além disso, nos propomos avaliar, também no primeiro capítulo, no contexto da *Revista de Portugal*, a pertinência da ideia de modernização relativamente a importantes transformações e situações históricas que mobilizaram os literatos em Portugal e no Brasil. Desse ponto de vista, pretendemos também desenvolver, no segundo e no terceiro capítulos, uma reflexão sobre as temáticas abordadas na *Revista* e avaliar o papel dos diversos colaboradores, na pluralidade das suas vozes, no dinamismo cultural oitocentista. O que nos interessa nesta abordagem é investigar, de forma global, qual foi o papel desempenhado pela *Revista de Portugal* no contexto da formação de uma nova sensibilidade luso-brasileira, e enquanto agente da modernidade e do cosmopolitismo.

Paralela e complementarmente, o segundo capítulo ambiciona reconhecer que Eça, ao escrever para o Brasil, acaba por veicular também a imagem de si próprio: um autor lusófono, que sempre utilizou a língua portuguesa como agenciadora da sua mundividência para comunicar

as inquietações e sublimações do seu espírito: mas, sempre e antes de tudo, um homem europeu e civilizado.

Procuraremos, ainda, no quarto capítulo, a partir do exame dos principais jornais e revistas da época e dos dois lados do Atlântico aferir quais as publicações que partilhavam a mesma esfera de renovação de ideias com a *Revista de Portugal*.

## CAPÍTULO I

### **A ideia de modernização e a *Revista de Portugal***

Uma nação só vive porque pensa. *Cogitat ergo est.*  
(Queirós, 1995, p. 116)

## 1.1. A razão que afronta a tradição

Com efeito, nesta saudade de Fradique pelo Portugal antigo, havia amor do “pitoresco”, estranho num homem tão subjetivo e intelectual: mas sobretudo havia o ódio a esta universal modernização que reduz todos os costumes, crenças, ideias, gostos, modos, os mais ingênitos e mais originalmente próprios, a um tipo uniforme (representado pelo *sujeito utilitário e sério* de sobrecasaca preta) com a monotonia com que o chinês apara todas as árvores de um jardim, até lhes dar a forma única e dogmática de pirâmide ou de vaso sanitário. (Queirós, 1880, p. 542)

A epígrafe, retirada da própria *Revista de Portugal* (1880, p. 542) e que posteriormente foi publicada na obra *A Correspondência de Fradique Mendes* (2014, p. 162), sintetiza o que pretendemos esclarecer: o conceito da modernização envolve uma relação tensional e ambígua entre uma tradição cultural estabelecida ao longo de séculos, cujos costumes, crenças, gostos e modos como que se naturalizam no homem por força do mecanismo de sua própria regularidade, e a condicionalidade histórica que pode levar esse mesmo homem a sentir, pensar e emocionar-se de maneira diferente, em função da liberdade que ele pode experimentar ao corrigir-se e aperfeiçoar-se tanto do ponto de vista intelectual quanto moral. A epígrafe é ambígua tal como a própria ideia de modernização: evoca saudade pelo passado ao mesmo tempo que revela a uniformização dos costumes; e simultaneamente faz equivaler a “tradição” (do chinês) à “modernização” do sujeito de sobrecasaca preta. Ou seja, a epígrafe, no nosso entender, assinala contradições e linhas de força próprias: é simultaneamente conservadora e inovadora, formalista e moderna, obscurantista e racionalista.

Ora, o processo de modernização, que envolve a sensibilidade e a inteligência, se tem diferenciado ao longo do tempo. Como apurou Tobias Barreto no texto *Notas a lápis sobre a evolução emocional e mental do homem*, a questão abrange o descompasso entre o aperfeiçoamento intelectual e o aperfeiçoamento moral, pois é possível que uma sociedade promova reformas institucionais no intuito de alcançar melhor desempenho tecnológico e maior riqueza material, sem que, no entanto, tais reformas impliquem qualquer necessidade ou exigência de mudança mais profunda no homem em relação a si mesmo, no que diz respeito a costumes, crenças ou gostos. É neste sentido que Tobias Barreto, preocupado em promover reformas culturais mais profundas no homem brasileiro, refere-se à possibilidade de uma evolução emocional e mental:

O problemático, o indecifrável talvez, consiste em acompanhar com o pensamento a direção ascensional da monstruosa cadeia cujos anéis se contam por milênios. (...) Esta fonte de todo o saber, a chamada mestra da vida, é mais negativa do que positiva; ela

consiste menos em adquirir verdadeiras ideias novas do que arredar velhas e falsas ideias. Não é em vão, mas antes com muito senso, que o homem experimentado costuma falar das suas desilusões. (...) Acresce ainda uma circunstância; e é que, não obstante o longo decurso das idades, grande número de sentimentos parecem ter ficados estacionários, e de um modo mais anômalo do que se observa no domínio intelectual, onde também o progresso tem sido parcial e incompleto. (Barreto, 1884)

A tentativa de compreender tal problemática vai-se constituir então nesse sentido: o de pretender encetar uma análise do entrelaçamento entre progresso intelectual e tradição cultural.

Passemos então, antes de mais, a observar que o termo “moderno” e seus cognatos têm muitos sentidos<sup>1</sup>. Em geral, o termo é usado para distinguir a novidade, que irrompe na sociedade estabelecida e anuncia uma mudança, contrastando com a reiteração da forma de vida que continua o passado. Nesse sentido, as “vanguardas”, as propostas novas de pensamento, a adesão a inovações ainda que passageiras, podem ser qualificadas de modernas, qualquer que seja o seu conteúdo. Porém, de um ponto de vista estrito, por “moderna” entendemos tanta uma época da história do Ocidente que sucede à Idade Média, quanto a forma da vida e pensamento próprios dessa época.

Neste sentido, recorde-se, a ideia de modernidade, indiciando a emergência de novas esferas do pensamento, está associada ao que em geral se denomina “filosofia moderna”, e relacionada especialmente com o pensamento europeu do século XVII. Ou seja, aquele saber que tem como referências principais:

(...) o cartesianismo (...), a ciência de natureza galilaica (...), a nova ideia do conhecimento como síntese entre observação, experimentação e razão teórica baconiana (...) e as elaborações acerca da origem e das formas da soberania política a partir das ideias de direito natural e direito civil hobbesianas. (Chauí 1985, p. 60).

Tenhamos presente, no entanto, que, em filosofia, toda a demarcação temporal (apreendida num sentido restritivo) pode ser enganadora. Assim, ao falar da filosofia “moderna”, talvez seja preferível reconhecer a existência de um mesmo campo de pensamento e de discurso em contraposição aos da filosofia escolástica. Neste campo, destacamos, portanto, a contraposição entre o saber fundado em bases racionais e o saber fundado na fé ou crença. Afinal, sabemos que um dos grandes impactos do cartesianismo consiste na rejeição de toda e qualquer autoridade no processo de conhecimento, distinta da razão: devemos julgar por nós mesmos e só devemos aceitar aquilo que podemos compreender claramente e demonstrar racionalmente. O

---

<sup>1</sup> Habermas (2010, p. 21) lembra-nos que “nas línguas europeias (...) a partir do século XIX é que o adjetivo *moderno* foi substantivado, e de novo pela primeira vez no domínio das Belas Artes. Assim se explica a razão pela qual as expressões *modernidade*, *Moderne*, *Modernität*, *modernité* conservam até hoje um cerne de significado estético marcado pela autocompreensão da arte de vanguarda.”

homem moderno tem confiança nos seus recursos, no seu destino e na ciência para a resolução de problemas. A convicção de que a educação poderia ser um catalisador das mudanças sociais foi igualada pela confiança na integridade dos indivíduos. Os sistemas políticos também foram questionados, o que levou a exigências de uma representação política mais abrangente.

Vários autores, como Edgar Morin, Berman ou Giddens, também associam a modernidade ao desenvolvimento da sociedade capitalista-industrial, altura em que são desprezadas as concepções religiosas e místicas, para basear a regulação do comportamento na racionalidade. Ou seja, a ideia de racionalidade é fulcral. Neste sentido, contudo, Alain Touraine questiona: “a modernidade reduzir-se-á à racionalização?” (1994, p. 2) e procura introduzir na discussão o tema do sujeito pessoal e da subjetivação.

A par disso, o sociólogo Giddens, em *Modernidade e identidade*, traça um quadro e explica-nos que na sociedade tradicional a identidade social dos indivíduos é limitada pela própria tradição, pela localidade. Com a modernidade, há um romper com as práticas e preceitos preestabelecidos, o que enfatiza o cultivo das potencialidades individuais, e consagra ao indivíduo uma identidade “móvel”, mutável: os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma multiplicidade de opções. É nesse sentido que, na modernidade, o “eu” torna-se, cada vez mais, um projeto reflexivo, pois, onde não existe mais a referência da tradição, descortina-se, para o indivíduo, um mundo de diversidade, de possibilidades, de escolhas. Para Giddens (2000), uma característica marcante da modernidade é o seu dinamismo. Já Max Weber considera a modernidade como processo de desencantamento do mundo, de perda das referências mítico-religiosas. Repare-se, ainda, que, por outro lado, Morin compara a modernidade a uma nova religião e até circunscreve o seu fim:

Nascida em fins do século XV, a modernidade agoniza neste final do século XX. A modernidade não era apenas um fenómeno histórico, não era apenas uma ideia-força, era uma crença e, de facto, erigira-se no século XIX numa religião que se ignorava enquanto tal porque se baseava naquilo que se impusera contra a Religião revelada: a Ciência materialista, a Razão laica, o Progresso histórico. (Morin, 1996, p. 9)

Interessante é constatar que, na sua obra *O discurso filosófico da modernidade*, Habermas discute o problema como um projeto inacabado, mas localizado no tempo, sendo o início da época moderna marcado por três eventos históricos: a Reforma Protestante, o Iluminismo e a

Revolução Francesa. Tal discussão sobre a modernidade nos conduz à caracterização do horizonte do nosso tempo, em face do que se concebe como sendo o “pós-moderno”<sup>2</sup>.

Assim sendo, entendemos por modernização o processo de recepção, assimilação e institucionalização de certas ideias básicas que permanecem e determinam as outras manifestações culturais como próprias da modernidade. Mesmo que essas ideias não sejam encontradas em fórmulas precisas, como numa doutrina, elas exprimem uma maneira de pensar as relações do homem com o mundo, uma preferência por certos valores e um estilo geral de raciocinar, implícito em diferentes doutrinas. Não se trata de um sistema de pensamento, senão de uma mentalidade. E nos parece caber ressaltar que este modo do ser moderno assente na mudança coexiste necessariamente com a maneira antiga de pensar, com a qual frequentemente entra em conflito<sup>3</sup>. Segundo Habermas, à medida que a modernização se foi automatizando, os princípios da modernidade, que estão na sua origem, se esvaíram. Nesta perspectiva, Berman, em *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, considera a modernidade como uma condição, um estado, e a modernização como um processo, “um estado de vir a ser” (1986, p. 10). No moderno, Habermas vê pois, antes de mais, uma consciência de rutura e a atualidade é o momento privilegiado da realização do moderno.

Enfim, a tentativa de compreender e explicar os principais contornos da modernidade foi trabalhada por vários teóricos, em diferentes domínios. No entanto, é impossível não reconhecer a existência de um campo de pensamento comum: a noção da modernidade significou a emergência de novos valores, atitudes, de modos de vivência do tempo, do espaço, da organização da vida política e moral, do surgimento de novas instituições e de uma nova forma de assimilação do espírito científico.

---

<sup>2</sup> Lyotard, na sua obra *O pós-moderno* (1988), faz uma análise da condição do saber na atual situação da cultura ocidental. Zygmunt Bauman propõe o conceito de “modernidade líquida” para definir o presente, em vez do termo “pós-modernidade”. Os tempos são “líquidos” porque tudo muda rapidamente: o espaço e o tempo estão separados. Calabrese emprega o termo “neobarroco” para falar do gosto (da totalidade das manifestações estéticas) predominante deste nosso tempo. O autor considera que o termo “pós-moderno” confunde os campos de ação da literatura, do cinema e da filosofia. Já para Gilles Lipovetsky, vivemos uma segunda revolução moderna, a hipermodernidade.

<sup>3</sup> Nesse contexto, devemos recordar Adriano Duarte Rodrigues: “tradição e modernidade são (...) categorias e representações relativas da experiência, não podendo ser definidas independentemente uma da outra.” (2010, pp. 63, 64). Ou seja, mais uma vez, assistimos a uma espécie de “contaminação”, de cruzamento de conceitos e de permanência.



## 1.2. A modernização em língua portuguesa

Conhecer a natureza através da razão é como conhecer as leis que Deus criou e inscreveu tanto naquela quanto na alma humana, possibilitando assim a correspondência do pensamento com a realidade. (Real, 2011, p. 207)

Este fervilhar de ideias novas toca também Portugal, ainda que de forma muito especial. Mas como é que esta vaga de modernização chegou a Portugal e, por extensão, ao Brasil? Antes de mais, cabe assinalar a relação de reciprocidade única e exclusiva entre as culturas portuguesa e brasileira, a partir de uma tradição filosófica comum — o aristotelismo conimbricense<sup>4</sup> (Cerqueira, 2002, cap. 1).

Em Portugal, o conflito ideológico entre “antigos” e “modernos” decorreu entre o século XVII até as reformas pombalinas do século XVIII. Ora, a recusa portuguesa da ideia de modernização assume características quer de ordem socioeconómica, quer de carácter mental, quer de natureza cultural. Afinal, no século XVII, “enquanto a filosofia prolongava uma temática e uma metodologia ainda escolástica, a ciência estava praticamente ausente das preocupações da inteligência portuguesa de então” (Serrão, 1989, p. 27). Sublinhe-se um argumento utilizado para afirmar que, em Portugal, antes da reforma pombalina, se vivia um ambiente de inércia científica: tudo se devia ao facto de as obras de Galileu, Descartes, Newton e outros se encontrarem oficialmente (a meio do século XVIII) interditas ao ensino. Assim, assumindo um absolutismo que pretende iluminado pela clarividência da razão, D. José I delega em Sebastião José de Carvalho e Melo<sup>5</sup>, futuro marquês de Pombal, toda a autoridade necessária à modernização do país.

---

<sup>4</sup> Esse aristotelismo conimbricense consiste não só no propósito de fidelidade a Aristóteles mas também se afirma contra a doutrina de Lutero assumida pelos teólogos da Reforma, no propósito de conciliar a teologia tomista e a exigência humanística do livre-arbítrio da vontade humana.

<sup>5</sup> Recorde-se que D. João V morreu em 1750 e o seu sucessor, D. José (1750-1777), formou o novo governo. Para a secretaria dos Estrangeiros e Guerra e para a “aritmética política”, escolheu Sebastião José Carvalho e Melo, que já passava dos cinquenta anos, e regressara da corte austríaca, onde desempenhara uma apagada representação diplomática. Antes disto, fora durante vários anos representante português em Inglaterra. Era formado em Direito por Coimbra e estava ligado aos meios literários, visto que foi sócio da Academia Portuguesa de História, onde prestou uma curta colaboração. Era um homem mal aceite pela nobreza antiga. Ele era fidalgo de cepa provinciana, de uma família onde predominavam magistrados e que ganhara o dinheiro para construir em Lisboa um palácio (na atual rua do Século) onde o estadista nasceu.

Depressa Sebastião de Carvalho e Melo dominou outros ministérios. Em 1759, o rei promoveu-o à alta nobreza, com o título de conde de Oeiras. Posteriormente (1770) foi nomeado marquês de Pombal.

A figura do marquês de Pombal é uma das mais controvertidas da história portuguesa. Foi-o ainda em sua vida. Na base desta polémica estão as antinomias fundamentais que se estabelecem entre tradição e inovação e entre tirania e liberdade.

Quando o rei D. José morreu e a rainha D. Maria I subiu ao trono, em 1777, o marquês foi afastado do seu trabalho na corte.

Com a subida do marquês de Pombal ao poder deu-se a mais séria tentativa de modernizar Portugal. Pombal fê-lo apoiado na centralização absolutista do poder, na separação em relação à Igreja (expulsão dos jesuítas) e na criação de grandes monopólios capitalistas que colocou nas mãos da alta burguesia<sup>6</sup>. O Estado passou a ser o motor da sociedade. Além disso, procedeu à reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755, que converteu em cidade moderna e geométrica. As alterações introduzidas no ensino foram grandes: em 1772 levou a cabo uma ousada reforma da Universidade e socorreu-se do apoio de muitos estrangeirados iluministas<sup>7</sup>.

Não cabe aqui enumerar todas as medidas pombalinas, nem realizar nenhuma incursão sobre as múltiplas facetas de Sebastião José Carvalho e Melo<sup>8</sup>. Afinal, a sua obra foi muito vasta e a sua personalidade polémica. Apenas assinalamos que as linhas gerais da reforma abrangeram a reorganização das estruturas do Estado, o fomento económico e a reestruturação dos métodos e das instituições de ensino.

O que, no entanto, pretendemos de facto enfatizar é que pela mão do marquês decorreu uma grande remodelação na educação. Afinal, as reformas do ensino tornaram-se urgentes com a expulsão dos jesuítas, porque eram eles que asseguravam a instrução nos seus colégios, tanto no Brasil como em Portugal. Para o Brasil, a expulsão dos jesuítas significou, entre outras coisas, a destruição do único sistema de ensino existente no país. É importante assinalar que a reforma pombalina no Brasil não foi implementada da mesma forma que em Portugal. Afinal, no Brasil podemos considerar que existiam duas formas de ensino: por um lado, o recurso aos mestres particulares; por outro a educação que, a par do catecismo, se proporcionava às populações indígenas aculturadas.

---

<sup>6</sup> O marquês de Pombal foi sobretudo hábil na eliminação das forças que se opunham (ou que poderiam se opor) ao exercício do seu poder. De facto, em 1758 ocorreu um atentado contra a vida do rei. Tal facto serviu de pretexto para uma vasta repressão. A Companhia de Jesus foi considerada implicada no atentado. Os Jesuítas tinham então uma ampla influência política: eram os confessores do rei e de toda a família real e eram igualmente mentores de toda a gente nobre. Foram expulsos do país e dos domínios ultramarinos e os seus bens confiscados.

<sup>7</sup> A luta pela modernização na cultura de língua portuguesa era uma tendência histórica desde o século XVIII — primeiro em Portugal, depois no Brasil—, quando a língua francesa se tornara o caminho preferido para os intelectuais terem acesso ao mundo da Ilustração. Em geral, “estrangeirado” exprime o conceito de todo o intelectual português que, cioso de sua formação superior no estrangeiro, passou a denunciar como causa da decadência nacional a política pública do ensino, chamando a atenção para a necessidade de reforma do ensino filosófico. Nesse contexto destacou-se Luís António Verney, autor do famoso *Verdadeiro método de estudar* (1746), e de tratados sobre o ensino de Lógica (1751), Metafísica (1753) e Física (1758), nos quais procura exaltar as ideias novas dos modernos (*recentiores*).

<sup>8</sup> Na obra *O Mito do Marquês de Pombal*, José Eduardo Franco e Annabela Rita apontam diferentes facetas do marquês.

Nos dois lados do Atlântico, como constata Miguel Real, a Igreja Católica possuía um grande poder sobre a cultura e a mentalidade e promovia um fervor mais “supersticioso do que religioso” (2006, p. 12). No entanto, Real refere a existência de outras realidades<sup>9</sup>. Afinal:

As ideias “modernas” ou “europeias” iam reformisticamente fazendo a sua entrada em Portugal não só através dos congregados de São Filipe de Nery<sup>10</sup> (que Pombal perseguirá furiosamente depois de 1760) como inclusivamente, através dos padres jesuítas, como a obra de Inácio Monteiro<sup>11</sup> e a revelação por Banha de Andrade do Elencus Quaestionum do Colégio das Artes demonstram. (Real, 2006, p. 13)

De certa forma, as ideias defendidas por Miguel Real vão ao encontro do pensamento de Laerte Ramos de Carvalho, que procura caracterizar as reformas como um denominador comum entre as opiniões dos homens que as produziram e não como expressão de um único ministro. Para Ramos de Carvalho, mais do que um programa pedagógico, as reformas pombalinas são expressão de um período histórico.

Ou seja, Pombal, identificando os interesses do Estado com a visão reformista oratoriana da filosofia moderna, condenou e proibiu a visão aristotélica-tomista tradicional da Igreja e dos jesuítas<sup>12</sup>, impôs o sentido pedagógico-doutrinário, e determinou o que se deveria ler. Isto é, modificou profundamente o ensino.

### 1.2.1. A reforma dos estudos

Cabe, então, lançar um olhar mais atento sobre as reformas educacionais. Em Portugal, em 1759, foram extintas as escolas da Companhia de Jesus. De assinalar que os jesuítas detinham 34

<sup>9</sup> Ao afirmar que a Igreja Católica detinha um poder político e institucional desproporcionado, Miguel Real assinala que estas situações foram hipervalorizadas por Pombal para ocultar outras realidades, pois existem estudos que dão conta da entrada de novas ideias modernas em Portugal.

<sup>10</sup> Segundo Pinharanda Gomes, o impulso científico dado pela Congregação de São Filipe de Nery teria marcado o segundo grande momento da filosofia portuguesa. (1968, p. 118)

<sup>11</sup> Inácio Monteiro (1724-1812) entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Évora, a 8 de fevereiro de 1739, com 15 anos de idade. Os seus estudos de Filosofia devem ter começado no ano escolar de 1741-1742, após ter terminado o seu biénio de noviciado. Para além da Filosofia, ainda em Évora, Inácio Monteiro estudou Ciências Naturais e Matemática, domínios a que viria dedicar a vida inteira, quer como professor, quer como escritor e pensador. A evolução de Inácio Monteiro deu-se no sentido da afirmação do ecletismo em que se fazia uma apreciação dos pensadores antigos, modernos e contemporâneos. O seu pensamento científico tomava como critério de investigação a experiência e a observação, abandonando o argumento da autoridade dos autores, para optar pelos métodos da ciência experimental e da Matemática.

Cf <http://nautilus.fis.uc.pt/mocho/local/local/unfinished/teses/1Parte/Cap.2/cap2-5/cap2-5.htm> (Consulta realizada no dia 23 de janeiro de 2014).

<sup>12</sup> A expulsão dos jesuítas de Portugal, em 1759, por iniciativa do marquês de Pombal, foi seguida pela França, Espanha e demais cortes bourbónicas, até chegar à própria extinção da Companhia, pelo Papa Clemente XIV, em 1773. À data da sua expulsão e extinção, a Companhia de Jesus era a maior ordem religiosa da Igreja Católica, tendo quase o monopólio do ensino secundário e dirigindo múltiplas universidades.

colégios e 17 residências em Portugal. No Brasil, possuíam 25 residências e 17 colégios e seminários. Ora, segundo Maxwell (2004, p. 122), ao implementar a reforma no ensino, Pombal tinha três grandes objetivos: colocar o ensino sob a tutela do Estado, secularizar a instrução e uniformizar os programas. Nessa circunstância, a escola, essencialmente nas colônias, ao invés de servir à conversão da fé católica, deveria servir aos fins do Estado.

Uma das primeiras instituições escolares criadas por Pombal foi denominada Aula do Comércio e os seus estatutos datam de 19 de abril de 1759. Existia uma fraca preparação dos negociantes portugueses para o desempenho das atividades comerciais e esta instituição, de caráter técnico, visava colmatar esta falha.

A 6 de julho de 1759 foi criada a figura do Diretor Geral dos Estudos, para nomear e fiscalizar a ação dos professores; enquanto a Real Mesa Censória (que surgiu com o alvará de 5 de abril de 1768) passa a examinar e fiscalizar os livros e papéis que circulavam no reino.

Em 1772 foi constituído o chamado “subsídio literário” que proporcionou as bases financeiras para pagar o funcionamento do sistema escolar<sup>13</sup>. Este imposto, na Metrópole e nas ilhas, estava assente na produção de vinho e aguardente. Na Ásia e no Brasil, a taxa advinha da produção de carne e da aguardente.

Surge um novo ideal na educação: nobre será o que estudar. Assim, em 1761 foi criado, em Lisboa, o Colégio dos Nobres<sup>14</sup>. Destinava-se aos alunos de nascimento distinto e que tinham proteção régia. O ensino previa aulas de Latim, Grego, Retórica, Lógica, Poética, Línguas vivas (Francês, Italiano e Inglês) e de Equitação, Esgrima e Dança. Não faltavam os estudos científicos como a Matemática, a Física, a Arquitetura e o Desenho. No Brasil, foram fundados, um pouco mais tarde, o Seminário de Olinda (1800) e o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória (1798), ambos criação de D. Azeredo Coutinho, aluno e professor da reformada Universidade de Coimbra.

---

<sup>13</sup> Este imposto recolheu verbas consideráveis. Um nome que está associado a esse imposto é o do frei Manuel do Cenáculo (nasceu em Lisboa em 1724; morreu em Évora, em 1814). Manuel do Cenáculo colaborou na presidência das Juntas da Providência Literária, na Real Mesa Censória e na Junta do Subsídio Literário. Também desempenhou um importante papel como reformador dos estudos Terceiros em Portugal. Deve-se-lhe ainda a criação de muitas bibliotecas e o enriquecimento de outras já existentes (Biblioteca Pública de Évora, à qual dá um regulamento modelar; a do Convento de Jesus em Lisboa, atualmente Biblioteca Nacional) e ainda a instituição de academias culturais (em Beja, Évora, Lisboa). Tais diretrizes correspondiam, aliás, às linhas culturais mestras do seu ideário iluminista, cuja execução prosseguiu incansavelmente até à morte, ocorrida quando já era arcebispo de Évora.

<sup>14</sup> A criação do Colégio dos Nobres foi aconselhada por Ribeiro Sanches (carta de Paris, datada de 19 de novembro de 1759).

Em 1772 foi divulgada a lei que instituía os mestres de ler e escrever. A ideia principal é a de que a cultura deve ser administrada de acordo com o que cada um virá a exercer. Ou seja, aos que se irão ocupar da agricultura e das artes fabris não é necessária escolaridade. No entanto, os que vão exercer funções mais elevadas serão divididos em dois grupos: aqueles para quem é suficiente ler, escrever e contar; e aqueles que devem prosseguir os estudos para chegar à universidade. Para esses é criado um ensino secundário constituído pela Gramática Latina, Grego, Retórica e Filosofia.

Ainda em 1772 foram promulgados os novos estatutos da universidade. A reforma pombalina foi radical, tanto pelo que respeita ao planeamento dos cursos como pela alteração dos métodos de ensino e da filosofia que lhe devia presidir. Foi feita com uma preocupação racionalista e experimentalista, com a introdução do ensino das Ciências Naturais, da Física Experimental e da Química, e com a criação dos primeiros laboratórios e do primeiro hospital escolar. Para que esta reforma do ensino superior pudesse ser executada, o marquês reuniu um grupo de homens e congregou-os oficialmente numa Junta, denominada de Junta de Providência Literária<sup>15</sup>. Cabe ainda assinalar que a expulsão da Companhia de Jesus conduziu ao encerramento da Universidade de Évora (que funcionava sob o abrigo pedagógico dos inicianos). Assim, o ensino superior em Portugal ficou reduzido à Universidade de Coimbra<sup>16</sup>. De facto, como se pode verificar, em suas reformas educacionais, nos diversos graus de ensino, mas sobretudo na universidade, passa a vigorar um método “sintético-demonstrativo”.

Pelo contributo ideológico dos seus textos, destacamos como prenunciadores desta reforma Luís António Verney (*Verdadeiro método de estudar*, 1746), Cândido Lusitano, pseudónimo do Pe. Francisco José Freire (*Ilustração crítica*, 1750), António Félix Mendes (*Grammatica portugueza da lingua latina*, 1741) e o Doutor António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) que elaborou as *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), onde sugeria a separação total entre a Igreja e o Estado<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> São sete os componentes da Junta de Providência Literária, sendo de destacar nomes como o do cardeal João Cosme da Cunha, o próprio marquês de Pombal, o frei Manuel do Cenáculo e Francisco de Lemos Faria. A primeira tarefa a que os elementos da junta se dedicaram foi a redação de um texto contra os jesuítas, intitulado *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores, e diretores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados* (1771) e disponível em [http://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0235.W\\_0235\\_000004#faimg](http://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0235.W_0235_000004#faimg) (Consulta realizada em janeiro de 2014).

<sup>16</sup> Como se sabe, os jesuítas iniciaram o seu ensino público em 1553 (em Lisboa e em Évora). Em Coimbra, a Companhia de Jesus já possuía o Colégio de Jesus no qual se davam aulas de carácter privado.

<sup>17</sup> António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), judeu nascido em Portugal, aos 16 anos foi estudar Filosofia com os jesuítas em Coimbra, mas trocou a Filosofia pela Medicina. Em 1719 deixa Coimbra e matricula-se na Universidade de Salamanca onde conclui o seu curso de Medicina. Exerce clínica em Portugal. No entanto, por

A maior influência nesse processo de inovação pedagógica foi a do oratoriano Luís António Verney<sup>18</sup> (1713-1792), cujo *Verdadeiro método de estudar* pode ser considerado como um “manual eclético de lógica, um método de gramática, um capítulo sobre ortografia, um tratado de metafísica e continha dezenas de cartas sobre todos os tipos de assuntos” (Maxwell, 2004, p 28). Publicado pela primeira vez em Nápoles, em 1746, é composto por dezasseis cartas (I – Gramática e ortografia da língua portuguesa; II - Gramática latina; III – Latinidade; IV - Grego e hebraico; V – Retórica; VI – Continua o estudo da retórica; VII – Poética; VIII – Lógica; IX – Metafísica; X – Física; XI - Ética; XII – Medicina; XIII - Jurisprudência; XIV – Teologia; XV - Direito Canónico; XVI - Observações várias sobre a organização prática dos estudos e sobre a educação das mulheres) dirigidas a um doutor de Coimbra e dadas em oferta aos padres da Companhia de Jesus<sup>19</sup>. A edição original abre com uma carta-prefácio redigida em nome de António Balle, o impressor do livro, e é fundamentado numa crítica à orientação escolástica tradicional. Assim, insurge-se contra a Companhia de Jesus, a Inquisição e contra os procedimentos do Tribunal do Santo Ofício. Conforme assinala Maria Lucília Gonçalves Pires, o que mais impressiona, nesta edição, é o clima de clandestinidade que envolve o lançamento da obra, que foi publicada anonimamente, por um enigmático Barbadinho da Congregação de Itália. Daí resulta a ideia de ficcionalização da figura do autor, que poderia ser um estrangeiro. De qualquer forma, não deixa de ser invulgar que um autor setecentista tenha necessidade de recorrer ao anonimato.

---

causa da Inquisição, vai para Londres e depois para França. Em seguida, segue para a Holanda e posteriormente para a Rússia, onde virá a celebrar-se como “médico dos exércitos” e depois como médico privado da própria Imperatriz Ana Ivanovna. Em 1736 é nomeado médico da Escola Militar de São Petersburgo, facto importante para a história da educação portuguesa e brasileira, pois a Escola Militar serviu de modelo para o seu conceito do Colégio dos Nobres (de Lisboa) e modelo do Seminário de Olinda e do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, no Recife. Após a morte da czarina, Ribeiro Sanches voltou para Paris, onde veio a falecer em 1783.

<sup>18</sup>Luís António Verney nasceu em Lisboa a 23 de julho de 1713. Era filho de Maria da Conceição Arnaut e de Dionísio Verney, cidadão de origem francesa que se estabeleceu em Portugal. Teve, por conseguinte, uma educação à maneira francesa, que se repercutiu nos ramos culturais que seriam, mais tarde, os seus. Além dos professores particulares que a sua família lhe proporcionou, estudou no Colégio de Santo Antão e na Congregação do Oratório. Depois prosseguiu os estudos em Évora. Banha de Andrade (1980) afirma que Verney concluiu o curso de filosofia, recebendo o grau de bacharel em 1731 e o de licenciado e mestre em artes dois anos depois. Em 1742, o pontífice Bento XIV conferiu-lhe a sinecura de arcebispo no arcebispado de Évora. Depois partiu para Roma. A pedido de D. João V, Verney iniciou a sua colaboração com o processo de reforma pedagógica em Portugal, fornecendo o seu contributo inestimável para uma maior aproximação ao progresso cultural que animava os espíritos europeus mais progressistas. Entre 1747 e 1750, Verney esteve sujeito a contrariedades: a polémica levantada contra a sua obra, que o obrigava a ripostar em folhetos como *Resposta às reflexões de Frei Arsénio da Piedade, Carta do Filólogo de Espanha, Parecer do Doutor Apolónio Filomuso, e Última Resposta*. Morreu em Roma, aos 79 anos, no dia 20 de março de 1792.

<sup>19</sup> Título completo da obra: *Verdadeiro método de estudar: para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Exposto em várias cartas, escritas pelo R. P. \*\*\* Barbadinho da Congregação de Itália, ao R. P. \*\*\* Doutor na Universidade de Coimbra*. Disponível em <http://purl.pt/118/4/>, (consulta realizada em janeiro de 2014).

A obra de Verney assinala a desfasagem cultural entre Portugal e a Europa. Para o autor, a gramática deveria ser ensinada em Português, e não em latim; além disso, Verney foi adepto dos métodos experimentais e se opunha a um sistema de debate baseado na autoridade. Joel Serrão (2004, p. 738) salienta que a obra consiste “numa longa discussão sobre os erros do ensino do Português e as maneiras de o corrigir”. Acresce que, segundo Jacinto do Prado Coelho, a principal virtude da obra de Verney reside no modo singular como o autor conseguiu conjugar várias informações nos campos literário, jurídico e filosófico. (1985, p. 1139)

No entanto, o que pretendemos sublinhar é que, com as reformas, segundo Cerqueira, houve acima de tudo uma mudança de pensamento: “o princípio que fundava a consciência de si sob o aristotelismo de origem medieval era a conversão religiosa, enquanto o princípio que passa a fundar a consciência de si sob a filosofia moderna é o *Cogito* cartesiano.” (Cerqueira, 2002, p. 16). Ou seja, ao suprimir o aristotelismo do ensino, mediante a expulsão dos jesuítas e a reforma da instrução pública, o marquês de Pombal deu início, na segunda metade do século XVIII, ao processo de modernização cultural do país:

Do ponto de vista filosófico, a modernização na cultura de língua portuguesa supõe a superação do aristotelismo português, como atitude específica, mediante a sua crítica, que é algo que só nas últimas décadas vem sendo feito em Portugal (Cerqueira, 2002, p. 107-108).

Nesta perspetiva de entendimento, Cerqueira sublinha que a moderna forma de pensar não excluiu a religiosidade do seio da cultura portuguesa. Aliás, essa ideia de que não há incompatibilidade entre a “lei de Deus” e as “leis da natureza” é bem visível até mesmo na imprensa portuguesa oitocentista, nomeadamente no artigo “Palestra Científica”, da *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*: “A religião e a ciência. Estes dois grandes resultados não se contrariam, harmonizam-se e reciprocamente se fortalecem” (Pimentel, 1859, p. 126).

Uma outra observação interessante é a de Joel Serrão, assinalando que a reforma pombalina “não eliminou a acção docente da igreja, quer mediante os colégios de ordens religiosas que não haviam caído em desgraça (...) quer mediante a acção difusa e infusa dos sacerdotes e frades espalhados (...) um pouco por toda a parte” (Serrão, 1983, p. 27).

Inegável é que a modernização portuguesa confunde-se, então, com o espírito do governo de Pombal. Faz parte de um mesmo impulso, rumo à superação do estado de decadência do século XVII. Ou seja, o processo de modernização — que afeta os dois lados do Atlântico — tem a marca da intencionalidade de Pombal. Depois do encerramento dos colégios dos jesuítas e da proibição do recurso aos seus métodos e recursos pedagógicos, a educação e a forma de pensar

passaram por mudanças consideráveis: a moderna sociedade exige um novo homem que só poderá ser formado por intermédio de uma renovada educação, fundamentada na razão e nas habilidades necessárias ao bom convívio social.

Como esta nova forma de pensar repercutiu e obteve eco? Foi uma evolução lenta e não linear, que contou com o alargamento da cultura a camadas sociais médias. Autores como Habermas procuraram entender o Iluminismo não apenas como um movimento de ideias isoladas mas também como um movimento social. As estruturas sociais da esfera pública começaram a adquirir forma a partir das cidades, espaço burguês por excelência. Surgem novas modalidades de sociabilidade que vão pouco a pouco se sobrepondo à corte: os cafés, os salões burgueses, as academias de ciência, as lojas maçônicas. Esses novos espaços são interligados pela imprensa, instituição nuclear da esfera pública literária. Ou seja, a iniciativa cultural foi, passo a passo, deixando de ser exclusiva da corte e da nobreza para chegar aos filhos da burguesia saídos das universidades. Verificou-se então um processo de conquista e expansão da cultura impressa sobre terrenos sociais anteriormente afastados dos circuitos da cultura letrada.

Assim, sem dúvida, a assimilação da filosofia moderna não se pode desvincular, nem no Brasil nem em Portugal, dos movimentos literários do século XIX, nem da reprodução e circulação das formas simbólicas, como jornais e livros.

Daí a importância do registo de Antony Giddens sobre a mediação realizada pelos meios de comunicação no processo de modernização. Afinal, para Giddens, “a modernidade é inseparável da sua própria mídia” (2002, p. 29). O autor destaca que os antigos jornais desempenharam um papel fundamental na separação espaço-lugar, tendo o telégrafo exercido uma função essencial. Na verdade, antes do telégrafo as notícias ficavam limitadas aos acontecimentos mais próximos; quanto mais distante um acontecimento, mais tarde ele surgia nos periódicos. Com o telégrafo (e posteriormente com o advento de outros meios eletrônicos), o chamado “valor-notícia” dos acontecimentos é alterado<sup>20</sup>.

Outra característica avançada por Giddens diz respeito à “intrusão de eventos distantes na consciência cotidiana” (2002, p. 31). Ou seja, através da leitura dos jornais muitas experiências invulgares podem ser experimentadas pelo leitor. Assim, os *media* funcionam como um agente da modernização caracterizado pela abertura progressiva das fronteiras, dos limites, inclusive

---

<sup>20</sup> Os valores notícia são um aspeto fundamental da cultura jornalística. Segundo Nelson Traquina (2007, pp. 171-213) a previsibilidade das notícias deve-se à presença de um conjunto de critérios e operações que determinam a aptidão de noticiabilidade de um assunto. Ou seja, “um valor-notícia é (...) um certo atributo do acontecimento noticioso, pensado pelos jornalistas como tendo potencial para transformar os fatos numa “história interessante para a audiência” (McQuail, 2003, p. 345).



mentais e culturais. Neste sentido de orientação para o futuro, Wolton ressalta que a comunicação se estabeleceu como uma das condições essenciais para a emergência da sociedade moderna:

A grande rutura verificada a partir do século XVI continua a ser uma abertura ao outro, que encontra nos modelos intelectual e cultural da comunicação o meio teórico de a pensar. O correio, a livraria, depois a imprensa e, simultaneamente, o comércio terrestre e marítimo foram os instrumentos desta abertura evidentemente acentuada pelo caminho-de-ferro, pelo telefone e por todas as técnicas do século XX. Eis porque a comunicação tem tanto êxito: porque se acha no coração da modernidade que é, por sua vez, o coração da cultura ocidental (Wolton, 1999, p. 25)

Ora, a sociedade ocidental europeia olhou o passado como algo a superar face aos ideais modernizantes de progresso, ciência, razão e técnica, alimentando com isso clivagens entre pessoas e entre sociedades. No caso europeu, a comunicação passou a integrar uma ordem de regulação e controlo, de forma a estabelecer relações económicas, políticas e simbólicas de dominação/exploração, redefinindo e acelerando as relações entre as pessoas.

### **1.3. A *Revista de Portugal* e a mentalidade oitocentista**

Onde germinam ideias, floresce o discurso, a saber, as letras que são a sua forma concreta, que se espalham e ao mesmo tempo se encarregam de registrar e conservar para o ensino da posteridade as ações que se tornam dignas disso pelo seu brilho ou que servem para tal fim pelo seu negrume. A História é, vós todos sabeis, a mestra da vida na expressão latina. A língua é a condição primeira de uma literatura. (Oliveira Lima, 1909, p.1)

A *Revista de Portugal* — e em particular o seu diretor, Eça de Queirós — nos chama a atenção porque a sua atuação jornalística se repercutiu simultaneamente nos dois lados do Atlântico. Através do jornalismo, o escritor expressou ideias e atitudes de forma inovadora, e até mesmo revolucionária, se considerarmos o efeito corrosivo e transformador de seu *humour* crítico e caricatural sobre o imaginário dos leitores. Como explicar, entretanto, que a sua presença jornalística tivesse o mesmo êxito em contextos tão distanciados entre si, depois de o Brasil se ter emancipado de Portugal? Acreditamos que, pelo menos em parte, a resposta pressupõe, além da origem cultural comum dos leitores portugueses e brasileiros, uma mesma aspiração de transformações modernizadoras tanto em Portugal como no Brasil. Nestas condições, o jornalismo da *Revista de Portugal* abriu um diálogo entre os dois países perspetivando a liberdade e o futuro, e não o passado.

Questões tão diversas quanto as da circulação monetária, a instauração da República no Brasil, a instrução primária em Portugal, o *Ultimatum*, a Comuna de Paris, o crescimento urbano e desenvolvimento industrial, as novas ideologias, a filosofia no século XIX, os romantismos, o realismo e o naturalismo na arte e na literatura - estavam presentes na *Revista de Portugal*. Além disso, este foi o veículo privilegiado para a publicação de variada poesia e das ficções *A correspondência de Fradique Mendes* e *As minas do rei Salomão*. E todos estes diferentes temas correspondem ao imbricamento entre tradição e modernidade.

Aparentemente não existia uma ideologia política subjacente à linha redatorial. Ao observarmos o Programa de apresentação a *Revista de Portugal* afirmava-se “aberta as discussões da Política” (1995, p. 112). Tal ideia é reforçada na carta de 7 de agosto de 1981, que Eça enviou a Rodrigues de Freitas, onde afirma: “a Revista é um campo aberto a todas as opiniões” (2008b, p. 133).

Porquê o título *Revista de Portugal*? Antes de mais, convém sublinhar que “o título duma publicação periódica é (...) o seu cartão de apresentação” (Rocha, 1985, p. 147) e que todos os títulos têm uma missão muito clara: identificar um periódico. No nosso caso, o título *Revista de Portugal*, à primeira vista, teria um carácter simplesmente referencial e situaria geograficamente o público destinatário da edição. Como justificar, então, a ambição queirosiana que a revista fosse lida tanto no Brasil como em Portugal? Do nosso ponto de vista, embora existisse uma verdadeira polifonia ligada à palavra “brasileiro”<sup>21</sup>, julgamos que Eça entendia o Brasil como um prolongamento de Portugal:

Pois bem! É uma torpe injustiça que seja assim. E nós portugueses fazemos facciosamente mal em nos rirmos dos brasileiros! – Porque enfim, eles vêm de nós! As suas qualidades

---

<sup>21</sup> N’*As Farpas* de 1872 Eça escreveu uma polémica crónica sobre o “brasileiro”. Nós acreditamos que o texto foi elaborado de forma ambígua, tanto para criticar o português como para demonstrar que não concordava com a forma da vida que se levava no Brasil. Note-se, desde já, o que Sampaio Bruno destacou: “o brasileiro tornara-se para o português o tipo de um grotesco infinito. De longe se lhe atribuíam todos os vícios, todos os dislates, toda a sordidez possível e impossível (...) Dava-se uma coisa insensata: Portugal não tomava a sério o Brasil” (Bruno, 1997, p. 44). Esta era justamente a imagem que o jovem Eça tinha do Brasil. No entanto, Bruno, esclarece que “o nosso brasileiro – assim lhe chamamos, porque nosso seja. Nosso pela origem, pelas inclinações, pelos costumes. É o português repatriado. É o torna - viagem” (id, p. 46).

De forma a evitar outras interpretações, ao reeditar *As Farpas* em livro (*Uma campanha alegre*, 1890), o próprio Eça também alterou de maneira significativa o seu texto original, provavelmente para evitar equívocos, e subtilmente, ele deixa claro que está a falar na caricatura do imigrante português. Na segunda versão do texto, “brasileiro” é claramente o português enriquecido no Brasil e que volta à pátria de origem: “Há longos anos o Brasileiro (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular. Cada nação possui assim um tipo criado para o riso público. (...) Nós temos o brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vizinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto.” (2003, pp. 25-26)

Ao reforçar a figura do brasileiro como “torna-viagem”, Eça elimina toda a ambiguidade presente na crónica de 1872.

tiveram o seu gérmen nas nossas qualidades. Somente neles alargaram, floresceram, frutificaram: em nós estão latentes e tácitas. O brasileiro é a expansão do português. (Queirós, 2004, p. 391)

De facto, a ideia de que o Brasil seria uma extensão de Portugal já está patente n’*O Distrito de Évora*: “Portugal em toda a sua história tem sempre provado que não é necessário que um povo seja numeroso para ser grande. Ainda que pequeno soube disseminar-se pelo mundo e criar outros povos. E um deles é o Brasil.” (Queirós, 2000c, p. 190) Acresce, ainda, o pensamento de Elza Miné: “evidencia-se nas suas colaborações como correspondente, que é Portugal que está sempre pelo avesso. O Brasil é uma entidade remota, vaga, esparsamente referida.” (Miné, 2000, p. 20)

Quem tratou de forma magistral esse tema foi Machado de Assis, por exemplo, na obra *Esau e Jacó*, que corresponde a uma visão humana – superior – do que significava ser brasileiro no fim do século. A ficção anda em torno dos gémeos Paulo (republicano) e Pedro (monarquista) e há uma presença constante de contrastes, de exploração do tema do duplo, e da necessidade de conciliação entre as incongruências da sociedade brasileira. Ora, entendemos que o brasileiro pode ser representado pelos irmãos: há uma fonte cultural comum (Portugal) e, enquanto Paulo olha para o futuro; Pedro fixa-se no passado. A ambiência histórica do romance entre a monarquia e a república abarca as contradições da existência nacional para demonstrar uma unidade ambígua.

### 1.3.1. Notas sobre o clima mental finissecular

(...) Não se curam misérias ressuscitando tradições. (Queirós, 2008b, p. 279)

Interessante é notar que, para Jacinto Prado Coelho, a *Revista de Portugal* é considerada uma das melhores publicações que serviram a cultura portuguesa no século XIX e “constitui um valioso documento do clima mental português no fim do século” (1978, p. 930). Assim, antes de analisar os conteúdos da *Revista*, vamos tentar perceber um pouco clima finissecular.

No século XIX, a Europa domina o mundo e impõe novidades. De facto, a ideia de civilização apresentava-se sempre relacionada com a Europa, como um conceito universal e portanto superior, de acordo com uma visão eurocêntrica e etnocêntrica. Aliás, a supremacia europeia no mundo seria indiscutível até às vésperas da primeira guerra mundial.

No campo económico, temos o capitalismo industrial; no ideológico, o liberalismo, o nacionalismo e o socialismo. Nas Américas, ocorre o ciclo das independências das colónias latino-americanas. Neste contexto, assistimos também a uma rápida melhoria no sistema de transportes; registamos o desenvolvimento de inovações técnicas (máquinas rotativas, linótipos e telegrafia) e a expansão da imprensa, que veio proporcionar a Eça de Queirós a oportunidade de comunicar com muitos leitores, difundindo ideias e opiniões.

Acreditamos que, desde as publicações n' *O Distrito de Évora*, Eça de Queirós procurava ser testemunha dos problemas da sua época, manifestando um profundo desgosto pela incapacidade de modernização do Estado luso. Tal desgosto era justificado: no final do século XIX, as instituições como a Justiça, a Educação e a Saúde eram ineficazes. Havia uma inépcia dos governos de então em encontrarem respostas adequadas para a resolução dos problemas económicos. Predominava a mentalidade rural sobre a urbana. Consequentemente a indústria era débil e dependia dos capitais estrangeiros. No final do século, Antero cometeu suicídio (1891), e foi o tempo da breve experiência governativa de Oliveira Martins. Até mesmo nos campos, com a inexistência de legislação social, a situação era difícil e originava a emigração para outros países da Europa ou para o Brasil. Além disto, o *Ultimatum* gerou um clima de aversão contra os ingleses e, simultaneamente, foi uma das causas de contestação à monarquia. Tempos conturbados que estão presentes nas páginas da *Revista de Portugal*

Neste contexto interno turbulento, devemos lembrar também que este período encerra ainda tradições bem definidas. Perdida estava a principal base colonial da economia portuguesa desde o século XVII, o Brasil, as possessões orientais eram insignificantes. Considerava-se que as costas de África eram o local ideal para castigar e expulsar da sociedade lusitana os criminosos: o degredo era uma prática usual da justiça portuguesa. É neste contexto que vamos encontrar Eça de Queirós em suas reflexões sobre o além-mar. Figura no número três, do jornal *O Distrito de Évora*, um longo artigo sobre o que Eça entendia por colónia. O escritor socorre-se da história para afirmar o seguinte:

A fundação das colónias era uma das ocupações principais das sociedades antigas (...) Os bandidos, reunidos sob um chefe energético iam, em corte aventureira, procurar uma nova pátria pelo mundo; coisa fácil, naquele tempo primitivo em que as nações ignoravam a existência umas das outras. (...) Ora estas colónias do acaso e da aventura estiveram sempre muito independentes da mãe-pátria; esta não tinha a grandeza nem a força para ir ao longe dominar a colónia que tinha derivado de si (...) Assim eram as colónias da Ásia Menor e da Itália. Ora estas pequenas sociedades nascidas da cidade e da civilização grega, prosperaram todas (Queirós, 2000a, p. 35).

A seguir, e ainda no mesmo texto, Eça faz a comparação entre este sistema antigo e o método utilizado pelas colónias portuguesas:

As descobertas nos séculos XV e XVI dos navegadores portugueses e espanhóis, deram origem a uma nova espécie de colónias: o seu fim não era criar nações novas, era enriquecer as antigas; ao contrário das colónias romanas, que tinham por fim o império, estas tinham por fim o ganho (ibidem, p. 36).

Ou seja, para Queirós, um Portugal pluricontinental faria sentido como império. O que nos chama mais a atenção é o facto de Eça nunca mencionar a ideia da conquista como ponto de partida da conversão religiosa. Esta omissão denotaria já uma visão correspondente à separação entre o Estado e a Igreja no mundo moderno. Ou seja, há uma crítica velada, que aqui não vem à superfície, mas que espelha a condenação, por parte do autor, da influência da Igreja Católica sobre o Estado Português.

Entre as novas realidades mentais, destacamos também a doutrina difundida no século XIX de que o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução da família. O Estado, entretanto, não é uma mera gradação da família, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição a ela. Historicamente, o Estado nasce de uma transgressão ou superação da ordem doméstica e familiar; simboliza um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo. Pode-se traçar uma analogia entre a passagem do individual para o público, segundo a relação de um jovem com sua família: é preciso que o jovem se dissocie progressivamente da família para alcançar a maturidade e consequentemente uma melhor adaptação à vida prática. O Estado, para se constituir de forma expressiva, justa e eficaz, deve despir-se de todas as particularidades, subjetividades, laços de parentesco, sejam eles biológicos ou afetivos; enfim, a esfera estatal deve ser pressupostamente impessoal e isenta. Os entraves para a constituição de um Estado moderno no mundo cultural português oitocentista correspondem exatamente à persistência do patriarcado e do ruralismo, sistemas predominantes na altura em que Eça de Queirós elaborava as suas crónicas.

Não podemos deixar de mencionar que o século XIX marca o triunfo do cientificismo. Seduzidos pelo progresso contínuo, os defensores desta corrente propõem que os factos só podem ser conhecidos pela experiência, pelo rigor e pela demonstrabilidade decorrente das disciplinas ditas “exatas”. Estes pressupostos irão repercutir-se no pensamento de Augusto Comte e vão dar origem ao positivismo, que passa a dominar o pensamento no século XIX, tanto enquanto método como enquanto doutrina. Não cabe aqui descrever todos os princípios do pensamento positivista. Vejamos apenas, resumidamente, algumas características: o fundamental não era procurar o

porquê das coisas, mas indagar-lhes a essência. Procuram-se leis (relações constantes). Assim, as explicações teológicas e metafísicas vão ser substituídas pela busca de respostas na Ciência. Para operar essa mudança, Comte cria a Lei dos três Estados, que é a base de sua explicação da História:

O estado teológico-fictício (...) que tem diferentes fases (fetichismo, politeísmo e monoteísmo) e em que o espírito humano explica os fenômenos por meio de vontades transcendentais ou agentes sobrenaturais; o estado metafísico-abstrato, onde os fenômenos são explicados por meio de forças ou entidades ocultas e abstratas, como o princípio vital etc.; e o estado positivo-científico, no qual se explicam os fenômenos, subordinando-os às leis experimentalmente demonstradas. Todas as ciências, segundo Comte, passaram pelos dois primeiros estados, e só se constituíram quando chegaram ao terceiro. O Estado Positivo é, pois, o termo fixo e definitivo em que o espírito humano descansa e encontra a ciência. As sociedades evoluem segundo essa lei, e os indivíduos, em outro plano, também realizam a mesma evolução. Partindo do princípio de que o objeto da ciência é só o positivo, isto é, o que pode estar sujeito ao método da observação e da experimentação. (Ribeiro Júnior, 2001, p. 14)

Sublinhamos, então, que o positivismo só aceita o que pode passar pela observação. Sendo assim, tudo o que se refere ao saber humano poderia ser sistematizado segundo os princípios adotados como critério de verdade para as ciências exatas e biológicas: os fenômenos sociais poderiam ser reduzidos a leis gerais como as da Física.

Detenhamo-nos agora no que acontecia no Brasil (que durante a implantação da República sofreu uma forte influência do positivismo). Após a Independência política de Portugal (1822), o Brasil reafirmou a sua tradição agrária e resistiu às pressões que visavam abolir o tráfico de escravos. Ou seja, o Brasil da segunda metade do século XIX foi distinto por uma singularidade: existia um processo de modernização que ainda convivia com a escravidão. A presença dos herdeiros da Casa de Bragança no Brasil decorreu até 1898 e a República aconteceu como a Independência se fizera – sem a participação popular. O novo regime resultou de um golpe militar.

A então capital, a cidade do Rio de Janeiro, contou com um grande aumento da população devido à abolição da escravidão e a imigração constante de estrangeiros. Além disso, era afetada por todo o gênero de doenças:

(...) existia o espectro da febre-amarela; sem indústria, mandando buscar calçados na Inglaterra, casimiras na França e até palitos em Portugal, com um comércio todo de estrangeiros, com uma agricultura que não cuida do plantio do que possa fazer concorrência a “nações amigas”, e uma literatura que, salvo algumas exceções, vive a copiar os versos do Sr. François Coppée (...) (Luís Edmundo, 2003, p. 26)

Inegável é que tanto o Brasil como Portugal desejavam mudanças. A modernização das instituições seria um caminho. Assim, do nosso ponto de vista, a *Revista de Portugal* é o coroamento de uma singular experiência histórico-cultural, em que as principais problemáticas, tanto no Brasil como em Portugal, estão de uma forma ou de outra presentes pela força da palavra impressa.

#### **1.4.A sedução francesa**

Ninguém mais do que a França tem contribuído para fazer do rude bárbaro do século VI o homem culto do século XIX. (Queirós, 2009, p. 171)

Interessante é notar que Portugal, no final do século XIX, estava ávido de mudanças. Por um lado, a crise política, ideológica e institucional marcava uma longa agonia da monarquia liberal a que se juntou a crise económica e financeira de 1890/91. Por outro lado, o país estava desperto para uma maior consciência cívica, para uma participação mais exigente:

Por toda a parte, um novo capitalismo financeiro, um novo take-off industrial e generalizados fenómenos de êxodo rural incrementaram a urbanização, a terciarização, a massificação e a proletarização das sociedades da chamada “belle époque” ou da “era do imperialismo». Tudo isso criou dinâmicas novas que forçaram os velhos sistemas liberais oligárquicos a procurarem caminhos de democratização para enquadrarem as novas multidões (Sardica, 2011, p. 40)

Por seu turno, o Brasil, depois da emancipação política (1822), consolidava a sua emancipação cultural. Neste processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros, a vertente liberal da ilustração lutava por remodelar o Estado existente. Evidenciava-se, então, a urgência de tarefas como a solução do problema das relações entre o indivíduo e o Estado, a efetivação dos mais elementares direitos como a abolição da escravatura, e o estabelecimento de um Estado democrático, dominado por um sentimento de modernização. No entanto, o movimento também apresentava divergências, como nos lembra Oliveira: “Se por um lado toda a elite modernizadora do final do século XIX pregava a Abolição e a República, por outro os projetos republicanos divergiam entre si no entendimento do que fosse a República” (Oliveira, 1990, pp. 88- 89). Entre as discordâncias, Gilberto Freire e Oliveira assinalaram que o combate ao antigo regime significou um voltar costas aos portugueses representantes do antigo regime, que estariam conotados com o atraso do país:

Fixou-se na fisionomia da República brasileira um como sorriso de otimismo diante de quanto fosse tendência, em nossa vida, no sentido da industrialização, da urbanização e da neo-europeização do ex-Império, cujos traços mais vivamente lusitanos e africanos foram sendo considerados desprezíveis ou vergonhosos. São dessa época um antilusismo e um antiafricanismo (Freire, 1998, p. 671).

José Veríssimo, um dos críticos brasileiros que captou o significado das transformações então em curso, denominou este movimento brasileiro de "modernismo" e destacou que essa corrente de pensamento atuava simultaneamente sobre o entendimento e a consciência. Ou seja, essa ação pretendia superar o atraso cultural. Nesta complexa dinâmica, a França surge como um modelo a seguir:

A civilização cedeu lugar ao cosmopolitismo no horizonte dos escritores. Os hábitos citadinos é que passaram a receber a atenção e o interesse. O cosmopolitismo começou a ser identificado com uma civilização de empréstimo na qual valia sobretudo a cópia da fachada, da aparência. O importante era estar em dia com os detalhes, com a moda, com o cotidiano das cidades europeias, principalmente Paris. (Oliveira, 1990, p. 114)

Assim, enquanto os brasileiros podiam associar a ideia de atraso à antiga metrópole, a ideia de futuro, de modernização cultural estava associada a França. Através da língua francesa os jovens oitocentistas brasileiros descobriram os clássicos da literatura mundial. Foi, ainda, através do francês que a inteligência brasileira divulgou externamente o seu pensamento (Monte Alverne, 1852).

Cronista e jornalista, João do Rio (1881-1921), na crônica “Quando o brasileiro conhecerá o Brasil?”, chama a atenção para o facto de os brasileiros acharem inteiramente inútil conhecer o país onde nasceram, mas demonstrarem veneração por tudo o que se relacione com a Europa.

Atente-se, também, no modo como a circulação de ideias importadas foi importante para o Brasil, particularmente na altura da proclamação da República (15 de novembro de 1889). O historiador José Murilo de Carvalho, no livro *Os bestializados*, destaca que nessa altura as ideias circularam mais livremente:

Entre os republicanos históricos, havia os que se ligavam à corrente liberal spenceriana e federalista à moda de Alberto Sales e dos paulistas em geral, e os que se inspiravam antes na tradição da Revolução Francesa (...) E havia ainda os positivistas que exultaram como o advento do novo regime, julgando ter chegado a hora em que se consideravam destinados a exercerem a tutela intelectual sobre a nação. Mas mesmo entre eles houve divisões – entre a ortodoxia da Igreja Positivista e as variantes civil e militar, que da doutrina retiravam apenas os aspetos que mais interessavam à ação política. (Carvalho, 2005, pp. 24-25)



Ou seja, a República despertou várias correntes ideológicas e produziu uma certa leitura positivista predominante<sup>22</sup>. Entre os indícios da influência positivista encontramos a divisa “Ordem e Progresso”, presente na bandeira brasileira, denotando flagrantemente a prevalência dessa corrente de pensamento. Afinal, a Igreja positivista possuía como lema: “O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”. Consta que até o bispo do Rio de Janeiro se recusou a abençoar a bandeira, declarando que ela encerrava uma matriz espiritual diferente da católica.

Não temos dúvida de que a cultura francesa sempre esteve muito presente no Brasil, influenciando o comportamento das elites, determinando modelos de vida social e referências intelectuais, desde a filosofia até à moda, da gastronomia à literatura. Historicamente, as tentativas francesas de invasão do Brasil registam-se desde os primeiros tempos da colonização<sup>23</sup>. Mas a relação do Brasil com a França está definitivamente associada à transferência da corte portuguesa para o Brasil<sup>24</sup>. Em terras brasileiras o regente declararia guerra à França – no primeiro de maio de 1808 –, assim como seu exército invadiria a Guiana Francesa, a 3 de dezembro. Brasil e França não manteriam mais relações diplomáticas ou comerciais até à assinatura da paz em 1814. Logo em seguida, em 1816, decorreu aquela que ficou conhecida como a “Missão Francesa”. Em 26 de março aportou no Rio de Janeiro um grupo de artistas franceses, liderados por Joachim Lebreton (1760 - 1819), acompanhado por Jean-Baptiste Debret, Nicolas Antoine Taunay, Grandjean de Montigny e tantos outros, cujo objetivo é fundar a primeira Academia de Arte no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Para Lilia Schwarcz, com esta “Missão” emerge um “jogo de espelhos”:

Mas projeções existiam de parte a parte. Se os portugueses entendiam a França como o berço da “cultura” e da civilização, já os franceses, cuja curiosidade ficara por tanto tempo represada, viam no Brasil a utopia da terra edênica, da terra sem males e do eldorado

<sup>22</sup> No Brasil o positivismo chegava também à religião. A Igreja Positivista do Brasil foi fundada no dia 11 de maio de 1881 por Miguel de Lemos, na atual rua Benjamin Constant, número 74, no bairro da Glória, no Rio de Janeiro.

<sup>23</sup> A França não admitiu a existência do Tratado de Tordesilhas – estabelecido entre D. João II, rei de Portugal, e os Reis Católicos, a 07 de junho de 1494. No ano de 1555, constituiu a França Antártica, no Rio de Janeiro, e em 1612, no Maranhão, a França Equinocial. As duas tentativas de invasão não obtiveram sucesso.

<sup>24</sup> Como se sabe, em 1806, o governo napoleônico impôs o Bloqueio Continental à Europa. A França exigia que nenhuma nação europeia tivesse relações comerciais com a Inglaterra. O príncipe regente de Portugal, Dom João VI, não aceitou a ordem francesa. Em resposta à intransigência portuguesa, Napoleão ameaçou invadir o território português. Pressionado por Napoleão, o governo português acabou aceitando um plano da Inglaterra para contornar essa situação. Os ingleses ofereceram escolta para que a família real portuguesa se deslocasse até ao Brasil e garantiu que utilizaria suas forças militares para expulsar as tropas napoleônicas do solo português. Em troca desses favores, Dom João VI deveria transferir a capital portuguesa para o Rio de Janeiro e estabelecer um conjunto de tratados que abrissem os portos brasileiros às nações do mundo e oferecessem taxas alfandegárias menores aos produtos ingleses. Assim, em novembro de 1807, a família real e cerca de 15.000 súditos da Coroa Portuguesa saíram às pressas rumo ao Brasil. Dessa maneira, entre os anos de 1808 e 1821, o Brasil se tornou o centro administrativo do governo português.

possível. E assim a colônia seria vista a partir de um novo jogo de espelhos, em que se contrastava a vasta e imaginosa representação (feita de relatos de viajantes de séculos passados), com a nova realidade dos viajantes etnógrafos, que agora carregavam seu depoimento testemunhal. (Schwarcz, 1998, p. 56)

Estes “olhar” tão múltiplo – por um lado, um Brasil envolto em mistério; por outro, uma França que representa o centro do mundo - ainda está presente no final do século XIX, altura da criação da *Revista de Portugal*. De facto, Brito Broca, ao descrever a vida literária no Brasil em 1900, destaca a enorme influência francesa:

Mas não seria de admirar que vivêssemos, vestíssemos e escrevêssemos pelas receitas parisienses, se era bem poderosa igualmente a sugestão de Paris sobre o mundo europeu e ocidental nessa época, tornando-se o centro de atração da humanidade, o maior empório de prazer do planeta. (Broca, 1975, p. 91)

Convém referir, ainda, um aspeto importante: julgamos que Eça de Queirós vislumbrou a sedução que a França exercia sobre o Brasil. Afinal, Fradique lamenta que, em vez de criar uma civilização própria, o Brasil tivesse preferido copiar a França:

Em breve o Brasil ficou coberto de Instituições alheias, quase contrárias à sua índole, e ao seu destino, traduzidas à pressa de velhos compêndios franceses. O Jornal, o Artigo de Fundo, a balofa Retórica Constitucional, e a tirania da “Opinião Pública”, os descaros da Polémica, todas as intrigas da Politiquices, se tornaram logo males correntes. (...) Estava maduro para maiores requintes: e mandou então vir pelo pacote o Positivismo e a Ópera Bufo. Foi uma tremenda orgia: ensinou-se aos sábios a gorjear Madame Angot e vendedores de retalho citavam Augusto Comte... (Queirós, 2014, pp. 396-397)

Acresce que, sem dúvida, a influência exercida pelo escritor sobre o meio intelectual brasileiro é vasta e profunda. Em vida, Eça de Queirós tornou-se muito popular no Brasil, a ponto de não encontrarmos atualmente sequer a preocupação de distingui-lo dos autores nacionais.

Ainda neste contexto, devemos igualmente lembrar – conforme nos recorda a investigação em literatura comparada - que a imagem de um país estrangeiro é, em grande parte, estereotipada e constitui um conjunto de elementos vasto e complexo, em larga medida tributária do imaginário. O que, no entanto, pretendemos enfatizar é que, embora os brasileiros pudessem associar a ideia de atraso à antiga metrópole, a ideia de futuro, de modernização cultural estava associada a França.

No caso português, a influência da cultura francesa é profunda. No entanto, e desde já, cabe referir a advertência de Álvaro Manuel Machado (1984): não devemos confundir influência francesa com francesismo. Afinal, segundo Machado, a influência francesa atravessa toda a literatura portuguesa, ao passo que o “francesismo” corresponde a uma imagem da França, que

começa a formar-se em meados do século XVIII. De facto, como apurou Rodrigues Lapa, “a influência cultural de França condicionou energicamente a nossa poesia trovadoresca, e é por isso anterior a ela e até mesmo à fundação da nacionalidade” (Lapa, 1981, p. 123). Inegável é que, como lembram A. M. Machado e Daniel Pageaux: “todo o século XIX português participa desta influência decisiva da França, tornada cultura privilegiada” (2001, p. 62). Ou seja, segundo Machado, a imagem da França se tornou “francesismo” essencialmente porque, sobretudo com o século XIX, a França era considerada o centro cosmopolita por excelência, núcleo central da cultura e da civilização europeias, exercendo uma incomparável função mediadora entre o Norte e o Sul.

Uma análoga explicação é a de Miguel Real, para quem, desde o governo do marquês de Pombal, “Imitar a Europa passa a ser (...) a suprema palavra de ordem coletiva portuguesa que animará ideologicamente o constitucionalismo monárquico e a I República” (Real, 2006, p. 10). Nessa mesma linha de pensamento, Álvaro Manuel Machado vê o francesismo como um ideal de evolução, passando-se a idealizar a França como sendo o contrário do provincianismo, quer literário quer social:

O francesismo português é, sobretudo, desde a exaltação dos princípios do Iluminismo francês pelos chamados “estrangeirados” do século XVIII, uma aspiração ao progresso, sendo aqui progresso entendido genericamente como europeização. Esta tendência exacerba-se com a Geração de 70. (Machado, 2001, p. 12)

Não deixa de ser curioso o estudo<sup>25</sup>, elaborado pelo professor Gama Caeiro, sobre as epístolas da família Rolland (que se estabeleceu em Portugal em 1770), delineando o seguinte: “a concentração de livreiros franceses em Portugal (...) assinala-se por uma curva ascensional, que se acentua na segunda metade de setecentos e se prolonga pelas décadas do século seguinte” (Caeiro, 1980, p. 13). Ou seja, registou-se uma ampliação do mercado português do livro, incluindo traduções de obras francesas, o que vem a comprovar a apetência pela cultura além Pirenéus.

Devemos ainda lembrar que em novembro de 1807 as fronteiras nacionais foram invadidas pelo exército francês e que aqui permaneceram até 1810.

---

<sup>25</sup> No estudo de Gama Caeiro, *Livros e livreiros franceses em Lisboa nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX*, nota-se um detalhe curioso: muitos dos livros em língua francesa vendidos em Portugal não eram provenientes de França, mas sim da Suíça. Em Genebra existiam muitos contrafactores que ignoravam os privilégios concedidos pelo rei de França aos impressores e livreiros franceses e reeditavam clandestinamente os livros de sucesso. Essas edições piratas eram oferecidas a preços bastante mais favoráveis aos portugueses.

Inquestionável é que tanto os polemistas como os escritores e os críticos tiveram um papel importante na promoção e divulgação das imagens da França. Podemos, hoje sobretudo, pensar que a geração de 70 teve noção da subalternidade cultural de Portugal em relação à França. Registe-se, por exemplo, as reflexões de Eduardo Lourenço que apontam para a existência de um fenómeno de comunicação assimétrica:

Não creio exagerado asseverar que a dialética e a dinâmica mais profundas da nossa cultura moderna se têm articulado (...) em torno dessa relação França-Portugal e dos contornos dessa relação. O síndrome, no seu máximo de ambiguidade, foi vivido, diagnosticado (...) pelo comportamento cultural (...) da geração de 70. (...) A culpa é nossa se nos atrasamos e o remédio consiste em apanhar esse comboio cultural que nos deslumbra. (Lourenço, 1988, pp. 133-134)

De facto, podemos encontrar o tema da influência e da sedução pela cultura francesa em várias fontes da geração de 70. O próprio Eça de Queirós foi permeável às ideias estrangeiras, marcadas sobretudo pela forte influência da cultura francesa: Comte e Proudhon, em filosofia; Flaubert, Maupassant, Zola e Anatole, na ficção; Taine e Renan, na crítica literária. Recorde-se que Eça declarou publicamente a sua admiração pelo escritor Vítor Hugo: “Amo-o em toda a sua luz solar e em todas as suas estranhas manchas” (Queirós, 2009, p. 165). Todavia, saliente-se que para Eduardo Lourenço o que arrelia Eça é a “passividade com que é vivida pela boa sociedade portuguesa a relação com a cultura francesa, só porque a francesa é sinónimo de distinção” (Lourenço, p. 135).

Lembremos, ainda, que no último quartel do século XIX os escritores franceses operaram uma verdadeira revolução na linguagem, mediante a atribuição de um novo sentido às palavras comuns, e a criação de novos vocábulos. Eça de Queirós também aderiu a esta corrente. Seu neologismo morfológico manifesta-se em todas as categorias gramaticais (substantivos, adjetivos, verbos, advérbios de modo). O que queremos dizer é que isto não se dá de maneira aleatória, sem critérios. Segundo Guerra Da Cal, “a respeito do neologismo queirosiano há que dizer que sempre se mantém dentro da genética e da fisiologia potencial do idioma” (1981, p. 110). Os puristas, entretanto, não lhe perdoam. Além de acusá-lo do abuso de termos que não existiam (como os diminutivos “adulteriozinho”, “excessozinho”, etc.), também o acusam de abusar do francesismo e do estrangeirismo:

A maioria desses “gravíssimos” estrangeirismos de vocábulo, em que tanto se tem falado (avenida por alameda, chaminé por lareira, conduta por procedimento, detalhe por minúcia, obra – de um escritor – por obras, e de muitos do mesmo tipo), estão na actualidade tão definitivamente integrados na língua que o leitor comum, que os usa na conversação diária, se surpreenderia muito ao descobrir a grave culpabilidade em que com o seu emprego ainda incorre aos olhos vigilantes dos gramaticões, sentinelas da pureza do idioma. (Da Cal, 1981, p.115)

Numa carta dirigida a Fialho de Almeida, escrita em 8 de agosto de 1888, o escritor deixa claro que não está satisfeito com as críticas que fazem ao seu texto: “O Carlos Valbom acusa-me de escrever à francesa, e com galicismos que arrepiam” (Queirós, 2008a, p. 561).

Qual a melhor explicação para essa atitude do escritor? São razões de ordem subjetiva ou de ordem objetiva? Acreditamos que de ambas. Subjetivamente, Queirós opta pela modernização da linguagem como recurso de criação artística; objetivamente, ele aponta para as condições históricas do uso e do ensino da linguagem. Neste último aspeto, em seu texto *O francesismo*<sup>26</sup>, Eça revela que, desde a infância até à maturidade, esteve sob o constante influxo da cultura francesa. O mesmo tema também está presente no prefácio queirosiano às *Aquarelas de João Dinis*, como na carta que Eça escreve a Oliveira Martins em 10 de maio de 1884: “Da gente portuguesa conheço apenas a alta burguesia de Lisboa – que é francesa – e que há-de pensar à francesa, se algum dia vier a pensar.” (Queirós, 2008a, p. 331)

Historicamente, portanto, Queirós refere-se à fase de assimilação do liberalismo em Portugal, cujo apogeu foi a autodenominada Regeneração (1851-1868); o programa político regenerador assentava num conjunto de reformas de carácter administrativo, económico e social, inclusive pedagógico, cuja aplicação tinha como objetivo fomentar o crescimento económico e ultrapassar os constrangimentos de natureza política e institucional que tinham impedido o país de se aproximar dos níveis de desenvolvimento da Europa. O texto revela o sentido desse constrangimento, assimilado sob a forma de uma política educacional caudatária em relação à cultura francesa:

Em lugar de ser culpado da nossa desnacionalização, eu fui uma das melancólicas obras dela. Apenas nasci, apenas dei os primeiros passos, ainda com sapatinhos de crochet, eu comecei a respirar a França. Em torno de mim só havia a França. (...) Depois ensinaram-me a ler: e o Estado (...) meteu-me nas mãos um volume traduzido do francês (...) apenas entrei na Universidade, fui abrindo o meu rego de bacharel através de livros franceses (...) Tudo francês! (Queirós, 2011, pp. 148 e 151).

Vale insistir, todavia, que, do ponto de vista subjetivo de sua atitude crítica, o escritor pondera a introdução de novos vocábulos na língua, como fica claro na leitura do artigo publicado no jornal carioca *Gazeta de Notícias*:

Este vocábulo “interviewar” é horrendo, e tem uma fisionomia tão grosseira e tão intrusivamente *yanque*, como o deselegante abuso que exprime. O verbo entrevistar, forjado com o nosso substantivo entrevista, seria mais tolerável, de um tom mais suave e

<sup>26</sup> Publicado pela primeira vez, postumamente, em 1912, no volume *Últimas páginas*.

polido. Entrevista, de resto, é um antigo termo português, um termo técnico de alfaiate, que significa aquele bocado de estofado muito vistoso, ordinariamente escarlate ou amarelo, que surdia por entre os abertos nos velhos gibões golpeados dos séculos XVI e XVII. Termo excelente portanto para designar um ato em que as opiniões tufam, rebentam para fora, por entre as fendas da natural reserva, em cores efusivas e berrantes. Mas entrevistar tem um não sei quê de sorrateiro que desagrade – e só alguém com muita autoridade e muita audácia o poderia impor. Interviewar, ao menos, é bruto mas franco. Temos pois de empregar resignadamente este feio americanismo – já que os nossos idiomas neolatinos não estão preparados, na sua nobre pobreza, a acompanhar todas as ruidosas intervenções do engenho anglo-saxónico. Vós aí no Brasil, amigos, possuíis a arte subtil de cunhar vocábulos que são por vezes geniais. Fabricai um que substitua o “interviewar” e sereis benditos. (Queirós, 2002, p. 463)

É certo que ideias modernas necessitam, muitas vezes, de novos vocábulos. Se uma língua se torna ancilosada e não se modifica, certamente ela não está sendo utilizada, é uma língua morta. A linguagem viva do português manifesta a liberdade criadora queirosiana.

Em suma, não temos dúvida de que a França representava a própria ideia de modernidade tanto para Portugal como para o Brasil. Assim, Eça de Queirós, enquanto jornalista em França, acaba por representar uma ponte entre o Brasil, Portugal e as metrópoles modernas. Pelo seu contacto com esse universo cultural, o escritor português transmitiu para o Brasil o sentido da possibilidade constante de modernização, inclusive linguística.

É curioso observar como, em muitos estudos, Eça simbolizou o vínculo natural e cultural com a matriz portuguesa, sem a preocupação de distingui-lo dos autores brasileiros. Ao contrário, há por vezes uma inclinação para considerá-lo como parte de um património comum<sup>27</sup>, o da língua portuguesa, como afirma Gonçalves: “Eça de Queiroz, cidadão da diáspora e do remover inquietante dos mundos (apanágio de génios e visionários), e escritor tão brasileiro quanto português o é pela pátria que a própria língua extrapola, universal.” (2007, p. 13)

Interessante, ainda, é um inquérito elaborado por Gilberto Freire que deu origem ao livro *Ordem e Progresso*. Trata-se de uma série de perguntas que Freire enviou para diferentes pessoas, de Norte a Sul do Brasil, nascidos entre 1850 e 1900, cujos depoimentos foram recolhidos pelo autor para servir a tentativas de interpretação da nação brasileira dos séculos XIX e XX, momento crucial de consciência da identidade cultural brasileira. No que diz respeito à literatura, o resultado do estudo é claro:

---

<sup>27</sup> Estudos mais recentes demonstram que não foram as narrativas de maior apuro intelectual, mais densas e complexas, como *O mandarim* (1880), *A correspondência de Fradique Mendes* (1900) e *A cidade e as serras* (1901) que o tornaram, de imediato, num escritor extremamente popular no Brasil, mas exatamente *O primo Basílio* (1878), de composição talvez menos apurada e personagens caricaturais, de um estilo linear e carregado de sensualismo, que faz lembrar as mais bem-sucedidas telenovelas brasileiras de hoje. O que queremos dizer é que o culto a Eça de Queirós no Brasil foi tão forte que os jovens da *belle époque* brasileira se reuniam num “cenáculo”, à maneira da geração portuguesa de 1870.

Eça de Queirós, continuaremos a ver que foi tanto como Alencar e Bilac uma dessas preferências da parte dos brasileiros requintados, do Norte ao Sul do País, que, como preferências nacionais em sua extensão e em sua significação, concorrem para unificar a aristocracia intelectual do Brasil em torno dos mesmos cultos ou de iguais devoções. (Freire, p. 405)

Ou seja, segundo Freire, Eça de Queirós, “semelhante a um novo santo sobre os seus devotos” (p. 400), contribuiu para a unificação da elite brasileira do início do século XX. Porém, parece que não foram só os brasileiros ilustrados que leram Eça. O escritor Antonio Candido, ao tentar explicar o porquê da existência do “culto” queirosiano, afirma que a projeção do escritor foi vasta: Eça atingiu “até os incultos, pois é destes raros escritores eminentes dotados de uma inteligibilidade que os torna acessíveis aos graus modestos de instrução” (Candido, 2000, p. 14).

A utilização da caricatura é outro motivo apontado por Antonio Candido para o sucesso dos escritos queirosianos no Brasil. Mas, quando Eça utiliza uma espécie de “lógica fantasiosa” que emprega um exagero caricatural, Candido reconhece que este refinamento nem sempre foi compreendido pelos brasileiros.

Uma análoga explicação para o fenômeno é avançada por Eduardo Lourenço que, no texto “Nós e o Brasil: ressentimento e delírio”, enfatiza a incompreensão mútua das duas culturas, assinalando porém a presença ímpar do escritor no universo brasileiro: “Talvez o grande êxito de Eça no Brasil possa explicar-se por um humor, um brilho que o Brasil não tinha então, mas igualmente pela perspectiva satírica que foi a sua da realidade portuguesa.” (Lourenço, 2004, p. 142). Outra justificação para a popularidade de Eça em terras de Vera Cruz é sustentada por Massaud Moisés, que vê no brasileiro uma aptidão nata para acolher de braços abertos tudo o que o vincule à Europa (Massaud, 2002, p. 58).

Inegável é que todo o exposto evidencia a forte presença queirosiana no Brasil, sobretudo na primeira metade do século XX.

## Capítulo II

### **Eça de Queirós e a *Revista de Portugal***

A Revista é a minha obra.

(Queirós, 2008a, p. 593)



## 2.1. Jornalismo e literatura: a realidade vista pelo monóculo de Eça

A indústria é como o jornalismo. Utiliza e absorve muitas aptidões literárias. Necessita, como ele, ter ideias novas sob a pena de descair até arruinar-se de todo, precisa sucessivamente de criar novos modelos e ter sempre invenção, frescura, imaginação e fecundidade inesgotável. (Queirós, 2000, p. 212)

A prestação dos chamados “homens de letras” na imprensa é uma marca indissociável da história do século XIX, sendo possível estabelecer inúmeras articulações entre o campo literário e o campo jornalístico. Por um lado, a presença dos escritores propiciou redações de excelência. Por outro lado e em contrapartida, a literatura também beneficiou da influência da imprensa: o olhar do escritor foi direcionado para o mundo que o rodeia, e a imprensa foi indispensável para a democratização da cultura letrada tendo proporcionado um estímulo à leitura.

É certo que o jornalismo é um lugar de “passagem”, dominado pelo alvoroço transitório do presente efêmero e volátil, ao passo que na literatura há uma maior propensão para a ideia de imortalidade da escrita e da perenidade. Além disso, no jornalismo, o problema da ética profissional leva a que muitos profissionais tenham uma obrigatoriedade de permanência na verdade<sup>28</sup>; no entanto, na literatura, o escritor não está comprometido com a exatidão dos fatos e pode apenas possuir, eventualmente, uma preocupação com o caráter verossímil da realidade representada. Mas será que o jornalismo relata sempre a verdade ou será um construtor da realidade? O que separa o discurso ficcional do discurso não-ficcional? Existe uma fronteira? Filipe Pena acredita que “acaba sempre prevalecendo uma nova realidade, pois ela é sempre socialmente construída, seja pela linguagem, pela cultura ou pelas forças políticas e sociais (...) Não existe um real acabado, definitivo.” (2008, p. 114). Ou seja, não entendemos o jornalismo como uma transcrição da realidade. De fato, como lembra o professor Nelson Traquina, “as notícias ajudam a construir a própria realidade”<sup>29</sup> (2002, p. 95). Apesar de contar fatos e

---

<sup>28</sup> Os jornalistas portugueses regem-se por um Código Deontológico que aprovaram em 4 de maio de 1993, numa consulta que abrangeu todos os profissionais detentores de Carteira Profissional. Na delimitação do direito à informação intervêm princípios éticos pelos quais responde, em primeiro lugar, o jornalista, que deve ter plena consciência da obrigação moral que lhe incube de ser verídico na exposição, no desenvolvimento e na interpretação dos factos: “O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.”

<sup>29</sup> Recorde-se também Alsina: “La producción de la noticia es un proceso que se inicia con un acontecimiento. Pero no hay que entender el acontecimiento como algo ajeno a la construcción social de la realidad por parte del sujeto” (1993, p. 62).

acontecimentos do real, o jornalismo faz um recorte da realidade<sup>30</sup>. Nesse sentido, uma vez que o discurso não ficcional também é uma reconstrução, ambos podem ser considerados como artificiais.

Um caso extremo sucedeu recentemente. A Comissão de Arbitragem, Reclamações e Ética do jornalismo, em Espanha, foi levada a examinar uma suposta entrevista publicada na revista *Diez Minutos* (edição de 28 de maio de 2014). Com uma grande fotografia, a publicação anunciou na primeira página uma "entrevista imaginária" com a então princesa das Astúrias, D. Letizia (atual rainha de Espanha), no décimo aniversário de seu casamento. Os responsáveis pela publicação justificam a opção por acreditarem que recriaram a entrevista com dados confiáveis. São três páginas com o formato clássico de pergunta / resposta, onde a ficção assume o lugar da notícia. Isso será jornalismo? Juan Cebrián afirma que o dilema é complexo: “A ficção é informação muitas vezes. Ainda mais: unicamente através da ficção é possível em certas ocasiões contar alguns acontecimentos da nossa realidade.” (1989, p. 40) Afinal, qual será a fronteira entre ficção e jornalismo?

Ora, segundo Tengarrinha, essa problemática é antiga. Afinal, no século dezanove começou a distinguir-se o estilo literário do jornalístico. Para estabelecer as diferenças, o historiador da imprensa procurou caracterizar o estilo jornalístico, sendo de assinalar as seguintes particularidades:

A sua maior agilidade e vibração, a construção fácil, permitindo uma leitura corrente, por vezes o intencional desequilíbrio e imperfeição formais, visando um maior poder de comunicabilidade, o sentido agudo da oportunidade, que, não raro, sacrifica a perfeição à rapidez, um pendor mais emocional; por outro lado, a análise não tem a preocupação de ser profunda, de dissecar o problema até ao âmago, mas sim de mostrar várias facetas, apresentar sugestões múltiplas, utilizando não o pensamento lento e pesado, mas o raciocínio agudo e ágil, com uma argumentação que apreende de um golpe os principais aspetos e escolhe rapidamente os ângulos mais vulneráveis; o estilo jornalístico deve ter a qualidade de ajustar-se perfeitamente a qualquer assunto, não podendo ser apreciado palavra a palavra, mas segundo a força e a impressão do conjunto. (1989, p. 192)

Por outro lado, não podemos esquecer que o jornalismo também é um ofício da linguagem e, nesse sentido, ao trabalhar com a língua o jornalista aproxima-se do escritor. No entanto, como nos lembra Ledo Ivo: “o jornalismo significa certo uso da linguagem – um uso que não é especificamente literário, pois dispensa (embora não proíba) o timbre artístico e estilístico.” (1986, p. 96).

---

<sup>30</sup> João Carlos Correia afirma que a construção da realidade oferecida pelas notícias deve ser entendida como o resultado da atividade jornalística de “seleccionar, apresentar, estruturar e dar forma” (Correia, 2012, p.85), mas que tal atividade também é comum aos intelectuais e artistas.

Eça de Queirós desempenhou os dois papéis: além de escritor foi jornalista durante toda a sua vida. E Eça até se serve, várias vezes, das suas obras literárias para falar sobre o jornalismo. Mas, lembremos, em primeiro lugar, aquilo que é fundamental no que respeita à participação de Eça de Queirós na imprensa periódica do seu tempo. Esta presença acontece por duas vias: a ficcional, pela inclusão dos seus contos, folhetins<sup>31</sup> e romances nos jornais e revistas; ou pela publicação dos seus próprios textos jornalísticos nos periódicos. No caso da *Revista de Portugal* e do jornal *O Distrito de Évora*, devemos, ainda, acrescentar mais uma particularidade: Eça também atuou como diretor da publicação, um cargo muito personalizado e determinante para a condução das publicações. Segundo o próprio autor, enquanto mentor e diretor da *Revista de Portugal*, a sua responsabilidade é imensa: “sou eu o responsável pela colaboração e o seu organizador: sou eu que reúno os artigos, todos os meses, os disponho, os enfeixo, formo o volume e entrego esse volume manuscrito” (Queirós, 2008a, p. 595).

---

<sup>31</sup> Como se pode verificar, “folhetim”, segundo o Dicionário Houaiss, é usado para designar “texto literário ou trabalho de crítica de literatura e artes, geralmente impresso na parte inferior da página de um jornal”; ou então para nomear “um romance ou novela publicado normalmente em periódicos, em fragmentos ou capítulos”; e serve ainda para qualificar o que hoje designamos por literatura de consumo, uma “obra literária considerada de pouco valor literário”. Será isto suficiente para aclarar a indeterminação conceptual? Em nosso entendimento, não. Tal diversidade de definições apenas distingue, naqueles que são os primeiros jornalistas, fundadores dos periódicos, a simbiose entre o escritor, o homem de pensamento capaz de exprimir as idealidades estéticas em sua leveza, e o cidadão comum a viver diariamente os pesados encargos de sua existência económica, social e política. Enquanto conceção genérica, o uso de um termo específico para designar um novo espaço de comunicação nas folhas impressas de um periódico teve “a primeira ocorrência em francês, compreensivelmente na terminologia da encadernação, (e) seria, pois, de 1790”. (Rodrigues, 1998, p. 202) No entanto, como destaca Ernesto Rodrigues, o género impõe-se num determinado quadro, onde a imprensa deve ser: “informativa, ou divulgadora, e já não só opinativa; relativamente barata, para potenciar assinantes; acessível em locais de venda, antes de ser gritada pelos arduos.” (id, p. 205) Neste sentido, o nome de folhetim designa fisicamente um texto de rodapé, sem prejuízo da novidade do género literário, tendo sido criado e publicado em larga escala como forma de incentivar a venda dos jornais. Em contrapartida, o folhetim ampliou o mercado de trabalho dos literatos, abrindo a oportunidade para a publicação de crónicas, contos, e até mesmo de romances. Mas, pelo seu carácter efémero, o género do folhetim se confunde às vezes com o da crónica. Antonio Candido nos mostra como, em sua evolução histórica, o espaço físico do folhetim deu oportunidade ao exercício da crónica: “Antes de ser crónica propriamente dita foi “folhetim”, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias. (...) Aos poucos, o “folhetim” foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. (...) Ao longo deste percurso, foi alargando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar pela poesia adentro” (Candido, 1984, p. 202)

Ora, atualmente, os manuais de jornalismo nos dizem que a crónica é um género jornalístico redigido de forma livre e apontam para a perspetiva individual de seu autor. Jean Luc Martin Lagardette afirma que na crónica “tudo é possível” (Lagardette, 1998, p. 67), e Massaud Moisés destaca a ambiguidade deste género: “A crónica oscila, pois, entre a reportagem e a literatura, entre o relato impessoal, frio e descolorido de um acontecimento trivial, e a recriação do cotidiano por meio da fantasia” (Moisés, 1997, p. 105). Cabe ainda assinalar que o folhetim, enquanto espaço do jornal, não hospedava apenas a crónica. Esta secção do jornal, precursora da crónica, não obedecia a uma fórmula pré-definida. Paulatinamente, a “cumplicidade” existente entre os dois termos termina e atualmente a crónica ganha autonomia.

Enfim, a crónica oitocentista corresponde a um exercício de intervenção nos acontecimentos da época, que “nasceu” num determinado espaço geográfico, e de que Eça soube servir-se tanto para informar como para julgar um facto e formar uma opinião.

Conforme assegura Elza Miné, os textos de imprensa queirosianos estabelecem uma “forma particular de concretização do literário” (2000, p. 44). Neste sentido acreditamos que Eça de Queirós, enquanto jornalista, examinava a realidade como um suporte de inspiração para a sua narrativa literária, sendo interessante notar, por exemplo, a forma como o tema da decadência, abordado inúmeras vezes n’*O Distrito de Évora*, emerge posteriormente na ficção, como é o caso do romance *Os Maias*<sup>32</sup>. Com efeito, julgamos que a epígrafe presente na obra *A Relíquia* (1887) “sobre a nudez forte da verdade – o manto diáfano da fantasia” ilustra bem a tendência de Eça de Queirós em observar o mundo real, verdadeiro, e o conjugar com uma incursão no imaginário. Ou seja, concordamos com Eduardo Lourenço, quando afirma que “uma das maiores originalidades de Eça foi tratar ou integrar na sua ficção as questões mais graves e candentes da sua época a propósito dos casos mais superficiais ou mundanos” (2006, 39).

Atente-se também que em 1894, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, Eça de Queirós assume que é “uma espécie de Jornalista” (2002, p. 456), mas de si próprio também diz que “sou um simples artista, a minha crítica política é medíocre. Constitucionais, socialistas, miguelistas e jacobinos, de resto, para mim, como romancista, são todos produtos sociais, bons para a arte” (Queirós, 2008a, p. 174). A ideia que desses testemunhos se colhe é esclarecedora: Eça encontrou no jornalismo a oportunidade para usar o prazer da escrita, da sua “arte”. Mas, quando falamos de arte, queremos nos referir a quê, exatamente? Parece-nos evidente que estamos a tratar da literatura, termo polissémico, com várias fronteiras, mas que consensualmente sugere originalidade - a ponto de René Wellek e Austin Warren afirmarem que a literatura é uma atividade “criadora, uma arte” (1976, p. 13). Nesta perspectiva, convém recordar as palavras de Carlos Reis, que explicam a autonomia da literatura finissecular:

A definição da literatura como acto cultural que não busca justificações nem finalidades fora de si próprio pode ser entendida como uma reacção contra a tendência para afirmar a relevância de tais justificações e finalidades. Certamente por isso, determinados momentos da história da literatura – designadamente na segunda metade do século XIX (...) – foram particularmente propícios à afirmação da autonomia do fenómeno literário, relativamente a solicitações de ordem social. Num contexto de aburguesamento da arte, de acentuação da sua utilidade social e da exploração do seu valor comercial, a literatura radicaliza

---

<sup>32</sup> Um outro exemplo paradigmático é o caso d’*As Farpas*, onde Eça ensaia alguns temas (por exemplo a questão da educação feminina) que mais tarde serão abordados nos seus romances. Um caso análogo está presente na epistolografia de Fradique Mendes, reproduzindo a ideia contida na apresentação da *Revista de Portugal* (1995, p. 115) e declarando: “Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade” (2014, p. 214). O interessante é perceber que os dois universos de escrita convivem em harmonia e o próprio Eça assume essa dupla condição. No entanto, como é óbvio, nem todos os escritores recorrem aos acontecimentos do dia-a-dia para estruturar a sua ficção. Por exemplo, recentemente, numa entrevista o escritor Mário de Carvalho rejeitou que a sua escrita seja autobiográfica: “Porque havia de ir buscar os factos reais passados comigo se posso inventá-los?” (2014, p. 26).

mesmo essa autonomia, reclamando-se então dos princípios e valores da arte pela arte.  
(Reis, 1999, p. 49)

Mas, na distância do reportório crítico de hoje, cabe investigar como Eça de Queirós entendia a sua arte. Escritor polifacetado, a sua produção literária está distribuída por momentos distintos: ora de proximidade, ora de distância para com a doutrina naturalista<sup>33</sup>. Mas, o que pretendemos enfatizar é que a constituição da literatura como tema é um processo desenvolvido em vários textos queirosianos.

Uma breve, mas especial atenção, merece o que Eça de Queirós escreveu no prefácio de *Azulejos do Conde de Arnoso*. Afinal, nesse prefácio, a eternidade da obra de arte é destacada: “A arte é tudo – tudo o resto é nada. Só um livro é capaz de fazer a eternidade de um povo” (Queirós, 2000e, p. 110). Ora, parece-nos claro que o próprio Eça não tinha dúvidas sobre o caráter imortal da sua obra literária.

A literatura também emerge como tema em vários romances (surgindo n’*Os Maias*, n’*A Capital!*, etc), sendo de destacar a personagem Gonçalo Mendes Ramires (o Fidalgo da Torre), d’*A Ilustre casa de Ramires*, que, fadado a “restaurar em Portugal o romance histórico”, espelha o trabalho árduo de um escritor em processo criativo, muitas vezes insatisfeito com o resultado de seu esforço.

Uma reflexão, do nosso ponto de vista paradigmática, é a que encontramos no texto “Idealismo e realismo”<sup>34</sup> onde Eça procura esclarecer a diferença entre os movimentos: “Toda a diferença entre o Idealismo e o Naturalismo está nisto. O primeiro falsifica, o segundo verifica”

---

<sup>33</sup> Ainda jovem, nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, no dia 12 de junho de 1871, o jovem escritor falou sobre “A literatura nova. O realismo como nova expressão da arte.” Como se sabe, o texto original dessa comunicação nunca foi encontrado, mas sobreviveram os artigos publicados nos diversos jornais sobre o tema.

Assim, através da leitura do artigo publicado no jornal *A Revolução de Setembro*, no dia 13 de junho de 1871, e assinado por Alberto de Queiroz, podemos observar como Eça defende o realismo, sublinhando que somente na forma do realismo a arte será capaz de servir ao ideal revolucionário e modernizador que o seu grupo tanto almeja. Para Carlos Reis, neste texto, Eça postula o realismo segundo três referências predominantes: “Flaubert, pelo que respeita ao realismo doutrinário propriamente dito; Proudhon, no que toca à orientação reformista e moralizadora que a arte deve adotar; Taine, pela concepção determinista dos fenómenos artísticos.” (Reis, 1990, p. 63).

N’*O Distrito de Évora*, Eça afirmou que “a literatura é a educação das almas” (2000a, p 240). Tal ideia foi repetida no livro *Uma campanha alegre*, onde o autor também assinala a que a literatura romântica vive de criar emoções: “Toda a literatura, teatro, romance e versos educam neste sentido: vibrar, sentir fortemente”. (1980, p. 416). Nesta passagem, Eça de Queirós não está a falar de toda a literatura, mas apenas da literatura sentimentalista, romântica, que caracteriza como estimulando doentamente apenas o lado passional do público leitor.

<sup>34</sup> Este artigo foi encontrado no espólio de Eça de Queirós, escrito a lápis, e possivelmente deveria servir de prefácio de *O crime do padre Amaro* como a resposta de Eça às críticas de Machado de Assis publicadas na revista *O Cruzeiro*, em 16 de abril de 1878. No entanto, só alguns fragmentos são selecionados e publicados com o título “Nota à segunda edição”. O texto integral surge na obra *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas* (1928).

(1928, p. 181). O escritor não está preocupado com a distinção entre realismo e naturalismo, e ironiza a utilização do termo “escola realista”, mas destaca a importância do trabalho de observação da realidade: “a arte moderna é toda análise, de experiência, de comparação. A antiga inspiração que em quinze noites de febre criava um romance é hoje um meio de trabalho obsoleto e falso” (id, p.168). Quer isto significar que, nesta altura, o seu intuito era observar diretamente o real. Ora, é inegável que, nesta altura, Eça de Queirós esteve entregue ao naturalismo. Mas o que dizer de composições como *São Cristóvão* ou *Santo Onofre*?<sup>35</sup>

Não obstante, na obra *O Mandarim*, encontramos um prefácio, em forma epistolar, escrito por Eça de Queirós, em francês: “A propos du “mandarin” – lettre qui aurait du être une préface”, carta endereçada ao “Monsieur le rédacteur de la *Revue Universelle*, datada de 1884, portanto quatro anos após a publicação do texto original, em 1880. Nessa carta, é o próprio Eça quem refere<sup>36</sup> o carácter peculiar da obra, por esta pertencer ao sonho, e não à realidade; por ser uma obra inventada, e não observada. Ou seja, Eça acaba por escrever uma obra híbrida: mesclada de realidade e de fantasia<sup>37</sup>.

Pode dizer-se, pois, que Eça viveu e sentiu a literatura através de vários prismas e as suas reflexões e posicionamentos acompanharam ora o “sonho e a fantasia”, ora a observação do concreto, da realidade. Assim, as apreciações escritas pelo jovem, em Évora, são sem dúvida diferentes das que emergem no discurso maduro do escritor no final do século em Paris. No entanto, do nosso ponto de vista, ao longo de toda a sua vida existe uma interdependência, inevitável, entre a obra literária e a jornalística.

De facto, não temos dúvida de que os textos queirosianos, publicados na imprensa, constituem um importante legado que revela a atmosfera do fim de século. Julgamos que esta faceta queirosiana foi determinante para o seu percurso de vida literária. Ao trabalhar com a linguagem, o jornalista aproximou-se do romancista; ao trabalhar sobre os factos sociais, ficou mais perto do historiador e, acrescentamos, do diplomata. Carlos Reis, na Nota Prefacial à obra *Textos de Imprensa IV (Gazeta de Notícias)*, acrescenta que as crónicas periodísticas queirosianas podem ser entendidas como uma autobiografia:

---

<sup>35</sup> Entre 1890 e 1893 Eça de Queirós dedicou parte da sua atividade literária à escrita da vida de três santos: *São Cristóvão*, *Santo Onofre* e *São frei Gil*.

<sup>36</sup> Na carta-prefácio destacamos: “et cependant par cela même que cette oeuvre appartient au rêve et non à la réalité, qu’elle est inventée et non observée, elle caractérise fidèlement, ce me semble, la tendance la plus naturelle, la plus spontanée de l’esprit portugais (Queirós, 2003, p. 7)

<sup>37</sup> Não cabe aqui aprofundar o tema, mas devemos ainda lembrar que o conceito “realidade” é muito ambíguo. Segundo Paul Watzlawick “não existe uma realidade absoluta mas apenas concepções de realidades subjetivas e muitas vezes contraditórias” (1991, p. 127)

Mais do que o retrato de um tempo e de uma sociedade (ou, se se preferir, para além disso), as crónicas queirosianas são um pouco da autobiografia espiritual de um escritor que sempre resistiu a escrever uma autobiografia formalmente entendida como tal. (Reis, 2002, p. 11).

Entre a ficção e a realidade, é certo que o jornalismo acompanhou Eça de Queirós ao longo de toda a sua vida. E, na opinião de Gaspar Simões, “esse primeiro contacto com a mesa de redação obriga-o a um conhecimento da realidade que só o jornalismo pode dar, endurece-lhe a pena e modera-lhe a fantasia.” (Simões, 1961, p. 127).

Passemos então a um outro aspeto: o que o escritor entendia por jornalismo? Acreditamos que Eça de Queirós considerava o jornalismo como uma missão pedagógica de intervenção, um bem social capaz de educar o cidadão e lutar contra a indiferença generalizada. Nesta perspetiva, Eça de Queirós expõe, nas páginas do jornal *Distrito de Évora*, algumas ideias sobre a imprensa periódica. Elza Miné (1986, 14-20) assegura que tais ideias compõem uma verdadeira “teoria do jornalismo”, na medida em que evidenciam as principais funções da imprensa: informar; interpretar; atuar e intervir. Miné destaca ainda que Eça concebia um jornalismo de projeção para o futuro, onde era necessário relacionar os factos para melhor compreender e fazer entender. Para a autora, Eça apreende e expressa a realidade de uma forma subtil:

Nos textos (jornalísticos), decorrência que são dessa situação particular de produção de linguagem, centrada na funcionalidade comunicativa, estão presentes as marcas de contato, de integração e convencimento do leitor, e ainda, e sempre, a manifestação clara de uma subjetividade de que nunca se abdica. (Miné, 1986, p. 20).

Vejamos, logo no primeiro número de *O Distrito de Évora*, que fora posto a circular no dia 6 de janeiro de 1867, o que Eça de Queirós afirma:

O jornalismo na sua justa e verdadeira atitude, seria a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial. (...) É o grande dever do jornalismo fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os atos culposos, frouxos, nocivos, velar pelo poder interior da pátria, pela grandeza moral, intelectual e material em presença das outras nações, pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça, pelo direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes. (Queirós, 2000a, p. 9)

Pode-se ver que, para o autor, é relevante o papel doutrinário e pedagógico da imprensa. No entanto, em 1878, quando Eça de Queirós elabora a biografia de Ramalho Ortigão, o escritor confessa que não se sente nada confortável no papel de jornalista/professor: “Fiquei aterrado: ensinar! Eu era, sou ainda, em filosofia, um turista facilmente cansado, em ciência um diletante de coxia.” (Queirós, 2000e, p. 29). Modéstia à parte, as dúvidas pedagógicas queirosianas

acabaram por cessar. Afinal, passados pouco mais de vinte anos, em 1889, no programa da *Revista de Portugal*, o escritor afirma que a imprensa é fundamental para a educação do espírito (1995, pp. 109-116); e em 1894, na *Gazeta de Notícias*, deixa um alerta: a imprensa “no lugar de educadora se tem lentamente tornado uma viciadora do espírito e dos costumes” (2002, p. 457). Logo a seguir, em 1897, na *Revista Moderna*, Eça confirma esta ideia ao escrever que “o melhor serviço desta *Revista* será quando nos guie através da obra incessante da Civilização” (2005, p. 49).

Sublinhamos, ainda, que na obra jornalística queirosiana é visível uma forte crítica social e está presente o combate à decadência e à inércia do país. De facto, numa sociedade onde o analfabetismo reinava, o jornalista Eça de Queirós ainda tinha que conquistar os poucos leitores existentes.

Ao pensar sobre o jornalismo o escritor contribui para a avaliação e caracterização da imprensa oitocentista. Assim, no artigo “Palavras sobre o Jornalismo Constitucional”, publicado em julho de 1870 no jornal *A República* (fundado e dirigido por Oliveira Martins), encontramos uma crítica aos jornais da época que são acusados por Eça de não promoverem a discussão pública e de só estarem preocupados com o lucro. Além disso, segundo Queirós, “nem sequer tem as qualidades da forma (...) O seu estilo é banal, frouxo, gasto, passado” (Queirós, 2011, p. 92).

É inquestionável que, ainda hoje, o jornalista, na sua busca diária pela informação, vive numa luta desenfreada contra o tempo. Ora, Eça descreve essa pressão que envolve a atividade jornalística como uma ação ininterrupta que se encontra muitas vezes acossada pelo poder dominante e a apatia generalizada:

O jornalismo não sabe o que é o abatimento moral, o cansaço, a fadiga, o repouso. Se ele repousasse, quem velaria pelos que dormem? É áspero, trabalhador infatigável para quem não há noite nem aurora; a luta é terrível, é necessário conservar uma consciência satisfeita e uma energia poderosa para desprezar as calúnias, para afrontar os tédios e os desgostos, fazer face às hostilidades viperinas e incessantes que os poderes promovem, lutar, trabalhar, ter as suas convicções puras e fortes no meio do ódio de uns, do desleixo dos outros, da apatia de todos. (Queirós, 2000a, p.10)

Registe-se ainda um outro ponto importante: a ideia de que o jornal de ontem joga-se fora. No jornal *O Distrito de Évora*, Eça de Queirós já demonstra ter plena consciência da natureza efémera do jornal, quando afirma:

O jornalista (...) trabalha, derrama ideias, sistemas, filosofias sociais e populares, estudos refletidos, improvisações, defesas eloquentes, nobres ataques da palavra e da ideia; pois bem, tudo isso passa, morre, esquece; aquela folha delgada e leve onde ele põe o seu espírito, a sua consciência, a sua alma, perde-se, desaparece, some-se, sem esperanças de



vida, de duração, de imortalidade, como uma folha de árvore ou como um trapo arremessado ao monturo. (id, pp. 10-11)

Neste sentido, destacamos outra observação queirosiana, também d'*O Distrito de Évora*, que prende-se com a ideia de que no jornalismo os factos são passageiros, breves, momentâneos, mas que podem perdurar e ter consequências, sendo o jornal um “arquivo da opinião moderna” (id, p. 11).

Tal consideração leva-nos a pensar sobre a relação que existe entre os jornais e a História. A questão do conhecimento histórico na cultura de um povo, e os seus desdobramentos na vida individual, é um tema recorrente na obra de importantes pensadores do século XIX europeu, e Eça de Queirós não foge à regra, dedicando ao tema um longo artigo sobre as ciências históricas n'*O Distrito de Évora*<sup>38</sup>. Ora, no nosso mundo contemporâneo, já se considera o jornalista como um “historiador” do tempo presente. Pensamos que Eça de Queirós sentiu alguma familiaridade entre o jornalismo e a História. Afinal, importa observar que Eça viveu num mundo sob o forte impacto do surgimento das “ciências do espírito”, por oposição às “ciências da natureza”. Acreditamos, assim, que, em Eça, as atitudes do jornalista e do historiador são partes de uma mesma intenção informativa. Ambos têm uma grande preocupação com a procura da verdade. Para ele, “as ciências históricas são a base das ciências sociais” (2000a, p.22). Ou seja, para Eça de Queirós, como acaba de se tornar patente, não se pode compreender nada da realidade, não se pode estudar nada sem a História, porque tudo o que é real e existe tem história, é histórico. De acordo com este viés, a ciência, o jornalismo e quaisquer outras disciplinas estão subordinados à historicidade dos factos. Será, assim, do ponto de vista da História que o jornalista adquire uma visão global dos acontecimentos, e procura, como numa investigação, aqueles factos que são considerados os mais importantes na ordem causal. Sem o sentido da historicidade dos factos, faltaria ao jornalista esta visão global do tempo, e ele se perderia na superficialidade e no impressionismo dos factos ditos interessantes:

O jornalismo ensina, professa, alumia sobretudo; é ele o grande constituidor do futuro (...) A história leal, verdadeira e elevada, pela filosofia que encerra, pelos métodos políticos que esclarece, pelas tradições que destrói e que consagra, pelas individualidades cujas influências estuda e penetra, esclarece e funda a política do futuro. (Queirós, 2000a, pp. 11-22)

Transcorridos trinta anos da publicação n'*O Distrito de Évora*, sendo já um escritor conhecido, Eça volta a falar sobre a ligação entre jornalismo e História na *Revista Moderna*,

---

<sup>38</sup> Tal indicação nos parece clara, pois no primeiro número de *O Distrito de Évora* ele visa um conceito de jornalismo, e no segundo número ele subordina o seu pensamento ao título “As ciências históricas”.

destacando a dificuldade de reportar os factos sociais em profundidade: “Ora, fazer rapidamente, e cada semana, esta simplificação concentrada da história (...), é tarefa mais ardue do que fabricar uma nobre teoria social ou desenrolar uma nova fórmula de arte.” (Queirós, 2005, p. 47).

Atualmente, o jornalismo continua a pretender dar a conhecer e fazer compreender ao maior número possível de leitores os acontecimentos da vida, quer sejam de natureza política, social, económica, etc. Entretanto, o estilo de Eça de Queirós jornalista está ainda bem longe do atual. O facto de o periódico do século XIX ser um desenvolvimento dos debates parlamentares e das polémicas políticas confere-lhe um carácter grandiloquente bem distinto da linguagem direta do jornalismo moderno.

Mas será que, com o passar do tempo, a conceção queirosiana de jornalismo sofreu alguma alteração? No programa de apresentação da *Revista de Portugal*, o escritor afirma que os jornais estão “diária e militantemente absorvidos na informação e na polémica” (Queirós, 1995, p. 109). Ora, tal consideração já fazia parte da atribuição de funções da imprensa desde a época d’*O Distrito de Évora*, confirmando-se assim que os princípios defendidos pelo jovem jornalista permaneceram ao longo do tempo. De facto, ao observarmos o Programa da *Revista de Portugal*, constatamos que a prática doutrinária permanece. Afinal, Eça pretende “Criar um órgão especial e profissional de Crítica, onde essa função educadora se exerça com autoridade e segurança.” (1995, p. 112).

Na apresentação da *Revista Moderna*, Eça de Queirós descreve o jornalismo como uma exposição abreviada de uma sucessão de acontecimentos: “A notícia e a imagem são com efeito os resumos supremos, postos em curvas linhas e finos traços, de vastos e complicados movimentos do Pensamento e da Ação” (Queirós, 2005, p. 47).

Passados vinte e sete anos após a publicação do artigo “Palavras sobre o jornalismo constitucional”, Eça de Queirós não se inibe e volta a denunciar as imperfeições do jornalismo. Assim, em 26 de abril de 1894, na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, destacamos: “Incontestavelmente foi a imprensa, com a sua maneira superficial e leviana de tudo julgar e decidir, que mais concorreu para dar ao nosso tempo o funesto e já irradicável hábito dos juízos ligeiros” (Queirós, 2002, p. 458). Aqui, é o valor ético de sua conceção que a mantém viva e intacta em relação às exigências do jornalismo atual. A mesma ideia repete-se na ficção. Em *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900), a personagem troça dos periódicos afirmando que “o jornal, que oferece cada manhã, desde a crónica até aos anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera” (2014, p. 309), que corresponde a uma “nova escola de

Intolerância” (id., p. 314) e que “é não só o Pai da Mentira, mas o Pai da Discórdia” (id., p. 315). Segundo Fradique, os grandes vícios do jornalismo da época são a superficialidade no trato dos acontecimentos, a acusação sem provas, a falta de rigor no apuramento dos factos, o abuso dos estereótipos, o jornalismo como fator de projeção social e vaidosa, o sensacionalismo, a falta de originalidade na forma de noticiar, o favorecimento e o abuso do poder jornalístico, o jornal como publicação partidária, e a falta de objetividade. Embora sejam críticas de ontem, sua força de verdade, para nós, ainda é de hoje.

Oportuno, então, será tentar esclarecer alguns pontos dessa escrita jornalística queirosiana. Existe, sem dúvida, uma marca pessoal que representa a intervenção do próprio autor e da sua cultura. Ao realizar a sua narrativa dos acontecimentos, Eça apresenta-a como o resultado da sua observação, muitas vezes com um filtro irónico. Devemos, no entanto, lembrar que o “tempo” da notícia era outro: o acontecimento normalmente já tinha terminado quando era conhecido.

De facto, no final de oitocentos o jornalismo português ainda era um meio curioso: “fazer jornalismo confundia-se com fazer política ou com o fazer literatura. Os “jornalistas” eram, sobretudo, “escritores de jornal” e políticos que faziam da colaboração com periódicos uma ocupação amadora” (Sousa, 2011, p. 82).

Pelo apresentado, estamos em condições de reconhecer que Eça de Queirós encontrava-se numa fronteira e transportava as ideias de um domínio para o outro, enriquecendo o jornalista com o escritor e vice-versa. Pode dizer-se que, enquanto jornalista, Eça contava “estórias” contemporâneas e deixava o passado para a ciência histórica. Assim, a sua forma de questionar o real caracteriza-se por um particular movimento da imaginação crítica. Afinal, o que diferencia o jornalismo e a literatura não é o facto de um seguir a realidade e a outra a ficção. Acreditamos apenas que a imprensa está sujeita a fórmulas e normas estabelecidas, ao passo que a literatura possui a liberdade de inventar as suas próprias fórmulas.

Inquestionável é o facto de que os textos publicados na imprensa por Eça de Queirós superaram a ideia de efémero. Afinal, a imortalidade do autor já foi consagrada na obra *O cânone ocidental* por Harold Bloom.

## 2.2. Breve percurso jornalístico

Com efeito, é na imprensa que Eça de Queirós se inicia, ainda muito jovem, como escritor, com um texto intitulado “*Notas Marginais*”, no jornal *A Gazeta de Portugal*. Publicados em duas séries – a primeira ao longo de 1866 e a segunda nos últimos meses de 1867 - os folhetins foram postumamente reunidos no volume intitulado *Prosas Bárbaras* (1903). Estes primeiros textos de iniciação<sup>39</sup> despertaram a curiosidade do público, como podemos constatar na afirmação de Jaime Batalha Reis que serve de introdução às *Prosas Bárbaras*: “Os Folhetins de Eça de Queirós foram todavia notados; - mas como novidade extravagante e burlesca” (2004, p. 166).

De janeiro até julho de 1867, período de intervalo entre a publicação dos textos das duas séries da *Gazeta de Portugal*, Eça começou a escrever n’*O Distrito de Évora*<sup>40</sup>. Neste periódico, o ainda jovem escritor analisa a situação nacional, publica crónicas avulsas e redige comentários à política internacional. Ou seja, Eça de Queirós redige duas vezes por semana, sem ajuda, todo um jornal, durante ininterruptos sete meses.

Entre 1868 e 1869, surge a invenção, juntamente com Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, da figura de Carlos Fradique Mendes, que produz algumas poesias publicadas em 29 de agosto, no jornal *A Revolução de Setembro*. A seguir, em outubro de 1869, na companhia do Conde de Resende, Eça parte em direção ao Oriente. Com esta viagem, o jornalista transforma-se em repórter, indo ao local do acontecimento, sendo convidado a assistir à inauguração do Canal

---

<sup>39</sup> Saraiva e Lopes destacam a falta de sequência e o romantismo destes escritos: “A característica dominante destes folhetins é uma certa fantasia que, inspirando-se principalmente em traços da literatura romântica alemã (por transmissão francesa), pouco se preocupa com a coerência judicativa geral, e por vezes com a própria proporção ou unidade de cada texto, mas atinge uma surpreendente novidade temática e estilística em relação às tímidas tradições nacionais.” (2005, p. 858).

<sup>40</sup> Para tentarmos avaliar o alcance dos seus textos n’*O Distrito de Évora*, consideramos os seguintes aspetos: *O Distrito de Évora* era um jornal financiado por José Maria Eugénio de Almeida, destinado a opor-se ao Governo; compunha-se de três páginas de texto (a quarta era destinada aos anúncios), todas escritas pelo próprio Eça, que estaria “ao serviço da ‘unha negra’ do Partido Histórico, ou seja, a esquerda da esquerda”. (Mónica, 2004, p. 11).

O primeiro número d’*O Distrito de Évora* fora posto a circular num domingo, dia 6 de janeiro. O preço de assinatura anual era de 400 réis, ao passo que o preço avulso ficava por 40 réis. Como era típico da época, a redação, a administração e a tipografia do jornal funcionavam, simultaneamente, no mesmo local: na Praça D. Pedro, número 3 – A, que corresponde à atual Praça Joaquim António de Aguiar – edifício onde atualmente se situa a Pastelaria Violeta, na capital alentejana.

N’*O Distrito de Évora*, Eça de Queirós procurava ser testemunha dos problemas da sua época, manifestando um profundo desgosto pela incapacidade de modernização do Estado luso. Tal desgosto era justificado: no final do século XIX, instituições como a Justiça, a Educação e a Saúde eram ineficazes; havia uma incapacidade de os governos encontrarem respostas adequadas para a resolução dos problemas económicos. Predominava a mentalidade rural sobre a urbana. Consequentemente, a indústria era débil e dependia dos capitais estrangeiros. Até mesmo nos campos, com a inexistência de legislação social, a situação era complicada e originava a emigração para outros países da Europa ou para o Brasil. Além disto, as dívidas contraídas ao estrangeiro para propiciar a infraestrutura concebida pelo fontismo também vieram agravar a situação económica.

do Suez. Assim, posteriormente, o testemunho desta viagem surge, nos dias 19 e 20 de janeiro, com o título “De Port Said a Suez” (2000, pp. 5-21), no recém-criado *Diário de Notícias*<sup>41</sup>. Em seguida, o jornal *A Revolução de Setembro*, entre 13 de abril e 8 de julho, acolheu o folhetim “A morte de Jesus” (2001, pp. 283-330) que também foi escrito, embora ficcionalmente, por ocasião da viagem do escritor ao Egito e à Palestina. Em 1870, no *Diário de Notícias*, é publicada a composição ficcional *O mistério da estrada de Sintra*, escrita em parceria com Ramalho Ortigão; devido ao seu grande sucesso, sairá em livro ainda no mesmo ano. Ainda em 1870, no periódico *A República. Jornal da Democracia Portuguesa*, Eça publica o texto “Palavras sobre o jornalismo constitucional”.

Pela mesma altura, fruto de novos rumos estéticos e ideológicos, surgem os textos publicados n’*As Farpas*<sup>42</sup>, que circularam com regularidade entre 1871 e 1872. A meio da redação d’*As Farpas*, Eça parte para o estrangeiro, nomeadamente para Cuba, onde fora colocado como cônsul.

Em Newcastle (1874), Eça inicia (a partir de 1877) a sua colaboração com o periódico *Atualidades*, do Porto, que se prolonga até 1878.

---

<sup>41</sup> O *Diário de Notícias* é o primeiro expoente, em Portugal, da fase do jornalismo industrial onde a imprensa é vista como um negócio, como uma indústria semelhante às demais. Com o advento da imprensa industrial, o trabalho nas redações alterou-se substancialmente cederam, gradualmente, lugar a redações com várias dezenas de profissionais, nas quais o repórter adquiriu importância crescente em contraponto ao “escritor de jornal”. Se noticiar era a principal incumbência dos jornais industriais, então as técnicas de redação foram rapidamente contaminadas pela busca da factualidade, pela separação entre informação e opinião, pelo predomínio da objetividade.

<sup>42</sup> *As Farpas, Crónica Mensal da Política, das Letras e dos Costumes* - este é o título do periódico de Ramalho Ortigão e de Eça de Queirós, que teve início no mês de maio de 1871, em Lisboa, publicado pela Tipografia Universal, de Tomás de Quintino Antunes (“impressor da Casa Real”), na Rua dos Calafates, 110. Durante os dois primeiros anos de existência, o periódico contou com a colaboração dos dois escritores. Todavia, por causa de seu ingresso na carreira diplomática, Eça foi transferido para Cuba como cônsul, e terminou a sua colaboração em setembro/outubro de 1872, o que não impediu que a publicação perdurasse por mais de dez anos apenas com Ramalho Ortigão, embora com o nome de Eça e Ramalho na capa. Note-se que houve uma segunda edição d’*As Farpas* onde ocorreu a separação dos textos de Ramalho e Eça. As crónicas queirosianas foram reunidas no volume com o título *Uma campanha alegre*; e as crónicas de Ramalho Ortigão foram distribuídas por quinze volumes (temáticos ou anuais) sendo ainda publicados dois volumes correspondentes as *Páginas Esquecidas* e mais um tomo das *Últimas Farpas*.

Com uma capa num tom beije tijolo, alaranjada, onde figura um desenho de um diabo da autoria de Manuel Macedo, o primeiro número d’*As Farpas* chamou logo a atenção do público. De facto, segundo as investigações de João Medina, a publicação de maio de 1871 obteve um grande acolhimento, tendo sido impressa uma segunda edição do mesmo número. Ao seu discípulo de Coimbra, João Penha, Eça explica que *As Farpas* pretendem ser um “jornal de luta, jornal mordente, cruel, incisivo, cortante, e sobretudo jornal revolucionário” e não oculta o seu modelo “São as Guêpes de Karr” (Matos, 2008, p. 49). Este periódico trata da polémica que envolveu o escritor e os brasileiros e teve início quando Eça e Ramalho se dedicaram a escrever sobre a visita a Portugal de D. Pedro II, Imperador do Brasil e representante da dinastia portuguesa dos Bragança, consagrando-lhe um número inteiro d’*As Farpas* denominado “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”.

Durante dezassete anos, entre 1880 e 1897, ainda que com alguns intervalos, Eça de Queirós elaborou textos jornalísticos para a *Gazeta de Notícias*<sup>43</sup>, do Rio de Janeiro. Ao iniciar a colaboração com a *Gazeta*, Eça estava na Inglaterra mas, em 1888, o escritor passa a residir em Paris. Assim, os leitores portugueses e brasileiros acabam por “entrar” no ambiente “moderno” europeu através do olhar crítico do jornalista. Retenha-se, ainda que é na *Gazeta*, e segundo os estudos de Elza Miné, que Eça de Queirós surge como mentor e responsável do primeiro “Suplemento Literário” existente no Brasil, com seis números publicados.

No entanto, alguns dos seus projetos nunca se concretizaram: em 1894, com Alberto de Oliveira, Eça de Queirós desenvolveu um plano para o lançamento de uma nova revista *O Serão*, mas esse plano nunca se chegou a realizar. Segundo o testemunho de Alberto de Oliveira, a ideia inicial era fazer reviver a *Revista de Portugal*, de forma mais modesta e acessível: “os seis primeiros números estavam prontos a publica-se, a capa da revista saía já, em originais linhas e cores, do pincel do grande pintor Columbano” (Oliveira, 1918, p. 45) Infelizmente, Eça regressou a Paris e logo depois faleceu.

Foi por confiar na capacidade de intervenção cívica dos seus escritos que Eça de Queirós planeou, fundou e dirigiu a *Revista de Portugal* (1889-1892)<sup>44</sup>, uma publicação mensal que contou com a colaboração de intelectuais brasileiros e portugueses. Apesar da brevidade da sua vida, a *Revista de Portugal* firmou-se como uma das mais cultas e elegantes publicações da sua época, visando o universo lusófono.

Além disso, o público brasileiro também pôde contar com os textos jornalísticos que Eça publicou na *Revista Moderna*, periódico publicado em Paris, entre 1897 e 1898. Muito luxuosa, administrada pelo jornalista brasileiro Martinho Botelho Filho, era dirigida a um público culto e sofisticado. Logo no artigo de apresentação da revista, Eça confessa que escreve a pensar “naqueles que vivem longe da Europa, e todavia incessantemente olham para a Europa” (2005, p. 49). Foi na *Revista Moderna* que Eça publicou *A Ilustre Casa de Ramires*<sup>45</sup> e alguns dos seus contos como “A perfeição”, “José Matias” e “Suave milagre”.

---

<sup>43</sup> No quarto capítulo vamos procurar avaliar a importância da *Gazeta de Notícias* e do seu *Suplemento Literário*.

<sup>44</sup> Como este periódico trata o tema central deste estudo, no segundo capítulo teremos uma análise mais pormenorizada da revista em questão.

<sup>45</sup> A 14 de novembro de 1890 a *Revista de Portugal* publicou um anúncio da futura publicação de um conto intitulado *A ilustre casa de Ramires*. Em novembro de 1895 aparece no Porto o primeiro número da revista *A Arte* e nesta publicação aparece um breve fragmento da *Ilustre casa de Ramires*. Finalmente, em 1897, a *Revista Moderna* publicou vinte folhetins do romance. No entanto, a publicação foi interrompida devido à morte do autor.

Pontualmente encontramos também algumas contribuições do autor dispersas em vários jornais e revista da época, como no *Atlântico*, na *Ilustração – Revista quinzenal para Portugal e Brasil*, no *Almanaque das senhoras portuenses (literário, científico e ilustrado)*, no *Almanaque Ilustrado* (da Parceria A. M. Pereira), nos jornais *O repórter*, *O fluminense* e no *Tempo*. Uma outra observação prende-se com o facto de em 1896 ter sido publicado o primeiro *Almanaque enciclopédico*, editado por A. M. Pereira, no qual Eça colaborou.

Deste longo percurso jornalístico, é de realçar também a capacidade que Eça revelou para criticar os costumes do seu próprio povo. É um sinal de maturidade. Um povo que não é capaz de rir de si mesmo, de se criticar, de realizar uma autoanálise, não chegou à maturidade. Cabe, ainda, assinalar que, se Eça de Queirós se dedicou ao jornalismo por razões financeiras, tal pressão foi frutífera tanto para o escritor como para o jornalista, tendo como resultado uma obra híbrida particular.

### **2.3.Eça e a *Revista de Portugal***

O que sabemos

É quase nada o que sabemos  
de nós, do que somos, do frêmito  
que nos empurra, débeis duendes,  
à cena ambígua da existência. (...)

do risco que estava correndo,  
da imperdoável imprudência  
de dar sopro ao ser cujo empenho  
é do deus que o criou ir além, (...)

Perguntas sem resposta ou senso,  
cinzas que se espalham ao vento,  
restos mortais de um frio poente  
que nos lançou no esquecimento,

no anódino vaivém de um pêndulo,  
à margem daquele supremo  
momento para além do tempo  
em que ninguém nos mede ou prende  
(poema inédito de Ivan Junqueira)

A epígrafe que serve de ponto de partida para algumas reflexões sobre a *Revista de Portugal* é um poema inédito do imortal brasileiro Ivan Junqueira (1934-2014) onde o questionamento sobre “o que sabemos” apela aos sentidos, à razão, à alma, ao frêmito. É

justamente essa vibração, esse sussurro interno que acreditamos ter acompanhado Eça ao longo da sua vida. A *Revista*, ambição do espírito queirosiano, corresponde ao sonho. São os nossos sonhos, muitas vezes difíceis de concretizar, que nos conduzem, que nos fazem ampliar horizontes. De facto, para Lopes de Oliveira “a ideia de criar uma revista é talvez a ideia dominante - a ideia mestra de toda a atividade literária de Eça de Queirós” (1944, p. 245). Acresce que, no romance *Os Maias*, João da Ega e Carlos Maia almejam criar uma revista, “um aparelho de educação superior” (2004, p. 565) que deveria ser uma cópia da *Revista dos dois mundos* e que, curiosamente, deveria ter como título *Revista de Portugal*. É inquestionável: Eça sempre sonhou fundar uma revista e, em carta a Ramalho Ortigão, afirma que a necessidade de ação cívica justifica o seu desejo:

Isto é um empreendimento de literatura e não de dinheiro – e eu ganharia mais a meu gosto e em maior quantia, continuando a fabricar romances. Mas tive, como qualquer chauvin, o meu fogacho de patriotismo. A Imprensa que entre nós domina, fala de alto, faz e desfaz a História – é mais sórdida e vil que o vômito de um ébrio; por outro lado não há em Portugal um bocado de papel onde se discutam seriamente, e com especial saber, as coisas vitais do País, onde as obras tenham o seu comentário, e onde se produzam os espíritos elevados, que hoje (...) não têm um jornal decente onde decentemente digam o que pensam. Ora, nestas condições, eu decidi sacrificar-me, e fundar esse bocado de papel. É, até certo ponto, um ato patriótico. (Queirós, 2008a, p. 607)

Apesar da sua curta vida, a *Revista de Portugal* firmou-se como uma das mais eruditas e elegantes (em termos de conceção) publicações da sua época. O próprio Eça, numa carta ao conde de Ficalho, datada de 26 de outubro de 1888, esclarece que a revista seria mensal, teria entre 130 e 160 páginas e seria impressa com “papel superior (...) A colaboração é paga a razão de 1\$500 a 2\$000 rs. a página” (Queirós, 2008a, p. 593). Com a revista, Eça pretendia modificar o panorama cultural da altura e visava tanto o público português como o brasileiro<sup>46</sup>:

A *Revista de Portugal*, sendo portuguesa, é também implicitamente brasileira – e para a leitura dos dois povos que habitam os dois solos foi ela desde princípio criada. Se, como se tem afirmado com razão, na língua verdadeiramente está a nacionalidade – duas nações que põem a sua Ideia no mesmo Verbo formam para os supremos efeitos da civilização uma nação una. (Queirós, 1995, pp. 114-115)

---

<sup>46</sup> Mais uma vez, a produção jornalística acompanha a ficção, sendo interessante notar o testemunho da epistolografia da personagem Fradique Mendes, que reproduz a ideia contida na apresentação da *Revista de Portugal* e declara: “Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade” (Queirós, 2014, p. 214). Aqui, a problemática da lusofonia pode ser suscitada, e relacionada com Fernando Pessoa (Bernardo Soares) e a sua famosa asserção “Minha pátria é a língua portuguesa” (Soares, 1982, p. 17). Parece-nos evidente, pelo menos do ponto de vista histórico do problema, que Eça de Queirós efetivamente contribuiu para a forma cultural e política como hoje ele se apresenta. Neste mesmo sentido, podemos referir-nos também ao escritor brasileiro José de Alencar, quando afirma, no seu romance *Diva*, que “A língua é a nacionalidade do pensamento, como a pátria é a nacionalidade do povo”. (Alencar, 1980, p. 67). Problemáticas de hoje, que refletem meditações antigas.



Ou seja, trata-se da irradiação de um fenómeno relativamente breve, embora marcante, na história cultural luso-brasileira. Sublinhe-se, ainda, que em Portugal, e segundo Óscar Lopes (1987, pp. 11-16), a revista institui um dos primeiros encontros entre a Geração de 70 e a de 90.

Miranda de Andrade (1953), no seu longo estudo sobre a *Revista de Portugal*, destacou o interesse múltiplo que a publicação desperta. Afinal, nela “se entesouram ideias e estudos vindos de diferentes domínios do espírito humano” (Andrade, 1953, p. 67). A par disso, a publicação aspirava reunir na sua colaboração as feições diversas do movimento intelectual oitocentista.

Assim, em julho de 1888, ainda a viver em Londres (e a trabalhar como cônsul em Bristol), a correspondência queirosiana<sup>47</sup> testemunha que o escritor começou a laborar na revista que pensara criar. No início, Eça de Queirós julga que o jornalista Mariano Pina<sup>48</sup> será o seu sócio. De facto, no 15 de julho de 1888, numa carta ao jornalista, Eça destaca a necessidade de acertarem um número modelo para a publicação. Logo a seguir, no dia 22 de julho, Eça comunica a Mariano Pina que já está a trabalhar no programa da revista. Nota-se, entretanto, alguma reviravolta: Pina deixou o magazine e, contrariamente ao que Eça tinha planeado logo no início, a impressão da publicação não será feita em Paris, passará a ser realizada em Portugal. Pessoalmente a vida do escritor também mudou de rumo – Eça deixou o consulado de Bristol e conseguiu lugar no consulado de Paris<sup>49</sup>.

Interessante é sublinhar, mais uma vez, que Eça já vivia em Paris na altura em que fundou oficialmente a revista. Ora, não temos dúvida de que a França representava a própria ideia de modernidade tanto para Portugal como para o Brasil. Assim, Eça de Queirós, enquanto diretor da publicação, em França, acaba por representar uma ponte entre a moderna metrópole e o Brasil e Portugal. Repare-se, no entanto, na acusação de “estrangeirado”, que tantas vezes que lhe foi atribuída. Nesta perspetiva, recordamos António José de Saraiva que afirmou: “O facto de os seus principais modelos serem autores franceses, está na linha de todos os grandes clássicos da língua,

---

<sup>47</sup> O envolvimento de Eça com o projeto da revista está largamente documentado na correspondência que manteve com os seus contemporâneos, como poderemos constatar ao longo do nosso estudo.

<sup>48</sup> Mariano Pina (1860-1899) iniciou estudos de Medicina que teve de abandonar. Fez a sua estreia jornalística no *Diário do Comércio*, em 1878, passou pelo *Diário da Manhã* e foi redator-chefe do *Diário Popular*. Trabalhou como correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Foi diretor revista *Ilustração*, quinzenário que publicou 184 números, entre maio de 1884, data do seu lançamento, e fevereiro de 1892, data do último exemplar editado. Foi secretário da exposição portuguesa de Paris em 1889. Foi ele quem, em 1885, apresentou Eça a Zola. Mariano Pina pertenceu também a um grupo de intelectuais composto maioritariamente por pintores como Silva Porto, os irmãos Columbano e Rafael Bordalo Pinheiro ou José Malhoa.

<sup>49</sup> A transferência do consulado de Bristol para o de Paris aconteceu no dia 28 de agosto de 1888. É conhecido o episódio de receção feito pela Viscondessa de Faria (esposa do ex-cônsul) e relatado em carta, de 19 de setembro, por Eça a Oliveira Martins, onde Queirós sublinha o insólito acontecimento: “Fez-me uma pavorosa cena de berros, de protestos, de imprecações, de ganidos (...) Em resumo a medonha criatura declarou que só ela era o cônsul, aquele consulado era o dela, e não havia ministro, nem legações, nem autoridades que lhe fizessem entregar as chaves” (Queirós, 2008a, p.583).

que sempre assimilaram modelos estrangeiros, como Camões relativamente a Virgílio e a Petrarca” (Saraiva, 1966, p. 258)

Pelo apresentado, estamos em condições de reconhecer a revista como a expressão da consciência da necessidade de modernização da própria cultura lusófona. Tratava-se de um problema de política pública – que visava atestar mudanças, a partir da compreensão das potencialidades dos meios de comunicação que poderiam levar informações contextualizadas aos diferentes públicos, assim como mediar o conhecimento, aproximá-lo do maior número de pessoas e agendar o debate em torno dos temas vitais para a sociedade. Ou seja, compreendeu-se que à imprensa caberia desempenhar alguns papéis fundamentais para o pleno desenvolvimento da política e até introduzir modificações, ainda que de forma difusa, no plano social, cultural, ou económico. Com efeito, na correspondência queirosiana, está muito presente essa aspiração de demonstrar ao mundo, através da revista, que em Portugal também existem alguns pensadores esclarecidos:

Eu desejo fazer dessa publicação (...) uma verdadeira obra nacional, colaborada por tudo o que há de melhor, em todas as especialidades, e mostrando enfim que Portugal não é tão estúpido como por aqui se pensa. Demais a *Revista* seria o órgão dos nossos interesses, perante a Europa, porque uma parte destinada a essa função seria em francês e por engenhoso sistema, a *Revista* penetraria em todas as chancelarias da Europa, e nos gabinetes de todos os homens importantes desde Bismarck até o Papa! (Queirós, 2008a, p. 571)

O que nos parece interessante ressaltar é que, nas diferentes categorias de estudo que encontramos na *Revista* — estudos de natureza social, filosófica, política e literária —, tanto Portugal como o Brasil são sujeitos de imagens e representações importantes para compreendermos a condição cultural dos dois países no final do século XIX.

### **2.3.1. A produção da revista: análise do conteúdo, questões e colaboradores**

A grossura da *Revista*, a cor da capa, os centímetros da altura, o tipo mais ou menos faiado (...) são detalhes, meros detalhes para depois. (Queirós, 2008a, p.562)

Uma forma de valorizar uma revista é apostar nas artes gráficas e decorativas. Esse aspeto começa pela capa da publicação, que normalmente funciona como um sinal do conteúdo do periódico. No caso da *Revista de Portugal*, as capas são sóbrias e sem ilustrações. Tal facto indica que estamos, sem dúvida, perante uma publicação séria. Graficamente, só o título merecia destaque. Editada por Luga & Genelioux, sucessores de Ernesto Chardon, no Porto,

posteriormente agrupada em quatro volumes, a *Revista* circulou entre julho de 1889 e maio de 1892. Era impressa na tipografia de A.J. da Silva Teixeira. Foi publicada em fascículos, em formato in 8º grande (24x16 cm), em papel de boa qualidade. O tipo utilizado era, por norma, “elzevir” número 10. Os títulos eram grafados a 16.

O modelo a seguir, segundo Maria Helena Santana (1994/1995) seria a *Revue des Deux Mondes*. No entanto, recentemente, um estudo efetuado por Teresa Pinto Coelho demonstra a influência do periodismo inglês na conceção e na elaboração da *Revista de Portugal*:

Eça de Queirós conhece bem a Inglaterra vitoriana finissecular, a sua cultura, literatura, política e sociedade, e revela-se confesso admirador da gigantesca, diversificada e inovadora imprensa inglesa da época. Não é por acaso que os periódicos literários que dirige (...) são modelados em jornais e revistas inglesas que, em Paris, escolhe, lê e estuda cuidadosamente. (Coelho, 2010, p. 16)

Cabe, então, a questão: como seria organizada a *Revista*? Quais seriam os principais conteúdos? Julgamos que o fator mais complicado, ao longo de todo o projeto, foi o de conseguir colaboradores para a *Revista*. Recorde-se que, ao longo de 1888, o diretor do periódico escreveu inúmeras cartas solicitando artigos para o empreendimento. De facto, possuímos informação sobre vários pedidos de colaboração. Por exemplo, a 26 de outubro de 1888, Eça escreveu ao Conde de Ficalho. Dois dias depois, a 28 de outubro, seguiu outra missiva, para o Conde de Arnoso, com um teor muito parecido “Em resumo, manda imediatamente a tua autorização para que eu te escreva no Prospeto como colaborador” (Queirós, 2008a, p. 597). Logo no dia seguinte, dia 29, Queirós solicitou a cooperação de Teixeira de Queirós. No dia 31 de outubro, Eça lançou o desafio ao Conde de Sabugosa: “Quer V. meu caro Conde de Sabugosa ser desta panelinha de alta Literatura?” (id, p. 599). No mesmo dia, seguiu também um convite para Teófilo Braga. No primeiro dia de novembro, Eça escreveu a António Enes. Enfim, as solicitações de artigos são inúmeras e perduraram durante o tempo de existência da *Revista*.

Mas quais são as principais características da *Revista*? Na carta que Eça enviou a convidar Camilo Castelo Branco, ficou claro que a revista pretendia ser “expressão fiel da nossa atividade na criação literária, na invenção artística, na investigação histórica, na observação científica, na análise crítica, em tudo quanto é do domínio do espírito, ou imaginando ou estudando” (id, p. 602). Nesse contexto, nomeadamente no dia 25 de julho, numa longa missiva, Queirós explica ao editor<sup>50</sup> Jules Genelioux o que pretende:

---

<sup>50</sup> O primeiro editor de Eça foi Ernesto Chardron (um dos mais destacados industriais portugueses da livraria, com estabelecimento no Porto, a Livraria Internacional) que faleceu em 1885. Sucederam-lhe dois outros

Il n’y a pas au Portugal une *Revue*: cependant le public, en Portugal et au Brésil, est tout-a-fait mûr pour en recevoir une – et la preuve c’est que de petites publications de rien du tout comme l’Occident et d’autres, arrivent à vivre et à prospérer!(Queirós, 2008a, p. 551).

Nesta mesma epístola, em anexo, Queirós enviou-lhe um sumário geral:

Organisation générale du numéro: I – Article à sensation – sur l’œuvre, le fait ou l’événement important du mois; II – Roman, nouvelle ou conte (originel) (illustré, quelquefois); III – Variété (Biographie, art, voyages, fantaisie, mémoires, curiosités, etc) Illustré; IV – Poésie (originelle); V- Le mouvement littéraire, politique, scientifique et social étranger (Paris, Londres, Berlin, Madrid, Rio de Janeiro, tour à tour); VI – Variété (Sciences, histoire, économie, hygiène, philosophie, critique, etc); VII – Chronique politique du Portugal; VIII – Roman, nouvelle, conte (traduits des meilleurs littérateurs très modernes de Angleterre, Allemagne, Italie, États Unis, etc.); IX - Chronique du Luxe et de l’Art (Modes) avec illustrations; X – Lettre du Portugal pour l’étranger (donnant la chronique de notre mouvement littéraire, politique, mondain, etc.); XI – Bibliographie, critique, théâtres. (id, p. 554)

Parece-nos claro que neste programa há uma grande preocupação com a expressão e divulgação do espírito moderno, com destaque para a literatura nacional e europeia. Com a *Revista*, Eça confirma uma intervenção cultural que abrange os dois lados do Atlântico.

Uma outra observação prende-se com o facto de Eça pretender criar uma secção intitulada “Crónica do luxo e da arte”. Façamos, então, uma diminuta perspetiva histórica. Como se sabe, até ao Iluminismo o luxo (como sinónimo de artifício) era condenado moralmente. A partir do século XVIII, há uma mudança de paradigma, e surge a apologia moderna da ostentação e distinção social. Ou seja, ao incluir o tema “luxo” no programa, Eça está a ilustrar a nova lógica que se impõe com a modernidade.

No dia 14 de março de 1889, o jornal *O tempo* (cujo diretor era Carlos Lobo D’Ávila) publicou nas suas duas primeiras páginas uma longa lista de colaboradores da *Revista*<sup>51</sup> e um sumário das secções da *Revista de Portugal*, onde foram introduzidas algumas modificações em relação ao sumário redigido em francês. As secções aumentaram (na carta de Eça ao seu editor eram onze e passaram a doze) e foram criadas novas rubricas como “Notas do mês” (que ficaria

---

franceses, Jules Genelioux e Mathieu Lugan. Em 1893 morreu Genelioux, passando a Livraria Internacional para a posse de José Pinto de Sousa Lello.

<sup>51</sup> A lista dos colaboradores efetivos publicada no jornal *O tempo*, no dia 14 de março de 1889, é a seguinte: Antero de Quental; Anselmo de Andrade; António Cândido; António Enes; António de Serpa; Alberto Sampaio; Bernardo Pindela; Bruno (J. Pereira de Sampaio); Bento Moreno (Teixeira de Queirós); conde do Casal Ribeiro; conde de Ficalho; conde de Sabugosa; coronel Mesquita de Carvalho; Carlos Lobo d’Ávila; Carlos Mayer; Fialho de Almeida; Fernando Leal; Fernando Maia; Guerra Junqueiro; Jaime Batalha Reis; Jaime Moniz; Jaime de Séguier; Jaime de Magalhães Lima; José de Sousa Monteiro; João de Deus; Júlio de Vilhena; Henrique de Macedo; Luciano Cordeiro; Luís de Magalhães; D. Maria Amália Vaz de Carvalho; Miguel d’Antas; Moniz Barreto; Mariano Pina; Oliveira Martins; Pinheiro Chagas; Ramalho Ortigão; Rodrigues de Freitas e Teófilo Braga. Ora, nem todos os que constam dessa lista colaboraram efetivamente com a revista. Interessante é notar a ausência dos colaboradores brasileiros.

agregada ao tópico “Luxo”) e “Crónica Financeira” (como é visível no Anexo IV deste trabalho). No entanto, o fundamental é que o espírito inicial permanece.

De facto, colaboraram efetivamente com a *Revista de Portugal* 66 autores<sup>52</sup>, personalidades de saber reputado, com diferentes formações e direções políticas. Alguns desses escritores, como o próprio Eça de Queirós, usaram pseudónimos. Sublinhe-se que Queirós, na sua estratégia de ocultação de autoria, assinava como *Espectador*. Efetivamente, um pseudónimo de relevo que marca os princípios do intitulado jornalismo cultural. Afinal, esta denominação remete para a publicação inglesa *The Spectator*<sup>53</sup>, fundada em 1711, por Richard Steele (1672-1729) e Joseph Addison (1672-1719). Um periódico culto, mas ao mesmo tempo informal, que segundo Daniel Piza, estava associado à crescente urbanização e à modernização da sociedade:

Em outras palavras, a *Spectator* – portanto o jornalismo cultural, de certo modo – nasceu na cidade e com a cidade. Não por acaso, Addison e Steele comentam com frequência a difícil adaptação de um homem do campo que se mudava para Londres. Até o século anterior, os cavalheiros, homens com estudo e refinamento, moravam em propriedades rurais e desprezavam a rudeza urbana, onde a industrialização que começava causava poluição e atraía pobres. A *Spectator* se dirigia ao homem da cidade, “moderno”, isto é, preocupado com modas, de olho nas novidades para o corpo e a mente, exaltado diante das mudanças no comportamento e na política. Sua ideia era a de que o conhecimento era divertido, não mais a atividade sisuda e estática, quase sacerdotal, que os outros pregavam. (Piza, 2011, p. 12)

Na distância do reportório crítico, podemos apenas interrogar-nos se o pseudónimo queirosiano não foi buscar a sua fonte de inspiração no periódico inglês. Simultaneamente, surge outra questão: quais os motivos para um encobrimento de identidade? Podemos enumerar várias razões: preocupações com a reputação, ou ocultação da orientação política. Em *Horas de Leitura*, Brito Broca interpretou o uso de pseudónimo como uma imposição: homens sérios, com profissões respeitáveis não poderiam assinar com seu próprio nome versos, contos ou crônicas publicados nos jornais. Carlos Reis também apontou alguns motivos de utilização de um

---

<sup>52</sup> Efetivamente colaboraram na *Revista de Portugal*: Oliveira Martins; Jaime de Magalhães Lima; Eça de Queirós; Moniz Barreto; Eduardo Prado; Teófilo Braga; Alberto Sampaio; Rodrigues de Freitas; Luís de Magalhães; Isabel Leite; Rocha Peixoto; Fialho de Almeida; Júlio Brandão; Antero de Quental; Jaime Batalha Reis; Teixeira Bastos; Afonso Vargas; Eduardo Prado; José Monteiro; Augusto Sarmiento; J.M. Queiroz Veloso; Manuel de Oliveira Ramos; Conde de Sabugosa; Manuel da Silva Gaio; Cristóvão Aires; Bernardo Pindela; Oliveira Lima; Ramalho Ortigão; F. d'Ayalla; Álvaro Castelões; Francisco Martins Sarmiento; F. Sá Chaves; Francisco de Almeida; Silva Gaio; Alberto de Oliveira; Venceslau de Lima; Caldas Xavier; Gomes de Brito; Paul Choffat; José de Sousa Monteiro; Maria Amália Vaz de Carvalho; J. C. Berkeley Cotter; Teixeira de Queirós; Sousa Viterbo; A. Malheiro Dias; J. Simões Dias; Nery Delgado; Leite de Vasconcelos; Gaspar Nunes de Arce; D. João de Castro; Monteiro Ramalho; António Feijó; Eduardo Pacheco; Manuel Caldas Cordeiro; Alexandre Braga Filho; M. Caldas Cordeiro; Júlio de Matos; Joaquim de Araújo; Alice Moderno; João Saraiva; Raul Brandão; J.A. Gonçalves; Acácio Antunes, Alberto Bramão; Guerra Junqueiro e Medeiros e Albuquerque.

<sup>53</sup> *The Spectator* continuou a ser popular e amplamente lido nos séculos 18 e 19. Era vendida em edições de oito volumes, que estão disponíveis em <http://www.gutenberg.org/files/12030/12030-h/12030-h/SV1/Spectator1.html>, consulta realizada no dia 20 de agosto de 2014.

pseudónimo: “por convenção arcádia (...), por razões de ordem psico-social, (...) por indução simbólico-cultural (...), por motivos de ordem social (...), etc” (1999, p. 63).

No caso das três mulheres que colaboraram com a *Revista*, uma – Maria Amália Vaz de Carvalho - assinou com um pseudónimo. Ora, sabemos que, na altura, os jornais e os acontecimentos públicos eram considerados espaços reservados aos homens. Assim, usar pseudónimos para despistar preconceitos foi um recurso rotineiro utilizado pelas mulheres um pouco por todo o mundo, inclusive em Portugal.

Inserido neste contexto, segue um quadro com os pseudónimos encontrados na *Revista*:

<b>Autores</b>	<b>Pseudónimos</b>
António Pereira de Eça e Joaquim Mouzinho de Albuquerque	António Joaquim
Teixeira de Queirós	Bento Moreno
Eduardo Prado	Frederico de S.
Jaime de Magalhães Lima	J.L
Eça de Queirós	João Gomes
Maria Amália Vaz de Carvalho	Junius
Oliveira Ramos	Mosar
Oliveira Martins	P. de Oliveira
Oliveira Martins	Spectator
Eça de Queirós	Um espectador
Moniz Barreto	G. Corte Real

De forma a lançarmos um olhar geral sobre todos os conteúdos da *Revista de Portugal*, elaboramos um quadro (cf. o Anexo I), onde os autores que realmente colaboraram com a *Revista* estão todos identificados (sem pseudónimos) e os géneros discursivos assinalados. Legitima-se esta arrumação também pela oportunidade de salvar do esquecimento os singulares textos de autores tão diversos. Afinal, torna-se claro que Eça pretendeu com esta publicação dar a conhecer a um público alargado um escol invejável de colaboradores. O nosso quadro tem como base a divisão original proposta por Eça, publicada no jornal *O tempo*, e explicada no Programa da *Revista*:

A Secção I, mais especificamente afetada pela índole periódica da publicação, é destinada a todos os artigos inclassificados, momentaneamente impostos pela viva urgência duma questão ou pelo absorvente interesse dum excecional sucesso. E esta secção será ainda aproveitada, com frequência para estudos biográficos de homens eminentes de Portugal, do Brasil, doutras nações, acompanhados (...) de retratos (...) A Secção II é consagrada a romances, novelas e contos originais dos escritores que mais se têm ilustrado entre nós nesta forma tão popular da Arte (...) A Secção III pertence aos trabalhos de História, de Filosofia, de Sociologia, de Pedagogia, etc. Nela serão apresentados também estudos de Ciências Naturais (...) A Secção IV é ocupada pela Poesia. Aí encontrará o Público os mais altos poetas de Portugal e do Brasil, e terá o prazer delicado de assistir na estreia dos novos ao desenvolvimento da força poética das duas nações. (...) A Secção V é votada

alternadamente a trabalhos sobre Agricultura, Economia rural, Higiene; sobre atos de legislação e de administração, sobre o funcionamento dos serviços públicos; sobre assuntos coloniais; militares e navais- sobre tudo enfim que mais praticamente se liga com a vida da Nação. A Secção VI é de Crítica literária. Análises das obras mais importantes que apareceram em Portugal, no Brasil e no estrangeiro; estudos de História literária (...) completada por um quadro bibliográfico dos livros publicados no decurso do mês. A Secção VII é reservada à tradução das obras contemporâneas estrangeiras (...) A Secção VIII dará por turnos correspondências de Paris, de Londres, de Berlim, de Madrid, do Rio de Janeiro, retratando o movimento dessas capitais nas Letras, nas Ciências, na Política, no Teatro, na Sociedade, em tudo o quanto pinte os traços distintivos das suas civilizações. A esta secção pertencem igualmente as narrações de viagens, de missões, de explorações geográficas (...) A Secção IX que tem o título de “Crónica do Luxo e da Moda”, não é das que frequentemente se encontrem num Revista (...) A Secção X é ocupada pela Crónica Política (...) a Secção XI está suficientemente definida pelo seu nome de Crónica Financeira. Finalmente, a Secção XII forma como uma recopilação da revista. Escrita em francês, sob o título de *Lettre pour l’Etranger*, e destinada particularmente aos centros em que a nossa língua é totalmente ignorada. (...) (Queirós, 1995, pp. 113-114)

Pode ver-se que há na nossa grelha doze secções. No entanto, algumas secções não chegaram a contar com nenhum artigo, como foi o caso da “Crónica do Luxo”<sup>54</sup> e a “*Lettre pour l’Etranger*”. Boas ideias que não tiveram tempo para serem executadas. Antes de partirmos para uma breve análise dos conteúdos da *Revista*, parece-nos importante observar que da *Revista de Portugal* publicaram-se, desde julho de 1889 a maio de 1892, vinte e quatro números que foram agrupados em quatro volumes. Assim, o nosso quadro possui quatro divisões, uma por cada volume.

O primeiro volume corresponde aos textos publicados entre julho e dezembro de 1889. Como fica claro no quadro, os textos sobre literatura são, sem dúvida, a nota dominante. Moniz Barreto escreve sobre “A literatura portuguesa contemporânea” (texto que será analisado no terceiro capítulo desse trabalho). Fialho de Almeida<sup>55</sup> (1857-1911) colabora com o tema “O

<sup>54</sup> No quarto capítulo ao analisar o *Suplemento da Gazeta de Notícias*, verificamos que Eça tenta repetir a ideia de uma crónica dedicada às mulheres.

<sup>55</sup> Talvez prejudicado pela polémica com o grupo denominado “Os Vencidos da Vida”, nomeadamente com o então respeitado Eça de Queirós, a quem aprendera a admirar na juventude, Fialho de Almeida tornou-se um escritor cuja marcante obra ficcional e cujo papel de renovador da linguagem ficaram à sombra de sua fama de panfletário-mor da literatura portuguesa. Escritor de uma inventiva vocabular única, com destaque para a criação lexical, podemos afirmar que Fialho operou uma verdadeira modernização na linguagem.

Em vida, Fialho publicou quatro volumes narrativos - *Contos* (1881), *A cidade do vício* (1882), *Lisboa galante* (1890) e *O país das uvas* (1893) – e nove de crónicas panfletárias: seis volumes de *Os Gatos* (1889-1894, reunidos pela primeira vez em livro em 1911), *Pasquinadas* (1890), *Vida Irónica* (1892), e *À Esquina* (1903). Postumamente foram publicadas algumas obras que reuniram crónicas e ficções dispersas.

No entanto, apesar de possuir esta vasta obra, Fialho nunca escreveu um romance. O escritor confidenciava aos mais próximos que tinha na gaveta um projeto de grande fôlego literário. Nunca teve tempo – ou disponibilidade – para isso. Ficaram os contos e a vasta e imortal obra publicada na imprensa. Mas as singularidades deste homem de letras não ficam por aqui: controverso, poucas vezes esteve de acordo com o poder - defendeu calorosamente a República e (pouco antes do regicídio) aproximou-se da Monarquia. Crítico e polémico, o seu nome ficou marcado na história da literatura pelo ataque feroz que lançou ao escritor Eça de Queirós. Numa crítica publicada em *O*

caixão”. José de Sousa Monteiro<sup>56</sup> (1846-1909) escreveu “A dança macabra”, uma análise crítica às três Barcas de Gil Vicente. O brasileiro Oliveira Lima<sup>57</sup> (1867-1928) contribuiu com um artigo intitulado “A evolução da literatura brasileira”, onde descreveu a evolução da literatura no Brasil desde o século XVIII até aos fins do século XIX, ou seja, desde Gregório de Matos até Machado de Assis e Sílvio Romero. De assinalar que, para elaborar o seu artigo, Oliveira Lima socorreu-se do Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior (na altura cônsul em Liverpool), como comprova a carta:

Estou preparando – e conto terminar para o mês vindouro – um trabalho (...) sobre a evolução da literatura no atual século, com um prefácio sobre a nossa literatura colonial. Qualquer indicação que me possa dar sobre os nossos vultos literários, qualquer traço desses que constituem a notação de uma psicologia, que me possa oferecer, receberei muito agradecido. (Lima, 2007, p. 308)

Teófilo Braga<sup>58</sup> escreveu sobre “O século XVIII em Portugal” e Luís de Magalhães<sup>59</sup> publicou o conto *A corista*. Francisco Teixeira de Queirós<sup>60</sup>, com o pseudónimo Bento Moreno,

*Repórter* em 20 de Julho de 1888 (mais tarde incluída no volume *Pasquinadas*) considera o romance *Os Maias* como “o trabalho torturante, desconexo e difícil de um homem de génio que se perdeu num assunto, e leva 900 páginas a encontrar-lhe saída.” (Almeida, 1904, p. 269). É plausível cogitar que o confronto entre estes dois titãs da língua portuguesa passe pela avaliação daquilo que o alentejano entendia por mentalidade estrangeirada, pois na sua crítica Fialho assinala que “Os Maias revestem a fisionomia de um livro estrangeiro” (id., p. 283). Por sua vez, Eça, numa carta a Mariano Pina, datada de 27 de julho de 1888, comenta: “O artigo do Fialho – est tout à coté. Quero dizer, dá grandes golpes, mas caem ao lado do livro e fora do livro – nenhum sobre o livro” (Matos, 2008, p. 556). Passado apenas um ano da polémica, surge o projeto referente a *Revista de Portugal*, onde Fialho colabora com Eça e publica dois contos no periódico. No entanto, após a morte de Eça, o escritor alentejano publicou novamente um longo artigo na revista *Brasil-Portugal*, onde voltou a criticar Eça.

Oportuno também será lembrar que Fialho desempenhou várias funções em diferentes empresas jornalísticas. Não viveu fechado nas redações. Foi ao local dos acontecimentos (como um repórter) e captou e interpretou a realidade do seu tempo como um crítico agudo. Se acrescentarmos que Fialho foi redator, isto é articulista, tendo a missão de redigir os artigos políticos (que era a grande ambição de muitos os que se diziam jornalistas) podemos dizer que viveu intensamente o ofício, sentindo na pele os condicionalismos em que se exercia o jornalismo.

Depois da proclamação da República, Fialho fica numa situação crítica e é convidado para participar no jornal carioca *Correio da Manhã*, fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt com o propósito de combater o governo de Campos Sales. Note-se que o *Correio da Manhã* agitou política e literariamente a sociedade brasileira. A colaboração de Fialho é breve: o escritor é obrigado a silenciar a sua voz pois o governo português lhe faz sentir que se continuar a colaboração será exilado. O escritor, então, termina a colaboração. No entanto, os artigos publicados na imprensa do Rio de Janeiro foram reunidos e deram origem ao livro intitulado *Saibam Quantos... (cartas e artigos políticos)*. De salientar, ainda, que o periódico *Os gatos* (principal obra de Fialho) vai ser analisado no quarto capítulo.

<sup>56</sup> José de Sousa Monteiro, escritor e poeta, natural de Cabo Verde, colaborou com as seguintes publicações: *Jornal do domingo: Revista universal* (de Garrido, Augusto de Sampaio); *Revista do Conservatório Real de Lisboa*; (Schwalbach, Eduardo, 1860-1946); *A semana de Lisboa: suplemento do Jornal do Comércio* (Braga, Alberto, 1851-1911); *Serões: revista semanal ilustrada* (1901-1911).

<sup>57</sup> Oliveira Lima nasceu a 25 de dezembro de 1867, no Recife, e morreu a 24 de março de 1928, em Washington. Estudou Letras em Lisboa e trabalhou como diplomata, historiador, escritor e jornalista (foi colaborador do Estado entre 1904 a 1923). Atualmente está nos Estados Unidos o legado do bibliófilo do pernambucano Manoel de Oliveira Lima, composto por 58.000 livros e cerca de 600 obras de arte, entre pinturas, aquarelas, gravuras, mapas, esculturas e mais de 200.000 páginas de correspondência envolvendo 1.400 missivas.

<sup>58</sup> Teófilo Braga viveu entre 1843 e 1924. Nasceu em Ponta Delgada e destacou-se como político, professor e escritor. Chegou em 1861 a Coimbra, onde fez o curso de Direito. Teófilo desenvolveu uma grande atividade em



escreveu a *Pastoral*. A poesia ficou representada pela produção de Guerra Junqueiro intitulada *Ideal Moderno*; Silva Gaio<sup>61</sup> redigiu *Recordações* e o poeta brasileiro Medeiros e Albuquerque<sup>62</sup> divulgou *Vorrei Morire*. Retenha-se ainda que, segundo Heitor Lira, que entre os prometidos colaboradores brasileiros, constavam três poetas – Alberto de Oliveira<sup>63</sup>, Olavo Bilac e Medeiros

---

prol da implantação da República, principalmente a partir de 1872, altura em que assimilou a filosofia de Augusto Comte. A 5 de outubro de 1910 Teófilo Braga ocupou o cargo de Presidente do Governo Provisório.

A sua obra é vasta e muito diversificada: Poesia – *Visão dos Tempos* (1864); *Tempestades Sonoras* (1864); *Torrentes* (1869); *Miragens Seculares* (1884). Ficção – *Contos Fantásticos* (1865); *Viriato* (narrativa histórica, 1904). Ensaio – *Poesia do Direito* (1865); *As Teocracias Literárias – Relance sobre o Estado Atual da Literatura Portuguesa* (1865); *História da Poesia Popular Portuguesa* (1867); *História da Poesia Moderna em Portugal* (1869); *História da Literatura Portuguesa* (Introdução) (1870); *História do Teatro Português* (4 vols., 1870-1871); *Teoria da História da Literatura Portuguesa* (1872); *Manual da História da Literatura Portuguesa* (1875); *Bocage, sua Vida e Época* (1877); *Parnaso Português Moderno* (1877); *Traços Gerais da Filosofia Positiva* (1877); *História do Romantismo em Portugal* (1880); *Origens Poéticas do Cristianismo* (1880); *História das Ideias Republicanas em Portugal* (1880); *Sistema de Sociologia* (1884); *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (2 vols., 1885); *Camões e o Sentimento Nacional* (1891); *História da Universidade de Coimbra* (4 vols., 1891-1902); *As Lendas Cristãs* (1892); *História da Literatura Portuguesa* (4 vols., 1909-1918). *Antologias – Cancioneiro Popular* (1867); *Contos Tradicionais do Povo Português* (1883).

<sup>59</sup> Luís Cipriano Coelho de Magalhães nasceu em Lisboa em 1859 e faleceu no Porto em 1935. Foi jornalista, escritor e poeta, deputado e ministro, filho de José Estêvão. Monárquico, combateu as ideias republicanas e esteve implicado na insurreição do Norte (1919), tendo sido preso. Representou um elemento de ligação entre as gerações ditas de 70 e 90, ilustrando, na sua obra poética, ficcional e ensaística a transição do Realismo-Naturalismo para as correntes finisseculares. Publicou, entre outras obras, *O brasileiro Soares* (com um prefácio de Eça de Queirós), *D. Sebastião* (1898), *Notas e impressões* (1889).

<sup>60</sup> Teixeira de Queirós nasceu em Arcos de Valdevez a 3 de maio de 1848 e faleceu em Sintra a 22 de julho de 1919. Além de escritor, foi também deputado e ministro durante a primeira República. Pastor de gado até aos dezasseis anos, estudou graças a um tio abastado, chegando a formar-se em Medicina pela Universidade de Coimbra, onde conviveu com João Penha e Eça de Queirós.

<sup>61</sup> Manuel da Silva Gaio nasceu em Coimbra a 6 de maio de 1860 e morreu em 1934. Concluiu o curso de Direito e ocupou lugares administrativos em Faro, Silves, Tomar e finalmente em Lisboa, onde viverá de finais de 1887 até Maio de 1894. Aí se dedica ao jornalismo. Convidado por Eça para secretariar a *Revista de Portugal*, aí atuará também enquanto colaborador e crítico. Nessa tarefa suceder-lhe-iam Luís de Magalhães e Rocha Peixoto. Eça de Queirós, numa carta datada de 10/11/1894, dirigida a Alberto de Oliveira, confirma a dificuldade da função: “A missão pois do secretário da revista não é de ociosidade – mas de maçada” (2008, p. 286)

Silva Gaio representa um elemento da geração intervalar favorável à viragem para o novo ambiente ideológico e estético-literário que dominará o fim-de-século português.

<sup>62</sup> José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque nasceu em Recife, em 4 de setembro de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1934. Foi jornalista, professor, político, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista. Fazia parte do grupo republicano nas vésperas da proclamação da República, indo a São Paulo em missão junto a Glicério e Campos Sales. Com a vitória da República, foi nomeado secretário do Ministério do Interior e, em 1892, por Benjamin Constant, vice-diretor do Ginásio Nacional. Foi professor da Escola de Belas Artes (desde 1890), vogal e presidente do Conservatório Dramático (1890-1892) e professor (1890-1897). Em 1894, foi eleito deputado federal por Pernambuco. Em 1897, exerceu o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, mas demitiu-se do cargo, devido às suas posições políticas. Entre 1912 e 1916 residiu em Paris. Quando regressou ao Brasil, defendeu a participação do país na Primeira Guerra Mundial. É o autor da letra do Hino da República brasileira. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras, integrou a Comissão do Dicionário da Academia, foi redator da revista académica e secretário-geral da instituição de 1899 a 1917. Participou ainda em debates sobre a simplificação da ortografia.

Segundo Brito Broca possuía um espírito combativo: “trocou tiros de revólver com adversários políticos e viu-se, certa vez, obrigado a afastar-se do país, para escapar à fúria de inimigos que desejavam eliminá-lo (...) deixou duas leis de grande importância: a dos direitos autorais e da expulsão dos estrangeiros” (Broca, 1975, p.73)

Durante muitos anos, sob o pseudónimo J. Santos, manteve uma crónica literária no jornal *A Notícia* onde passava em revista todos os géneros de livros, sendo por isso considerado como um “book-reviewer” por Brito Broca. De assinalar, ainda, que foi um dos primeiros autores a falar sobre Freud no Brasil.

<sup>63</sup> Não confundir o poeta brasileiro com o escritor e diplomata português, de igual nome, que anos mais tarde desejava criar uma revista, o *Serão*, com Eça de Queirós.

e Albuquerque. Todos os três teriam enviado poemas para a *Revista* e Eça de Queirós teria delegado no secretário da *Revista*, Manuel da Silva Gaio, a tarefa de escolher qual dos três trabalhos deveria ser aproveitado na publicação: “Afim, decidiu-se Gaio pelo Medeiros e Albuquerque” (Lira, 1965, p. 209)

O primeiro volume da *Revista* conta, ainda, com um poema em castelhano de Gaspar Nuñez de Arce<sup>64</sup>: *À memória do insigne historiador e poeta português Alexandre Herculano*. Esse primeiro volume abarcou também uma publicação de relevo do seu diretor: *As cartas de Fradique Mendes*. A par disso, em outubro de 1889, a tipografia atribui a Eça a tradução de *As minas de Salomão*. No entanto, ao receber o seu exemplar, o diretor da *Revista* escreveu duas cartas no mesmo dia (16 de outubro) a Manuel da Silva Gaio (secretário da *Revista de Portugal*) a pedir-lhe que divulgue pela imprensa a seguinte nota:

Foi por um equívoco que a tradução deste admirável romance de Rider Haggard, que tem causado sensação na *Revista de Portugal* – veio assinada com as iniciais E.Q. – que pareceriam ser as do sr. Eça de Queirós. O diretor da *Revista* apenas reviu a tradução. Não é o autor dela. (2008a, p. 668)

Ora, numa carta datada de 16 de março de 1890, Eça diz à sua mulher que estava a efetuar a tradução do livro. Segundo Alan Freeland (2008, pp. 19-20) uma explicação plausível para a negação da autoria da tradução poderia estar no estatuto menor da atividade de tradução. Outra hipótese levantada por Freeland seria o contexto da época que determinava um conflito entre Portugal e a Inglaterra. Eça de Queirós, como cônsul português, não poderia ser identificado com uma obra que celebrava a expansão britânica na África.

De assinalar que nesse primeiro volume (julho-dezembro de 1889) encontramos várias análises que possuem como temática o Brasil: Frederico de S. (pseudónimo de Eduardo Prado) assina “Os acontecimentos do Brasil”; o próprio Eduardo Prado também escreve sobre “Destinos políticos do Brasil”; e Eça de Queirós escreve, na secção “Notas do Mês”, um artigo sobre a revolução do Brasil. Todos estes artigos serão examinados em pormenor adiante, nomeadamente no terceiro capítulo.

A economia conta com uma crónica redigida por José Joaquim Rodrigues de Freitas Júnior<sup>65</sup>: “Um economista português”, onde o autor constrói a sua visão da problemática

<sup>64</sup> Gaspar Nuñez de Arce nasceu em Valladolid em 1834 e faleceu em Madrid em 1903. Estudou em Madrid e Toledo, interveio na política de seu tempo, foi cronista e poeta e ocupou cargos políticos, incluindo o de governador de Barcelona (1868) e Ministro do Ultramar. Foi membro da Real Academia Espanhola.

<sup>65</sup> Nascido no Porto em 24 de janeiro de 1840, filho de um funcionário da Alfândega, Rodrigues de Freitas participou ativamente na sociedade do seu tempo. Formado em Engenharia pela Academia Politécnica do Porto, fez carreira como docente e jornalista. Mas notabilizou-se sobretudo pela sua carreira política, eminentemente ligada

económica a partir do contacto com o paradigma teórico de *Cours* de Jean Baptiste Say (1832), texto que serviu de referência básica à organização das suas lições de economia. A crónica financeira foi assegurada por A. B. dos Santos e pelo secretário da *Revista*, ao passo que a crónica política foi redigida por Joaquim António Gonçalves (redator principal do jornal *A província*, do Porto), a quem Eça dirige uma carta, datada de 15 de julho de 1889, a pedir justamente o favor de redigir uma crónica sobre política.

Oliveira Martins participa com um trabalho histórico: *Os filhos de D. João I* (que será analisado no terceiro capítulo). O Conde de Sabugosa<sup>66</sup>, António Maria José de Melo César e Meneses, colaborou com um texto sobre “As touradas em Portugal”.

No segundo volume (janeiro a julho de 1890), as secções dedicadas a literatura permanecem como a nota dominante. Eça de Queirós continua a publicar *As cartas de Fradique Mendes* e a traduzir *As minas de Salomão*. O alentejano Fialho de Almeida surge com o conto *Ave Migradora* e Moniz Barreto colaborou com uma crítica sobre o romance de Paul Bourget *O discípulo*. A secção intitulada “Boletim bibliográfico” continua a dar a conhecer as novas obras publicadas e a colaboradora Isabel Leite<sup>67</sup> tece uma crítica ao escritor norte-americano Bret Harte (ver terceiro capítulo). A poesia vem representada por dezasseis composições do *Romanceiro* de Heine, traduzidas por José de Sousa Monteiro. Luís de Magalhães também contribuiu com o poema *D. Sebastião*.

Entre as 855 páginas que compõem o segundo volume, 107 são dedicadas à filosofia. Além do trabalho desenvolvido por Antero de Quental *Tendências gerais da filosofia no século XIX* (que será comentado no terceiro capítulo), Jaime de Magalhães Lima<sup>68</sup> analisou as conceções

---

aos ideais republicanos, sendo um dos homens associados à organização do Partido Republicano Português, onde se manteve até ao fim da vida. Faleceu em 1896. Destacamos o facto de o seu espólio estar disperso, pois é constituído por artigos jornalísticos e, ainda hoje, há imensa obra não editada em livro. É vasto o leque de preocupações que motivaram a escrita deste portuense multifacetado (engenheiro, professor, político e panfletário).

<sup>66</sup> O Conde de Sabugosa tem uma vasta obra literária, em que *O Paço de Sintra: apontamentos históricos e arqueológicos*, com a colaboração artística de Casanova e Raúl Lino e com desenhos da rainha D. Amélia, ocupa o lugar de destaque. Refiram-se ainda a comédia *Na goela do Leão* (1882), *Embrechado* (1908), *Donas de Tempos Idos* (1912), as crónicas *Gente d’Algo* (1915) e *Neves de Antanho* (1918), *A Rainha Dona Leonor, 1458-1525* (1921), *Outra Rainha* (1922), *Bobos na Corte* (1923). O conde de Sabugosa morreu em 1923.

<sup>67</sup> A colaboração de Isabel Leite vai ser analisada no terceiro capítulo.

<sup>68</sup> Jaime Magalhães de Lima nasceu em Aveiro a 15 de outubro de 1859, filho do português Sebastião de Carvalho Lima e da brasileira Leocádia Rodrigues de Magalhães. Aos 16 anos Jaime seguiu para Coimbra onde se formou em Direito, em 1880. Foi durante os tempos de estudante que o contato com escritores estrangeiros lhe começou a moldar os ideais. Nos anos seguintes, o convívio com nomes como Antero de Quental, Guerra Junqueiro ou Oliveira Martins e, sobretudo, a leitura das obras de Leão Tolstói, devolveram-lhe a perspetiva cristã da vida. O intelectual foi deputado regenerador por Aveiro, presidente da Câmara de Aveiro, provedor da Santa Casa da Misericórdia e presidente honorário da Sociedade Vegetariana de Portugal. Em 1888, durante os meses de setembro e outubro, faz uma grande viagem pela Europa, regressando pelo norte de África e sul de Espanha. Nesta peregrinação, cujo diário vai publicando no periódico de Oliveira Martins, visita Leão Tolstói, na sua residência de Iasnaia Poliana, fortalecendo os vínculos que, desde há algum tempo, o prendiam ao pensamento do grande escritor

filosóficas de Tolstoi. De assinalar que Boris Schnaiderman (2005-2006), no seu estudo, destaca o importante papel que Jaime de Magalhães Lima desempenhou na divulgação da literatura russa em Portugal. Ora, se a *Revista de Portugal* também visava o público brasileiro, nós assinalamos que, além de apresentar Tolstoi ao público português, Jaime de Lima também ofereceu o mesmo conteúdo aos brasileiros.

De caráter político, existe o texto de Rodrigues de Freitas “O imperador e o ex-chanceler”. Manuel de Oliveira Ramos tratou o tema “A educação moderna”. Oliveira Martins terminou o seu estudo histórico *Os filhos de D. João I* e Alberto Sampaio<sup>69</sup> escreveu “O norte marítimo”.

O Brasil não foi esquecido. Eduardo Prado escreveu vários artigos: “Os acontecimentos de Brasil”; “O Brasil, fastos da ditadura”; “A república brasileira”, que vão ser abordados no terceiro capítulo deste trabalho. Ainda neste volume, Ramalho Ortigão, que acabara de regressar do Brasil, elabora uma crítica severa cujo título é “O quadro social da revolução brasileira”, que também vai ser analisada no próximo capítulo desse estudo.

Uma breve, mas especial atenção, merece o incidente que envolveu o secretário da *Revista*, Manuel da Silva Gaio, e o diretor Eça de Queirós. Através da correspondência queirosiana, ficamos a saber que em janeiro de 1890 o secretário apresentou a decisão de se afastar da *Revista*. Eça desconfia que pode existir algum mal-entendido e sublinha “Creio (...) que nem eu tenho jeito para diretor, nem o amigo para secretário, nem o Genelioux para editor da *Revista*” (Queirós, 2008b, p. 18). Gaio foi substituído por Luís de Magalhães e depois por Rocha Peixoto. A par disso, a 22 de março de 1890, numa missiva dirigida à sua mulher, o diretor afirma que “os negócios da *Revista* não vão bem” (id., p. 32). Pode dizer-se, pois, que com o último fascículo do segundo volume findou a primeira fase da revista.

De facto, o terceiro volume da *Revista de Portugal* (julho de 1890-junho de 1891) inicia com uma “Introdução”, onde fica claro que doravante a *Revista* deveria adotar um estilo mais leve, do tipo *magazine* e a promessa de aligeirar o tom. No entanto, tal intento não chegou a concretizar-se.

A propósito da remodelação da *Revista*, cabe também lembrar a carta que Eça de Queirós escreveu ao seu amigo Ramalho Ortigão em 19 de dezembro de 1888. A ideia que desse

---

russo. Casou, em 1889, com uma das filhas do morgado da casa de Condeixa, Maria do Cardal de Lemos Pereira de Lacerda. Morreu na sua casa, na Quinta de São Francisco, a 25 de fevereiro de 1936.

<sup>69</sup> O historiador Alberto Sampaio nasceu em Guimarães, a 15 de novembro de 1841. A infância passou-a entre Guimarães e Famalicão. Em 1863, formou-se em Direito em Coimbra. Em 1869, integrou a filial de Guimarães da Associação Arqueológica de Lisboa. Entre 1874 e 1876, esteve ligado ao Banco de Guimarães, onde exerceu funções de guarda-livros. Em Março de 1881, integrou a comissão que a Câmara de Guimarães. Ajudou a fundar a Sociedade Martins Sarmento. Faleceu, aos 67 anos, no primeiro dia de dezembro de 1908.

testemunho se colhe é esclarecedora. Afinal, desde essa altura, que Eça fala em desarmonia entre os dois. Ramalho pretendia uma revista semanal, do estilo *Revue Bleue*<sup>70</sup> e que fosse dirigida ao público da América Latina. Queirós discordou da opção.

Repare-se, ainda, que numa outra carta dirigida a Ramalho Ortigão, no dia 26 de novembro de 1888, Eça explica que só teria lucro se se vendessem 3.000 exemplares da *Revista*. Ora, o primeiro número (julho de 1889) vendeu os esperados 3.000 números. No entanto, as vendas seguintes não chegaram aos 1.000 exemplares. Além disso, as colaborações continuavam a falhar.

Apesar dessas dificuldades, o terceiro volume da *Revista de Portugal* contou com 769 páginas. As questões da atualidade registaram uma boa participação: 195 páginas; assim como a crítica literária (83 páginas), sendo de assinalar que a colaboração de Moniz Barreto é muito extensa, e está concentrada na rubrica intitulada “Revista de Crítica Literária”, onde Barreto analisou os lançamentos literários da altura, onde destacamos uma crítica ao livro *L’evolution des genres dans l’histoire de la littérature*, de Fernando Brunetière (crítico oficial da *Revista dos dois mundos*). Barreto escreveu também uma crítica ao livro de Eduardo Prado, *Fastos da ditadura militar no Brasil*. Júlio de Matos<sup>71</sup> também assinou uma secção de crítica literária, e Manuel Caldas Cordeiro<sup>72</sup> elaborou um artigo intitulado *Gustave Flaubert*. Em *Os novos*, Silva Gaio analisou o livro *Notas e impressões* de Luís de Magalhães e Queirós Veloso<sup>73</sup> escreveu 22 páginas sobre a gíria portuguesa. A presença feminina (que vai ser estudada no terceiro capítulo) também foi marcante: Junius, pseudónimo de Maria Amália Vaz de Carvalho realizou um exame crítico da *Messiada* de Klopstock; e Isabel Leite colaborou com “O jornal de uma princesa russa” e com a crónica “Uma lição de história”. *As cartas de Fradique Mendes*, colaboração de Eça, continua a marcar presença.

---

<sup>70</sup> A *Revista política e literária* (mais conhecido com o nome de *Revue Bleue*, graças a cor da sua capa) foi uma revista semanal, francesa, fundada em 1863, e publicada até 1939.

<sup>71</sup> Júlio Xavier de Matos nasceu no Porto a 26 de janeiro de 1856 e morreu em Lisboa a 12 de abril de 1922, vítima de tuberculose pulmonar crónica. Estudou medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, tendo-se licenciado em 1880. Durante o curso conheceu Teófilo Braga, com quem viria a colaborar cientificamente e viria a casar com a irmã de Teófilo, Maria do Carmo. Foi escritor, crítico e pioneiro do ensino da Psiquiatria e dos estudos clínicos e médico-forenses de Psiquiatria em Portugal.

<sup>72</sup> Manuel Caldas Cordeiro (1869/1914) foi funcionário da direção-geral dos impostos diretos e alfarrabista, tendo usado na sua atividade literária também o pseudónimo Camillo Queiroz, na escrita de sonetos e sátiras.

<sup>73</sup> José Maria de Queirós Veloso (Barcelos, 26 de agosto de 1860 — Lisboa, 31 de outubro de 1952) foi um professor universitário, político, jornalista e historiador português. Formado em Medicina, foi docente do Curso Superior de Letras e depois vice-reitor da Universidade de Lisboa. Atuou como deputado, governador civil e diretor-geral do ensino superior.

O terceiro volume da *Revista* acolheu a colaboração de alguns novos poetas: Joaquim de Araújo<sup>74</sup> com *Sonetos e À pequenina Guida*; D. João de Castro<sup>75</sup> com *Alma póstuma*; Acácio Antunes<sup>76</sup> com *Tédio*; e Alberto Bramão<sup>77</sup> com *Madressilvas*.

A crítica de arte, um campo que ainda não tinha sido explorado, tem lugar com um artigo elaborado por Jaime Magalhães de Lima, “A escola de Barbizon”. Por outro lado, Rodrigues de Freitas continuou a sua contribuição com “A circulação monetária” e o “Banco de Portugal”. Ainda sobre economia, há um texto de A. Malheiro Dias sobre “A economia pública portuguesa”.

Oliveira Martins, sob o pseudónimo *Spectator*, voltou a aparecer com o artigo “O tratado com a Inglaterra e a situação de Portugal”. Um discurso proferido por Jaime Batalha Reis<sup>78</sup>, em Londres, transformou-se num artigo intitulado “Características de Portugal na europa e na história da humanidade”. Ainda na secção “História”, há a assinalar o texto “A rainha Adosinda”, de Francisco de Almeida<sup>79</sup>.

Sá Chaves colabora com dois contos: “Episódios militares”, extraído do livro *Episódios militares e casos contemporâneos*; e “Como se forma uma lenda”, do livro *De leve (Notas na carteira de um contista)*.

Um novo colaborador surge neste volume: Rocha Peixoto<sup>80</sup>, especialista em Antropologia, que redige “Museus regionais” e um artigo sobre “A antropologia, o carácter e o futuro nacionais”. A convite de Eça Queirós, Peixoto assumiu funções de secretariado da *Revista* a partir de 1891.

---

<sup>74</sup> Joaquim António de Araújo e Castro nasceu em Penafiel a 22 de julho de 1858 e morreu a 11 de maio no Telhal. Frequentou o Curso de Letras em Lisboa, foi poeta, escritor e colaborou com vários jornais e foi Cônsul na Itália desde 1894 e permaneceu em Génova até 1916. Teve uma relação amorosa com Alice Moderno, que também colaborou com a *Revista de Portugal*.

<sup>75</sup> Dom João de Castro (1871-1955) foi um poeta e escritor português que se tornou conhecido como poeta, mas destacou-se no romance psicológico de carácter e na investigação histórica.

<sup>76</sup> Acácio Graciano Antunes Brás nasceu na Figueira da Foz em 26 de julho de 1853 e faleceu em Lisboa a 2 de abril de 1927. Foi poeta, dramaturgo, e jornalista. Escreveu alguns livros de poemas, como *Aquarelas e Águas fortes* e *Da primavera ao outono*.

<sup>77</sup> Alberto Allen Pereira de Sequeira Bramão (1865-1944) foi jornalista e político. Dedicou-se também à poesia, tendo publicado inúmeros poemas em diversos periódicos. Como republicano convicto, Alberto Bramão foi preso nos últimos anos da Monarquia e depois de liberto enveredou por uma ativa carreira política, bem como por um jornalismo muito crítico.

<sup>78</sup> Jaime Batalha Reis nasceu a 24 de dezembro de 1847, em Lisboa, e morreu a 24 de janeiro de 1935, em Torres Vedras. Jornalista, crítico literário, economista e diplomata, foi engenheiro florestal, professor no Instituto Geral de Agricultura, e um dos organizadores do movimento socialista em Portugal. A partir de 1870, formou-se na sua casa ao Bairro Alto uma tertúlia literária e política que ficou conhecida como o “Cenáculo”, frequentada por Antero de Quental, Eça de Queirós, Salomão Sáragga, Manuel Arriaga, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga e Ramalho Ortigão, entre outros. Aí nasceu o projeto das Conferências Democráticas do Casino, realizadas em 1871.

<sup>79</sup> José Augusto Moreira de Almeida nasceu a 16 de fevereiro de 1869 e faleceu a 1 de novembro de 1925. Foi um jornalista e político monárquico, deputado e líder do movimento de restauração monárquica durante a Primeira República Portuguesa.

<sup>80</sup> António A. C. Octaviano de Rocha Peixoto nasceu a 18 de maio de 1866, na Póvoa do Varzim, e morreu a 2 de maio de 1909, no Porto. Estudou no Colégio de Nossa Senhora do Rosário, no Porto, frequentando

Da pena de Luís de Magalhães saíram artigos sobre as questões de política interna, ao passo que Corte Real escreveu crónicas sobre a política internacional. Encontramos ainda outro título que tem o Brasil como referência: “Práticas e teorias da ditadura republicana no Brasil”, escrito por Frederico de S. (Eduardo Prado).

Após uma nova crise, surgiu o quarto volume da *Revista de Portugal* (dezembro de 1891-maio de 1892). De facto, numa carta, de Eça de Queirós a Rodrigues de Freitas, escrita a 7 de agosto de 1891, notava-se o ambiente de tensão: “A *Revista* vai de novo, fazer um esforço, recobrar alento, e tentar energicamente, implantar-se naquela terra firme” (Queirós, 2008b, p. 133). Não temos dúvidas de que tanto Eça como Luís Magalhães (então secretário) realizaram um grande esforço para manter a publicação, mas os problemas acumulavam-se. Teófilo Braga irritou-se com a *Revista* por causa dos textos escritos por Eduardo Prado a atacar o governo provisório republicano brasileiro. Eça, por outro lado, tentava acalmar os ânimos, como é visível na carta endereçada a Teófilo no dia 7 de agosto de 1891:

O governo provisório passou: o Brasil tem uma República constituída (...) Além disso, para compreender bem a campanha de Frederico S. contra o militarismo (e não contra a República), não deveria você esquecer que o próprio irmão de Frederico de S., o António Prado, é o futuro presidente indigitado e quase certo, da República civil não militar (...) não vejo motivo para continuar o amuo com a *Revista*. Ela vai justamente entrar num período novo de atividade. Vamos procurar torná-la uma coisa viva, atual, militante, fortemente envolvida nos fatos e nas ideias do dia – em vez daquela coisa didática, académica, literária e erudita que ela até aqui tem sido (id. p. 134)

Não temos dúvida de que essa carta de Eça foi escrita apenas com o intuito de abrandar as queixas de Teófilo Braga. Afinal, a candidatura de António Prado não passou de um boato. A par disso, no dia 11 de setembro de 1891, em Ponta Delgada, Antero de Quental suicidou-se, com um ou dois tiros<sup>81</sup>, num banco de jardim, junto ao Convento da Esperança. Em homenagem a Antero, o quarto volume da *Revista de Portugal* tem início com três páginas tarjadas a negro, que recordam a participação do açoriano na *Revista* e anunciam que será publicado um número especial em memória de Antero. Tal número não chegou a publicar-se, mas a ideia acabou por se concretizar. Afinal, em 1896, se organizou o *In memoriam*, que contou com a colaboração de Eça com o texto “Um génio que era um santo”.

---

posteriormente a Academia Politécnica da mesma cidade (atual Universidade do Porto). Desenvolveu atividade enquanto etnógrafo, arqueólogo, bibliotecário e naturalista. Foi no domínio da Etnografia Portuguesa dos finais século XIX e início do século XX que Rocha Peixoto contribuiu de forma mais significativa. Na viragem do século, assistia-se a uma Etnografia até aí centrada na literatura e tradições populares, iniciando com Rocha Peixoto um processo de diversificação e maior abrangência de temas, destacando-se os domínios da arte e arquitetura populares, as tecnologias tradicionais e o comunitarismo agrário.

<sup>81</sup> Cf. Moita Flores, 1991.

Assim, o quarto volume veio a público. Nele, Jaime de Magalhães Lima escreveu sobre “Política interna”. A “Revista de crítica literária” foi elaborada tanto por Moniz Barreto e por Raul Brandão<sup>82</sup> como por Teófilo Braga, facto que vem a comprovar o envolvimento da chamada “Geração de 70” com a de 90. Além disso, sublinhe-se, Moniz Barreto faz a apreciação ao *Só* de António Nobre. Um outro autor, Francisco Martins Sarmiento<sup>83</sup>, também na categoria de crítica literária, publicou *Ora marítima*.

*As cartas de Fradique Mendes* continuam a marcar presença, sendo de assinalar a presença do conto exótico intitulado *Xanó-Poy*, que vem assinado por António Joaquim (na realidade um pseudónimo de António Pereira de Eça) e por Joaquim Mouzinho de Albuquerque. Bernardo Pindela<sup>84</sup>, pseudónimo de Bernardo Pinheiro Correia de Melo, primeiro conde de Arnoso, colaborou com o conto *Um sonho*. Um outro conto, *Farmácia Pires*, da autoria de Júlio Brandão<sup>85</sup>, compõe o quarto volume da *Revista*.

Sob a designação de “Bibliografia”, neste volume há algumas resenhas dos últimos livros publicados. Ainda que não esteja assinado, concordamos que tais resenhas devem ser da autoria de Eça, pois encontramos numa carta de Queirós dirigida a Luís de Magalhães (12 de agosto de 1891) a seguinte referência: “Eu procurarei arranjar-lo aqui, um Boletim bibliográfico francês, inglês (e) alemão, dando notícias resumidas dos novos livros das três literaturas. Isto além disso convém-me para fazer arranjos com os livreiros” (Queirós, 2008b, pp.141-142).

A poesia vem assinada por cinco autores distintos, sendo de assinalar que conta com a participação de duas mulheres (Isabel Leite e a açoriana Alice Moderno)<sup>86</sup>. Os outros autores são João Saraiva, Alexandre Braga Filho e António Feijó.

---

<sup>82</sup> Raul Brandão nasceu a 12 de março de 1867, na Foz do Douro, mas viveu parte da sua vida em Lisboa, onde veio a falecer a 5 de dezembro de 1930. Frequentou a Academia Politécnica do Porto, entrando então em contacto com outros jovens aspirantes a escritores, entre os quais se contavam os amigos da adolescência, António Nobre e Justino de Montalvão. Em 1888 ingressou na Escola do Exército, em Lisboa, e seguiu uma carreira militar. Mas foi, sobretudo, um grande jornalista: chegou a chefe de redação dos jornais *O Dia* e *A República*. Além disso, atuou como escritor, autor de uma extensa e diferenciada obra literária (ficção, teatro e livros de viagem). Pertenceu ao grupo dos “Nefelibatas” e à “Geração de 90”.

<sup>83</sup> Francisco Martins Sarmiento (Guimarães, 9 de março de 1833 — 9 de agosto de 1899) arqueólogo e escritor. Completou os seus estudos em Direito na Universidade de Coimbra

<sup>84</sup> Bernardo Pinheiro Correia de Melo, primeiro conde de Arnoso, nasceu em Guimarães, a 27 de maio de 1855 e faleceu a 21 de maio de 1911. Foi escritor, colaborou intensamente com a imprensa da sua época e foi secretário pessoal do rei D. Carlos, tendo sido ainda participado do grupo “Vencidos da Vida”.

<sup>85</sup> Júlio Brandão nasceu em 1869, no concelho de Vila Nova de Famalicão, e faleceu no Porto, em 1947. Escritor e poeta, teve uma participação importante nos periódicos veiculadores da estética simbolista. Foi também professor na Escola Infante D. Henrique, diretor do Museu Municipal do Porto e sócio da Academia Nacional de Belas Artes. Entre 1929 e 1933, dirigiu a revista *Soneto Neolatino*, de Vila Nova de Famalicão.

<sup>86</sup> No terceiro capítulo vamos analisar a participação feminina na revista.



José Leite de Vasconcelos<sup>87</sup> contribuiu com um estudo sobre a língua portuguesa intitulado “Curso livre de língua portuguesa arcaica”.

O quarto volume contou ainda com um artigo intitulado “As cavernas em geral e especialmente as de São Adrião em Trás-os-Montes”, da autoria de Nery Delgado e com quatro “Revistas Científicas” assinadas por Rocha Peixoto. “A questão colonial” foi o tema abordado por Álvaro Castelões; e Moser, pseudónimo de Oliveira Ramos, surge com um artigo sobre “O exército nacional”. Rodrigues de Freitas volta a colaborar com a *Revista* e publica “A circulação monetária e o banco de Portugal”. Finalmente, destacamos ainda a presença de Oliveira Martins, que divulga na *Revista* as primeiras páginas da obra *A vida de Nuno Álvares*.

Pelo apresentado, estamos em condições de reconhecer que foram bem diversificados os colaboradores da *Revista*. No entanto, merece especial atenção o seguinte: em relação aos temas, como fica evidente no Anexo II, a Literatura - que engloba o Literatura estrangeira (5,8%), os romances e contos (10,7%), a Crítica literária (15,6%) e a Poesia (5,2%) - foi o tema mais tratado na *Revista*, contabilizando 37,3% das páginas; logo seguida pela História que, no total dos quatro volumes, ocupa 17,9% das páginas da *Revista*.

Em relação aos autores (Anexo III), Eça de Queirós, além de diretor, é o mais profícuo produtor de artigos, com 11,5% do total de páginas da *Revista*, logo seguido de Oliveira Martins, com 10,9% das páginas. Em terceiro lugar, em termos de artigos assinados, está Jaime de Magalhães Lima, que produziu 9,1% das páginas. De destacar ainda Eduardo Prado, com 5,7%; Moniz Barreto colaborou com 5% das páginas da publicação.

Recorde-se, ainda, que a presença de autores portugueses é muito maior do que a colaboração brasileira. No entanto, sublinhamos o pensamento expresso no programa da *Revista de Portugal*, que procurava cativar o público brasileiro, reforçando a ideia da existência de uma

---

<sup>87</sup> José Leite de Vasconcelos Pereira de Melo foi médico, etnógrafo, arqueólogo, filólogo, museólogo e professor universitário. Nasceu em 1858, na freguesia de Ucanha (Tarouca), onde um egresso o iniciou em latim e um tio em francês. Falida a família, aos dezoito anos foi para o Porto como amanuense em liceu e, ao mesmo tempo, continuar os estudos. Aí, em 1886, se licenciaria na Escola Médico-Cirúrgica.

Positivista, influenciado pelas ideias evolucionistas da época em que viveu, Leite de Vasconcelos contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da Etnologia em Portugal, tendo publicado inúmeros trabalhos nesta área. Estudou em Paris nos cursos de Filologia e de Arqueologia, na Sorbonne e no Colégio de França. Só em 1911, com a criação da Universidade de Lisboa e a consequente transformação do Curso em Faculdade, conseguiu, aos 53, um lugar no ensino superior. Além da sua cadeira de Numismática, regera também, na Biblioteca Nacional, um curso de Filologia Portuguesa. Foi o fundador e primeiro diretor do atual Museu Nacional de Arqueologia, ao tempo designado por Museu Etnográfico Português. Da sua vasta obra, destaca-se o seu estudo *Etnografia Portuguesa*, cujo primeiro volume foi publicado em 1933, e que representa um dos mais importantes trabalhos de investigação produzidos até hoje sobre os costumes portugueses. Morreu em maio de 1941, na idade de 82 anos.

Dirigiu a *Revista Lusitana* que está digitalizada e disponível em [http://purl.pt/198/5/j-2497-b\\_PDF/j-2497-b\\_PDF\\_24-C-R0072/j-2497-b\\_0000\\_5-58\\_t24-C-R0072.pdf](http://purl.pt/198/5/j-2497-b_PDF/j-2497-b_PDF_24-C-R0072/j-2497-b_0000_5-58_t24-C-R0072.pdf) (Consulta realizada no dia 7 de agosto de 2014).

unidade espiritual dos dois países. Como foi, então, essa colaboração? Ora, sabemos que foi fundada na consciência da existência de uma elite literária luso-brasileira — constituída essencialmente por escritores portugueses e brasileiros aliados entre si pela vivência internacional, como é o caso de Eduardo Prado e Oliveira Lima.

Repare-se também que a publicação de numerosas notícias, relativamente recentes, sobre o estrangeiro, mostra, por seu turno, que estava já consolidado um verdadeiro fluxo internacional de informação.

### 2.3.2. A colaboração de Eça na *Revista de Portugal*

A colaboração de Eça de Queirós na *Revista de Portugal* foi muito abrangente. Compreendeu, pelo lado ficcional, a tradução (ou a revisão da tradução) do romance *As minas de Salomão* e algumas *Cartas de Fradique Mendes*. Como articulista elaborou cinco textos: “El-Rei D. Luís”, (volume 1, 1889, pp. 625-629); “Notas do mês” (volume 1, 1889, pp. 630-638); “Notas do mês” (volume 1, 1889, pp. 777-783); “Notas do mês” (volume 2, 1890, pp. 259-276); e “Novos fatores da política portuguesa” (volume 2, 1890, pp. 526-541).

O texto “El-Rei D. Luís” surge com destaque. Afinal, é composto por cinco páginas, todas tarjadas a negro. Apesar de não estar assinado, a autoria do artigo não oferece dúvidas. Afinal, podemos consultar o manuscrito e existem algumas cartas (uma dirigida a Oliveira Martins, datada de 6 de outubro, e outra endereçada a Silva Gaio, de 22 de outubro) que anunciam a preparação, por Eça, de um artigo sobre a morte do rei.

O falecimento de Dom Luís I, no dia 19 de outubro de 1889, causou grande comoção em Portugal, pois era um rei muito estimado, sendo mesmo conhecido pelo cognome de "o Popular". Filho de D. Maria II, tinha especial apreço pela ciência e pelas artes. Seu reinado é considerado um dos mais movimentados da política portuguesa do século XIX. A morte do monarca, sobrinho de D. Pedro II (Imperador do Brasil), causou o adiamento, no Rio de Janeiro, do Baile da Ilha Fiscal<sup>88</sup>, última festa da monarquia brasileira, que ocorreu apenas seis dias antes da proclamação da República do Brasil (a 15 de novembro de 1889).

---

<sup>88</sup> Raul Pompéia narra nas suas *Crônicas Cariocas* o impacto que a morte do rei D. Luís teve no Rio de Janeiro: “Veio a notícia do passamento de el-rei d. Luís I abafar bruscamente toda a alegria. O momento nacional, caracterizado por uma precipitação vertiginosa de festas, paralisou-se repentinamente, em respeito ao luto da Imperial Casa e, ao mesmo tempo, a imensa mágoa que veio contristar a nação portuguesa. Todas as festas projetadas em honra dos marinheiros chilenos foram declaradas suspensas.

Neste contexto, a *Revista de Portugal* não poderia ignorar tal acontecimento fúnebre. Aliás, devemos lembrar que os valores-notícia<sup>89</sup> tendem a favorecer acontecimentos que incidem sobre pessoas e nações de elite e ocorrências negativas e, nesse sentido, a morte do rei de Portugal deveria figurar na *Revista*.

O artigo elaborado por Eça de Queirós é uma homenagem à memória do soberano: “El-Rei D. Luís era, pelas favoráveis feições do seu espírito liberal, transigente, modernizado, acessível às inovações, o chefe mais congénere e perfeito” (1889, p. 626). Nesse sentido, Queirós propõe que o rei fique para a posteridade como “Luís o bom”. No entanto, também nota-se que Eça faz uma crítica e solícita, ao próximo soberano, um maior envolvimento do rei na governação: “o reinado abre entre dificuldades, que lhe impõem responsabilidades.” (idem, p. 628)

O segundo texto escrito por Eça para a *Revista de Portugal* tem como título “Notas do mês” que designa a respetiva secção da publicação. A crónica reúne cinco relatos independentes que abordam temas diversos. É assinada por “João Gomes”, um dos pseudónimos de Eça. Graças à leitura das cartas queirosianas, especialmente a do dia 16 de outubro de 1889, fica claro que essa rubrica estava pronta há muito tempo, mas que, contrariando as indicações de Eça não fora publicada na devida altura. No entanto, Eça – em carta dirigida a Silva Gaió – afirma que, embora atrasadas, conservarão ainda alguma atualidade.

As eleições, que aconteceram em França no dia 22 de setembro, são o tema da primeira descrição; a seguir, Queirós refere que a greve dos trabalhadores das docas de Londres terminou, tendo a Companhia cedido a quase todas as exigências dos operários.

A terceira narração também é breve e sugere a mudança de residência do papa, que deveria abandonar Roma e instalar-se no Mónaco. No quarto fragmento, Eça serve-se da construção dum caminho-de-ferro que fará a ligação de Pequim a Hankow para falar sobre a

---

Nas ruas, onde, há pouco, tremulava o pano largo das bandeiras, arqueadas em sinal de regozijo pela chegada dos ilustres viajantes, despiram as meias hastes de funeral. Todas as repartições públicas brasileiras, acompanhando o Consulado Português, todas as associações portuguesas, as inúmeras que há na Corte, muitas nacionais, muitas casas particulares decoraram-se com essa demonstração de condolência. Os negociantes portugueses cerraram as portas dos seus estabelecimentos. As associações portuguesas vestiram de crepe as inscrições das suas fachadas. O edifício de granito retalhado e mármore do Gabinete Português de Leitura, na rua Luís de Camões, desfraldou das altas sacadas sobre as rendas de pedra do pórtico manuelino largos panejamentos negros, infundindo, com o fúnebre contraste da cantaria branca, meio encoberta por extensas zonas de cor preta, o efeito de contrição que viria de um mausoléu colossal. Foram proibidos os espetáculos de toda espécie. (Pompéia, 1996, p. 89).

<sup>89</sup> Um valor-notícia é, essencialmente, um certo atributo do acontecimento noticioso, pensado pelos jornalistas como tendo potencial para transformar os factos numa “história” interessante para a audiência, ou algo que lhe dê uma relevância apelativa.

aceitação das ideias ocidentais no oriente, com muita ironia à mistura: “Não será por viajar mais rapidamente que a China perderá o seu desprezo e horror pelo estrangeiro.” (1889, p. 636)

O humor e a ironia também estão presentes na última “Nota”, publicada em novembro e que tem por tema a eleições em Portugal. Eça sublinha que tudo já estava decidido, só restava a “solenidade de ir o povo às urnas” (1889, p. 637) e acentua a ideia que em Portugal as eleições não passam de ficção. De facto, Eça de Queirós procurava ser testemunha dos problemas da sua época, manifestando claramente um profundo desgosto pela incapacidade de modernização do Estado luso.

Particular atenção merece o terceiro texto publicado por Queirós na *Revista de Portugal*, no volume I, 1889, pp. 777-783. Trata-se novamente da secção “Notas do mês” e a crónica é assinada por João Gomes. Composta por sete páginas, é dedicada à revolução republicana do Brasil<sup>90</sup>.

Quanto à presença do Brasil no imaginário queirosiano, ela configura um país que, naturalmente, parece que deveria captar, desde o primeiro momento, todas as atenções, e promover entre nós as mais vivas e permanentes curiosidades. Com tanta mais razão quanta a experiência histórico-cultural em comum e, principalmente, em sentido prospetivo, considerando-se que Eça, no final do século XIX, particularmente em Paris, foi testemunha das profundas transformações culturais empreendidas pela modernização da forma da vida europeia. Certamente, a maneira de ver o Brasil foi complexa e ambígua, mas sempre fecunda, permitindo ainda hoje uma reflexão sobre o sentido da modernização na cultura de língua portuguesa.

A crónica queirosiana tem início com uma crítica, onde o autor destaca a facilidade com que se deu a transição da monarquia para a república. Eça, sempre atento e mordaz, descreve da seguinte forma a mudança de regime no Brasil:

---

<sup>90</sup> De fato, o Brasil e os brasileiros sempre estiveram presentes no imaginário queirosiano. E os fortes laços de Eça com o Brasil estabeleceram-se muito cedo. Hoje, é do conhecimento público que o seu avô paterno, Joaquim José de Queirós e Almeida, viveu no Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de magistrado. Ainda no Brasil, em 1820, nasceu o seu pai, José Maria Teixeira de Queirós. Logo a seguir ao seu nascimento, em Portugal, na Póvoa de Varzim, o futuro escritor foi criado por uma ama, Ana Joaquina Leal de Barros, brasileira, natural de Pernambuco, com quem Eça teria permanecido, afastado da sua mãe, até cerca dos quatro anos de idade, em Vila do Conde, e de quem ouvira canções de embalar e histórias do nordeste brasileiro; também convivera com o casal de brasileiros nordestinos, Mateus e Rosa Laureana, dos quais ouvira narrativas da literatura de cordel.

Como se sabe também, antes de se transferir para Cuba, quando ingressou na carreira diplomática, Eça prestou concurso para uma vaga nesse mesmo nordeste brasileiro, no Estado da Bahia. Mas ainda que nunca chegasse a conhecer o país *in loco*, ele não só escreveu sobre o Brasil como escreveu para leitores brasileiros.

Um fator importante, nessa cadeia de elos que unem os dois lados do Atlântico no espírito do escritor: a intimidade que manteve com os brasileiros que encontrou em Londres e, principalmente, em Paris. De facto, a casa do escritor em Paris era frequentada por intelectuais e diplomatas brasileiros, como o paulista Eduardo Prado, o poeta Olavo Bilac, Joaquim Nabuco, Rio Branco, Azeredo, Domíncio da Gama e tantos outros.

O marechal Deodoro da Fonseca dá um sinal com a espada: imediatamente, sem choque, sem ruído, como cenizas pintadas que deslizam, a Monarquia, o Monarca, o pessoal monárquico, as instituições monárquicas desaparecem – e, ante a vista assombrada, surge uma República, toda completa. (Queirós, 1889, p.777)

Ora, essa imagem de indiferença e da facilidade como se derrubou um regime e se proclamou outro, sem reação popular e sem troca de tiros, é amplamente divulgada na obra de vários investigadores. José Murilo de Carvalho, em *Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a república*, destaca uma declaração de Aristides Lobo, um dos propagandistas da república, que lamentava o fato de a população do Rio de Janeiro ter assistido à Proclamação da República "bestializada" e à margem do movimento. A imprensa brasileira da altura analogamente salientou a apatia generalizada: “E assim apagaram-se, diluíram-se, desapareceram os monarquistas numa operação química de adesões gerais, surpreendente por não esperada, admirável por incrível.” (*Gazeta de Notícias*, 1890, 5 de janeiro, p. 1) E até outros escritores, como Machado de Assis, através da ficção, nomeadamente no romance *Esau e Jacó*<sup>91</sup>, também demonstraram como a sociedade brasileira pouco se interessou pelos acontecimentos do dia 15 de novembro. Ora, com todos esses exemplos, pode dizer-se pois que Eça começou a sua crónica sobre a república no Brasil de forma certa.

A seguir, de forma irónica, o autor afirma que todos no Brasil eram republicanos, inclusive o Imperador<sup>92</sup>, e destaca que a monarquia nunca esteve, de facto, enraizada naquele país. Por outro lado, o texto queirosiano também deixa claro que D. Pedro II, por ser um homem muito culto, não acreditava no direito divino, só confiava no intelecto e assim foi paulatinamente perdendo a popularidade entre os súditos.

Por fim, Eça apresenta a sua antevisão: o futuro do Brasil estaria comprometido, pois o Império seria dividido em várias repúblicas independentes.

Inquestionável é que tais factos, por si sós, nos comprovam uma participação de Eça de Queirós, ainda que indiretamente, na transformação política da vida brasileira. Sua escrita mordaz, desde a época d'*As Farpas*<sup>93</sup>, efetivamente instigou a crítica à monarquia e despertou

---

<sup>91</sup> O pouco interesse da sociedade brasileira na proclamação da república é bem visível no romance *Esau e Jacó*, especialmente entre o capítulo LX e o capítulo LXVII.

<sup>92</sup> Esta ideia será desenvolvida na secção 2.3.3 deste trabalho.

<sup>93</sup> Ao levar às bancas *As Farpas*, Eça de Queirós comunicou ao público uma imagem risível do brasileiro em geral, a propósito da presença do Imperador do Brasil, D. Pedro II, em Lisboa. Todavia, é necessário lembrar que todo o alvoroço político provocado por *As Farpas* junto dos brasileiros só aconteceu devido ao fato de que o Brasil estava a atravessar um momento decisivo em sua história, na segunda metade do século XIX: a consolidação do processo de modernização que culminaria com a abolição do instituto da escravidão, com o fim da monarquia e com o surgimento da república. Neste sentido, *As Farpas* de algum modo foram ao encontro das aspirações de

sentimentos nacionalistas. Nesse aspeto, nosso entendimento vai ao encontro da bibliografia existente sobre a famosa polémica. Mas, para acrescentarmos algo às explicações correntes, entendemos que este ponto de vista político só nos parece inteiramente fundamentado se explorarmos mais a fundo o carácter analítico da sua crítica; assim, julgamos válido o que Sampaio Bruno observou: “só agora começamos a conhecer o Brasil, temos vindo a fantasiar um Brasil de convenção – nada atraente, valha a verdade”. (Bruno, 1997, p. 48)

O quarto texto “Notas do mês”, volume 2, 1890, também vem assinado com o pseudónimo João Gomes e contém 18 páginas de textos. Na primeira edição póstuma em volume, é-lhe concedido o título “O Ultimatum”<sup>94</sup>. Logo no início do texto, Eça de Queirós, esclarece qual será o tema do seu artigo: “Durante o desagradável mês de janeiro Portugal atravessou uma crise - incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva que esta geração tem afrontado.” (Queirós, 1890, p. 191)

Cabe aqui destacar, antes de mais, alguns aspetos históricos. Desde meados do século XIX, devido à abolição do tráfico negreiro, o continente africano caiu num período de relativo esquecimento por parte dos estados europeus e Portugal tinha consciência da ocupação frágil que exercia em África. Tanto assim que procurou intervir, logo em 1851, na reforma das pautas coloniais, de índole protecionista em detrimento das puramente fiscais, com o estabelecimento de carreiras marítimas para as costas de África; a proibição ao serviço de “carregadores” em Angola; com as primeiras disposições sobre a mão-de-obra escrava, que fixava um prazo máximo de vinte anos, a partir de 1858, para a abolição da escravatura nos territórios sob administração portuguesa; a reforma monetária de Moçambique, e as tentativas de um novo sistema militar para as colónias; estas são medidas que exprimem claramente a preocupação colonial dos dirigentes portugueses. Todas elas visariam, por um lado, reforçar os laços entre a metrópole e as colónias; e, por outro, tentariam reduzir ao mínimo a intromissão de outras potências europeias nos territórios coloniais portugueses (particularmente a Inglaterra) na zona entre Angola e Moçambique.

---

mudança no cenário político-cultural brasileiro. Além disso, toda a crítica queirosiana foi dirigida ao imperador, que acima de tudo era um representante dos Bragança. Mas como o escritor, n’*As Farpas*, olha para D. Pedro II? Eça enfatiza o lado simplório de D Pedro II de Bragança e destaca a confusão gerada pelo imperador, enquanto este tenta ser apenas um cidadão. A crónica queirosiana brinca com a famosa mala imperial, que nada conteria, mas que acompanharia sempre o Imperador. A troça era ainda reforçada com referência à “gula” de D. Pedro pela língua hebraica. Mais uma vez fica claro o nosso ponto de vista: ao criticar D. Pedro II, dá-se o paralelo inevitável: critica-se a Casa imperial a que este Imperador pertence, a Casa de Bragança.

<sup>94</sup> Pode ler-se no terceiro volume da *Revista de Portugal* um artigo escrito por Oliveira Martins, sob o pseudónimo *Spectator*, intitulado “O tratado com a Inglaterra e a situação de Portugal”, que trata da questão do *Ultimatum*. O mesmo tema também é abordado por Isabel Leite em novembro de 1890, na crónica intitulada “Uma lição histórica”.

No entanto, apesar dos esforços portugueses, em 1890, a Inglaterra, então uma das maiores superpotências industriais e financeiras do Mundo, interessada em expandir-se, obrigou, através da coação diplomática, Portugal a renunciar ao território designado por “mapa cor-de-rosa”. Ou seja, a posse dos territórios coloniais africanos situados entre Angola e Moçambique. Era o fim do mapa cor-de-rosa e do sonho da África Meridional portuguesa. Esta atitude dos ingleses repercutiu na metrópole como um verdadeiro cataclismo. Ora, quanto à ocupação efetiva, eram muito frágeis as considerações portuguesas: “Angola reduzia-se a uma estreita faixa litoral, não indo em média mais de 80 a 130 kms para o interior (...) em Moçambique (...) apenas ao longo do Zambeze havendo uma extensa penetração para o interior de quase 500 Kms” (Tengarrinha, 2006, p. 162). Ainda que a ocupação fosse débil e o número de portugueses fixados nesse território fosse diminuto, o anúncio do *Ultimatum* foi recebido em Portugal como “uma catástrofe, dando origem a emocionais manifestações de cunho patriótico, eivadas de exacerbado nacionalismo e dominadas por gritos de protesto (...), sendo encarado como um ultraje (...) uma violação dos direitos portugueses em África” (Coelho, 1996, p. 16).

Com a crise provocada pelo *Ultimatum* surge uma revalorização do ultramar, e segundo José Freire Antunes, na altura, ser “progressista” era ser colonialista (Antunes, 1990, p. 25).

Face a esta situação, o governo monárquico português denotou impotência, o que levou a uma grande contestação nacional, com uma valorização épica dos territórios, que no último quartel do século XIX estavam praticamente abandonados e eram considerados por muitos elementos da geração de 70 como a causa da decadência portuguesa<sup>95</sup>. Na sua análise sobre a problemática, Queirós com uma visão muito lúcida: defende que “sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter domínios” (1890, p. 264).

Apesar do debate político e parlamentar sobre a revisão de políticas de alianças, a crise do *Ultimatum* não provocou alterações radicais no campo da diplomacia. Ou seja, a aliança inglesa permaneceu como vetor da política externa portuguesa. Note-se, também, que, segundo alguns historiadores, o saldo final da crise do *Ultimatum* foi positivo para Portugal. Afinal, os tratados firmados em 1891 com o “Estado Livre do Congo” e com a Grã-Bretanha reconheciam a Portugal

---

<sup>95</sup> Como se sabe, no dia 27 de maio de 1871, nas Conferências Democráticas do Casino, Antero de Quental proferiu um discurso subordinado ao tema “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos”. Nesta conferência, ele expôs uma interpretação filosófica da história peninsular posterior à Renascença, ao assegurar que a decadência era o resultado de três causas: a primeira é a transformação do catolicismo, pelo Concílio de Trento. A segunda, o estabelecimento do absolutismo, pelas ruínas das liberdades locais. A terceira, o desenvolvimento das conquistas longínquas. (Quental, 2001, p. 31). Tal ideia também está presente no pensamento de Oliveira Martins que, na obra *O Brasil e as colónias portuguesas*, assinala que “Os domínios continentais africanos são portanto um problema e dos mais graves que pesam sobre a economia social portuguesa” (Martins, 1880, p. 193).

direitos sobre Angola e Moçambique, que pela primeira vez apresentavam fronteiras bem definidas.

Oportuno também será lembrar que o *Ultimatum* aconteceu num período de franca expansão da imprensa portuguesa. Segundo Álvaro de Matos, “durante a década de 90 o número de jornais que circulavam em Portugal mais que duplicou em relação à década de 80, que já tinha sido uma década de rutura em relação às anteriores” (Matos, 2011, p. 87). Ou seja, existia uma grande apetência e interesse da opinião pública pelos assuntos da atualidade.

O *Ultimatum* gerou um clima de aversão contra os ingleses e, simultaneamente, foi uma das causas de contestação à monarquia. Por outro lado, Maria Teresa Pinto Coelho destaca que o memorando de Lord Salisbury, além de anunciar a derrocada da pátria, instiga também a sua ressurreição:

Se a decadência tem como contraponto histórico-estratégico a derrocada de uma política de expansão em África, a ela também se alia a ideia de recriação de um “novo império” expressa no imaginário nacional em particular na crença numa nova era, a que alguns chamam República, outros associam a diferentes tipos de mudanças económicas, sociais e culturais, difíceis de catalogar por uma designação única, mas em tudo identificadas com uma nova idade do ouro, símbolo do novo Portugal. (Coelho, 1996, p. 18)

É neste sentido que se enquadra a crónica escrita por Eça de Queirós, que nos fala em reconstruir a Pátria. Ou seja, em lugar de os portugueses se consumirem no ódio à Inglaterra, o autor aponta outras sendas:

Todo este movimento público, pois, que para fazer mal à Inglaterra, se impõe como missão odiar a Inglaterra, ofender a Inglaterra, boicotar a Inglaterra – a si mesmo se esteriliza, errando a sua direção: porque, evidentemente, como movimento nacional, nascido da alma da nação para proveito da nação, nunca lhe cumpriria tomar por fim único o fazer mal a Inglaterra, mas, antes de tudo e sobretudo, fazer bem a Portugal. (...) Esta seria a direção única a imprimir ao movimento nacional - que se não deve dispersar em tentativas ou brados efémeros contra a Inglaterra, mas concentrar em obras sólidas a proveito de Portugal (Queirós, 1890, p. 273)

Sublinhe-se ainda que, com esta crise aberta pelo *Ultimatum*, “a opinião pública crítica foi contaminada (...) por uma conceptualização articulada em termos superficiais (...). O discurso predominante era o do imediatismo, mesmo nos mais elaborados não existindo uma perfeita inteligência no significado do *Ultimatum*” (Tengarrinha, 2006, p. 165). Ora, acreditamos que o artigo produzido por Eça de Queirós procurou ir além da visão superficial do problema. Nesse sentido, destacamos que Queirós apontou, inclusive quais os caminhos a trilhar para reerguer a pátria e modernizar Portugal:



Teríamos antes de tudo criar riqueza, porque, sem esse instrumento, o braço mais forte fraqueja. Teríamos de criar a riqueza, como povo agrícola que somos, pelos meios que o saber positivo tem indicado e que a política tem desdenhado. Criar riqueza, através do fomento rural – repovoando o reino pela colonização interior; metodizando as culturas; congregando a propriedade excessivamente fragmentada; criando o crédito rural; dirigindo o aproveitamento das águas públicas e organizando a economia hidráulica (...) Teríamos ainda de fundar indústrias, nacionalizando os fornecimentos públicos para as fazer viver, e nacionalizando os transportes para as fazer circular...(...) Teríamos ainda a reformar o ensino científico, e fundar seriamente o ensino técnico (...) E teríamos ainda (só este detalhe mais!) de criar em nós mesmos hábitos de energia e disciplina, ordem, força, perseverança – refletindo que sem bons costumes de nada valem as boas instituições. (Queirós, 1890, pp. 273- 274)

Ou seja, Queirós, neste artigo, repudia o sentimento antibritânico e, acima de tudo, destaca que com a crise ressurgiu a esperança portuguesa; mas adverte também que esse movimento não se pode perder em direções inúteis. Assim, aponta a direção a seguir: há um conjunto de ações, que compreendem uma verdadeira modernização do Estado, em prol do desenvolvimento do país. Desde uma mudança na educação até à revalorização da agricultura, tudo deve ser conjugado para que o povo português possa adquirir bons costumes.

Analisemos, então, o quinto texto queirosiano, “Novos fatores da política portuguesa”, publicado em 1890, no segundo volume da *Revista de Portugal*. Durante muito tempo este artigo foi atribuído a Oliveira Martins, mas Ernesto Guerra da Cal (1975) comprovou a existência do manuscrito original autógrafo. Realmente, Eça assina o artigo como “Espectador” e Oliveira Martins utiliza, várias vezes, na *Revista de Portugal*, o pseudónimo “Spectator”. Tal semelhança pode ter gerado alguma ambiguidade.

Maria Helena Santana, nos *Textos de Imprensa VI*, assinala que foi muito cautelosa a estratégia de ocultação do autor. O texto não está incluído na rubrica “Notas do mês” e Eça faz uma simulação de distanciamento, pois, ao falar sobre o Cenáculo, o autor faz alusão à existência de um “club” e mascara a sua identidade ao referir que o “Sr. Eça de Queirós” apresentara “muito antes de Zola as bases de uma nova estética, o realismo” (1890, p. 528).

O artigo tem início com uma reflexão sobre o que aconteceu em Portugal logo a seguir ao *Ultimatum*: num primeiro momento, existiu a esperança de mudança, mas passadas poucas semanas ficou claro que não existia em Portugal um autêntico movimento de reorganização nacional. Em seguida, o autor faz referências ao Cenáculo – “club de humanitários e humanistas” (1890, p. 528) - de onde surgiu o grupo que organizou as Conferências do Casino, considerando-as como um primeiro ensaio de republicanismo.

Eça sublinha o facto de o partido republicano nunca ter apresentado nenhum programa em Portugal, pois todas as reformas do partido republicano já foram realizadas pelo liberalismo monárquico. Assim, as pessoas tenderiam para a república não por doutrinarismo, mas por falta de opção e por descrédito na política nacional: “antes qualquer outra coisa do que o que está!” (1890, p. 528). Além do descontentamento generalizado, e da robustez da república francesa, um outro fator que estimulou, na perspetiva do autor, a adesão ao partido republicano, foi a proclamação da república no Brasil:

Feita por uma raça filha da nossa, que fala a nossa língua e tem tantos interesses ligados aos nossos, e feita aparentemente com uma cordura, uma generosidade, uma ordem que espantou (e enganou) o mundo, esta revolução veio entre nós de mil maneiras indiretas, desenvolver o sentimento republicano. (...) foi um golpe que das instituições brasileiras repercutiu indiretamente sobre as nossas instituições. (id., p. 531)

Ou seja, mais uma vez, o jornalismo de Eça de Queirós adota um sentido da crítica moderna que nos leva a ressuscitar o originário sentido da relação de reciprocidade entre culturas consideradas irmãs.

Apesar de frisar a isenção política da *Revista de Portugal*, Eça equaciona o que poderia acontecer com o advento da república em Portugal e sublinha que não seria um caso de política interna, mas de política externa. Afinal, para o autor, a república traria uma intervenção da vizinha Espanha. Assim, Portugal perderia a soberania.

Pelo apresentado, estamos em condições de reconhecer que Eça de Queirós e a sua conceção de *Revista*, cujas curiosidades intelectuais a cultura moderna torna “cada dia mais largas e múltiplas” (1995, p. 109) demonstram que o escritor interessava-se tanto pelo destino do seu país e dos homens que nele habitavam, como também pela atualidade brasileira e por tudo aquilo que acontecia no mundo. Assim, nacional e universal não são conceitos opostos para o escritor que estava interessado nos homens, nos factos e nos problemas que se destacavam na vida social.

### **2.3.3. Indícios de modernização nos textos queirosianos da *Revista de Portugal***

O modernismo não é só rebelião contra si próprio, é simultaneamente revolta contra todas as normas e valores da sociedade burguesa. (Lipovetsky, 1983, p.78)

Após analisar a prestação jornalística de Eça de Queirós na *Revista de Portugal*, será interessante procedermos, ainda, no quadro desta reflexão avaliativa, a uma breve análise sobre qual seria a contribuição queirosiana, nos textos de imprensa, para a discussão sobre a necessidade de modernização.

Lembremos, em primeiro lugar, que existe uma reflexão, realizada por Ana Nascimento Piedade, sobre a abertura da obra queirosiana à modernidade. Neste estudo, é importante referir, a autora baliza a sua análise na simbólica personagem que foi Carlos Fradique Mendes. Como apurou Ana Nascimento Piedade, Fradique rebelou-se contra as normas da sociedade burguesa:

Para compreender as motivações intelectuais e culturais que enquadram o Fradiquismo, convirá ponderar o facto de que ele se encontra no limiar de uma determinada modernidade: aquela que a chamada cultura modernista representou, ao comandar uma activa e radical destruição dos entediados preceitos da vida burguesa (...) De notar que esta mesma burguesia, tendo revolucionado a sociedade em termos económicos, pela ampla liberalização ao nível da produção e das trocas, tinha, em contrapartida, conservado a ordem natural (e moral) que propiciara esse desenvolvimento, numa esfera disciplinar rígida e autoritária. (2003, p. 285)

Mas, será que tais concepções também estão presentes nos textos de imprensa da *Revista*? Julgamos que sim. Afinal, é impossível desprezar o que Queirós escreveu em 1878: "É necessário acutilar o mundo oficial, o mundo sentimental, o mundo literário, o mundo agrícola, o mundo supersticioso – e com todo o respeito pelas instituições que são de origem eterna, destruir as falsas interpretações e falsas realizações que lhes dá uma sociedade podre" (2008a, pp. 183-184). Acreditamos que essa mesma ambição persiste na altura da existência da *Revista de Portugal*. Em síntese, podemos afirmar que em todas as suas crónicas, Eça de Queirós assume uma postura de vanguarda e procura superar diferenças internas.

Afinal, no nosso entender, na crónica "El-Rei D. Luís", (volume 1, 1889, pp. 625-629, comentada na página 73 deste trabalho) o escritor procura a racionalidade no poder político. Observemos um aspeto importante: na monarquia os rituais e símbolos ocupam um lugar de destaque e há uma afirmação constante das diferenças hierárquicas. Eça de Queirós no entanto, ao invés de enaltecer o ritual fúnebre ou a própria etiqueta, dá ênfase a uma nova imagem mental do poder. Ou seja, a tradição é reinventada no sentido de dar continuidade e fazer sentido para o momento observado. Nesse movimento, Queirós transforma a nação numa "comunidade afetiva" no sentido de tentar encontrar coerência e sentimentos comuns que reorganizem a memória e que impliquem pensar num território unido. É assim que D. Luís, comparado a São Francisco de Assis se transforma em "Luís o bom" (1995, p. 52). Eça de Queirós destaca ainda como características de D. Luís: o "espírito liberal", ser "acessível às inovações", e estar "inclinado às

reformas” (ibidem). Todas essas características evidenciam a urgência que Eça sentia de modernização no poder político.

Além disso, acreditamos que quando Eça de Queirós exalta o espírito liberal de D. Luís, está a mencionar a ideia de progresso e razão associada ao liberalismo, que defende uma sociedade caracterizada pela livre iniciativa integrada num contexto definido. Tal contexto geralmente inclui um sistema de governo democrático, o primado da lei, a liberdade de expressão e a livre concorrência económica. O liberalismo rejeita diversos axiomas fundamentais, tais como o direito divino dos reis, a hereditariedade e o sistema de religião oficial. Os princípios fundamentais do liberalismo incluem a transparência, os direitos individuais e civis, especialmente o direito à vida, à liberdade, à propriedade, um governo baseado no livre consentimento dos governados e estabelecido com base em eleições livres; igualdade da lei e de direitos para todos os cidadãos. Reconhecer tais características de pensamento num monarca ajuda, sem dúvida, a refletir sobre as relações complexas que se estabelecem entre a política mais tradicional e o desafio de novos valores mentais.

Uma outra auscultação interessante encontra-se na crónica que foi analisada na página 75 desse trabalho, e que corresponde a secção “Notas do mês” (no volume I, 1889, pp. 777-783). Nessa crónica, relembremos, Eça sublinha que todos no Brasil eram republicanos, inclusive o imperador. Trata-se de uma representação tradicional excessivamente nova: D. Pedro II não fortalecia o poder que simbolizava. Trata-se, como é claro, de um paradoxo, até certo ponto humorístico<sup>96</sup>. Afinal, um imperador, por definição, não pode ser republicano. Assim estamos perante uma espécie de um conflito entre o “antigo” e o “novo”. Tal ideia é reforçada quando Queirós destaca o facto de D. Pedro II, por ser um homem muito culto, não acreditava no direito divino.

Tais paradoxos, ao mesmo tempo em que demonstram supostos benefícios (como a ideia de um regime republicano que poderia simbolizar o progresso para a sociedade), concomitantemente sustentam a emergência de conflitos no seu seio. Ou seja, podemos pensar que no próprio imperador estão contidas as coordenadas de uma via fundamentalmente inovadora, mas ao mesmo tempo inviável, por encerrar uma contradição radical.

Quando Eça de Queirós escreve sobre “O Ultimatum” na crónica intitulada “Notas do mês”, volume 2, 1890, (texto analisado nas páginas 77 a 80 desta pesquisa) despreza o sentimento

---

<sup>96</sup> Gilles Lipovetsky lembra que “no século XVIII, o riso livre torna-se um comportamento desprezado e vil e, até ao século XIX, será considerado baixo e de mau tom, tão perigoso como o tolo, encorajando a superficialidade e mesmo a obsenidade” (1983, p. 130). Ou seja, durante muito tempo o cómico se opôs às normas sérias, ao sagrado e ao Estado.

antibritânico que se apoderava da sociedade portuguesa. Desta forma, ao promover o debate e procurar vencer a forte resistência da política interna portuguesa, Queirós está a contribuir para o processo de modernização da sociedade que procurava avançar rumo ao novo e ao diferente.

É inquestionável que esse mesmo espírito também está presente na crónica queirosiana, “Novos fatores da política portuguesa”, publicada em 1890, no segundo volume da *Revista de Portugal*. Este texto é, reafirmamos, até certo ponto atípico em Eça (a ponto de se ter duvidado da sua autoria, como descrevemos na página 80 deste trabalho. Aqui, Eça elabora uma meditação sobre o que aconteceu em Portugal a seguir ao *Ultimatum*: num primeiro momento, existiu a esperança de mudança, mas passado algum tempo tornou-se evidente que não persistia em Portugal nenhuma atividade de reorganização nacional.

Apesar de as ideias centrais do texto queirosiano já terem sido desenvolvidas na secção 2.3.2 deste trabalho, do nosso ponto de vista cabe ainda acrescentar algumas observações. Até que ponto a crónica “Novos fatores da política portuguesa” reflete os sintomas da decadência, de pessimismo? Será *vencidista*? O descompasso com a Europa moderna originou uma certa mentalidade decadentista, analisada por vários autores. Por exemplo, Joel Serrão assinalou que esse pensamento, que duvidava do porvir, exigia um empenho constante de atualização:

A polémica multissecular entre castiços e estrangeirados, entre messianismos de estipe vária (como, por exemplo, o sebastianismo) e esforços de actualização cultural e técnica, não é mais, em última instância, que um aspecto dessa percepção entre o tempo português e o europeu transpirenaico” (1983, p. 13).

Acreditamos que a crónica queirosiana confirma este espírito decadentista. Aliás, a correspondência de Eça de Queirós também comprova que o pessimismo era a nota dominante:

Concorre para isso talvez a atmosfera de pessimismo em que os nossos amigos vivem. A ideia geral é que o país está na véspera da ruína. Oliveira Martins não cessa de profetizar catástrofes com voz sombria. Todas as noites é o mesmo sermão. Sai a gente de casa dele aterrado. Não é só pelos males do país, mas pelos males individuais, que se devem seguir como consequência dos males públicos. Segundo esse O. M. à bancarrota pública vai seguir-se a miséria de todos. (Queirós, 2008b, p. 57).

É precisamente este negativismo de timbre decadentista que está presente nas reuniões dos Vencidos da Vida – grupo de amigos que se reuniam, entre 1887 e 1893, quer no Café Tavares, quer no Hotel Bragança, quer em casa de alguns dos seus componentes.

Foi nesse clima de inquietação pessimista que Eça escreveu textos de imprensa que serão eternos, ainda que extraídos do transitório de uma publicação finissecular. Embora talvez derivado do pessimismo finissecular, agravado no caso português pelo contexto que já

descrevemos, este texto de Eça, como o próprio projeto da *Revista*, na sua globalidade, parecem-nos testemunhar uma esperança fundamental e profundamente moderna: precisamente a da confiança depositada na comunicação, na discussão, no debate público, informado, múltiplo e vibrante. Um contexto de mudança, onde a sociedade “substitui a coerção pela comunicação” (Lipovetsky, 1983, p. 17).

## 2.4.A sagração do espólio

(...) os mortos são felizes  
Queirós, 2001, p.113

Apesar de todos os esforços de Eça de Queirós, a *Revista de Portugal* não resistiu às sucessivas crises e, em maio de 1892, chegou ao fim. Eduardo Prado teria sugerido, entretanto, comprar a publicação. No entanto, Eça teve escrúpulos em aceitar a proposta de Prado, pois seria excessivamente vantajosa para Genelioux e lesiva para o amigo brasileiro. Mas quais foram as causas do perecimento da *Revista*? Algumas razões foram apontadas pelo próprio Eça de Queirós. Encontrá-las-emos, dois anos após a publicação do último número da *Revista*, nomeadamente numa carta dirigida a Alberto de Oliveira, escrita a 26 de setembro de 1894:

Quando se anunciou a *Revista de Portugal* o público correu a ela, e do primeiro número comprou 3000 exemplares, o que lhe garantia uma vida larga. Dois ou três meses depois comprava apenas 800 a 1000 exemplares. Logo tivera uma desilusão e não era aquela a *Revista* que apetecia. Que defeitos lhe encontrava? Creio que a achava pesada, doutrinária, com artigos muito longos, sem modernidade, sem atualidade, e em geral maçadora: creio que a achava cara por 500 rs. e creio ainda que achava espaçada de mais. (Queirós, 2008b, p.284)

A par desses fatores, Miranda de Andrade acrescentou outras vertentes que, sem dúvida, muito ajudaram para o término da publicação: “a ausência dos seus diretores, isto é, a sua falta de presença permanente no Porto, onde a *Revista* era composta e impressa. (...) Não se esqueça ainda a dificuldade da colaboração, isto é, a falta de colaboradores assíduos e prontos” (1953, p. 64).

Ora, não temos dúvidas que todos esses fatores, em conjunto, contribuíram para o fim da *Revista*. No entanto, parece-nos importante tentar perceber, no contexto oitocentista, as razões mais relevantes para o termo da publicação.

Começamos pela análise dos colaboradores. Já afirmamos anteriormente (na página 58) a dificuldade que Eça enfrentou para conquistar articulistas e escritores, sendo esse fator constante

ao longo dos três anos de existência da *Revista*. O próprio diretor do periódico, na introdução ao terceiro volume, concluiu o seguinte:

Forçoso foi aos fundadores da *Revista* reconhecer que em Portugal não existia um grupo de escritores que, exclusivamente empregados no exercício das Letras, livres de todas as influências de partido ou escola, e disciplinados por hábitos estritamente regulares de trabalho, pudessem assegurar a uma *Revista* uma colaboração abundante, diligente, variada, oportuna, pontual e eficaz. (Queirós, 1890, p.VI)

Embora António José de Saraiva tenha considerado a *Revista de Portugal* como órgão do grupo “Vencidos da Vida” (Saraiva, 1995, p. 139) e, como sabemos, esse grupo ter aplaudido e apoiado a ideia da criação da *Revista*, a sua colaboração não foi vasta e nem todos enviaram artigos. Ficalho, Luís Soveral, António Cândido, Carlos Mayer e Carlos Valbom não chegaram a constar da lista de autores, apesar de terem sido convidados por Eça. Como é visível no Anexo III, Oliveira Martins foi um dos escritores que mais publicou. No entanto, o Conde de Sabugosa só redigiu uma monografia, Guerra Junqueiro apenas colaborou com uma poesia (“Ideal moderno”), e o Conde de Arnoso só elaborou dois artigos. Sublinhe-se, ainda, que Ramalho Ortigão, o eterno amigo de Eça, prestou uma tímida colaboração: escreveu unicamente um artigo.

Eça de Queirós recorreu também a grandes nomes da altura – como por exemplo a Camilo Castelo Branco e a António Eanes, que não chegaram a colaborar com a *Revista*. Outros deram-lhe um contributo pontual. Oportuno será mencionar a acanhada participação dos autores brasileiros.

De facto, os escritores que mais publicaram na *Revista*, além do Eça de Queirós e de Oliveira Martins, foram Jaime de Magalhães Lima, Moniz Barreto e Eduardo Prado<sup>97</sup>.

No nosso entender, outro motivo importante que conduziu ao desaparecimento da publicação, e que merece ser mais profundamente analisado, é o facto de o público a considerar “pesada”, com artigos excessivamente longos e pouco atual; e pensar ser alto o preço de 500 réis por número. Parece-nos claro que a não adesão do público sempre constituiu um grande entrave.

Em primeiro lugar, recorde-se, uma vez mais, que a *Revista* estava direcionada para um vasto público<sup>98</sup>: tanto português como brasileiro. A questão que se impõe é: quem são esses

---

<sup>97</sup> Cf Anexo III.

<sup>98</sup> A definição de “público” é muito complexa. Na obra *Sociologia dos públicos*, Esquenazi distingue seis grandes tipos de definições. Num primeiro momento o público é determinado por “situações onde há público”. Uma segunda vertente incide na percepção de que os inquéritos estatísticos são a matriz de reflexão acerca do público. Uma outra abordagem dá-nos conta das lógicas comerciais dos produtores que produzem para uma “massa” manipulada. A quarta definição assenta na ideia segundo a qual uma obra, para ser apreciada corretamente, exige um conjunto de competências somente acessíveis a certas classes. Outra proposta procura definir o público a partir de

leitores?<sup>99</sup> Podemos afirmar que a leitura está entrecruzada com a história da alfabetização. Afinal, não há como negar a necessidade do diálogo entre essas áreas. De facto, como salienta Pierre Bourdieu:

a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação: a pesquisa estabelece que todas as práticas culturais (frequência dos museus, concertos, exposições, leituras, etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução. (Bourdieu, 2007, p. 9)

Como portugueses e brasileiros poderiam consumir um produto cultural se o número de analfabetos era grande? Portugal era, de facto, um país de escassos leitores, uma vez que, segundo o censo de 1878, a população portuguesa era de cerca de 4 milhões de habitantes e, desses, só 15,6% sabiam ler e escrever (Serrão, 1983, p.53). De facto, na própria *Revista de Portugal*, no volume III, Simões Dias no artigo “A instrução primária” elaborou uma crítica ao sistema de ensino português, que na altura era pouco abrangente, e alertava: “querer organizar uma democracia conservando as escolas fechadas, não é só edificar na areia, é inverter todas as regras do senso comum e preparar a anarquia” (Dias, 1890, p.333).

Uma outra referência, que julgamos relevante, foi feita por Sampaio Bruno que constatou que “a ignorância do povo português é, infelizmente, incontestável” e sublinhou “o que é preciso é educá-lo” (Bruno, 1987, p.130). Mas, ao que tudo indica, o público não estava preparado para receber educação através de uma revista. Alguma atenção merece o comentário elaborado por Eça de Queirós no balanço que realizou no início do terceiro volume da *Revista de Portugal*:

O público, por motivos múltiplos de raça, de educação, de costumes e de ocupações, deseja encher aquelas horas livres em que folheia um livro ou uma Revista, não no severo esforço de adquirir uma instrução sistemática, mas no mero consolo de receber uma distração inteligente. (Queirós, 1890, p. VI)

No caso do Brasil, as políticas educacionais enfrentavam dificuldades na sua aplicação. Afinal, existiam muitas discussões que chegaram à elaboração de leis auspiciosas, mas que nunca foram implementadas. Arnaldo Niskier descreve a situação da seguinte forma:

---

divisões sexuais, culturais, nacionais. Finalmente, a última linha de pesquisa que surge no livro procura delimitar as reações suscitadas por uma obra como indícios de uma organização simbólica.

<sup>99</sup> Em junho de 1893, José Barbosa e Jorge Colaço, fundaram em Paris uma publicação intitulada *A revista*, que também procurava ter como público-alvo leitores do Brasil e de Portugal. O editorial, publicado no número 1, no dia 5 de junho, assinalava o seguinte: “Estamos habituados a ouvir que esses dois países não têm público para periódicos literários e artísticos (...) Discordamos dessa opinião (...) e analisando a frio esta convulsão em que se debate a intelectualidade das duas nações em que se fala a língua portuguesa, acreditamos bem ao contrário que *A revista* aparece no momento em que se reclamam as necessidades da arte e da literatura desses dois países” (Direção, 1893, p. 2) Apesar do otimismo do editorial, *A revista* terminou com a publicação do sexto número, em outubro de 1893.



Examinando-se os relatórios dos ministros do Império, na metade do século XIX, pode-se observar que, fora do Rio de Janeiro, o ensino primário e secundário, que competia às províncias, deixava, em geral, muito a desejar. As informações dos próprios presidentes das províncias são em geral bastante salientadoras, com a habitual queixa de falta de recursos para a abertura ou manutenção de escolas e contratação de mestres. (Niskier, 2011, p.178)

Numa sociedade ainda com uma forte mentalidade escravocrata, as camadas populares ficavam à margem da cultura letrada. A par disso, no Brasil, eram escassos os professores habilitados. Outro grave problema era a falta de livros didáticos. Além do analfabetismo, o alto custo dos livros que circulavam entre as classes mais abastadas deixava os menos favorecidos cada vez mais longe de uma cultura dita superior. Machado de Assis, numa crónica publicada a 15 de agosto de 1876, comenta um recenseamento do Império e sublinha a ignorância que reina no Brasil:

A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler (...) é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% de cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha - por divertimento. (Assis, 1876)

Em 1879, na segunda edição da *Revista Brasileira*, no programa que esclarece e anuncia as características da *Revista*, o seu editor elucida alguns pontos importantes sobre o público brasileiro:

O povo brasileiro – não é sem mágoa que o dizemos – posto que deve desempenhar em período talvez não muito remoto papel importante no teatro do mundo, não está ainda preparado para consumir o livro, substancial alimento das organizações viris (...) Faltam-lhe as condições de gosto, instrução, meio, saudável direção de espírito, sem as quais não se pode cumprir a livre obrigação que equipara o artesão do capitalista, o operário do literário, o pobre do milionário – a de comprar, ler e entender verdades ou ideias coligidas em um volume, cuja leitura demanda largo fôlego e cujo estudo requer tempo de que o povo em geral não dispõe. (Midosi, 1879, p.5)

Recorde-se, ainda, que entendemos a educação como uma das condições para a modernização. Nesta perspetiva, o público leitor, poderia ser considerado como uma espécie de socialização cada vez mais alargado e em crescimento. No entanto, as desigualdades sociais (que limitariam o número de compradores da *Revista* tanto em Portugal como no Brasil) não aconteceriam somente devidas as desigualdades económicas, mas também estavam limitados pelos obstáculos causados, por exemplo, pelo *deficit* de capital cultural no acesso a bens simbólicos.

Por outro lado, como sugere Antonio Candido, os fatores sociais atuam na relação da obra com o autor e com o público “mesmo quando pensamos ser nós mesmos, somos público, pertencemos a uma massa cujas reações obedecem a condicionantes do momento e do meio”. (2006, p. 45) Nesse sentido, concordamos com Teresa Pinto Coelho que nos recorda que “o público culto que compra a *Contemporary Review* em Inglaterra ou a *Revue des Deux Mondes* em França e para qual Eça pretende idealmente escrever, não existe em Portugal em quantidade suficiente para tornar rendável o novo periódico” (Coelho, 2010, p. 95) De facto, na opinião de Ramalho Ortigão, o português procurava sobretudo leituras leves e descomprometidas: “O leitor português não quer o seu livro ou o seu periódico o obriguem às fadigas da discussão e da controvérsia com o seu próprio espírito” (Ortigão, 1992b, p. 62)

Oportuno será lembrar que, durante muito tempo, um escritor produzia apenas para públicos restritos. Em 1886, na carta-prefácio a obra *Azulejos* do Conde de Arnoso, Eça de Queirós demonstrou que o conceito de público evoluiu: “o Escritor, há cem anos, dirigia-se particularmente a uma pessoa de saber e de gosto (...) e que se chamava “o Leitor”: e hoje dirige-se esparsamente a uma multidão azafamada e tosca que se chama “o Público”” (Queirós, 2009, p. 187). Mas, será que, no caso da *Revista de Portugal*, houve realmente um diálogo com a nova massa do público? Por outro lado, recorrendo a teoria da comunicação, lembramos que relativamente à audiência devemos sempre pensar em três aspetos essenciais: “o interesse em obter informação, a exposição seletiva provocadas pelas atitudes já existentes, a interpretação seletiva e a memorização seletiva” (Wolf, 1987, p. 31). Surge, então, a questão: qual seria o interesse e a motivação do público oitocentista pelos temas difundidos na *Revista*? Mais uma vez vamos recorrer à análise realizada por Eça no início do terceiro volume:

A única publicação, pois, que a nossa sociedade suporta é um *magazine* (...) onde sobretudo predominem obras de imaginação, as vulgarizações científicas, narrações de viagens, os trabalhos biográficos, os estudos de costumes, as atualidades políticas e sociais, toda essa literatura, ou forma de literatura, mais adaptadas a um largo público, que às ideias e aos factos nunca podem dedicar um estudo exaustivo, apenas uma fugitiva curiosidade (Queirós, 1890, pp. VII- VIII).

Uma outra observação sobre a receção da *Revista de Portugal* prende-se à seguinte questão: será que podemos avaliar uma publicação apenas pela receção imediata das mesmas? Concordamos com José Augusto Seabra que julga que não, esclarecendo que há que pensar na receção mediata e no acolhimento que uma obra possui a longo prazo: “Se no caso do jornal elas tendem a aproximar-se, senão a coincidir, o tempo da revista, que por aí pode almejar a medir-se

com o livro, quando não em certos casos a superá-lo, transcende o efêmero, ainda que por ele passe ou perpassa” (Seabra, 2003, p. 23).

Quanto ao preço da *Revista* (500 réis) ser considerado excessivo pelo próprio Eça, podemos constatar que a revista *O Ocidente*, em 1884, custava 120 réis a quinzena. Ou seja, 240 réis por mês. De facto, muito mais acessível. Por outro lado, lembramos que 1000 réis (em 1903) seria o equivalente a dezanove euros atualmente<sup>100</sup>.

No caso do Brasil, por volta de 1889, uma refeição<sup>101</sup> (num restaurante popular) custava cerca 600 réis (Gomes, 2013, p. 73). Uma outra referência, no entanto, essa portuguesa, retirada do livro *Figuras e questões literárias*, Tomo II, de Ramalho Ortigão, indica: “chouriço 300 réis, pão 60 réis, Champanhe *extra Dry* 30\$. Total 30\$360.” (Ortigão, 1945, p. 51) Definitivamente, a *Revista de Portugal* era uma publicação cara, ao alcance de poucos.

Mas será que o fim da *Revista de Portugal* ditou o final da ilusão queirosiana de produzir uma revista? É incontestável que o sonho não morreu. Repare-se, aliás, como o próprio Eça, em 1894, sublinha que já está a pensar em outro projeto: “Eu continuo a crer numa Revista em Portugal: o que ainda não pude discernir nitidamente é que espécie de Revista o público deseja” (Queirós, 2008b, p. 284). De facto, acreditamos que foi por confiar nesse sonho que Eça de Queirós aderiu ao projeto do brasileiro Martinho Carlos de Arruda Botelho, que propôs editar a *Revista Moderna*, uma luxuosa publicação ilustrada, que circulou entre 15 de maio de 1897 até abril de 1899, onde Eça de Queirós assumiu “desde o início a alma da publicação” (Soler, 2005, p. 17).

Depois disso, a ideia de fazer reviver a *Revista de Portugal*, com uma feição mais modesta, regressou. Desta vez, Eça contou com o apoio de Alberto de Oliveira, que descreveu, com pormenor, a dificuldade para encontrar o título *O Serão* para a publicação:

Para encontrar este fácil e ameno batismo, quanto mourejámos! Tardes seguidas, em minha casa, mostrando descrever de qualquer achado feliz das nossas respetivas inspirações, Eça de Queirós recomendava-me que, armados de paciência caçássemos o difícil e fugitivo título... Folheando o dicionário! E com efeito empreendemos essa viagem, cada qual munido de um roquete, sondando página a página parando quando algum vocábulo nos parecia digno da candidatura e apreciando-o e comentando-o alegremente. Foi assim que descobrimos a Cegonha, ave entre todas estética e que para mim era um símbolo bastante exato do próprio Eça de Queirós. Foi assim que, receando a incompreensão do grande público, em face de um rótulo tão subtil, viemos a encontrar, já nas últimas letras

<sup>100</sup> Cf Portal das finanças - [http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/2DAD723D-BD80-4837-8836-94CC735646C5/0/portaria785\\_2010.pdf](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/2DAD723D-BD80-4837-8836-94CC735646C5/0/portaria785_2010.pdf), consulta realizada no dia 4 de agosto de 2014.

<sup>101</sup> A refeição seria composta por sopa, bife, arroz com galinha, feijão, farinha, marmelada ou doce de figo, frutas. De salientar também que o gelado, vendido em cone, na rua do Ouvidor (no Rio de Janeiro) custava 320 réis. (Gomes, 2013, p. 73)

do dicionário, o democrático e inteligível Serão, que por fim adotámos. (Oliveira, 1918, pp. 45-46)

Na mesma obra, *Eça de Queirós, páginas de memórias*, Alberto de Oliveira, revela detalhes sobre o projeto que nunca chegou a sair do papel:

Eça de Queirós seria o diretor e eu o secretário. Os seis primeiros números estavam prontos a publicar-se; a capa da Revista saíra já, em originais linhas e cores, do pincel do grande pintor Columbano. Mas, o diretor regressou a Paris, o secretário ingressou no Ministério dos Estrangeiros, e assim faleceu, antes de nascer, o nosso tão esperado Serão. (Oliveira, 1918, p. 45)

Segundo Eça de Queirós o novo periódico seria mais “ligeiro, fácil, variado”, com apenas cerca de 70 páginas e não deveria custar mais de 200 réis. Essencialmente seria: “a velha *Revista de Portugal*, dividida em dois fascículos, vendida mais barata, e tornada mais viva, atual e movimentada” (Queirós, 2008b, p. 284). Em carta enviada a Columbano, em 19 de abril de 1895, possuímos também informações sobre a capa:

Estávamos para ir hoje ao seu atelier, o Alberto de Oliveira e eu, com o impertinente fim de lhe pedir de novo, e em cor, um arranjo na capa do *Serão*. Ambos nós a achamos encantadora, tal como está (excetuando a disposição dos nomes e o vago do tapete) e se a aguarela fosse para o interior do magazine, só tínhamos a admirar e a agradecer. Mas é para o exterior, para atrair e reter o olho do grosso público, que, como público meridional, ama as sobre coisas, claras, nítidas e bem arrumadas. (...) A nossa situação é dolorosa: como artistas, só queremos uma capa desenhada por um grande artista e como industriais, necessitamos de um desenho adequado ao grosso público. (Queirós, 2008b, pp. 299-300)

Conclui-se, portanto, que, até ao fim, Eça de Queirós continuou a lutar contra moinhos de vento e a acreditar no seu sonho. Ao concluirmos esta breve abordagem, salientamos, ainda, um artigo de homenagem ao crítico Moniz Barreto, elaborado por Oliveira Lima (1897) onde consta a descrição de uma carta de Barreto (escrita pelo crítico no dia 13 de fevereiro de 1893), na qual este afirmava: “Depois que morreu a *Revista de Portugal*, não apareceu outra” (Lima, 1897, p. 259). Puro engano: passados quarenta e cinco anos, em 1937, Vitorino Nemésio, secretariado nos primeiros tempos por Alberto Serpa, fez renascer uma nova *Revista de Portugal* que recuperou intertextualmente o título da revista de novecentos. A nova publicação procurou desempenhar, entre os portugueses, um papel relevante de divulgação de autores brasileiros.

## Capítulo III

### Caracterização das ideias dos principais colaboradores da *Revista de Portugal*

Toda a produção superior dos nossos escritores, tende com efeito a convergir para a *Revista de Portugal*. (Queirós, 1995, p. 119)

### 3.1. Contradições e convergências na *Revista de Portugal*

Pode-se considerar-se como órgão do grupo (Vencidos da Vida) a *Revista de Portugal* (Saraiva, 1995, p. 139)

O capítulo que agora se abre pretende evocar as ideias centrais dos principais colaboradores da *Revista de Portugal*. Observe-se desde já, entretanto, que, embora se enunciasse no Programa da *Revista*, como uma de suas finalidades, a de “estabelecer um centro intelectual onde os escritores moralmente vivam uns com outros em mais estreita comunhão” (Queirós, 1995, p. 112), tal proposição não quer dizer que os colaboradores — referidos como uma “numerosa e ilustre plêiade de espíritos, a mais bem dotada e brilhante que jamais reuniu uma publicação em Portugal” (id, p. 116) — se reduzissem, quanto à defesa de suas ideias, a uma mesma ideologia ou doutrina em face da sociedade e das “obras que nela se formam, dos homens que nela se destacam, dos factos que nela dominam, dos problemas que nela pesam, das tendências que nela se agitam.” (id., p. 109). Esta é uma observação importante porque, na verdade, a *Revista* pertence a um género de jornalismo que só se consolidou na segunda metade do século XIX: a liberdade de expressão é a principal característica da *Revista* e os seus colaboradores são independentes entre si. Portanto, não surpreende que entre eles se encontrem posições contraditórias no âmbito das concepções literárias, filosóficas, políticas ou pedagógicas, compartilhando-se assim uma pluralidade de tendências.

Não obstante a marca da heterogeneidade no grupo dos colaboradores, assinalamos um interesse comum a todos: buscavam a modernização da cultura de língua portuguesa, especialmente da cultura luso-brasileira, porque a *Revista de Portugal*, como afirma Eça de Queirós no Programa: “sendo portuguesa, é também implicitamente brasileira (...) É no Brasil que as obras do nosso espírito recebem um mais franco e caloroso acolhimento. Por outro lado nada do que o Brasil faz, pensa, diz e produz nos pode ser alheio ou indiferente” (id., pp. 114-115). Ora, todos procuravam um maior conhecimento da modernidade, uma vivência da realidade nos grandes centros europeus, principalmente na Inglaterra e na França, uma vez conscientes de que, segundo o Programa:

Na nossa comunicação com a ciência e o pensamento das nações estrangeiras, tão importante para quem, como nós, é deles profundamente tributário (...) alargando para além da França (nossa exclusiva escola e único socorro do nosso espírito) as fontes das noções e das emoções (id., p. 111).

Todos os colaboradores da *Revista de Portugal*, sem exceção, se entregaram ao projeto concebido por Eça de Queirós. E cabe aqui perceber como dessa convergência do espírito

português e brasileiro, em torno à modernização como um problema, resultou uma experiência jornalística que certamente muito contribuiu para renovar a ideia de uma cultura luso-brasileira não mais referida ao passado colonial, senão ao futuro de povos independentes.

Vejamos, então, mais pormenorizadamente algumas dessas noções e emoções, sendo de destacar: a moderna noção de crítica literária desenvolvida por Moniz Barreto; as concepções de história e decadência de Oliveira Martins; a imagem do Brasil em Ramalho; o sentido do trágico em Antero de Quental; os ideais de Eduardo Prado; e a presença feminina na *Revista*.

### 3.2.A atitude crítica de Moniz Barreto

A arte é vasta e a capacidade pessoal decisiva para a beleza das obras (Barreto, 1892, p. 688)

O primeiro número da *Revista de Portugal* tem início com um artigo de quarenta páginas escrito por Moniz Barreto<sup>102</sup> sobre *A literatura portuguesa contemporânea*<sup>103</sup>. O que anuncia, antes de mais, o lugar de destaque que a crítica literária deveria ocupar na *Revista*. De facto, no próprio prospecto-programa da *Revista*, Eça de Queirós constata que em Portugal a imprensa ainda não valoriza essa vertente literária.

Cabe, então, tentar demonstrar a importância de Moniz Barreto como precursor de ideias e debates que perpassaram toda crítica literária do século XX e procurar identificar qual foi a principal contribuição que o crítico trouxe para a modernização da mentalidade luso-brasileira.

Ora, antes de mais, convém sublinhar que à crítica literária sempre esteve associada a ideia de subjetividade. Com Barreto essa ideia foi alterada. Discípulo de Taine (autor responsável pelo método que Barreto aplica no exame das obras literárias), os temas estudados por Moniz Barreto inauguraram o discurso crítico contemporâneo, dando ao seu autor um carácter moderno e fundador da crítica intelectual da sociedade portuguesa e (nalguns casos indiretamente) brasileira.

Interessante, também, é notar que o Brasil sempre esteve muito presente na vida de Moniz Barreto; apesar de ter falecido prematuramente, com apenas 33 anos de idade, foi um observador atento do panorama cultural e da literatura se praticava no Brasil. Em Lisboa, foi

---

<sup>102</sup> Guilherme Moniz Barreto foi jornalista e crítico literário. Nasceu em Goa, em 1863, descendente de uma aristocrática família portuguesa. Destacou-se por ser um dos poucos ensaístas portugueses que tentou uma via científica na crítica literária e uma abordagem positivista ao estudo da literatura portuguesa. Foi discípulo de Teófilo Braga. Grande parte da sua obra se encontra dispersa por vários jornais brasileiros, principalmente no *Jornal do Comércio*.

<sup>103</sup> O artigo foi republicado em 1940, por José Osório de Oliveira, nos cadernos culturais *Inquérito*.

companheiro de colégio e de estudos superiores do brasileiro Oliveira Lima, com quem manteve intensa correspondência até ao final da sua vida. Nessas missivas, Moniz Barreto (que se declara fascinado pela Alemanha) julga que a instabilidade política que se vivia no Brasil em 1894 tinha origem na proliferação de ideias francesas. Em julho de 1895, Moniz Barreto viveu no Recife, mas o meio desagradou-lhe. Seguiu depois para o Rio de Janeiro, mas sentiu-se doente. No entanto, foi contratado pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro para ser colaborador em Paris, onde faleceu em 1896.

Passemos, então, a examinar o extenso estudo, publicado em 1888, intitulado *A literatura portuguesa contemporânea*. Normativo, Barreto inicia o seu artigo procurando uma definição para o seu objeto de estudo, a literatura, entendida como “um conjunto de obras escritas tendo um assunto geral e redigidas numa linguagem geral, e com maior rigor um conjunto de monumentos enunciando de um modo cabal uma conceção ou uma impressão da vida.” (1889, pp. 5-6). Ora, antes de mais, devemos lembrar que, ainda hoje, qualquer reflexão preambular sobre a literatura lança-se através de um vasto domínio constituído por fronteiras fluidas. Convém, também, não esquecermos que a distinção entre a literatura e as outras disciplinas é muito recente e apenas consolidou-se nos meados do século XIX. Assim entendemos que Barreto, no fundo, se propõe interrogar e explicar o mundo e emprega artifícios mentais que estão em voga na sua época. A literatura é, no caso, um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas. Ou seja, na sua conceção de literatura, Barreto ainda deixa espaço para o subjetivo, mas já entende que existe nessa atividade algo que extrapola as perceções sensíveis da realidade, enquanto escrita de uma “impressão de vida” que inclui tanto a filosofia como a história e até a política.

Dessa noção deriva a sua conceção de crítica literária: “a crítica representa uma conceção ou uma impressão da literatura” (Barreto, 1889, p. 6). Sublinhe-se, ainda, que Moniz Barreto acredita na existência de duas espécies de crítica: uma que tem por base a filosofia (a análise); e uma outra que tem por inspiração o gosto (as emoções). Na opinião de Barreto, ambos os géneros de crítica são válidos se forem utilizados em conjunto e de forma hierárquica: o crítico deve partir da análise filosófica para chegar até às emoções.

Opondo-se ao subjetivismo e ao intuitivismo, recorre aos estudos de Taine, nomeadamente às ideias expressas na *Histoire de la littérature anglaise*, entre as quais destacamos: “Trois sources différentes contribuent à produire cet état moral élémentaire, la race, le milieu et le moment.” (Taine, 1905, p. XXII). Aqui, para chegar a ideia do que é literatura, Taine conjuga os seguintes conceitos: o apreço pela raça (hereditariedade), o apelo do meio



ambiente, e o momento histórico. Nesse contexto, Moniz Barreto concebe a sua visão de literatura como um produto coletivo, determinado pelo meio e pelo momento e, portanto, necessariamente compreendido em termos nacionais. Nessa perspectiva, o crítico acredita que a literatura portuguesa da sua época sofra a intervenção do pensamento europeu, especialmente da Alemanha e da França: “O romance é feito à moda de França, a história à moda da Alemanha, a filosofia e a poesia à moda da França e da Alemanha” (Barreto, 1889, p. 26). Com um estilo claro, muito didático, cada parágrafo crítico de Barreto retoma e amplia um pouco a ideia de base do parágrafo anterior.

Assim, de forma a caracterizar a literatura nacional, Moniz Barreto sentiu a necessidade de descrever as literaturas das grandes nações ocidentais. Começou pela França, destacando o traço que a distinguiu: “a inteligência, não o dom da compreensão profunda à maneira do alemão, mas uma espécie de razão ágil e simplista que extrai do objeto, por uma operação rápida e fácil, uma ideia incompleta e portátil” (id., pp. 10-11). A Inglaterra é apresentada como dotada de uma vocação prática, onde se destaca “A imaginação grandiosa e penetrante, a paixão intensa, a interioridade do sentimento, o vigor dos instintos morais” (id., p. 12). Já o espírito crítico é o traço que caracteriza a literatura alemã, aliado ao dom da compreensão universal e profunda. Na literatura italiana, Moniz Barreto destaca o “sentimento do útil” (id., p. 14), que estaria associado à imaginação.

Após analisar obras de alguns dos seus contemporâneos (entre os quais Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Teófilo Braga, Eça de Queirós e Oliveira Martins), na conclusão do seu artigo, Moniz Barreto assegura que falta uma maior atividade crítica em Portugal e atesta que se verifica uma “regressão ao génio nacional” (id., p. 39). No entanto, a nova geração também tem um “vasto campo de atividade e de reforma” (id., p. 40).

Torna-se interessante aproximar, neste momento, com a distância que o tempo propicia, a ideia de literatura de Moniz Barreto àquela que era produzida no Brasil. Nas últimas décadas do século XIX a vida cultural brasileira era estimulada pela geração saída da “Escola do Recife” (centro intelectual da faculdade de Direito do Recife), de onde irradiava uma nova mentalidade em que se incorporavam o positivismo, o evolucionismo científico e o republicanismo. É nessa Escola do Recife que Sílvio Romero estuda Direito entre 1868 e 1873. Assim como Moniz Barreto, também Romero procura definir um campo de atuação para a literatura e questiona-se

sobre o que é a crítica. Ora, Sílvio Romero<sup>104</sup> publica, em 1888, a sua *História da Literatura Brasileira*, primeiro texto em que se encontra um empenho de “historiar” a literatura nacional, a entendendo como expressão de certa realidade. O que é interessante é que Romero vai buscar ao determinismo de Taine: o conceito de meio. Ou seja, intelectualmente, Moniz Barreto e o primeiro grande historiador da literatura brasileira absorvem as suas principais ideias da mesma fonte: Taine. Ambos são partidários das novas filosofias europeias e investigam a formação da sociedade, fundamentados no determinismo da raça e do ambiente.

Outro brasileiro, José Veríssimo<sup>105</sup> (1857-1916), que também pertenceu à geração de Sílvio Romero, sofreu a influência de vários pensadores franceses e, ao que tudo indica, do próprio Moniz Barreto. De facto, na introdução do seu livro *História da Literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*<sup>106</sup>, reeditado em 1963 pela Universidade de Brasília, o crítico Heron de Alencar (1963, p.17) destaca a admiração que Veríssimo mantinha pelo crítico português de quem adotou o conceito de Literatura.

E o que é Literatura para Veríssimo? “A Literatura é arte literária” (1963, p. 30). A partir dessa definição, o crítico brasileiro fará a separação entre uma visão histórica da literatura, presente no período colonial, e a “evolução” literária nacional. Tal como Moniz Barreto, Veríssimo centra a sua atenção na ideia de nacionalidade:

Não sei se é possível a existência de uma literatura inteiramente independente, sem uma língua inteiramente independente também. A língua é o elemento constituinte das literaturas, por isso já é de si mesma expressão do que há de mais íntimo, de mais individual e de mais característico em um povo. Só tem literatura própria, sua, original, os povos que têm língua própria. (...) Considero, portanto, a literatura brasileira como um ramo da literatura portuguesa. (Veríssimo, 1901, p. 6)

Não cabe aqui desenvolver a questão, mas apenas assinalar a convergência de pensamento de Barreto e Veríssimo no que toca à importância dada à nacionalidade. Concomitantemente, José Veríssimo destaca ainda o “bando de ideias novas” que formam o pensamento dos intelectuais da chamada “geração de 70” e defende um “modernismo” (de influência cosmopolita e onímoda)

---

<sup>104</sup> Antes de Sílvio Romero a crítica era muito subjetivista, de matriz romântica. Textos sobre o “dom”, a “genialidade”, a “inspiração”, ou seja, sobre o que constituiria o processo criativo do autor, formava grande parte do que se entendia então crítica literária.

<sup>105</sup> Em 1902 foi publicado o livro *Homens e coisas estrangeiras*, onde José Veríssimo descreve, com emoção, a primeira vez que partilhou o mesmo espaço físico com Eça de Queirós. O encontro deu-se em Lisboa num sarau literário no Teatro Trindade. Alguns anos mais tarde os dois escritores encontraram-se em Paris. No entanto, o brasileiro jamais tentou uma aproximação maior: “amando-o, não quis jamais conhecê-lo pessoalmente, por essa espécie de pudor indefinível que nos afasta de pessoas admiradas e queridas em silêncio.” (Veríssimo, 1902, 356).

José Veríssimo louvou a influência da obra queirosiana na literatura de língua portuguesa e ressaltou que “o Brasil não foi capaz de produzir nenhum naturalista que se lhe compare.”

<sup>106</sup> Obra póstuma, publicada no mesmo ano da morte do autor.

capaz de desvendar as motivações da cultura nacional (Veríssimo, 1963, p. 29). Ou seja, mais uma vez, encontramos pontos de confluência com o pensador português. Afinal, Barreto destacou, várias vezes, a importância da circulação de novas ideias.

Apesar de breve, foi avultada a colaboração de Moniz Barreto na *Revista de Portugal*. No segundo volume<sup>107</sup> encontramos um estudo sobre Paul Bourget<sup>108</sup>, onde Barreto fez uma análise do romance *O discípulo* (cuja primeira edição é de 1889). Para já, convém assinalar que, ao contrário do que é habitual, o escritor Paul Bourget encontra-se muito traduzido para português<sup>109</sup>.

No terceiro volume da *Revista de Portugal*, a colaboração de Moniz Barreto é muito extensa e engloba tanto a crítica literária como crónicas sobre a política europeia. Oportuno será lembrar o estudo realizado na rubrica intitulada “Revista de Crítica Literária”<sup>110</sup>, onde Barreto analisou os lançamentos literários da altura. Interessante é notar que Moniz Barreto entende que esta secção da *Revista* tem uma vasta abrangência: “nesta secção especialmente reservada à notícia de obras recomendáveis à atenção pública pelo seu conteúdo filosófico de ideia ou pelo valor estético da forma” (1980, p. 764). Nesse contexto, entre as páginas 235 e 241 encontramos uma reflexão sobre o livro *Um ano de crónica*, de Manuel da Silva Gaio<sup>111</sup>.

Em primeiro lugar, Moniz Barreto resumiu o conteúdo do livro. Nessa observação, Moniz destacou o estudo que Gaio fez sobre o livro *Os Maias* de Eça de Queirós, afirmando que “as suas observações sobre o estilo do grande escritor revelam sobre formas nem sempre nítidas um sentimento delicado das coisas literárias” (id, p.237). Ou seja, na nossa opinião, Moniz Barreto reconheceu o talento crítico de Silva Gaio.

Poucas linhas depois, Barreto afirma que as composições mais teóricas de Manuel Silva Gaio são aquelas que ainda necessitam de maior maturidade para fugir da “anarquia mental

---

<sup>107</sup> Na seleção de textos que Manuel Seabra realizou para a publicação do livro intitulado *Moniz Barreto*, de 1963, Seabra escolheu um texto, *O pensamento moderno*, e afirma que essa crónica teria sido publicada originalmente no segundo volume da *Revista de Portugal*. No entanto, tal crónica não consta de nenhum volume desta *Revista*.

<sup>108</sup> Escritor francês (1852 /1935), Paul Bourget começou a ser reconhecido como crítico com *Essais de Psychologie Contemporaine*, mas ficou conhecido com autor de vários romances.

<sup>109</sup> Paul Bourget foi muito traduzido para português, encontrando-se nomeadamente as seguintes edições: (1910) *O luxo dos outros*. Trad. de Carlos Bento Maia. Lisboa: Guimarães &Ca; (1911) *A água profunda*. 2ª ed. Lisboa: Guimarães Editores; (192-) *Um idyllio trágico. Costumes cosmopolitas*. Lisboa: Aillaud e Bertrand; (192-) *Um crepúsculo*. Porto: J. Pereira da Silva; (1926) *O fantasma*. Trad. Ana Castro Osório. Porto: Civilização; (1927) *Um divórcio*. Porto: A. Figueirinhas; (1927) *O dançarino mundano*. Trad. Domingos Guimarães. Porto: Casa Editora; (1928) *Mentiras*. Lisboa: Tip. Moderna

<sup>110</sup> Cf Anexo I, Classificação temática.

<sup>111</sup> Recorde-se que Manuel da Silva Gaio (Coimbra, 1860-1934) foi secretário na *Revista de Portugal*.

contemporânea” (id, p.238) que seria provocada pelo ceticismo e pelo pessimismo. Acrescentando, no entanto, que Silva Gaio não sofre dessas afetações.

Ainda no terceiro volume destacamos uma crítica ao livro *L'évolution des genres dans l'histoire de la littérature*, de Ferdinand Brunetière, crítico oficial da *Revista dos dois mundos*.

No quarto volume da *Revista de Portugal*, Moniz Barreto continua a sua crítica literária, mas, mais uma vez, estende o seu julgamento a outras secções da própria *Revista*, nomeadamente na elaboração de artigos sobre a atualidade, como: a “Revista de política europeia” e a “Situação geral da Europa e a política exterior de Portugal”. No entanto, consideramos que o estudo mais importante de Barreto é sobre a literatura portuguesa.

Assim, destacamos a crítica literária publicada no quarto volume, de 1892, onde Barreto versa sobre o livro *Só* de António Nobre<sup>112</sup>. Muito ousada para a época, a obra *Só* é emblemática do fim-de-século português, combinando a herança romântica com a estética do Decadentismo e do Simbolismo e, sem dúvida, Barreto captou muito bem a essência dessa obra: “O livro do sr. António Nobre é uma considerável manifestação de talento e um dos mais notáveis que se tem publicado ultimamente. O seu autor tem lembranças de grande poeta” (Barreto, 1892, p. 689).

Ora, pelo apresentado, estamos em condições de reconhecer Barreto como um importante mestre da crítica literária em Portugal e no Brasil. Não temos dúvidas de que o próprio Eça de Queirós também reconheceu o valor do crítico, nomeadamente na carta que escreveu a Luís de Magalhães, em 21 de outubro de 1891, onde afirmou: “Moniz Barreto (...) é, de natureza, um lento e um hesitante. (...) Mas como *essaiyste*, escritor de Revista, é de primeira ordem, e é forçoso aturá-lo.” (Queirós, 2008b, p. 152).

Retenha-se ainda que todo o cientificismo que Barreto demonstrou nos seus artigos da *Revista de Portugal* é acompanhado de um tom pedagógico e todas as suas críticas estão apoiadas em determinados juízos de valor. Ou seja, estão distantes da crítica literária jornalística atual, onde o jornalista não julga, apenas resume e comenta.

Dessa forma, através da prática interpretativa, com o seu processo de seleção de autores e pensadores, Barreto ditou gostos que foram reproduzidos tanto em Portugal como no Brasil.

---

<sup>112</sup> António Nobre (1867-1900) nasceu no Porto e morreu com apenas 33 anos de idade. Em 1888 matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Desistiu e partiu para Paris, onde frequentou a Escola Livre de Ciências Políticas, licenciando-se em Ciências Jurídicas. De regresso a Portugal, tenta seguir a carreira diplomática, mas a tuberculose impede-o. Ocupou o resto dos seus dias em viagens, da Suíça à Madeira, em busca de remédio para o seu mal. Figura entre os grandes poetas de literatura portuguesa, com as obras *Só* (Paris, 1892), *Despedidas* (1902) e *Primeiros Versos* (1921).

### 3.3. História e ficção em Oliveira Martins

Em sentido próprio só com Oliveira Martins e a partir de Oliveira Martins, Portugal é história e tem a sua História. À percepção do destino português como “epopeia”(transcendente ou positiva), Oliveira Martins opôs a ideia do nosso destino como “drama” permanente e ambíguo. A integração do “mito” no discurso histórico separa o grande Herculano, homem ainda do século XVIII, de Oliveira Martins, o autêntico romântico. (Lourenço, 1983, p. 16)

Joaquim Pedro de Oliveira Martins foi o colaborador que mais escreveu para a *Revista de Portugal*: produziu cerca de 11% do conteúdo total da publicação. Amigo pessoal de Eça, foi convidado a 15 de agosto de 1888 a participar no periódico, como podemos constatar na carta escrita por Eça de Queirós: “Eu sou o diretor dessa *grosse machine*, e tu terias nela um lugar que não se limitaria ao de um colaborador.” (2008a, p. 571). Cabe, então, a questão: quem foi Oliveira Martins? Ora a bibliografia disponível é tão ampla e rica que, aqui, apenas vamos traçar uma breve cronologia de alguns dos acontecimentos mais marcantes da sua vida. Era filho de Francisco Cândido Gonçalves Martins, oficial da Junta dos Juros dos Reais Impostos e pequeno proprietário, e de Maria Henriqueta de Moraes Gomes de Oliveira. Deram-lhe o nome do avô materno, um liberal moderado. Nasceu em Lisboa, a 30 de abril de 1845 e iniciou os seus estudos na Academia de Belas Artes (1856) e no Liceu Central de Lisboa (1857).

Devido à morte do pai, em 1857, não chegou a concluir o curso liceal, que o levaria à Escola Politécnica, para o curso de Engenheiro Militar. Foi forçado a empregar-se, aos 15 anos, como praticante de escritório. Casou, aos 19 anos, com Vitória de Mascarenhas Barbosa. Como autodidata concentrou-se nos estudos culturais, sociais e políticos da altura. Foi assim que surgiu a sua primeira obra: *Febo Moniz* (1867). Paralelamente, iniciou também a sua colaboração em jornais, escreveu peças teatrais, e tentou a poesia. Em 1870 começou a frequentar o Cenáculo e lançou o seu próprio jornal, *A República*, que não sobreviveu devido à falta de leitores. A seguir, aceitou o emprego de administrador nas Minas de Santa Eufémia, em Córdova. Em 1873 trocou o seu emprego espanhol pela empreitada do caminho-de-ferro do Porto à Póvoa e continuou a colaborar em vários jornais portugueses.

Em 1878 foi eleito sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Neste mesmo ano foi candidato a deputado pelo Centro Eleitoral Operário (Porto), mas obteve apenas 51 votos. No ano seguinte concebeu e pretendeu realizar sozinho um projeto ambicioso: uma Biblioteca das Ciências Sociais, que o levou a produzir uma vasta bibliografia abrangendo vários domínios.

Nesse âmbito, em maio de 1879 saiu a *História da Civilização Ibérica* e em outubro a *História de Portugal*. Até outubro de 1884 iriam seguir-se mais sete volumes.

Ainda em 1879, foi candidato a deputado, desta vez pelo Partido Socialista, e obtém 32 votos. Mas, a partir de 1880, sua vida pública progrediu: foi eleito presidente da Sociedade de Geografia Comercial do Porto e tornou-se sócio do Instituto de Coimbra. Em 1881 foi nomeado membro da Comissão Reguladora dos Trabalhos dos Operários, e da subcomissão de Inquérito às industriais no distrito do Porto.

Em 1885, Oliveira Martins foi eleito deputado pelo partido Progressista, então na oposição, e fundou um jornal, *A província*, que dirigia no sentido de o tornar um órgão de rejuvenescimento do partido Monárquico. Logo no ano seguinte, em 1886, foi eleito deputado por Viana do Castelo. Renunciou ao cargo de Ministro da Agricultura.

Fixou-se em Lisboa, tornando-se vizinho de Ramalho Ortigão, no ano de 1888, e assumiu a direção do jornal *O Repórter* e da Companhia de Moçambique. Participou nas reuniões do grupo “Vencidos da Vida” (designação da sua autoria que decorreu da renúncia dos seus membros às aspirações da juventude), e reforçou a sua amizade com Eça. Com a subida ao trono de D. Carlos e na sequência do Ultimato inglês de 1890, num momento de quase bancarrota das finanças públicas, aceitou a pasta da Fazenda no ministério, demitindo-se meses depois.

Em seguida, partiu para Inglaterra, numa viagem de que resultarão as crónicas publicadas em *A Inglaterra de Hoje* (1893). De regresso a Portugal, assume o lugar de vice-presidente da Junta do Crédito Público. Depois de uma viagem pela Espanha para reunir documentação para a biografia *O Príncipe Perfeito*, que deixará incompleta, morre com tuberculose, aos 49 anos, em agosto de 1894. Logo em seguida, em novembro, Ramalho Ortigão elaborou um artigo “Na morte de Oliveira Martins” onde destacou a disciplina e organização como características fundamentais desse homem de letras:

O seu quarto era a imagem da sua cabeça. As suas notas e os seus documentos de composição literária achavam-se perfeitamente coligidos e coordenados em uma série de pastas repartidas por uma série de gavetas. Não havia no seu arquivo papel – apontamento, conta, nota ou carta – que ele não encontrasse em dois minutos de busca. (...) Tão disciplinado era o seu espírito de ordem e previdência, que durante mais de trinta anos, em que o conheci e tratei de perto, nem uma única vez o encontrei em dificuldades de tempo ou de dinheiro. (Ortigão, 1945, pp. 51-53)

De facto, Martins foi um autor eclético, atitude filosófica que nele traduzia um espírito de abertura mental, avesso à cristalização em sistemas rigidamente constituídos, oscilando, por isso, entre o racionalismo iluminista, o positivismo e o movimento de ideias dos românticos alemães.

A obra de Proudhon marca os escritos deste autor. As várias obras escritas por Oliveira Martins<sup>113</sup>, enquanto historiador, têm um ponto comum: são sobretudo uma forma encontrada pelo autor para exprimir o seu pensamento, onde a intuição desempenha um papel central. No caso da *Revista de Portugal*, a sua colaboração inclui: “Os filhos de D. João I” (1º e 2º volumes); a “Crónica política” (escrita sob o pseudónimo de P. de Oliveira, 1º volume); “O tratado com a Inglaterra e a situação de Portugal” (3º volume, com o pseudónimo Spectator); e no 4º volume saem as primeiras páginas de “A vida de Nuno Álvares”.

Num estudo crítico, publicado na introdução do livro *Portugal Contemporâneo*, Moniz Barreto destaca, precisamente a imaginação e a sensibilidade como caracteres principais de Oliveira Martins:

A peça mestre da inteligência do Sr. Oliveira Martins é a imaginação psicológica, isto é, o dom de ver e descrever interiores de alma. (...) É ela quem faz a sua força de historiador e o seu encanto de escritor. (...) Em que consiste esta faculdade? (...) na intuição precisa e completa dos fenómenos da própria inteligência e sensibilidade. (Barreto, p. 11)

Ora, essas características estão bem marcadas nos textos históricos que Oliveira Martins publicou na *Revista de Portugal*; e até o próprio Eça de Queirós, numa carta escrita no dia 26 de abril de 1894, chama a atenção para esse excesso de imaginação e falta de rigor científico:

Também não me agradam muito certas minudências do detalhe plástico, como a notação dos gestos, etc. Como os sabe tu? Que documento tens para dizer que a Rainha num certo momento cobriu de beijos o Andeiro, ou que o mestre passou pensativamente a mão pela face?... Estavas lá? Viste? Esses traços, penso eu, não dão mais intensidade de vida, e criam uma vaga desconfiança. (Queirós, 2008b, p. 261)

Na *Revista de Portugal*, além de divulgar os seus trabalhos como historiador, Oliveira Martins também atuou como cronista político, utilizando o pseudónimo de P. de Oliveira. Teórico do socialismo, Martins era sobretudo um homem que sentia a necessidade de intervir na

---

<sup>113</sup> Obras: *Febo Moniz*, 1867; *Teófilo Braga e o Cancioneiro e o Romancero Português*, 1869; *Os Lusíadas - Ensaio sobre Camões e a Sua Obra, em relação a Sociedade Portuguesa e ao Movimento da Renascença*, 1872; *A Teoria do Socialismo - Evolução Política e Económica da Europa*, 1872; *Portugal e o Socialismo - Exame Constitucional da Sociedade Portuguesa e a Sua Reorganização pelo Socialismo*, 1873; *História da Civilização Ibérica*, 1879; *História de Portugal*, 1879; *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 1880; *Elementos de Antropologia*, 1880; *Portugal Contemporâneo*, 1881; *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, 1881; *Sistema dos Mitos Religiosos*, 1882; *Quadro das Instituições Primitivas*, 1883; *Regime das Riquezas*, 1883; *Taboas de Cronologia*, 1884; *História da República Romana*, 1885; *Projecto de lei sobre o fomento rural*, 1887; *Portugal nos Mares*, 1889; *Os filhos de D. João I*, 1891; *Portugal em África*, 1891; *Camões e os Lusíadas*, 1891; *A Inglaterra de Hoje*, 1892; *Vida de Nun'Álvares*, 1893; *Cartas Peninsulares (vol. póstumo)*, 1895; *O Príncipe Perfeito (vol. póstumo)*, 1896; *O Helenismo e a Civilização Cristã*, 1877. Para além dessas obras de fundo, há ainda uma vasta colaboração em publicações periódicas, como *Revista Ocidental*, *Revista de Portugal*, *A República*, *Provincia*.

sociedade do seu tempo, questionando comportamentos e mentalidades, como é o caso da crónica publicada na *Revista de Portugal*, onde procura harmonizar o progresso material e o moral:

Este século é a idade da máquina. Anda-se, come-se, veste-se a gente e calça-se à máquina: mecanicamente se vive (...) Talvez o homem tenha vencido em demasia (...) Talvez porém o homem comece a pensar que não há equação entre o progresso material e o moral; e que a vida tenha mais encanto quando era mais difícil, os desejos mais insaciados e as ambições mais modestas. (Martins, 1889, p. 123)

No artigo “O tratado com a Inglaterra e a situação de Portugal” (1890, pp. 1-15), assinado com o pseudónimo Spectador, Oliveira questiona a viabilidade da política colonial portuguesa. De forma a clarificar o papel de Portugal, Martins analisa o passado de descobertas e conquistas, estabelecendo a distinção entre colónias de feitoria, de plantação e de povoamento. Assim, mais uma vez, o Brasil é tema de estudo. No entanto, nesse artigo, o historiador está preocupado com outra questão: o *Ultimatum*, que na sua opinião, é humilhante:

(...) o tratado impõe-nos essa cooperação pela fórmula humilhante de um quase protetorado. É também porque o tratado nos impossibilita de explorarmos com proveito o que nos deixa da nossa África, ao mesmo tempo que nos impõe encargos esmagadores. Vergando ao peso deles, e na impossibilidade de os satisfazer, teremos de nos entregar nos braços de Inglaterra, que assim adquira de graça esta nossa derradeira herança. (1890, p.8)

Envolto no seu ceticismo quanto ao futuro das colónias africanas, Martins apontou o dedo a política portuguesa: “o erro capital da nossa política em África foi querer abraçar esse mundo com ambas as mãos, sem dispormos de meios, nem para ocuparmos, nem para explorarmos um continente” (id, p. 15).

Mas qual é o papel que Oliveira Martins desempenha no pensamento brasileiro? No texto “Oliveira Martins e o Brasil”, o professor Paulo Franchetti assinala que as ideias do historiador oitocentista ainda fazem parte da cultura brasileira “de uma forma muito mais intrínseca do que poderia parecer a uma primeira vista de olhos” (Franchetti, 2007, p. 115). Ao longo do ensaio, Franchetti indica que a influência de Oliveira Martins pode ser encontrada em vários pensadores brasileiros, sendo de destacar, ainda no século XIX, o paulista Eduardo Prado.

Segundo Franchetti, foi Oliveira Martins quem, ironicamente, ofereceu vários argumentos ao discurso anti lusitano que circulou no Brasil até os anos trinta do século XX e que surge, por exemplo, em *Os sertões*, de Euclides da Cunha (1866-1909), e igualmente em *A América Latina - males de origem*, de Manoel Bonfim (1868-1932). Na década de 20, Franchetti distingue a influência de Martins em Paulo Prado.



Franchetti descobre também na génese da obra de Gilberto Freire (1900-1987) a influência do pensamento de Oliveira Martins. Antes de mais, ambos compõem uma história “íntima”, carregada de detalhes que sufocam o rigor científico. E, segundo Franchetti, basta observar com atenção o índice onomástico das obras do pernambucano para constatar a influência do historiador.

Cabe, ainda, assinalar que Oliveira Martins nunca visitou o Brasil, mas foi um atento observador da política brasileira e chegou a colaborar na *Gazeta de Notícias*, no *Jornal do Comércio*, no *Cruzeiro* e no *Jornal do Brasil*, todos publicados no Rio de Janeiro. O Brasil e a sua história constituíram no pensamento de Oliveira Martins um meio de entendimento e percepção dos problemas portugueses, como constatou Sérgio de Campos Matos:

O Brasil e a sua história constituíram no pensamento de Oliveira Martins um meio de compreensão dos problemas portugueses e uma expressão do génio nacional. Mas, para além disso, interessava-lhe em si mesmo, na sua especificidade, como modelo de colónia-fazenda e, posteriormente, como grande nação que, de algum modo, pertencendo ainda à “família portuguesa”, tinha o seu próprio destino. (Matos, 2005, p. 31)

Atente-se também no facto de Eça de Queirós reconhecer o importante papel desempenhado por Oliveira Martins na *Revista de Portugal*: “ Abraço-te querido Joaquim Pedro, pelo que tens feito pela Revista. O Gaio diz-me que tem encontrado em ti apoio e bom conselho. Continua-lhos, por amor a mim” (Queirós, 2008a, p. 646). Grandiosas afinidades que uniam dois homens que partilhavam o desencanto do fim do século.

### **3.4. A reflexão filosófica de Antero de Quental nas “Tendências Gerais da filosofia na segunda metade do século XIX” e a sublimação do desespero**

O artista, o fidalgo, o filósofo, que em Antero coexistiram, não se entenderam bem com a plebe operária. Sempre sincero, lavou as suas mãos, e proclamou que só os proletários eram competentes para exprimir o pensamento e reivindicar o direito dos proletários. E amando ainda os homens, mas desistindo de os conduzir a Canaã, subiu com passos desafogados para a sua alta torre bem-amada, a torre da metafísica. (Queirós, 1896, p. 502)

O Antero de Quental que ficou para a história é um intelectual profundamente envolvido nas grandes causas do seu tempo. Mais do que um literato, Quental<sup>114</sup> (1842-1891) foi um homem

<sup>114</sup> Açoriano, de Ponta Delgada, a origem de Antero era uma tradicional família católica e aristocrática. Aos dez anos, deixou o arquipélago e partiu para Lisboa com a finalidade de prosseguir nos estudos, acabando por

que se dedicou à crítica de ideias e ao ensaísmo filosófico. De facto, parece ser consensualmente aceite que Antero de Quental era um ser contraditório, quer como ser humano, quer como ensaísta ou poeta. António Sérgio, num estudo que se tornou clássico, dividiu o poeta em dois: “o apolíneo e o noturno”. Na vida, partilhou valores entre o mundo aristocrata e os valores socialistas. No entanto, pensamos que, no fundo, o poeta sempre procurou uma síntese, um sistema que explicasse a realidade.

O jornalismo também o atraía: além de colaborar com a *Revista de Portugal* (com o artigo “Tendência gerais da filosofia na segunda metade do século XIX”) foi um dos diretores do *República - Jornal da Democracia Portuguesa*. Enquanto jornalista, possuía uma visão muito clara sobre as funções do jornal e entendia que, para ter sucesso, o jornalista deveria atuar como um mediador entre o que acontece e o que é transmitido para o público:

Labora em ilusão supor que é possível criar e fazer durar uma publicação superior em moralidade e ilustração ao nível moral e intelectual do público. É ilusão supor isso, porque não lendo ninguém senão o que lhe agrada, o público nunca favorecerá senão o que estiver à sua altura, e por isso o Jornal para durar, será sempre e necessariamente o espelho lisonjeiro do público e não o seu mestre severo. Os jornais só sobrevivem fazendo-se confidentes da comédia do público, das suas paixões, dos seus erros, das suas ilusões, e não os seus apóstolos. (Quental, 1989, pp. 708-709)

Cabe, então, a questão: Antero, na *Revista de Portugal*, atuou como um observador neutro, contentando-se com recolher a informação e com relatar os factos como “confidente” do público e “espelho” da realidade? Julgamos que não. Para compreendermos o que aconteceu – e como Antero atuou como um verdadeiro apóstolo - é necessário observar o que se passava com o filósofo.

---

matricular-se na Faculdade de Direito de Coimbra. Em 1865 vê-se envolvido na polémica “Questão Coimbrã”. Em 1871, Antero aparece como um dos organizadores das *Conferências Democráticas do Casino*. Como se sabe, só aconteceram cinco conferências, entre elas, duas de Antero. A última conferência não chegou a realizar-se devido à proibição assinada pelo Marquês de Ávila e Bolama. Na primeira conferência, a 22 de maio, Antero falou sobre o Espírito das Conferências. No dia 27 de maio, o poeta proferiu o seu famoso discurso subordinado ao tema *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*.

Certo é que o discurso do Antero de Quental marcou Portugal, e cabe assinalar que o poeta ainda não tinha completado trinta anos quando questionou a transformação social, moral e política dos povos e propôs ligar Portugal ao movimento moderno do resto da Europa. Quer se concorde ou não com os argumentos avançados por Antero, não há dúvida de que esta conferência ficou para a história como um texto simbólico, representante de uma geração. A seguir, o poeta entra numa agitada atividade política. Escreve para jornais como a *República Federal* (1870-71) e o *Pensamento Social* (1871); estabelece diálogo com Mora, Morago e Lourenço, emissários da secção espanhola da Internacional; organiza (1872) com José Fontana a secção portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Em 1890 se situa a sua última intervenção política, após o *Ultimatum* Inglês, quando surge na Liga Patriótica do Norte - cujos promotores foram a Vila do Conde convidá-lo para Presidente. Porém, o movimento em breve se extinguiu. Surge então o projeto de se fixar definitivamente em Ponta Delgada, onde morreu em 1891.

Principais Obras: *Odes Modernas* (1885); *Primaveras Românticas* (1872); *Raios da Extinta Luz* (1892); *Sonetos Completos* (1886).

O artigo foi publicado nos três primeiros meses de 1890. Em 1874, Antero de Quental havia tido a primeira grande crise da sua doença nervosa. Passo a passo, a doença avança e recua. Antero oscilava entre a euforia e a profunda depressão. Sem conseguir vislumbrar uma luz no fim do túnel, a dúvida e a incerteza, geradas no passado pelo impacto das ideias novas e febris, e pela contagiante atitude irrespeitosa do espírito universitário sobre sua natureza religiosa, deram lugar à falta de perspectiva e, finalmente, ao desespero.

A Arte, ao serviço da Revolução, cede lugar ao poeta que impregna de subjetividade, e até de intimidade, o discorrer filosófico sobre o valor da vida. Em vez da confiança prospectiva do “homem novo», é a dúvida e o desespero que agora lhe incitam e nutrem a inspiração. (Carvalho, 1983, p. 627)

Ainda assim, entretanto, foi o caráter estritamente psíquico da consciência de si como um conflito permanente com a própria natureza que o orientou para o estudo e a reflexão, levando-o a ler Schopenhauer e Hartman. E foi pelo seu imenso talento que Antero, mesmo sem desenvolver um projeto filosófico estruturado, como que sublimou seu drama pessoal, ao elevar seu pensamento ao nível de universalidade da filosofia enquanto uma “ciência” do espírito proposta desde os gregos, pelo “conhece-te a ti mesmo” socrático, cuja versão moderna encontrou na filosofia alemã oitocentista.

As inquietações filosóficas não cessavam na vida de Antero e, mais uma vez, o açoriano se recusava a pensar como a maioria dos continentais do seu tempo. Por volta de 1880, em Portugal, predominava o pensamento positivista. Como se sabe, os positivistas portugueses, assim como Comte, sentiam uma verdadeira repulsa pela metafísica; entendiam a representação do mundo apenas dentro dos limites da experiência. Reconhecia-se como paradigma o método das ciências exatas e partia-se do princípio de que todos os fenómenos, fosse qual fosse a região ontológica em que se produzissem, aí incluindo a consciência, podem ser racionalmente explicados por fórmulas matemáticas e em conformidade com o método experimental. Antero, mais uma vez, foi inovador: insurgiu-se contra esta linha de pensamento; isolou-se em Vila do Conde e elaborou o ensaio que tem por título *Tendências Gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*, o qual veio a lume no segundo volume da *Revista de Portugal*.

Leonel Ribeiro dos Santos (1989) assinala que, durante a elaboração das *Tendências*, Antero está a sós consigo mesmo e esta solidão leva-o a desinteressar-se de publicar<sup>115</sup>. Mas o seu

---

<sup>115</sup> Numa carta dirigida a Alberto Osório de Castro, em 25 de novembro de 1890, Antero desabafa: “Não devemos escrever para o público senão quando tenhamos a confiar-lhe alguma palavra boa e de conforto, e é o que por ora não me ocorre.” (Quental, 1989, p. 1014).

espírito continuava intenso e, assentindo a um pedido do seu amigo Eça de Queirós<sup>116</sup>, Antero esboça um ensaio de filosofia da história:

O objetivo essencial do texto não consiste em oferecer um quadro historiográfico – uma história da filosofia – do século XIX, mas sim um horizonte de sentido gerado por um interesse moral ou por uma filosofia da história. (...) Mais de que uma descrição e análise minuciosa das filosofias ou sistemas referidos aí encontramos o tratamento de um problema fundamental, a saber, a crise essencial do pensamento moderno. (Santos, 1989, p. 22)

Dividido em três capítulos, o ensaio é conciso e lúcido, e apresenta uma síntese das ideias filosóficas do seu tempo. Escrito no final da vida, as suas *Tendências* pretendem ser não só uma reflexão, como também uma via de ação.

Antero começa por declarar que “A filosofia é eterna como o pensamento humano” (Quental, 1890, p. 5) deixando claro que para ele a filosofia compreende necessariamente a metafísica. Passo a passo ele define o seu propósito, assegurando que a filosofia é continuamente diversa; é necessário duvidar; a verdade na filosofia nunca é absoluta, mas sempre relativa e historicamente determinada; cada filosofia é uma dada perspectiva da realidade, gerando uma natural diversidade de pontos de vista; esta diversidade de doutrinas filosóficas implica, todavia, a unidade da própria filosofia.

Eis o escopo das questões filosóficas de Antero: será possível elaborar sínteses do pensamento de uma dada época? Estas sínteses não serão fragmentárias? A experiência histórica apontara nesse sentido, mas com a modernidade houve um dado novo a considerar: o pensamento filosófico mostrara uma forte tendência para a convergência dos sistemas filosóficos; registara-se uma valorização das ideias simples, mais facilmente compreendidas pela maioria das pessoas.

Portanto, o que é que a filosofia moderna trouxe de novo? Esta é a pergunta a que Antero tentou responder. As questões de partida são as noções fundamentais de força, lei, imanência ou espontaneidade e de desenvolvimento. Com estes conceitos, aliados aos de evolução, liberdade e plenitude, Antero de Quental procurou demonstrar uma nova relação entre o pensamento e o mundo da vida - aquilo que antes era encarado como distinto, autónomo e separado, é agora pensado como uno:

---

<sup>116</sup> Eça de Queirós e Antero estabeleceram uma peculiar amizade intelectual. Julgamos que a colaboração de Antero na *Revista de Portugal* concretizou-se como uma espécie de agradecimento pelo facto de Eça ter colaborado com a revista *Ocidental* (dirigida por Antero e Jaime Batalha Reis). No texto “Um génio que era um santo”, descreve da seguinte forma o episódio: “Creio de resto que Antero não sentia prazer nem utilidade em publicar o seu pensamento (...). Só mais tarde, por um esforço de amizade, para favorecer a *Revista de Portugal* (...) é que Antero esboçou rapidamente algumas ideias” (Queirós, 1896, pp. 510-511).

O pensar moderno quebra essas prisões lógicas, faz circular através dos tipos pretendidos irreduzíveis uma vida comum, vê na realidade o ato único duma substância omnimoda, por virtude da qual todos os seres, momentos e realidades dela, comunicam continuamente entre si, influenciando-se mutuamente, opondo-se e, por esta constante e universal oposição, realizando, não a recíproca anulação, mas a integração de todos os momentos na unidade, cujas diversas potências manifestam. (Quental, 1890, p. 13)

Antero enumera várias oposições entre o pensamento moderno e o antigo, sendo de destacar que o pensamento antigo leva ao imobilismo, ao passo que o pensamento moderno impele ao movimento. Ressalte-se, ainda, que neste ensaio Antero se apresenta como hegeliano dissidente<sup>117</sup>, procurando fazer uma crítica da filosofia alemã:

Mais do que outro qualquer sistema metafísico, o da nova filosofia alemã, arrastando e como que triturando todos os seres na sua engrenagem, substituindo à realidade a dialética, parecia anular os indivíduos, fundidos na absoluta unidade do ser-ideia, e suprimir a liberdade como incompatível com a necessidade lógica dos desenvolvimentos deste ser. (id., p. 161)

É evidente o seu posicionamento crítico em relação às explicações mecanicistas da ciência, as quais não dão conta do psíquico. Para Antero, só se alcançam os verdadeiros motivos através de um conhecimento intuitivo, espontâneo, que constitui o âmago do espírito e que tem como essência o bem, dando-se o processo evolutivo pelo progressivo aperfeiçoamento da vida moral, condição para a existência da liberdade, o fim último do universo. O bem identifica-se com o absoluto e o ser, exprimindo a finalidade do próprio universo, a sua realização plena:

O Bem é o momento final e mais íntimo da evolução do ser, em que o espírito se liberta da consciência de todas as limitações, criando em si, de si e para si um mundo completo, transcendente e definitivo. (id., p. 299)

Neste estado sublime, o eu limitado, individualista, converte-se - ocorre a transição do ser para o não ser:

Antero atingira a plenitude do conhecimento, compenetrando mutuamente o conhecimento que explica com o conhecimento que compreende e com o que salva, porque a liberdade consiste na plena identificação da consciência individual com a realidade suprema, que é ao mesmo tempo o fim máximo e terminal da existência. Alcançando-a, o indivíduo perde o que tem de singular, mas ultrapassa todas as limitações e contradições e logra o sentimento da eternidade como conquista atual do espírito, pela identificação com um objecto eterno, gozável na vida presente. (Carvalho, 1983, pp. 685-686.)

---

<sup>117</sup> Leonel Ribeiro dos Santos faz a seguinte observação: “O hegelianismo não só o despertou para a filosofia, como lhe proporcionou a atmosfera em que se movimentaram e de que se alimentaram as suas reflexões, a estrutura fundamental que lhes deu coerência e sentido” (Santos, 1989, p. 26)

Não obstante a sublimação, a velha ferida não sarou: Antero suicidou-se imprevisivelmente, em 1891, na sua cidade natal, Ponta Delgada. Esse ato de desespero representa segundo Miguel Real a “Auto consciencialização da comprovação definitiva de Antero da impossibilidade cultural de regenerar Portugal” (Real, 2010, p. 279). Ou seja, para muitos esse gesto simboliza o destino destes homens do final do século, em desilusão com o país e com o sentido das suas próprias vidas.

De facto, Antero, além do ensaísmo filosófico, não só defendeu novas formas de organização político-social, mas, acima de tudo, a renovação cultural do seu país. Precisamente por isto, através de cartas, manifestos, poesias e artigos jornalísticos, ele tenta encetar as reformas necessárias à modernização de Portugal. A resistência foi forte, já que a maioria do povo português arraigava-se à religião, à tradição e às saudades de um passado glorioso. No entanto, a luta pelas reformas e a realização de uma obra não foram suficientes para dar sentido à vida desse homem, que deixou uma grande herança ao mundo da língua portuguesa<sup>118</sup>, e à humanidade em geral: uma escrita poética e filosófica como expressão do empenho de conhecer a si mesmo.

Finalmente, cabe ainda assinalar que Antero soube absorver do seu tempo toda a vaga da moderna cultura europeia, e também foi aquele que, em Portugal, foi mais longe nas críticas, tendo sempre presente a realidade portuguesa, o que não prejudicou a universalidade do pensamento.

### 3.5. Eduardo Prado: a dicotomia – Brasil republicano e Brasil monárquico

Como escritor, Eduardo Prado foi, em suma, um jornalista, porém com mais talento, mais espírito, mais cultura e mais experiência do mundo que o comum deles. (Veríssimo, 1963, p. 269)

Entre os brasileiros que escreveram para a *Revista de Portugal*, há um nome que se destaca: o do paulista Eduardo Paulo da Silva Prado, formado em Direito<sup>119</sup> e oriundo de uma família aristocrática, com muita influência na política, na economia e também no campo cultural. Os Prados possuíam uma vasta extensão de terra em São Paulo e eram produtores de café. A mãe

---

<sup>118</sup> Os ecos da produção de Antero de Quental atravessam, sem dúvida, as fronteiras. O poeta brasileiro Manuel Bandeira, no prefácio do livro *Poesia e prosa*, classifica Antero como o modernizador da prosa. Em Portugal, outro grande poeta, Fernando Pessoa, chegou a classificar o açoriano como um dos seus mestres, que o “ensinou a pensar em ritmo”. Nos seus três artigos de 1912, publicados na revista *Águia*, com o título *A nova poesia portuguesa*, Fernando Pessoa afirma que Antero é um dos precursores da moderna poesia portuguesa, descrevendo a poesia de Quental como transcendentalista.

<sup>119</sup> Apesar de ser bacharel, Eduardo Prado nunca exerceu continuamente qualquer cargo público.

de Eduardo, Veridiana Prado, apesar de monárquica e católica, não hesitou em se separar do marido, Martinho Prado, e em assumir a direção dos negócios da família.

Herdeiro, por via materna, destes traços de independência, Eduardo Prado também era um monarquico convicto. Cosmopolita, morou na França durante muito tempo, sempre cercado das últimas invenções do século, e foi em Paris que conviveu com Eça de Queirós, de quem se tornou amigo, entre outros intelectuais.

Alguns críticos, entre os quais o pernambucano Heitor Lira, questionam se Eduardo Prado não serviu de modelo para alguns dos seus tipos literários, como o Jacinto de *A Cidade e as Serras* (com o seu sumptuoso apartamento no 202 dos Champs Elysées) ou Fradique Mendes. Contudo, o que se destaca é a estima que Eça sentiu pelo seu amigo e até que ponto a convivência com Eduardo Prado influenciou Eça de Queirós.

Para Sérgio Rounet (2001), “Eduardo Prado foi produto e agente da modernidade, em sua vertente aristocrático-conservadora.” Prado e Eça partilhavam a mesma aversão pela importação de modelos estrangeiros.

Prado publicou na *Revista de Portugal* seis artigos contra o governo, sob o pseudónimo de Frederico de S.<sup>120</sup>. O primeiro artigo, *Destinos políticos do Brasil*, único onde consta a assinatura de Eduardo Prado, enumera uma série de apontamentos acerca da identidade da nação brasileira. Escrito em setembro de 1889, antes da proclamação da República, Eduardo Prado abordou temas fulcrais como a questão da escravidão (recentemente abolida), do analfabetismo e do movimento republicano: “a maioria da população não participou da independência e muito menos toma parte da agitação republicana promovida em nome dele” (Prado, 1889, p. 471). Interessante, neste artigo, é perceber a crítica que Prado fomentou acerca dos bacharéis (ideia sustentada por Eça de Queirós em relação a Portugal<sup>121</sup>). Prado olhava para o bacharel como sinónimo do político sem representação: “entidade falante e escrevente no meio brasileiro (...) pode (...) sempre ser republicano, isto é, falar ao povo em nome dele povo, sem que este o ouça ou o tenha nomeado o seu representante” (id., pp. 474-475).

Ora, o publicista estava em Paris quando recebeu a notícia da proclamação da República. Indignado, redigiu um pequeno artigo, de sete páginas, que também foi publicado no primeiro

---

<sup>120</sup> As crónicas que Eduardo Prado escreveu para a *Revista de Portugal* foram coligidas no volume intitulado *Fastos da ditadura militar no Brasil*.

<sup>121</sup> Cf. No livro de Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, encontramos: “O aluno, ao entrar, faz uma cortesia profunda ao lente; lê lá dentro um romance que traz na algibeira; e sai fazendo ao lente outra cortesia profunda. Se não fizer isto é reprovado. – E tudo isso para quê? – Para ser bacharel – uma qualidade que se exige para tudo, e que se não respeita para coisa nenhuma.” (2003, p. 251)

volume da *Revista* com o título *Os acontecimentos do Brasil*, onde expressou o seu receio sobre o enfraquecimento da unidade do Brasil e a sua divisão em vários estados independentes.

Ao longo dos artigos seguintes, as críticas de Prado ao regime republicano continuam: o autor dizia que não era possível aceitar a separação entre a Igreja e o Estado, e questionava a manifestação positivista, como uma nova doutrina.

Interessante é notar como essas críticas causaram eco no Brasil. Em primeiro lugar, assinalamos a carta dirigida à mulher, a 16 de abril de 1890, onde Eça afirma que “A Revista tem feito grande ruído no Brasil” (Queirós, 2008b, p. 46). De facto, segundo as nossas investigações, no dia 9 de março de 1890, com o título “A calúnia”, a *Gazeta de Notícias* (1890, número 68) afirma: “causa verdadeiro espanto ler-se o que se escreve em Portugal contra o Brasil” e acrescenta: “Mas quem será esse Frederico S.?”. Uma outra breve, publicada em maio, especula sobre a autoria dos textos de Eduardo Prado: “Disseram ontem os nossos colegas do *Correio do Povo* que sabem, de fonte segura, que os artigos assinados por Frederico de S. na *Revista de Portugal* são da lavra de Ramalho Ortigão” (1890, número 138).

Em 1893, já em São Paulo, na sua fazenda do Brejão, Prado escreve *A ilusão americana*, livro que foi proibido no Brasil. Incompreendido por muitos dos seus contemporâneos, recentemente o historiador José Murilo de Carvalho procurou explicar a profundidade do pensamento da sua obra:

O que importa é que Eduardo Prado sugere uma visão não essencialista de identidade brasileira, isto é, uma visão de identidade em permanente construção. Sua reação à República se devia mais à rutura brusca que o novo governo pretendia fazer com um património que se construía lentamente do que uma rejeição da mudança. (Carvalho, 2007, p. 87)

Aversão à mudança, ou não, o certo é que, após muitas afrontas ao novo regime republicano, Prado voltou-se para o estudo da História até que morreu, prematuramente, aos 41 anos, de febre-amarela. Prado foi um ser dinâmico, exuberante, escritor e jornalista cheio de ideias próprias e um *bon vivant*.

Afinal, Prado acreditava que a República iria fragmentar o Brasil e que os Estados Unidos não poderiam servir de modelo ao desenvolvimento brasileiro. Segundo Eduardo Prado, para modernizar e transformar o país seria necessário civilizar o Brasil e regressar à monarquia.



### 3.6. Ramalho Ortigão e o quadro social da revolução brasileira

Ramalho, principalmente, fez questão de modernizar nos portugueses as noções de conforto, de higiene, de profilaxia, de saúde, desenvolvendo nessa esfera um esforço que tem qualquer coisa da obra atual dos norte-americanos em zonas tropicais da América e na África. (Freire, 1978, p. 16)

A epígrafe de Gilberto Freire assinala o caráter modernizador da obra de Ramalho Ortigão<sup>122</sup>, desenvolvido principalmente n’*As Farpas*. Na *Revista de Portugal* o espírito é o mesmo, embora Ramalho só tenha publicado um único texto: um pequeno ensaio intitulado “*O quadro social da revolução brasileira*”. Escrito em dezembro de 1889, foi reproduzido na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro seguidamente nos dias 27 e 28 de fevereiro e nos dias 1 e 2 de março de 1890.

Diga-se desde já que a análise de Ramalho é um trabalho ponderado, que revela o modo como Ramalho sistematiza a sua vivência, durante três meses, do outro lado do Atlântico. Vejamos, em primeiro lugar, as circunstâncias em que foi elaborado. O artigo pretende explicar as razões da instauração república no Brasil e, para lá chegar, Ramalho faz uso das observações pessoais que recolheu, dois anos antes, na sua viagem ao Brasil.

Segundo informações recolhidas no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro (periódico onde Ramalho colaborava regularmente), a sua visita ao Brasil foi muito aguardada e inicialmente festejada. De facto, ao chegar ao Rio de Janeiro, no vapor *Senegal*, no dia 7 de

---

<sup>122</sup> José Duarte Ramalho Ortigão nasceu no Porto a 24 de novembro de 1836. Viveu a sua infância numa quinta portuense com a avó materna. Em Coimbra, frequentou brevemente o curso de Direito, começando a trabalhar como professor de francês no colégio da Lapa, no Porto, em que seu pai era diretor, e onde foi professor de Eça de Queirós, entre outros. Envolveu-se na Questão Coimbrã com o folheto "Literatura de hoje", vindo a enfrentar Antero de Quental num duelo, de que resultou ferido. Atuou como escritor, jornalista, bibliotecário da Biblioteca da Ajuda e como oficial da secretaria da Academia Real das Ciências. Enquanto jornalista, colaborou nos seguintes jornais: *Revolução de Setembro*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *Diário da Manhã*. Foi convidado a escrever cartas semanais para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Escreveu nos primeiros anos do jornal satírico e de caricaturas *António Maria*, fundado por Bordalo Pinheiro; também publicou algumas biografias humorísticas no *Álbum das Glórias, etc.*, sob o pseudónimo de João Ri baixo.

Em 24 de Outubro de 1859 casou com D. Emília Isaura Vilaça de Araújo Vieira, de quem veio a ter três filhos: Vasco, Berta e Maria Feliciano. Morreu a 27 de setembro de 1915 em Lisboa.

Em 1878 Joaquim de Araújo encomendou a Eça de Queirós uma biografia sobre Ramalho Ortigão. Eça escreveu um verdadeiro ensaio à obra e ao amigo: “É uma das personalidades eminentes do Portugal contemporâneo. Escrevendo na sua língua – é um mestre incomparável; satirizando o seu tempo – é um artista completo; vivendo a sua vida é um homem de bem. (Queirós, 2008a, p. 179).

Obras: *Literatura de Hoje* (1866); *Em Paris* (1868); *Histórias cor-de-rosa* (1870); *O mistério da estrada de Sintra* (com Eça de Queirós, 1870); *As Farpas* (1871-1884); *Banhos de Caldas e águas minerais* (1875); *As praias de Portugal* (1876); *Notas de viagem* (1878); *A Holanda* (1885); *John Bull* (1887); *O Culto da arte em Portugal* (1896); *El-Rei D. Carlos o martirizado* (1908); *Últimas farpas* (1911-1914); *Carta de um velho a um novo* (1914).

agosto de 1887, Ramalho “começou por conquistar simpatias e acabou por impor-se à admiração de todos. É de crer mesmo que este escritor seja mais estimado aqui que em sua pátria”. (1887, p. 1). Segundo o mesmo periódico, Ramalho foi recebido pelo seu irmão, o comendador Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, um abastado comerciante do Rio de Janeiro e foi na sua casa, no Cosme Velho, que Ramalho ficou hospedado com a mulher Emília e a sua filha. Sublinhamos ainda que o irmão de Ramalho presidia ao Gabinete de Leitura e que, na altura da visita de Ramalho ao Rio, foi inaugurada a sede do Gabinete, tendo Ramalho proferido um discurso na cerimónia de inauguração.

Neste contexto, cresce a expectativa existente: todos aguardavam que Ramalho publicasse um livro sobre o Brasil, à semelhança do que acontecera com algumas das suas viagens anteriores (Paris, Inglaterra, Holanda, por exemplo). Ora, o livro sobre o Brasil nunca foi escrito e, à seguir a viagem de 1887, o texto mais marcante sobre o Brasil foi o publicado na *Revista de Portugal*, que podemos classificar como um típico relato de viagem. Ana Luísa Vilela constatou que Ramalho, ao falar da imagem do estrangeiro francês e inglês, procura acionar uma estratégia realista, referencial e tende a disfarçar as ideias desagradáveis por meio de expressões mais suaves:

As imagens do outro, construções narrativas entre os universos da experiência e do imaginário, operando a determinação do outro sobre o fundo de uma referência ao mesmo, participam sobretudo do processo ramalheano da criação de efeito de real: um real eufemizado e eloquente, de uma simplicidade aparatosa e sugestiva, enumerativa, descritiva, pitoresca, humoristicamente contrastada. Um real alegremente simplificado, que transforma as desgraças em anedotas. (Vilela, 2011, p. 28)

Mas será que essas características da narrativa também estão presentes no caso do texto publicado por Ramalho na *Revista de Portugal*? Julgamos que sim. Vejamos, então, muito resumidamente, alguns pontos essenciais sobre o que Ramalho pensava sobre o Brasil. Começemos pela observação daquilo que Ramalho considera a “lesão” mais grave da sociedade brasileira:

É a viciação fundamental que o regime da escravatura, sobrevivente a uma velha ordem de coisas, caducamente prolongado através de instituições modernas, divergentes e contraditórias com ele, determinou na educação doméstica e na educação civil, pervertendo nas suas origens a formação normal do caráter do homem e do cidadão (Ramalho, 1890, p. 80).

Pedagogicamente, Ramalho continua a atribuir muita importância à transformação dos costumes e hábitos e defende que no Brasil deverá suceder “um longo trabalho de educação (...) de renovação dos sentimentos e nas ideias” (ibid.).

O Brasil é visto como um prolongamento de Portugal e o brasileiro uma extensão do português: a tal ponto que, com apenas três anos de Brasil, um antigo criado lisboeta apresenta todos os preconceitos e erros do homem livre no Brasil que não obedece a hierarquias. Um país onde ninguém respeita os letrados, onde os empregados de mesa se recusam a usar uniforme, onde um homem branco não engraxaria os sapatos a um negro, onde os condutores dos elétricos não toleram obrigações, pois “obrigação é de escravo!” (id., p. 83).

Valores como o servilismo e o parasitismo social são destacados e Ramalho chega mesmo a enumerar os pontos fracos da civilização brasileira: “abastardamento do trabalho, constituição da ociosidade organizada, decomposição da disciplina e desonra do respeito” (id., p. 90).

Como educador, Ramalho não pode fugir do tema do ensino. Nesse aspeto, o ex-professor aproveita para criticar Portugal e assinalar que o afastamento dos jesuítas, dos dois lados do Atlântico, trouxe terríveis consequências:

No Brasil como em Portugal, o liberalismo empírico da administração moderna aboliu nas escolas a disciplina eclesiástica dos jesuítas, nossos primeiros e mais competentes mestres, sem cuidar em a substituir por outra coisa. É incalculável o atraso que tal desleixo tem resultado para o aperfeiçoamento físico e moral de umas poucas gerações (...) Os educadores modernos nunca souberam fazer, entre portugueses e brasileiros, senão seres banais ou descomedidos, refratários, contraditórios e rebeldes. (id., pp. 91- 92)

Recorde-se, ainda que Ramalho assinala que “a educação física é desconhecida no Brasil” (id., p. 94). Não temos dúvidas de que para Ramalho Ortigão o desporto e o exercício físico eram imprescindíveis. Sublinhe-se, ainda, que segundo aponta o escritor, os cariocas não andam a pé. Ou seja, nos homens “os ombros são estreitos, os pulsos finos, as mãos esguias, fragilmente articuladas e moles” (id., p. 95).

O escritor demonstra conhecer bem a imprensa brasileira e os seus vícios e, tal como aconteceu n’*As Farpas*, não aceita a simplicidade plebeia da monarquia brasileira, destacando as desprezíveis dependências internas do Palácio de São Cristóvão. Ramalho Ortigão procura, também, relacionar a queda da monarquia com a abolição da escravatura.

Uma breve, mas especial atenção merece o universo gastronómico brasileiro, povoado por feijoadas, moquecas, angus e vatapás, onde Ramalho tece uma caricatura<sup>123</sup> e faz sentar à mesa

---

<sup>123</sup> A arte de fazer caricatura compreende várias fórmulas que, segundo Sousa, se entrelaçam com as técnicas de sátira. Assim, na ampliação “utiliza-se uma cópia fiel do natural, acentuando o que sai do normal”. (Sousa, 1988, p. 31). Na literatura, “seria tornar mais enfático aquilo que já é característico, como por exemplo, um vício...” (id, p.31). Na simplificação, “utiliza-se a cópia fiel dos traços característicos, desprezando as deformações inúteis” (ibidem). Não perdendo de vista a realidade, deixa-se de trabalhar com todos os elementos que não são essenciais e característicos, esquecendo os elementos secundários do objeto caricaturado. No nosso caso, Ramalho

mais de cinquenta comensais exóticos que rodeiam o “sinhô” e a “sinhá”: há rendeiros, agregados, viscondes, brigadeiros e coronéis, comendadores, capangas espadaúdos, arrieiros anedóticos, caipiras maliciosos, capadócijs sentimentais e, claro, jovens bacharéis.

Cabe, ainda, uma breve atenção à forma como tal artigo repercutiu no Brasil. Segundo Eça de Queirós, “O artigo do Ramalho suscitou uma medonha polémica através de toda a imprensa, e em que o Ramalho é desancado sem misericórdia. Asno e *poseur* são os nomes mais doces com que o esmagam.” (Queirós, 2008b, p. 46). De facto, na *Gazeta de Notícias*, nos dias 6 e 8 de março de 1890, encontramos dois artigos assinados por Pardal Mallet (jornalista e romancista brasileiro) que destacam a superficialidade e a retórica antipática do texto de Ramalho.

É interessante ressaltar que Ramalho aspira, com toda a sua crítica caricatural, encontrar um Brasil moderno, independente e civilizado. Nesta perspetiva, a imagem do Brasil se confunde com a imagem de Portugal, e Ramalho corporiza um discurso que pode, em vários aspetos, ser comum aos dois lados do Atlântico. Por outro lado, através da caricatura, surge o discurso narrativo que destaca os vícios e ar exótico do Brasil.

### 3.7.A presença feminina na *Revista de Portugal*

Em Portugal, uma mulher, excluída da política, da indústria, do comércio, da literatura, pelos hábitos ou pelas leis — fica apenas de posse de um pequeno mundo moral, seu elemento natural — a família. Infinito domínio, o mais profundo, o mais belo, o mais grave. As mulheres queixam-se. (Ortigão e Queirós, *As Farpas*, março de 1872, p. 67)

A epígrafe queirosiana, extraída d’*As Farpas*, é bem representativa da ideia que o escritor Eça de Queirós possuía sobre a condição da mulher portuguesa no século XIX, época em que os papéis sociais masculinos e femininos estavam fundados em fronteiras que demarcavam a esfera pública da esfera privada. No entanto, convém esclarecer que ser mulher no século XIX não significa apenas viver em absoluta submissão. Afinal, esse século assinala também o nascimento do feminismo.

Mas o que está por detrás da desigualdade entre os papéis sociais? Depois de detetar como sendo o maior defeito da doutrina de Hobbes o facto de que o autor do *Leviatã* viu na sensualidade o efeito negativo do pouco uso da razão, Rousseau argumentou que desse ponto de

---

Ortigão usou a simplificação e a ampliação combinadas, sendo, nesse caso, o retrato feito só com os elementos essenciais e característicos, exagerando alguns dos últimos.

vista ele deixara de ver que o mesmo que é considerado efeito negativo do pouco uso da razão também pode ser considerado como a causa positiva que impede o seu abuso (Rousseau, pp. 26-53). Nós acreditamos que o mesmo argumento pode ser usado a favor dos valores femininos, na medida em que se deteta no inconsciente da sociedade, especialmente na era da comunicação, uma violência simbólica contra a mulher que ultrapassa os limites do seu “pequeno mundo moral”. Referimo-nos ao espaço social da mulher, cuja moderna participação nos jornais e revistas do século XIX, como a *Revista de Portugal*, nos mostra que ela é obrigada a fazer uso de valores masculinos<sup>124</sup> para ampliar seu campo de ação, o que se configura como uma “violência suave, insensível, invisível às próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento” (Bourdieu, 2002, p. 6).

No contexto lusófono, a primeira escola de meninas surge em 1782, no convento da Visitação. Consciente do fosso que separava Portugal dos países da Europa Central, Pombal transformou a política de Estado, implementando várias reformas, especialmente na educação. Neste contexto de modernização, Luís António Verney publica *O verdadeiro método de estudar* (1746). No final dessa obra considerada, na época, tão polêmica, o autor apresenta um pequeno apêndice sobre a “Educação das Mulheres”, o que demonstra uma atitude de abertura que contrasta com as ideias dominantes em Portugal. Naturalmente, no Brasil colonial, a repercussão desse esforço chegou com atraso.

Ou seja, só a partir da segunda metade do século XVIII, decorrentes das influências iluministas e da nova sociabilidade urbana, é que ocorrem mudanças na vida das mulheres, que no século XIX vão ser traduzidas por uma maior participação pública.

Ao final do século XIX, nada ilustra melhor a moderna mentalidade que se impõe do que as revistas e jornais que circulam pela sociedade e que a caracterizam como um resultado da ação humana mais transparente e mais consciente de si. Algumas revistas incentivavam seus leitores a refletir sobre o mundo circundante em processo de modernização. Este é, sem dúvida, o caso da *Revista de Portugal*, que rompeu com a tradição ao igualar mulheres — Isabel Leite, Maria Amália Vaz de Carvalho e Alice Moderno — e homens como autores de textos<sup>125</sup>. Tal facto é relevante por si só e talvez explique a preferência de algumas mulheres pela invisibilidade, como foi o caso de Maria Amália Vaz de Carvalho, que lançou mão do pseudónimo “Junius” na *Revista de Portugal*.

---

<sup>124</sup> Nesse sentido assinalamos a crítica de Miranda de Andrade na sua análise sobre a *Revista de Portugal*: “A pena brilhante, culta e ... máscula de Isabel Leite”. (1953, p. 47).

<sup>125</sup> No *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (1851-1932), nomes de mulheres colaboradoras aparecem no índice “Senhoras”, ao passo que os dos homens em “Autores”.

## Isabel Leite

Como podemos constatar no quadro que se segue, a mulher que mais artigos publicou na *Revista de Portugal* foi Isabel Leite. Mas quem é essa mulher? Miranda de Andrade, no seu estudo sobre a *Revista*, supõe o seu nome constituir um pseudónimo (1953, p. 39). No entanto, Jacinto Prado Coelho, no *Dicionário de Literatura*, afirma que Isabel Leite era irmã do historiador e diplomata Duarte Leite (Coelho, 1978, p. 679). Na realidade, há escassas referências a essa mulher.

Autor	Pseudónimo	Volume	Artigo
Isabel Leite		2	Um Romancista da Califórnia
		3	O Jornal de uma Princesa Russa
		3	Uma Lição Histórica
		4	Poesias de H. Heine
Alice Moderno		4	Cancioneiro da Revista
M. Amália Vaz de Carvalho	Junius	3	Os Poetas do Norte

Ao que nos parece, Isabel Leite deve ter pertencido ao círculo de amigas da esposa do Eça de Queirós. Afinal, é o próprio escritor, numa carta dirigida à sua mulher, ao falar sobre a sua cunhada, Benedita, quem faz a seguinte afirmação:

Essa Benedita por que não entretém os ócios, e dias vazios que ela aí diz ter, traduzindo ou compondo algum crochet literário para a Revista? Devia imitar a sua amiga Isabel Leite que se estreou na Revista, tão notavelmente, com um artigo – que eu refiz com o suor do meu rosto! – e que lhe pagou, a ela, em bom oiro brilhante e soante! (QUEIRÓS, 2008b, p.76)

O que deste testemunho se colhe, em primeiro lugar, é que de facto a escritora existiu, não sendo um mero pseudónimo; e, além disso, fica claro que o próprio Eça de Queirós fez a revisão do primeiro artigo que Isabel Leite publicou na *Revista de Portugal*. Na verdade, estamos a falar de um longo artigo de dezoito páginas, cujo título é “Um romancista da Califórnia”, sobre o escritor norte-americano Bret Harte (1836-1902). Isabel Leite fornece pistas sobre a biografia de Harte e resume as suas histórias, com destaque para a síntese das seguintes obras: *Contos dos Argonautas*, *A fortuna do campo estridente*, *Os exilados*, *Gabriel Conroy* e *Cressy*. Essa crítica literária marca a estreia da colaboração feminina na *Revista*.

Pode ler-se no terceiro volume da *Revista de Portugal* um outro artigo escrito por Isabel Leite em novembro de 1890, intitulado “Uma lição histórica”. Trata-se de um texto sobre o histórico *Ultimatum* inglês de 11/01/1890. Tema polémico, também abordado na *Revista de Portugal* pelo seu diretor Eça de Queirós, mas considerado pela cronista de um ângulo diferente. É consensual que o *Ultimatum* abalou muito a sociedade portuguesa e Isabel Leite não deixou de assinalar este facto: “Após estrondosas manifestações de esperança e fervor, invadiu-nos o desalento, acentuou-se-nos dolorosamente a apatia” (Leite, 1890, p. 123). Na sua abordagem, a autora procura uma forma de ver Portugal reagir à crise que se instalou no país. Para tanto elegeu um exemplo histórico: contou todas as desventuras políticas que a Alemanha passou e que soube ultrapassar. No fim do texto, Isabel afirma que o que procurou “não foi oferecer um conselho, foi apontar uma esperança” (id., p. 152). Cabe destacar, nesse texto, que o jornalismo é entendido como uma força de revitalização da vida pública.

Ainda no terceiro volume da *Revista de Portugal*, Isabel Leite regressa à crítica literária com o artigo “O Jornal de uma Princesa Russa”, onde analisa e resume a obra de Maria Bashkirtseff (1858-1884), jovem aristocrata russa que publica um longo diário. Isabel Leite enumera no seu texto os desgostos de Maria; a separação de seus pais; o seu desejo de ser rica e conhecida; o fato de não saber o que é o amor; os desafios da pintura; as lutas contra a doença; por fim, a aproximação da morte em plena juventude. Chama a atenção em sua análise o facto de que a descrição pormenorizada das características físicas vem acompanhada de referências ao vestuário e a notas como “a vaidade foi neste caso um ingrediente de bom êxito” (id., p. 539). Ora, temos aqui, como sinal dos tempos, uma evidência da assimilação de valores masculinos na significação da verdade dos factos. Afinal, luxo e vaidade são fatores estruturantes da sociedade de consumo, como observa Gilles Lipovetsky:

O século XIX sistematizou e institucionalizou esta preeminência feminina na ordem do parecer, da moda e do luxo. (...) A partilha das aparências caras já não obedece unicamente à divisão de classes, mas também à dos géneros. (...) A era moderna democrática nascente é acompanhada por um despojamento masculino dos sinais de aparências dispendiosas e, simultaneamente, de uma consagração sem igual dos símbolos resplandecentes do feminino. ‘Vitrina’ do homem, a mulher, por intermédio do vestir, torna-se responsável pela exibição pecuniária e estatuto social do homem. (Lipovetsky, 2012, pp. 82-83)

Se a nota de Isabel Leite pode ser considerada como um efeito negativo da submissão a valores masculinos, também é verdade que a mesma pode ser considerada como causa positiva que incitou a leitura de obras femininas como a de Marie Bashkirtseff, tanto em Portugal como no Brasil. De facto, encontramos alguns testemunhos dos dois lados do Atlântico que comprovam

que o livro de Bashkirtseff alcançou um grande êxito junto ao público. Em Portugal, podemos citar Florbela Espanca: “O Diário de Maria Bashkirtseff é qualquer coisa de profundamente triste, de tragicamente humano. Só não compreendo naquela grande alma o medo da morte” (Espanca, 1982, p. 43). No Brasil, Manuel Bandeira escreveu: “Uns tomam éter, outros cocaína./ Eu já tomei tristeza, hoje tomo alegria./Tenho todos os motivos menos um de ser triste./Mas o cálculo das probabilidades é uma pilhéria.../Abaixo Amiel!/E nunca lerei o diário de Maria Bashkirtseff” (Bandeira, 1955, p. 171).

A última contribuição de Isabel Leite para a *Revista de Portugal* foi a tradução de dois poemas do romântico alemão Heine, uma referência em Portugal e no Brasil, sendo, a propósito, o autor do poema “O Navio Negreiro” (*Das Sklavenschiff*, de 1853/54), onde ele retrata a condição dos prisioneiros de um navio negreiro aportado no Rio de Janeiro. No Brasil, Heine foi lido por autores seminais como Castro Alves, Machado de Assis e Tobias Barreto, o qual se notabilizou por sua admiração pelo pensamento alemão, cujo estudo ele promoveu em profundidade entre literatos e acadêmicos. Em Portugal, Heine exerceu influência considerável sobre a geração coimbrã. Jaime Batalha Reis, no seu prefácio às *Prosas Bárbaras*, aponta esta evidência:

A maior influência nesse período sobre Eça de Queirós — a de Heine — foi também considerável sobre alguns dos seus mais ilustres contemporâneos e amigos: vê-se nas poesias, mais tarde reunidas por Antero de Quental sob o nome de *Primaveras Românticas*. (Reis, 2010, pp. 22-23)

Resta, ainda, esclarecer uma questão. Afinal, quem foi a misteriosa Isabel Leite? Pouquíssimas referências encontramos na entrada do *Dicionário de Mulheres Célebres*, que a classifica como uma mulher muito culta, que residiu em Lisboa e na Argentina, acrescentando, como detalhe, uma observação sem dúvida assaz importante para nós: “Usava o cabelo cortado, muito curto, caso raro naquele tempo. Pôs termo à existência com um tiro”. (Oliveira, 1981, p. 687). É referida, ainda, no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro (10-12-1917), como benfeitora da Beneficência Portuguesa.

### **Maria Amália Vaz de Carvalho**

Na edição crítica dos textos queirosianos da *Revista de Portugal*, indicam-se os autores que utilizavam pseudónimos, e o nome de Maria Amália Vaz de Carvalho está assinalado com um ponto de interrogação. No entanto, nos dicionários de pseudónimos consultados, o nome da



escritora encontra-se sempre acompanhado pelo pseudónimo “Junius”. Assim, consideramos que a autoria do texto “Os poetas do norte” é de Maria Amália.

Maria Amália Vaz de Carvalho foi uma intelectual com grande impacto no final do século XIX, sendo de assinalar que a sua obra pode ser vista por diversos prismas: ora como alinhada com os interesses masculinos tradicionais; ora sendo considerada como moderna e progressista<sup>126</sup>.

Pensamos que, em diversos aspetos, os intuitos pedagógicos de conformação com a verdade masculina da articulista devem ser entendidos como uma demonstração pública de alguém que tinha noção permanente de que os seus textos seriam lidos e apreciados no universo masculino. Além disso, economicamente a escritora dependia da venda dos seus textos para sobreviver, pois a seguir à morte do seu marido, o poeta luso-brasileiro Gonçalves Crespo<sup>127</sup>, a escritora ficou responsável pelo seu sustento e dos seus filhos. Ora, se é verdade que na altura “a mulher estava subordinada ao homem, era pensada por ele, definida em relação a ele” (Lipovetsky, 2000, p. 232), a escritora Maria Amália, consciente dessa dependência, não ultrapassava a fronteira daquilo que os homens oitocentistas pretendiam que ela fosse.

Devemos lembrar, ainda, que Maria Amália nasceu em 1847. Ou seja, pertenceu a uma geração anterior à de Ana Castro Osório<sup>128</sup>. Não sendo feminista, no sentido militante, era no entanto, defensora de uma das suas reivindicações fundamentais — o direito das mulheres à educação e a necessidade da sua valorização. Além disso, foi a primeira mulher a ingressar na Academia de Ciências de Lisboa.

Maria Amália publicou uma vasta obra<sup>129</sup> e manteve uma intensa colaboração com jornais portugueses e brasileiros, onde usou os pseudónimos “Valentina de Lucena”, “Miss Arabela” e

---

<sup>126</sup> O escritor Fialho de Almeida, por exemplo, é um admirador da escritora e dedica o livro *O país das uvas* a Maria Amália Vaz de Carvalho: “Homenagem aos seus talentos de escritora, às altíssimas virtudes de mulher” (1920, p. 5).

<sup>127</sup> Gonçalves Crespo (1846-1883) nasceu no Rio de Janeiro, de mãe negra, e faleceu em Lisboa, tendo-se formado em Direito pela Universidade de Coimbra. O seu talento de poeta e seguidor de um novo estilo (o parnasianismo) assegurou-lhe muitos admiradores, entre os quais a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho, com quem casou.

<sup>128</sup> Ana de Castro Osório (1872-1835) foi pioneira na luta pela igualdade de direitos. O seu ativismo levou à criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Colaborou com Afonso Costa na criação da Lei do Divórcio.

<sup>129</sup> Das várias obras ficcionais publicadas por Maria Amália Vaz de Carvalho destacam-se *Serões do Campo* (1877); *Arabescos* (1880); *Contos e fantasias* (1880); *Mulheres e Crianças* (1880); *Um conto* (1885); *Cartas a Luíza* (1886); *Alguns homens do meu tempo* (1889); *Crónicas de Valentina* (1890); *Cartas a uma noiva, Pelo Mundo fora* (1896); *A arte de viver na sociedade* (1897); *Em Portugal e no Estrangeiro* (1899); *Figuras de ontem e de hoje* (1902); *A vida do Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein* (1898-1903); *Cérebros e corações* (1903); *As nossas filhas* (1905); *Ao correr do tempo* (1906); *Duquesa de Palmela – In Memoriam* (1910); *Impressões de História* (1911); *Coisas do Século XVIII em Portugal, Coisas de agora* (1913); *Páginas escolhidas* (1920). Com a

“Junius”; foi exatamente este último pseudônimo o escolhido pela escritora para assinar o seu texto “Os poetas do Norte”, publicado no terceiro volume da *Revista de Portugal*. Nesse texto, a articulista centra o seu discurso na figura do poeta alemão Klopstock (1724-1803), autor do poema épico acerca da vida de Cristo, intitulado “Der Messias”, a cuja composição dedicou cerca de vinte anos. É considerado como um precursor do Romantismo, antecipando-se na escolha de temas patrióticos.

Ora, no contexto em que vivia, sob o signo do poder masculino, a pena de Maria Amália Vaz de Carvalho não pode deixar de fazer uma apologia ao poeta alemão.

### **Alice Moderno**

A produção feminina da *Revista de Portugal* contou também com uma pequena colaboração da escritora Alice Moderno (1867-1946), que publicou na rubrica “Cancioneiro da Revista” uma poesia intitulada “Relíquia”, em que fala sobre o valor de um ramo de flores. Nesse poema, o sentimento e as sensações merecem destaque e parecem representar a preferência da autora pelas vias de conhecimento menos positivas e racionais.

Miranda de Andrade, ao analisar a *Revista*, chama a atenção para a contribuição pouco valiosa de Alice Moderno (Andrade, 1953, p. 60). Ora, a questão que se põe é: qual seria o interesse da *Revista de Portugal* em difundir este género de poesia? Julgamos que a sua inclusão poderia corresponder a uma aposta do diretor, Eça de Queirós, talvez preocupado em dar voz e a incentivar mulheres instruídas a colaborarem com a *Revista*. Afinal, na altura da publicação da *Revista de Portugal*, a própria vida da autora já merecia destaque: Alice foi a primeira mulher, em Portugal, a dirigir um jornal diário.

Assim, julgamos que, independentemente da qualidade da sua obra literária, o que devemos apreciar é a autora e as suas reações e atitudes revolucionárias, mantidas apesar de todas as circunstâncias desfavoráveis.

Para além de poetisa, Alice Moderno foi professora, mulher de negócios e jornalista. Avançou como ativista, nos Açores, das organizações de mulheres da 1.<sup>a</sup> República, tendo militado na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, na Associação de Propaganda Feminista e na Associação Feminina de Propaganda Democrática. Ou seja, foi uma precursora do feminismo e, enquanto escritora, as suas melhores publicações estão no jornalismo que praticou.

---

colaboração do seu marido, o poeta Gonçalves Crespo, escreveu *Contos para os nossos filhos* (1886), que o Conselho Superior de Instrução Pública aprovou para uso nas escolas primárias.

Nos Açores, onde viveu toda a sua vida, Alice Moderno foi pioneira: rompeu com os limites do espaço privado e publicou e dirigiu jornais e revistas em pleno século XIX. E foram muitas as colaborações na forma de crónicas, de contos, de poesias e de traduções.

A sua biografia nos dá conta de alguns aspetos curiosos: os seus pais nasceram no Brasil, mas, por mero acaso, Alice nasceu em Paris e foi para os Açores ainda criança. Em 1887, com apenas vinte anos, fica sozinha em São Miguel (a família muda-se para o interior da ilha) e começa a sustentar-se a si mesma. Passados alguns anos, em 1893, a sua família direta parte para Nova Iorque e Alice continua em Ponta Delgada, como diretora do *Diário de Anúncios*. Entre as suas múltiplas atividades, julgamos ser importante assinalar os artigos que escreveu para o jornal que fundou em 1902, *A Folha*, onde defende o movimento feminista.

Um século depois de sua colaboração na *Revista de Portugal*, Alice Moderno voltou a despertar interesse. Como resultado, Maria da Conceição Vilhena biografou por duas vezes a vida da jornalista (Vilhena, 1987 e 2001). Todavia, mesmo considerando no decurso desse período a enorme ampliação do espaço social e político da mulher, verificamos nesse interesse uma disputa pela imagem daquela que hoje se transformou num verdadeiro ícone do feminismo em Portugal, pois é evidente o intuito de manipulação ideológica nas referidas biografias. Anna Klobucka e São José Almeida, por exemplo, não só contestam o compromisso com a verdade na versão de Vilhena sobre a vida da açoriana, como destacam o escandaloso apagamento da vida amorosa de Alice com Etelvina Sousa, pois, segundo Anna Klobucka, elas de fato viveram juntas por 40 anos e morreram com a diferença de apenas oito dias. Recentemente descobriram, ainda, que estão juntas, lado a lado, no jazigo do cemitério de São Joaquim, em Ponta Delgada.

Em termos de breves considerações finais, podemos dizer que Alice foi precursora do feminismo e inovou ao fundar os seus próprios jornais. De destacar, ainda, que a literatura feminina marcou uma presença forte nos periódicos do século XIX, sendo de assinalar que muitos jornais e revistas foram fundados e mantidos por elas próprias.

Situando-se num lapso de tempo bem determinado - finais do século XIX e início do século XX - a emergência da escrita feminina ultrapassa as fronteiras e une (mais uma vez) num mesmo devir histórico portuguesas e brasileiras. Ora, como Portugal e o Brasil não permitiam a participação igualitária da mulher na sociedade, figuras como Alice Moderno podem ser consideradas como precursoras da criação de políticas isoladas que mais tarde resultaram em problemáticas universais inerentes às mulheres. A partir daí, a presença das mulheres na imprensa

lusófona foi-se tornando cada vez mais notória. Ou seja, através da imprensa foram criados espaços internacionais de diálogos.

### 3.8. Os contornos da modernização

Se atentarmos ao que diz Giddens sobre a modernidade, que se trata de “uma ordem pós-tradicional, mas não uma ordem em que as certezas da tradição e do hábito tenham sido substituídas pela certeza do conhecimento racional” (2002, p. 10), então reconheceremos que a dúvida e a incerteza estão presentes à ideia do moderno, e também assim a transformação e a mudança. Nesse sentido, Giddens afirma que “a modernidade é a cultura do risco” (*id.* p. 11), onde o que é previsto para o futuro desejável é suscitado no presente como uma experiência atual. É justamente este espírito que encontramos em diversas crônicas da *Revista de Portugal*.

Podemos assim afirmar que os principais colaboradores da *Revista de Portugal*, ao produzirem leituras particulares dos dilemas do seu tempo, contribuíram com algumas ideias-chave e orientações gerais que promoveram o debate e abriram portas para a vivência de novas possibilidades de pensamento no âmbito da cultura luso-brasileira. Podemos destacar: Moniz Barreto, ao fazer a receção de novos parâmetros para a crítica literária, com base na orientação positivista, alinou-se à moderna corrente do naturalismo e do realismo em França, representada sobretudo por Taine, o qual exerceu grande influência também no Brasil, como foi o caso de Sílvio Romero (1914, p. 37); também vemos uma significação luso-brasileira do texto “O tratado com a Inglaterra e a situação de Portugal” (1890, pp. 1-15), da autoria de Oliveira Martins, pois, ao questionar a viabilidade da política colonial portuguesa, o historiador está a promover o debate e a instigar uma mudança na antiga mentalidade que gerou o espírito brasileiro; quanto a Ramalho Ortigão, posicionando-se na esfera do mundo vivido em língua portuguesa, criticou como que em espelho os hábitos e costumes que encontrou no Brasil; mais ainda, destacamos que a *Revista de Portugal* aceitou a colaboração de três mulheres — Isabel Leite, Maria Amália Vaz de Carvalho e Alice Moderno — como autores de textos. Tal facto, só por si, é um indicador de um processo de mudança e inovação; e quanto ao brasileiro Eduardo Prado, sem receio de fazer *uso público* de seu próprio entendimento — pois, contrariamente a boa parte da intelectualidade brasileira, ele não acreditava no êxito da República —, nos dá um exemplo do compromisso ético que um autor deve ter com as verdades da razão, promovendo assim uma reflexão controversa, mas saudável do ponto de vista moderno, sobre o futuro do Brasil; finalmente, mas nem por isso menos importante, a participação de Antero de Quental teve uma importante significação ético-

moral na cultura luso-brasileira, nomeadamente com as suas novas *Tendências gerais da filosofia* — principalmente se considerarmos esta obra no contexto de sua atitude contestadora desde “Bom senso e bom gosto” (1865) —, comparativamente ao que se passava no Brasil àquela altura:

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora (...) De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas que se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão (...) Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte (...) Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária (...) Tobias foi o mais esforçado combatente, com o senso de visão rápida de que era dotado. (Barreto, 1926, vol. X, p. XXVI-XXVII).

É interessante observar que a receção de ideias modernas no Brasil, com vistas ao interesse público como fim, e não apenas para abrilhantar o próprio discurso ou responder à glória pessoal, só começou a aparecer muito lentamente a partir da segunda metade do século XIX.

Mas não podemos deixar de assinalar que, ao longo da permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1820), não só houve a contratação da famosa Missão Artística Francesa, que resultou na fundação da Escola de Belas Artes, como também ocorreu o primeiro curso de filosofia moderna no país (1813-1816), ministrado e publicado pelo filósofo português Silvestre Pinheiro Ferreira sob o título de *Prelecções filosóficas*. Nada disso, porém, era efeito de política pública, como também não foi o caso da fundação, no Rio de Janeiro, d’*O Patriota* (1813-1814), primeiro periódico no Brasil a publicar artigos densos e analíticos sobre ciências e artes, cultura e letras. (Kury, 2007, p. 9)

No sentido estrito, a modernização é o processo histórico de institucionalização, em todos os sectores da vida pública, do modo novo de orientar-se no pensamento que sucedeu ao da Escolástica, sobretudo quanto à mudança de método introduzida pelos matemáticos e pelos físicos no conhecimento da natureza. Mas essa mudança de orientação no pensamento que caracteriza o modo do ser moderno não é um processo restrito à lógica do conhecimento, senão

também ético e estético. Entendemos assim até porque a primeira instituição a ser modernizada, tanto em Portugal como no Brasil, foi a literatura.

Mas se a luta pela modernização da cultura de língua portuguesa tornou-se uma tendência histórica a partir do século XVIII, quando se descobriu a língua francesa como meio mais fácil de acesso às ideias da Ilustração, foi na segunda metade do século XIX que, mais do que seguir uma tendência, impôs-se o compromisso ético com o *Sapere aude* (Ouse saber!) iluminista, promovendo a moderna concepção da liberdade como sendo o direito de fazer uso público das próprias ideias, de fazê-las circular e promover a sua institucionalização. É neste sentido que vemos a contribuição ideológica da *Revista de Portugal* à modernização, em ambos os lados do Atlântico, simultaneamente.

## **CAPÍTULO IV**

### **O FINAL DO SÉCULO EM REVISTAS**

Nós somos apenas uns simples cronistas do tempo que vamos atravessando. Somos os contribuintes especiais do mês para a história geral do século. (Ortigão, 1992b, p. 63)

#### 4.1.A imprensa como formação de uma nova sensibilidade

Veio a democracia: fez-se a iluminação a gás; assomou a instrução gratuita e obrigatória; instalaram-se as máquinas Marioni que imprimem cem mil jornais por hora; vieram os clubes, o romantismo, a política, a liberdade e a fototipia. Tudo se começou a fazer por meio do vapor e de rodas dentadas – e para as grandes massas. (Queirós, 2000e, p. 97)

Consideráveis alterações foram registadas na imprensa periódica finissecular. De facto, concordamos com a maioria dos autores que reconhecem o século XIX como a centúria que viu nascer o jornalismo moderno: a natureza da comunicação exige um estilo rápido, em que o poder da mensagem se sobrepõe à beleza e equilíbrios formais.

Cabe, então, lançar um breve olhar sobre a comunicação social oitocentista. Como se sabe, ao longo do século XIX só a imprensa escrita existia como meio de comunicação de massa. Assim, os jornais e as revistas desempenharam um papel revolucionário na vida social. No “velho” e no “novo” mundo, o jornalismo logo tornou-se num fator de transformação. Evidência dessa constatação é o caso especialíssimo de Portugal e Brasil, tanto comparativamente ao passado quanto em relação a possibilidades futuras. De facto, os *media* modificaram a estrutura da sociedade do século XIX, ampliaram horizontes, chamando a atenção para as qualidades democráticas da imprensa enquanto difusora de ideias, suscitando a discussão e a participação política.

No mundo europeu industrializado, a melhoria dos transportes, o alargamento da vida escolar e a evolução das técnicas gráficas foram determinantes para fazer do jornalismo uma atividade sustentável. A inserção da ação jornalística como fator de produção cultural na vida moderna logo se fez refletir em Portugal:

O jornalismo desempenhava na difusão das atitudes inovadoras papel de relevo, condicionado embora pelo analfabetismo generalizado e pelo baixo poder de compra dos possíveis leitores. Mas a imprensa de então é, apesar de tudo, uma realidade cultural de peso (...) só de 1869 a 1871 surgiram em todo o país, 45 novas tentativas. São, sobretudo, folhas políticas, literárias, de anúncios, religiosas, humorísticas, pedagógicas. (Serrão, 1983, pp. 67-68)

De facto, a imprensa periódica oitocentista conferiu à vida do espírito uma presença social mais intensa, e marcou a mentalidade nacional de toda uma geração como um espaço de



formação da opinião e da consciência do cidadão<sup>130</sup>. Como observa Tengarrinha, na obra *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*, através da imprensa há uma partilha de valores comuns:

(...) a imprensa se apresenta cada vez mais como um meio por onde se gere uma parte da conflitualidade social: não apenas passa a ser porta-voz de grupos em condições de formular pontos de vista de interesse para área social mais ampla, tendo esta a capacidade para acolhê-los, mas também capaz de lhes dar dimensão de intervenção. (Tengarrinha, 2013, p. 876)

Interessante será tentar perceber como eram as publicações da altura. Lembremos, em primeiro lugar, que foi justamente em meados do século XIX que se assinalou a passagem da imprensa romântica ou de opinião para a chamada imprensa industrial<sup>131</sup>. No entanto, segundo Jorge Pedro Sousa, “no terceiro quartel de oitocentos, o jornalismo português era ainda um meio «pequeno» e diletante, marcado pelo jornalismo doutrinário e literário, cujos protagonistas transitavam da política para o jornalismo e do jornalismo para a literatura.” (Sousa, 2011, p. 81). Ou seja, o jornalismo amalgamava-se com a política ou com a literatura. Predominava, ainda, a intenção de prover à “instrução pública”, mesmo que aparentemente existissem também intenções de entretenimento. É de referir que durante todo o século XIX também surgiram publicações especializadas, como folhas de arte, jornais médicos; científicos; comerciais; de moda; literários; militares; satíricos; culturais; femininos; ilustrados; etc. Ao longo do século XIX, concomitantemente se assistiu ao aparecimento de várias revistas. Assim, coube também às revistas a criação e a segmentação do público leitor.

O homem sempre pretendeu vencer as distâncias que o limitam e os jornais permitiram-lhe vencer os obstáculos e os limites. Ao longo do tempo, foram experimentadas várias formas de levar as notícias cada vez mais longe. No entanto, surgiram limitações e constrangimentos. De facto, o jornalismo tem sido, ao mesmo tempo, agente e reflexo de grandes transformações. Devido às suas particularidades próprias, essas publicações sequenciais podem evidenciar os temas de interesse na época, a forma como foram abordados determinados temas e como era realizada a disseminação dos saberes. Além disso, são espaços proporcionadores de simultaneidade e de reprodutibilidade do conhecimento: assim, através da *Revista de Portugal*, duas nações longínquas (Portugal e Brasil) usufruíam da mesma fonte de informação.

---

<sup>130</sup> Como assinala Maria Filomena Mónica, “Os jornais eram, à época, importantes centros sociais. Era ali – e Eça recordá-lo-á em várias obras – que se faziam amigos, se discutia política, se ficava a par das intrigas do dia. Um periódico oitocentista era o centro do mundo” (Mónica, 2001, p. 33).

<sup>131</sup> Cf. Adriana Guimarães e Nuno Fernandes, *O jornalismo em evolução*. In [http://issuu.com/c3i-ipp/docs/comunicacoes\\_iii\\_seminario\\_idt\\_voll](http://issuu.com/c3i-ipp/docs/comunicacoes_iii_seminario_idt_voll)

No entanto, ao longo da evolução da imprensa, foram muitos os conflitos que limitaram a liberdade de expressão. Oportuno será lembrar, nesse contexto o que afirmou McLuhan<sup>132</sup>:

Se a palavra impressa transformou as línguas vernáculas em meios de comunicação de massa, elas, por sua vez, se constituíram instrumentos de autoridade governamental centralizada infinitamente mais poderosos do que aqueles que os romanos haviam conhecido com o papiro, o alfabeto e as estradas pavimentadas. Mas, pela sua própria natureza, a palavra impressa cria duas ordens de interesses de conflito uma entre produtores, outra entre governantes e governadores. (McLuhan, 1977, pp. 318-319)

De facto, a força da imprensa está sempre associada a ideia de liberdade. Nesta conjuntura, *A Revista de Portugal* pertence a uma particularidade de jornalismo que só se consolidou na segunda metade do século XIX, onde a liberdade de expressão é a principal característica da *Revista* e é por isso que os seus colaboradores são independentes entre si. Extensão da liberdade de expressão, a liberdade de imprensa incentivou o debate, por aumentar o acesso à informação, e promoveu a troca de ideias. Ou seja, durante a existência da *Revista*, deparamos com um momento especial onde os seus colaboradores são podem expressar livremente as suas opiniões.

Convém, ainda, sublinhar que o jornalismo mudou e evoluiu muito tanto em Portugal como no Brasil. Não consideramos que seja uma questão de nostalgia ou derrotismo verificar que o jornalismo já não é como antes. De facto, um pequeno panorama histórico pode ser suficiente para demonstrar que grandes publicações, como a *Revista de Portugal*, têm hoje poucos

---

<sup>132</sup> Segundo a teoria de McLuhan os *media* desempenham um papel determinante na evolução das civilizações. Assim, o investigador procurou estabelecer um certo paralelismo entre as principais transformações da sociedade e o desenvolvimento das técnicas de difusão, McLuhan considerou a existência de quatro estádios Na primeira etapa, caracterizada como sociedade tradicional ou tribal, predominava a comunicação oral: este tipo de sociedade primitiva desenvolveu-se desde os primórdios do homem até cerca de 1500 a.C., data em que surge a escrita.

Uma característica desta sociedade tribal é o isolamento em que viviam os elementos de cada tribo face às outras tribos. A prática de uma economia fechada, de autossustentação (toda a produção se destina a ser consumida, a satisfazer as necessidades “internas” da tribo), bem assim como a prática de rituais, a cultura do mito, são duas características típicas das sociedades tradicionais. Por outro lado, é de salientar que os membros de cada tribo comunicam entre si recorrendo, essencialmente, à utilização de órgãos naturais de expressão.

A segunda etapa – a da sociedade do homem alfabético, iniciou-se com a invenção e expansão do alfabeto e terminou com a invenção e consequente difusão da imprensa, até meados do século XV. Na terceira etapa, intitulada como sociedade da Galáxia de Gutenberg, ocorre a mecanização da escrita. Este tipo de sociedade expandiu-se desde a primeira metade do século XV até à segunda metade do século XIX, altura em que surgiram os meios de comunicação eletrónicos. De assinalar que a descoberta e o desenvolvimento da imprensa permitiu a reprodução em série de um novo veículo de informação, o livro impresso, que contribuiu em grande escala para a distinção dos membros da sociedade em letrados e sábios, por um lado, e iletrados e ignorantes, por outro.

Finalmente, na quarta etapa, que ficou conhecida como sociedade da Galáxia Marconi ou Aldeia Cósmica, surgiu a comunicação audiovisual. Teve início em finais do século XIX e é caracterizada pelas novas técnicas eletrónicas, pela emergência dos *media* audiovisuais. De acordo com McLuhan, o ponto de chegada de todas as transformações impulsionadas pela difusão dos *media* deverá ser uma “tribo planetária”. Para o investigador os diferentes *media* desempenham um papel fundamental na evolução das civilizações.

equivalentes. Portanto, cabe estudar, resumidamente a evolução oitocentista do jornalismo em Portugal e no Brasil.

#### 4.1.1. A imprensa como fator de liberdade em Portugal

Da imprensa deriva toda a espécie de incentivo e de energia fecunda e transformável que vai depois propulsar em todos os distritos gerais da atividade, moral e ciência, indústria e arte, política e religião. (Fialho de Almeida, 1904, p. 214).

Em 1828, o contexto histórico português não era nada favorável à liberdade de expressão. Logo após D. Miguel ser proclamado rei, passou a exercer-se um controlo absoluto sobre tudo o que se imprimia em Portugal. Tal situação só foi alterada após a Convenção de Évora Monte, em Maio de 1834, com a promulgação da Lei de 22 de dezembro, que estabeleceu a liberdade de imprensa, originando um notável desenvolvimento dos periódicos.

No entanto, como a vida política portuguesa não se estabilizou com a vitória liberal de 1834<sup>133</sup>, o ritmo de desenvolvimento da imprensa de opinião também foi variável: “à medida que entra em progressiva decadência o democrático setembrismo, até à sua completa morte com a restauração da Carta por Costa Cabral, no início de 1842, vai diminuindo o movimento jornalístico” (Tengarrinha, 1989, p. 152). Ou seja, entre 1840 até 1851, a repressão contra a Imprensa foi agravando-se progressivamente.

Entre as medidas repressivas então postas em prática pelas autoridades destacavam-se: impostos mais elevados e rigorosos cumprimento no pagamento da décima; cauções, habilitações cada vez mais difíceis e pesadas impostas aos editores; frequentes pronunciamentos e multas em consequência de sucessivas querelas promovidas pelo Ministério Público e condenações em tribunal a pretexto de abusos de liberdade de Imprensa (...) Um outro fator de maior importância é a dificuldade crescente com a expedição e os portes, tendo o governo a ordenar aos Correios que não dessem expediente às folhas oposicionistas. (id, p. 162)

O culminar desta série de medidas repressivas aconteceu com a promulgação da Carta de Lei de 3 de agosto de 1850, que ficou conhecida como a “Lei das Rolhas”.

Havia penas desde o mínimo de 1 a 4 meses de prisão e 150 000 a 300 000 réis de multa em dinheiro. Os jornais poderiam ser condenados até pela ironia mais subtil. As próprias Câmaras dos Pares e dos Deputados é que julgavam verbal e sumariamente as infrações da Lei de Imprensa que lhes diziam respeito, vindo assim ao mesmo tempo a ser partes e juízes e não havendo qualquer recurso das suas decisões. Podia julgar-se ou decretar-se a

<sup>133</sup> D. Pedro IV morreu no ano da sua vitória deixando no trono D. Maria II, sua filha de 15 anos. Houve um enfraquecimento político dos liberais diante da nobreza conservadora.

suspensão de qualquer periódico quando este ou o seu editor tivesse incorrido em segunda ou ulterior condenação no mesmo ano. O governo ficava com o poder de proibir, por um prazo determinado, a divulgação pelas ruas de toda a classe de impressos a pretexto de julgar necessário para a conservação da ordem pública. (id, pp. 178-179)

Todas estas medidas suscitaram vários protestos dos homens de letras, autores, jornalistas, estudantes e dos tipógrafos. Por outro lado, o número de publicações periódicas decresceu. Finalmente, com a Regeneração, e através de várias disposições como a Lei de 17 de Maio de 1866, que aboliu todas as restrições à Imprensa, houve um novo desenvolvimento do jornalismo que se estendeu até o início do reinado de D. Carlos (1890), quando regressaram algumas medidas restritivas.

No entanto, aquilo para que pretendemos chamar a atenção é que em meados do século XIX estavam reunidas as condições para o desenvolvimento da imprensa. Assim, ao longo da fase da chamada “imprensa de opinião”, as empresas jornalísticas contaram com a participação de grandes nomes da literatura (ao contrário do que havia acontecido no século XVII e XVIII, em que os grandes vultos da cultura se tinham mantido afastados na atividade jornalística) e caracterizaram-se por sustentar, em termos de recursos humanos, uma estrutura centralizada:

O chefe da redação era o verdadeiro espírito e a alma da publicação. O jornal, geralmente, era um homem, mais até do que um partido. (...) Era o redator responsável com a sua personalidade, quem, dentro das coordenadas gerais, imprimia ao jornal uma vida própria. (id, pp. 190-191)

Ideologicamente, devemos lembrar que “a imprensa da época é, em primeiro lugar política, em segundo lugar, literária e só acidentalmente noticiosa dos acontecimentos da vida quotidiana” (Serrão, 1978, p. 41). No que diz respeito à circulação da informação, uma característica importante desta fase é assinalada por Tengarrinha: “Em voz alta liam-se (...) os editoriais dos jornais mais importantes: de tal maneira, assim, a Imprensa e a oratória andavam intimamente ligadas.” (1989, p. 150).

Cabe ainda assinalar o surgimento de novos processos comunicacionais que deram origem à chamada fase da imprensa industrial. De facto, segundo José Tengarrinha, “só entre 1865 e 1885 é que se estabeleceram em Portugal as condições propícias à transformação industrial da imprensa” (Tengarrinha, 1989, p. 127), o que deu ênfase à informação como preocupação e objetivo. Justamente nessa fase industrial, os jornais passaram a dispor do auxílio do telégrafo e, então, surgiram as agências noticiosas:

O progresso das técnicas e o aparecimento de uma imprensa barata, diversificando o seu conteúdo para deixar mais espaço à relação de informações, em vez de se dedicar apenas à

expressão de opiniões, permitiram – causa e consequência ao mesmo tempo – a criação das agências. (Derieux, 1978, p. 11)

Desta forma, o sistema de comunicações melhorou, tornou-se mais rápida a circulação de notícias e ampliou-se o hábito de ler jornais. Assim, “o jornal lançado romanticamente pelo indivíduo isolado que nele fazia quase tudo deixava, passo a passo, de ter condições para competir e subsistir. As redações alargaram-se.” (Sousa, 2008, 106). Será útil lembrar, ainda, as influências que o jornalismo luso recebeu:

O jornalismo português nasceu e evoluiu sintonizado com o que se fazia na Europa, em particular em França, país que até ao século XIX ditou “as modas” em Portugal. No entanto, as guerras napoleónicas (em que Portugal alinhou pelos britânicos) e, posteriormente, as lutas liberais (...) e o liberalismo permitiram que a imprensa portuguesa se abrisse ao modelo britânico de jornalismo, assente no princípio da liberdade de imprensa. (id, p.117)

Jorge Pedro de Sousa assinala que, nesta fase, registou-se uma espécie de cisão. Ou seja, apesar de coexistirem na mesma redação, surgiu a diferenciação entre por um lado um estilo mais literário e erudito e por outro um estilo mais “jornalístico”:

Enquanto os altos vultos da cultura e da política portuguesa tinham por missão persuadir eruditamente o público ou então entretê-lo, adornando estilisticamente os periódicos com crónicas e folhetins, os noticiaristas tinham (...) atribuições essencialmente técnicas, nomeadamente elaborar notícias e reportagens objetivas sobre a vida quotidiana e traduzir notícias relevantes publicadas na imprensa estrangeira ou que (mais tarde) chegavam pelas agências. (id, p. 106)

No entanto, apesar da evolução, e face ao crescente descontentamento no país, em 1890, a monarquia impôs um decreto (de 29 de março) que obrigava os periódicos a sanções severas e ao encerramento de portas em caso de reincidência nos delitos. Por outro lado, havia também um vazio ideológico e cultural no jornalismo português. Fialho de Almeida assinala que ora predominava a apatia e a indiferença, ora o sensacionalismo:

Os livros que aparecem não inspiram ninguém. Há uma exposição de arte, ninguém fala. Os artigos de teatro são uma lástima de fazer rir. Quanto à reportagem dos *faits divers*, essa abusa do escândalo (...) deturpa factos, reabilitando ou maculando, consoante as flatulências do génio em que amanhece. (Almeida, 1923, p. 219)

Acreditamos que Eça de Queirós também sentiu essa lacuna nos periódicos portugueses. Assim, a ideia de fundar uma revista foi tomando, cada vez mais, forma. Nesta perspetiva, cabe ainda assinalar que não há dúvida de que o século XIX foi um período de expansão da imprensa

portuguesa, um legado rico, marcado por um caráter idealista e doutrinário que serviu para o estabelecimento das coordenadas ideológicas de toda uma memória coletiva.

#### 4.1.2. A imprensa como fator de liberdade no Brasil

O começo da imprensa no Brasil tem suas peculiaridades. No continente americano, o Brasil foi um dos últimos países a consolidar o uso oficial da tipografia (Carvalho, 1908, p. 15). No entanto, é necessário enfatizar que, apesar do atraso, da censura e do oficialismo, o lançamento dos primeiros periódicos no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural. Como afirma Marco Morel, “havia uma tradição de atividades impressas da nação portuguesa (...) sem esquecer a possibilidade de os primeiros redatores brasileiros terem aprendido e convivido com a imprensa de outros países” (Morel, 2008, p. 28). Além disso, é necessário levar em conta a pluralidade de escritos que “circulavam de formas variadas, através de correspondências particulares, cópias de textos, papéis e folhas que se pregavam na paredes e muros ou rodavam de mão em mão” (ibidem).

Cabe salientar também o contexto político e ideológico. O primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, fundado em Junho de 1808, era impresso em Inglaterra para evitar a censura que cortava as obras publicadas no reino. Até então, ao Brasil só chegavam alguns periódicos portugueses, como a *Gazeta de Lisboa*<sup>134</sup>. O *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário* publicou-se semanalmente sem interrupções de junho de 1808 a dezembro de 1822, e logo na declaração de princípios, feita na “Introdução” ao primeiro número, deixava claros os objetivos do seu redator, Hipólito José da Costa Pereira<sup>135</sup>: “desejando aclarar os meus compatriotas sobre os factos políticos, civis e literários da Europa, empreendi este projeto” (Costa, 1808, p. 4)

---

<sup>134</sup> A *Gazeta de Lisboa* era um periódico oficioso, com dimensões de livro (cerca de 15 x 20 cm), que oferecia notícias sobre o governo (em especial as nomeações), o país e o estrangeiro. De acordo com o escrito no frontispício: “História anual cronológica e política do mundo e especialmente da Europa”, forneceu a primeira matriz em que se viria a fundar, futuramente, o diário oficial português, atualmente designado *Diário da República*. Foi o principal periódico de informação sobre a política portuguesa entre 1715 e 1820.

<sup>135</sup> Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu na Colônia do Sacramento, então domínio da colônia portuguesa (atual Uruguai) em 25 de março de 1774. Com a tomada da Colônia do Sacramento pelos espanhóis, mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde passou a infância e a adolescência. Frequentou a Universidade de Coimbra, concluindo a formatura em Leis em 5 de julho de 1798. Recém-formado, esteve nos Estados Unidos da América. De volta a Portugal, foi nomeado diretor literário da Junta da Imprensa Régia; ao serviço desta instituição, deslocou-se a Londres; no regresso, foi preso sob a acusação de exercer a profissão de “pedreiro livre”; exilado em Londres, executou importantes funções na maçonaria. Após a independência do Brasil, foi nomeado como encarregado de negócios interino, cônsul geral em Londres e conselheiro honorário. Não desempenhou, contudo, os últimos cargos. Faleceu a 11 de setembro de 1823.

Como observa Manuel Chaparro: “O *Correio Braziliense*, (...) circulava também em Portugal, onde, aliás, enquanto existiu e pôde ser distribuído, provavelmente provocou mais incómodos do que no Rio de Janeiro.” (Chaparro, 1998, p. 5). De facto, o jornal tinha um carácter doutrinário e lutava a favor da reestruturação das instituições políticas da monarquia lusitana, bem como em prol da emancipação do Brasil.

Com a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, foi suspensa a proibição da publicação de materiais impressos na então colónia, que permanecera oficialmente sem tipografias, ao longo de três séculos. A partir da instalação da Impressão Régia, em maio de 1808, o Brasil inicia uma nova fase. A Impressão Régia visou atender a necessidade de divulgação da legislação e atos governamentais, sendo também facultada a impressão de obras variadas. A Impressão Régia monopolizou a atividade tipográfica no Rio de Janeiro até 1821, quando começaram a surgir tipografias particulares. A principal atividade da Impressão Régia era produzir o periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), importante instrumento de comunicação da coroa com os súditos tanto no Brasil como em Portugal. Ou seja, a *Gazeta do Rio de Janeiro* funcionava nos dois lados do Atlântico como uma das instituições do poder.

Distintos no formato e na periodicidade (o *Correio Braziliense* era mensal, enquanto a *Gazeta* era publicada semanalmente e, depois, bissemanal; o *Correio* possuía em cada edição cerca de 140 páginas - a *Gazeta do Rio de Janeiro* continha quatro páginas), contudo, no essencial, há muito em comum entre os dois periódicos:

Tanto a *Gazeta* como o *Correio* defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e rutura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa (...) Além desses fatores, (...) a partir de meados de 1821 (após a Revolução do Porto e com o ministério de José Bonifácio e a convocação da Constituinte brasileira), a *Gazeta* do Rio (o título é reduzido) passa a defender o liberalismo e a modernidade e a modernidade política (...) E acompanha de perto o processo de separação entre Portugal e o Brasil, posicionando-se a favor da independência deste antes mesmo da do *Correio Braziliense*, que levava a desvantagem da distância geográfica (...) Ou seja, é possível enxergar nuances nesta polarização maniqueísta entre esses dois jornais luso-brasileiros. (Morel, 2008, pp. 31-32)

Ainda no período joanino, circularam no Brasil outros periódicos, como *A idade d'Ouro do Brazil* (1811-1823) e *O Patriota* (1813-1814), jornal que funcionou como o primeiro espaço de manifestação da intelectualidade brasileira.

Assim sendo, o início da imprensa brasileira está associado a um jornalismo de discurso marcadamente ideológico, propagador de transformações sociais e políticas.

A evolução do jornalismo lusitano também não foi linear. Aqui cabe apenas destacar que até 1820 “as notícias eram dadas secamente, sem comentários, discussão ou crítica”. (Tengarrinha, 1989, p. 116) Com a Revolução Liberal de 1820, começaram a ser questionados os constrangimentos à liberdade de imprensa. Assim, após muitas discussões, em 12 de Julho de 1821 foi promulgada a primeira lei de imprensa, que estabelecia o fim da censura prévia. Essa iniciativa afetou diretamente o Brasil, onde ficava a sede da monarquia lusa.

A partir daí, poderia se afirmar que a liberdade de imprensa estaria instalada no Brasil. Mas o que se verifica em seguida não é uma linha progressiva e ascendente de crescimento dessa liberdade. Houve um crescimento da imprensa, sim, mas a questão do controle desta atividade seguiria uma linha sinuosa, com recuos e expansões: os dilemas, vividos pelos redatores de diversas correntes políticas, se cruzariam com as preocupações governamentais e com as constantes alterações dessa legislação pelos parlamentares. (Morel, 2008, p. 34)

A independência do Brasil ocorreu na altura em que a monarquia lusa procurava consolidar as definições constitucionalistas. De facto, em Portugal e como já referimos anteriormente, com a revolução de 1820 foram criadas as condições para a instauração da chamada “imprensa romântica ou de opinião”: o número de publicações de periódicos disparou; porém, ainda surgiram várias restrições à liberdade de imprensa, e a censura prévia não se extinguiu totalmente.

Na altura da independência do Brasil (1822) existiam centenas de títulos de publicações periódicas, localizadas essencialmente em polos geopolíticos ativos como: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. Neste sentido, a liberdade de imprensa é intrínseca à construção do Brasil moderno:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colónia em Império e participar intensamente no processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. (Martins e Luca, 2008, p. 8)

O estilo panfletário domina os primeiros passos da imprensa brasileira, muito voltada para causas políticas. Paulatinamente, vão surgindo modificações. No reinado de D. Pedro II<sup>136</sup>

---

<sup>136</sup> Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Habsburgo nasceu em 1825, no Rio de Janeiro. Com apenas um ano, o pequeno príncipe ficou órfão de mãe. Aos cinco anos, o seu pai (D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal) abdicou do trono brasileiro, regressou a Portugal e concedeu-lhe o império brasileiro. Note-se a circunstância rara de paralelismo entre os representantes das Casas imperiais de Portugal e do Brasil no fim do século dezanove: estão unidos por fortes laços de parentesco; pertencem à mesma dinastia dos Bragança. De uma forma ou de outra, dos dois lados do Atlântico, os Bragança foram forçados a enfrentar toda a crise de modernização finissecular, o que é essencial para estabelecer um traço de união e não de separação de duas culturas irmanadas. D. Pedro II foi coroado imperador com apenas catorze anos (através do conhecido “golpe da maioridade”), aos dezassete casou-se com



podemos identificar, no discurso da imprensa, dois grandes momentos: o primeiro, de 1841 a meados da década de 1860, em que predominava o discurso conservador e palaciano; o segundo, a partir de 1868, que reuniu uma grande polifonia de discursos que defendiam as causas abolicionistas, a liberdade de religião, e a implementação da República. De destacar a atitude do monarca brasileiro, sempre “tolerante para com as manifestações irreverentes da imprensa nativa, generoso para com os arroubos de parte de seus súbditos, não obstante o carácter centralizador de seu governo.” (Martins, 2008, p. 47)

Ao longo do Segundo Império, várias foram as dissonâncias que figuraram na imprensa e que se agrupavam consoante os vínculos aos principais partidos políticos da altura: Conservador ou Liberal. De facto, ainda durante o período das Regências (1831-1840), várias vozes exprimiram as suas contradições na imprensa.

Esse quadro de tensões deve ser marcado, de um lado, por grupos de interesse que fizeram a Independência, os quais não eram naturalmente “brasileiros” e estavam forjando tal identidade; de outro lado, havia as tensões internas sobre quem assumiria o sentido principal de ser “brasileiro.” Tipografias, pasquins, periódicos, folhetos e impressos em geral eram instrumentos de luta, que tornavam a política algo público, algo a ser discutido nas ruas, botequins, teatros e quartéis, o que implicava uma vulgarização muitas vezes malvista por alguns sectores não tão liberais quanto se imaginava. (Lima, 2008, p. 108)

---

Teresa Cristina Maria, foi deposto e exilado aos sessenta e cinco anos. Acreditamos que D. Pedro foi um Habsburgo perdido nos trópicos. Um homem de 1,90 m, louro, de olhos azuis, barba espessa, prematuramente embranquecida, num país com uma pequena elite branca cercada por negros e mestiços. Ocupou o trono durante quase meio século, respeitando a constituição, e harmonizando os partidos políticos que rivalizavam no poder. Enfrentou uma disputa internacional (a Guerra do Paraguai) e várias rebeliões armadas internas. Num ambiente exótico, heterogéneo social e etnicamente, D. Pedro assegurou a unidade do vasto território e aboliu a escravatura.

Educado para servir a monarquia, projetou uma imagem de um chefe de Estado culto. De facto, era um poliglota. Ao longo da vida aprendeu latim, francês, alemão, inglês, italiano, espanhol, grego, árabe, hebraico, sânscrito, provençal e tupi-guarani. D. Pedro era um verdadeiro defensor da liberdade de expressão e raramente alguém, no Brasil, era perseguido por suas opiniões. Na verdade, D. Pedro era uma vítima frequente dos ataques dos periódicos: ridicularizavam a sua fama de sábio, criticavam-lhe as viagens e o seu aspeto físico. Mas o monarca era muito tolerante com a imprensa e lia constantemente os principais jornais brasileiros.

O imperador brasileiro possuía uma verdadeira obsessão pela simplicidade e aversão às pompas e honrarias. Pensamos que foi esse o motivo pelo qual manteve sempre o mesmo estilo de vestuário nas suas viagens ao exterior. Esse motivo levou Eça de Queirós e Ramalho Ortigão a satirizar os trajes do imperador n’*As Farpas*.

Consta que, apesar do abatimento, a posição de D. Pedro II em relação à república foi de simpatia e que não se queixou do golpe que sofreu no dia 15 de novembro de 1889. No entanto, rejeitou os cinco mil contos que o governo brasileiro lhe ofereceu e partiu para o exílio com dificuldades financeiras. Aos sessenta e seis anos, em Paris, no dia 5 de dezembro de 1891, o antigo monarca faleceu.

Dezanove anos depois de ter publicado os “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”, Eça de Queirós prestou uma homenagem ao imperador do Brasil, comparecendo nas exéquias solenes no dia 9 de dezembro, na igreja da Madeleine, em Paris. Foi uma cerimónia luxuosa (que D. Pedro II sempre recusou em vida) aquela que assinalou a despedida ao imperador.

Em 1847, Alexandre Herculano publicou na *Revista Universal Lisbonense* um artigo sob o título “Futuro Literário de Portugal e Brasil”, que assinalava a situação ímpar do Brasil, enquanto consumidor, no domínio das letras, daquilo que se publicava em Portugal:

A imprensa na antiga América portuguesa, balbuciante há dois dias, já ultrapassa a imprensa da terra que foi metrópole. As publicações periódicas, primeira expressão de uma cultura intelectual que se desenvolve, começam-se a associar-se as composições de mais alento – os livros. Ajunte-se a este facto outro, o ser o Brasil o mercado principal do pouco que entre nós se imprime. (Herculano, 1847-1848, p. 6)

No último quartel do século XIX, a imprensa brasileira questionava tanto as crises existentes entre a Igreja e o Estado, como a insatisfação dos militares com o Império, como também divulgava as ideias abolicionistas.

Servindo aos mais diversos propósitos, o jornalismo deste tempo atuou na formação de pensamentos e opiniões. Neste contexto, o ano de 1870 vem carregado de significados. Afinal, esta data assinala a fundação do *Partido Republicano*, a criação do jornal *A República* e o lançamento do Manifesto republicano.

Oportuno será, ainda, observar como Ferreira de Araújo (1848-1900), diretor e jornalista do periódico *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, olhava para a imprensa do seu país, e distinguia duas características da imprensa finissecular - ser apologista da desgraça e da superficialidade do *fait divers*:

O género de imprensa que nos últimos anos medrou nesta capital, teve dois elementos de vida: o primeiro foi constituir-se como representante dessa camada que não sabe ao certo o que quer, que não sabe para onde vai, mas está pronta para destruir (...) O outro elemento de vida desses jornais foi a curiosidade parva de um povo que se aborrece, e a quem a torpeza serve de distração. (Araújo, 1884, pp. 241- 242)

Todo esse espírito de época, de uma sociedade em mudança onde o jornal passa a fazer parte do quotidiano brasileiro e português, é retomado a partir de diferentes perspectivas no jornalismo literário queiroziano. Desejamos, ainda, esclarecer que a aceção que damos ao termo “jornalismo literário” não se refere à imprensa especializada em literatura. Entendemos que o jornalismo literário é, antes, um estilo que caracterizou a participação dos escritores na imprensa generalista oitocentista.

## 4.2. Ao correr da pena: as revistas oitocentistas

Foi o grande desenvolvimento da imprensa no segundo quartel do século XIX que propiciou a cisão entre o jornal e a revista, não especificamente diferenciados pela periodicidade, mas pelo conteúdo que os constituía<sup>137</sup>: “todas as manifestações da nossa atividade psíquica, ciência e arte, podem pois ser estudadas, na sua filiação e no seu desenvolvimento evolutivo, nessas grandes sínteses chamadas revistas literárias” (Bruno, 1984, p. 66). Graças à melhoria das técnicas gráficas e ao aumento da população leitora, as revistas tornaram-se sinalizadoras de inovações. De facto, “ao longo do século XIX, a revista tornou-se moda e, sobretudo, ditou moda” (Martins, 2008b, p. 40).

Apesar de ser restrito o mercado literário oitocentista, as revistas literárias dão-nos, por um lado, a conhecer ideias e o seu movimento na pluralidade de vozes: “os redatores destas publicações (...) concorrem para a elaboração de novas ideias, para a difusão de novos princípios, para a disciplina de concepções mais exatas e mais solidárias com os progressos da mentalidade” (id, p. 69).

Por outro lado, convém esclarecer que, apesar de expressar movimentos inovadores de criação, as revistas ocupam um lugar pouco explorado nos estudos literários. Como observou Oliver Corpet, muitas vezes as revistas são consideradas como uma espécie de produção secundária:

Il est surprenant, sinon paradoxal, de constater que, si l'importance des revues est généralement reconnue, elle n'est en fait que peu ou mal mise en valeur par la plupart des histoires de la littérature, des idées ou de la presse publiées jusqu'à ce jour. Soit la revue y est considérée comme une production secondaire, marginale, économiquement peu significative ; soit le travail de revue y est présenté comme une étape intermédiaire de l'activité littéraire ; soit, encore, l'apport des revues est porté au crédit de quelques-unes d'entre elles seulement : les « grandes », véritables institutions (la Revue des Deux Mondes ou La Nouvelle Revue française) qui ont tenu plusieurs décennies et générations, ou bien, dans le cas des « petites » revues avant-gardistes, celles qui une fois disparues ont trouvé une consécration académique. (Corpet, 2014)

As revistas, para Daniel Pires, são um testemunho “elucidativo de uma época” (Pires, 1986, p. 19), enquanto Clara Rocha destaca a revista como “lugar de afirmação colectiva” (Rocha, 1985, p. 34) onde espíritos criadores podem juntar-se. Ou seja, a revista pode funcionar

---

<sup>137</sup> Em Portugal, no século XVIII, houve uma revista destinada a tornar conhecido o movimento cultural europeu: a *Gazeta Literária ou Noticiosa* (1761-1762) do padre Francisco Bernardo de Lima. É, porém, no romantismo (a partir de 1830) que se multiplicaram as revistas.

como um local de lançamento e de revelação de novos autores e de movimentos. Ao pronunciar-se sobre a importância dos colaboradores, Sampaio Bruno destacou a relação existente entre eles:

É nesses grandes agrupamentos de individualidades dispersas que, melhor do que em qualquer outra parte, se pode ver a conexão de pensamentos, a sua proveniência, o seu desenvolvimento natural, as suas modificações, as suas ramificações, tudo o que constitui uma escola, a qual não aparece de improviso, tendo pelo contrário a sua explicação racional. (Bruno, 1984, p.64)

De assinalar, ainda, que as revistas (assim como os jornais) permitem uma leitura fragmentada, não contínua e, por vezes, seletiva. Afinal, o leitor só lê o que lhe interessa. Oportuno será também lembrar a prática comum de encadernação dos vários números de uma publicação, que dessa forma passa a assemelhar-se a um livro, já que a numeração das páginas era sequencial.

Voltadas para a exposição de assuntos específicos, as revistas desenvolveram-se no sentido de procurar um espaço cultural. Mais efêmeras do que o livro, contudo menos fugazes do que os jornais, as revistas representavam um estímulo ao exercício mental. Era justamente essa a ideia de Eça de Queirós na altura do lançamento da *Revista de Portugal*, quando afirma que as revistas estavam “entre o Livro com o seu cortejo quase insuperável de dificuldades editoriais, e o Jornal, com a sua estreiteza, a sua promiscuidade, a desalentada perspectiva da sua vida efêmera” (Queirós, 1995, p. 110). Outro depoimento que merece destaque é o do redator da *Revista Brasileira*, Nicolau Midosi, que em 1879 destacou alguns pontos fundamentais para a compreensão desse veículo de ideias, particularmente no caso de um país periférico, como o Brasil:

A revista, transição racional do jornal para o livro, ou antes laço que prende estes dois géneros de publicação, afigura-se-nos por isso a forma natural de dar ao nosso povo conhecimentos que lhe são necessários para ascender a superior esfera (...) Na revista dão-se a ler, sem risco de cansaço, artigos sobre todos os conhecidos assuntos por onde anda o pensamento, a imaginação, a análise, o ensino do homem. Não se trata ali de uma só matéria, como de ordinário no livro singular, ou de muitas matérias em rápido percurso, como no jornal, mas de todas com a conveniente demora, em forma e extensão, proporcionadas ao espírito, qualquer que seja o grau de instrução de cada um, a intensidade da sua convicção, a tendência do seu gosto, a ordem do seu interesse. (Midosi, 1879, p.6)

Um exemplo paradigmático sobre a importância das revistas no século XIX é o que encontramos na *Revista Moderna*. Trata-se do texto de apresentação da revista, escrito a pensar sobretudo nos leitores do Brasil (mas também de Portugal), sendo de assinalar que a crónica não está assinada por extenso, apenas com as iniciais *E.Q.*, o que nos leva a pensar em certo

encobrimento da autoria. Nesta crónica o autor destaca a confusão dos tempos modernos e sublinha o papel da revista como guia e condutor da vida finissecular:

Tão profusa, e complicada, e tumultuária, e rápida se tem tornado a vida moderna que, se os seus factos dominantes não fossem flagrantemente apanhados em imagens concretas, e fixados em resumos límpidos, nós teríamos sempre a aflitiva sensação de irmos levados num confuso e pardacento redemoinho de ruído e de poeira. Seria como se diante de nós se folheasse vertiginosamente um livro, ou passassem, em manchas sucessivas e fugidas, grossas estampas que o vento baralhasse e levasse: e assim ficaríamos sem ler jamais o enredo da nossa própria história, ou sem demorar nunca os olhos nos gestos da nossa ação. Sobretudo sofreriam esta estonteada impressão aqueles que vivem longe da Europa, e todavia incessantemente olham para a Europa, como para o palco onde se representam cada dia as mais pitorescas, as mais instrutivas, as mais patéticas, as mais alegres, as mais profundas, as mais bem escritas tragicomédias humanas. (...) A Revista é essa dedicada amiga que destaca da massa sombriamente movediça as cenas e os atores que, por um momento, merecem risos ou lágrimas.... (Queirós, 2005, p. 49)

Ora, se as revistas e os jornais eram o grande veículo de expressão do espírito moderno, o que podemos dizer sobre a técnica de escrita? A elaboração de textos estava bem próxima da literária e produzia julgamentos apaixonados e por vezes polémicos. Por um lado, predominava o estilo panfletário, que alcançava eficácia ao utilizar várias características retóricas como:

Capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida. (Morel, 2008, p.37)

Por outro lado, devemos lembrar que “Os jornalistas têm os seus “óculos” particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de uma certa maneira as coisas que vêem” (Bourdieu, 1997, p. 12.). Ou, como afirma Traquina, “ser jornalista implica a partilha de um *ethos* que vem sendo firmado há mais de 150 anos” (2007, p. 135). Tais constatações sobre a identidade jornalística permitem-nos deduzir que, na formação de uma nova sensibilidade mediadora, o papel desempenhado por Eça de Queirós, enquanto jornalista, foi preponderante<sup>138</sup>.

Ou seja, a revista veio demonstrar que a vida intelectual, a cultura e o cosmopolitismo são faces da mesma moeda. As revistas oitocentistas, assim, podem ser consideradas como promotoras das luzes da razão, como empresas educativas. Cabe ainda assinalar que, no final do século XIX, a imprensa tornou-se o meio por excelência para a reestruturação sociocultural da nação, e os jornalistas os grandes agentes defensores das novas causas e porta-vozes dessas novas aspirações.

---

<sup>138</sup> No segundo capítulo deste trabalho foi analisada a relação de Eça de Queirós com o jornalismo.

#### 4.2.1. A *Revista de Portugal* e as suas congéneres

O papel da imprensa noticiosa, na polícia dos costumes: ver pela rama, sacrificar a verdade à nota pitoresca, inventar sendo preciso, caluniar, mentir, sem remorsos pelos prejuízos causados, nem maior medo aos esforços exigidos pelas vítimas. Quotidianamente os jornais vêm cheios destas torpezas, nomes por inteiro (...) descrições da família e da casa (...) e tudo isto pelo simples pretexto de encher espaço, de fazer palpitante e de vender o género ao freguês rapidamente. (Fialho de Almeida, 1947, p. 115)

Ao mesmo tempo que Eça de Queirós elaborava os seus textos para a *Revista de Portugal*, fervilhava a produção jornalística tanto em Portugal como no Brasil, sendo de assinalar que vários colaboradores da *Revista de Portugal* também participavam em outras publicações de renome.

O crítico Fialho de Almeida, por exemplo, ficou conhecido sobretudo como autor das crónicas de *Os Gatos*, editadas pelo portuense Alcino Aranha. As crónicas foram publicadas entre 1889 e 1894 e mais tarde foram reunidas em seis volumes. *Os Gatos* seguem o modelo de panfleto de crítica social inaugurada, em Portugal, por *As Farpas* de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. A aposta editorial não falhou e os fascículos alcançaram muito sucesso junto do público. Foi justamente no segundo volume de *Os Gatos*, que reúne as crónicas veiculadas entre março a junho de 1890, que Fialho realiza uma forte crítica à *Revista de Portugal*, especialmente ao personagem Fradique Mendes, que Fialho associa a Ramalho Ortigão, descrevendo-o da seguinte forma irónica:

A condensação, num tipo de caixeiro, das ideias, das apreciações literárias, e das pedantarias juvenis dos homens do Cenáculo, que envelhecendo, e chegando a cargos oficiais, deram a filarmónica dos vencidos da vida. Fradique é uma espécie de Ramalho Ortigão, que tendo lido todos os livros, visto todos os mundos, e conhecido todos os homens, descamba a dizer asneiras sobre as coisas que viu e percorreu. Uma alcofa de trapos com pretensões bric-à-brac; dois terços de cretinismo, por um estado comatoso, o todo servido (...) por uma espécie de esqueleto satírico. Moralidade: nada entristece mais do que a senectude precoce de um homem de génio. (...) Por essa leitura soubemos que o parlamentarismo e o constitucionalismo estragam em Portugal, a cabidela de frango, e que Fradique começara a interessar-se pela História, por a tia lhe haver dado em pequeno, um pataco, para bolos. (Fialho de Almeida, 1935, pp. 64- 65).

Satírico, irónico e polémico, Fialho desenvolveu um jornalismo marcado pelas suas ligações com a literatura e com a política, e procurou encontrar no jornalismo uma alternativa apropriada para a divulgação das suas ideias controversas. Como explicar que um colaborador de uma publicação pode tecer uma crítica tão forte a um dos textos mais importantes dessa mesma

publicação? Note-se, no entanto, que Fialho não criticou a *Revista de Portugal* como um todo, apenas o texto correspondente à *Correspondência de Fradique Mendes*.

Cabe, ainda, uma pequena referência que espelha a importância e a influência da obra *Os Gatos*. Passados muitos anos, já quase na metade do século XX, em 1946, encontramos a obra *As Gatas*, da autoria de Frei Gil de Alcobaça (pseudónimo de João Paulo Veneno Freire) que segue a veia satírica de *Os Gatos* e traça um retrato para a sua época.

De assinalar também que, ao longo da sua carreira na imprensa, Fialho usou o terrífico pseudónimo de Valentim Demónio, que nos deixa adivinhar o conteúdo “diabólico” das suas crónicas.

De facto, não faltam exemplos de colaboradores da *Revista de Portugal* que também emprestavam a sua pena para outros jornais e revistas. Durante anos Ramalho Ortigão manteve as suas *Farpas*. Jaime Batalha Reis e Antero de Quental idealizaram a *Revista Ocidental* (na qual Oliveira Martins também participou). Mariano Pina elaborava *O Espectro*; Joaquim de Araújo era responsável pela *Revista Portuguesa* (na qual colaboravam Guerra Junqueiro, Gomes Leal, João Penha, Teófilo Braga, entre outros).

Mas será que existiam, na altura, revistas similares à *Revista de Portugal*? No Brasil, impulsionadas pelo avanço das técnicas da imprensa, neste mesmo momento surgiram inúmeras publicações. Segundo Nelson Werneck Sodré grande parte teve uma duração efémera:

Aparecem e desaparecem, então, numerosas revistas académicas, como O Oitenta e Nove, publicação quinzenal que se iniciou em março de 1899 (...), a Folha Académica, do mesmo ano, (...) ou o ingénuo Paladino, de 1897 (...) periódicos mencionados apenas a título de exemplo, pois foi numerosa a floração deles (...) Menos transitórias seriam: A Vida Moderna de 1886 (...) A literatura tinha importância para a limitada camada culta do país (Sodré, 1999, pp. 244- 245)

Destacam-se, também, *A cigarra* (1895) e *A bruxa* (1896-1897) dirigidas por Olavo Bilac<sup>139</sup> (o poeta brasileiro tratava da parte literária) e Julião Machado (o ilustrador português era responsável pela parte artística).

---

<sup>139</sup> Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac foi jornalista, poeta e inspetor de ensino. Nasceu no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1865, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918. Conviveu com Eça de Queirós em Paris. De facto, Maria Eça de Queiroz, filha do escritor, testemunhou esses encontros: “Os convivas habituais continuavam a ser os dois Prados, Eduardo e Paulo, tio e sobrinho, ambos tão cultos, inteligentes, brilhantes e amigos. Traziam muita vez algum compatriota que depressa se tornava *habitué* da Rue Charles Laffitte. Assim, apareceram lá o Barão do Rio Branco e o nosso querido Domicio da Gama, já conhecidos de Londres; Olavo Bilac, o grande poeta; Joaquim Nabuco, de eminente inteligência (...); o impagável Major Novais e o filho (...) e tantos outros.” (1987, pp. 213-214). A filha de Eça também assegura que, numa ocasião em que o poeta esteve em Paris, todos os convivas realizaram uma peça teatral. (id, p. 213).

Uma revista que, sem dúvida, marca a história lusófona é a intitulada *Revista Brasileira*, que partilha a mesma esfera de renovação de ideias com a revista queirosiana. Em primeiro lugar, detenhamo-nos num outro ponto fulcral. João Alves das Neves, ao estudar as relações literárias de Portugal com o Brasil, verificou que “a participação dos portugueses na imprensa brasileira é um mundo” (Neves, 1992, p. 28). E a *Revista Brasileira* pode ser considerada um palco privilegiado dessa colaboração. De facto, há muitos textos de consagrados autores portugueses nas páginas dessa revista.

O público da revista era culto, sendo de assinalar que o Imperador do Brasil, Pedro II, símbolo desta elite letrada, era leitor da *Revista Brasileira*

Cabe salientar também que a *Revista Brasileira* foi publicada em várias séries. Surgiu em julho de 1855, com o título de *Revista Brasileira, Jornal de Literatura, Teatros e Indústria*, fundada e dirigida pelo Dr. Francisco de Paula Meneses. Anunciava-se como quinzenal, mas só foi impresso um único número. A segunda série surgiu em 1857, com a denominação de *Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes* durou até 1861, perfazendo quatro volumes. O seu diretor, Cândido Batista de Oliveira (1801-1865), era formado em Matemáticas pela Universidade de Coimbra e aluno da Escola Politécnica de Paris. Em 1879, um grupo de jornalistas decidiu reviver a publicação desaparecida há dezoito anos. Assim surgiu a terceira série da revista, que contou com a direção de Nicolau Midosi até 1881. Nesta fase, foram publicadas grandes obras, como as *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880), de Machado de Assis e grande parte da *História da Literatura Brasileira*, da autoria de Sílvio Romero.

Em 1895, José Veríssimo relançou a *Revista Brasileira*, que circulou até 1899. Foram publicados 19 tomos, com 93 fascículos. Sem dar destaque à sua condição de diretor, José Veríssimo apenas solicitava, na contracapa, que as colaborações fossem enviadas ao “Sr. José Veríssimo, diretor da *Revista Brasileira*, Ouvidor 66”. Nesse endereço reuniam-se os escritores que fundaram a Academia Brasileira de Letras.

A quinta fase da *Revista Brasileira*, dirigida por Batista Pereira, genro de Rui Barbosa, possuiu uma vida curta: de junho de 1934 a novembro de 1935. A sexta fase da *Revista Brasileira*, a partir da qual passou a ser publicada pela Academia Brasileira de Letras, teve início

---

Olavo Bilac foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, onde proferiu um discurso onde lembrava os tempos passados em Paris, na casa de Eduardo Prado, em convívios marcados pelo amor à terra natal: “Ali vivia o Brasil, às vezes acerbamente julgado, mas sempre infinitamente amado.” (1904, p. 413). De assinalar que, em outubro de 1895, Olavo Bilac abandonou a revista *A Cigarra* para dirigir a revista *A Bruxa*, que constituía um novo projeto editorial, da responsabilidade do empresário João de Sousa Laje. Em seguida, Julião Machado aliou-se ao projeto.



em julho de 1941. A iniciativa teve êxito. Em 1948, alcançou o vigésimo número. Após uma interrupção de dez anos, voltou a circular em 1958, ainda sob a direção de Levi Carneiro, e até 1966. Entre 1975 até 1980, a direção foi de Josué Montello. Desde então, apesar de algumas interrupções e de contar com diferentes editores, a revista continua a ser publicada.

Interessante é notar que, ao longo da fase oitocentista, os extensos artigos, apresentados em sequência nos vários tomos, acabaram por determinar a formação de uma inteligência nacional. Era através da comunicação de suas reflexões que a elite pensante abriria um espaço de crítica. É importante destacar que o Brasil era um país jovem, com instituições políticas ainda muito frágeis; assim, a literatura foi um espaço privilegiado de formação da consciência nacional.

Mas será que a *Revista Brasileira*, que usufruiu de uma longevidade tão grande, chegou até Portugal? De facto, ainda falta reciprocidade: na Biblioteca Nacional de Portugal só existe um exemplar da fase oitocentista (da altura do editor Midosi), nomeadamente um número especial de homenagem a Luís de Camões. Na biblioteca da Universidade de Coimbra encontramos um exemplar de 1941.

Quanto à *Revista de Portugal*, o catálogo da Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro dá-nos a indicação da existência de cinco exemplares, todos de 1890.

Voltando à questão de existirem periódicos que poderiam partilhar o mesmo espírito de renovação com a *Revista de Portugal*, cabe, mais uma vez, recorrer à correspondência queirosiana que nos informa do estado lastimável da imprensa em Portugal:

A imprensa que entre nós domina, fala do alto, faz e desfaz a História – é a mais sórdida e vil que o vômito de um ébrio: por outro lado não há em Portugal um bocado de papel onde se discutam seriamente, e com especial saber as coisas vitais do país, onde as obras tenham o seu comentário, e onde se produzam os espíritos elevados que hoje (...) não têm um jornal decente onde decentemente digam o que pensam. (Queirós, 2008a, p. 607)

A ideia que desse testemunho se colhe é esclarecedora. Afinal, na opinião de Eça, não existia nenhuma revista que pudesse fazer contraparte à *Revista de Portugal*. Nesse sentido, uma outra auscultação interessante é a opinião de Valentim Magalhães que, na obra *A literatura brasileira*, procura as causas da indiferença portuguesa ao movimento literário brasileiro e aponta o dedo aos jornais: “falta imprensa literária em Portugal que anuncie e faça acompanhar o movimento literário no Brasil.” (Magalhães, 1896, p. 10).

No entanto, não podemos deixar de mencionar que, em Portugal, se destacou uma publicação intitulada *O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, que se publicou entre 1878 e 1915, ao ritmo de três números por mês. Acumulou, assim, 1315 números ao longo

dos seus trinta e oito anos de edição. Uma longevidade que atesta o sucesso deste projeto editorial que apostou no poder na imagem. Contudo, convém sublinhar que a impressão de publicações periódicas ilustradas em Portugal não era uma novidade. Afinal, desde 1837 que *O panorama* (1837-1868) utilizava gravuras para ilustrar as suas matérias. No entanto, *O Ocidente* fez escola e foi escola de gravadores que teve em Caetano Alberto da Silva, gravador e principal capitalista da empresa, e em Manuel de Macedo, desenhador ilustrador, os seus grandes dinamizadores.

A criação literária também estava bem representada. Logo o primeiro número foi dedicado a Alexandre Herculano, símbolo do Portugal moderno. De assinalar que colaboraram com o periódico Teófilo Braga, Jaime Batalha Reis, Magalhães Lima, António Ennes, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Alberto de Sampaio, Guilherme de Azevedo, entre outros. Registe-se, ainda, a título de curiosidade, que, no dia 30 de agosto de 1900, a primeira página da revista destaca a morte do Eça de Queirós, acompanhada pelo seguinte texto:

Enquanto na Europa os homens de letras (...) demonstravam o seu pesaroso sentimento pela morte de um companheiro, dos mais altamente colocados pela crítica, dos mais queridos na terra cuja língua escrevia, chegava-nos do Brasil a notícia do falecimento de Ferreira Araújo, diretor da Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, jornal, que tão considerado foi sempre, em cuja redação tão bons amigos tem sempre os portugueses encontrado. (*Ocidente*, 1900, p. 1)

#### 4.2.2. *Gazeta de Notícias e o seu Suplemento Literário: uma breve exposição*

O público quer uma nova curiosidade. As multidões meridionais são mais ou menos nervosas. A curiosidade, o apetite de saber, de estar informado, de ser conhecedor são os primeiros sintomas da agitação e da nevrose. Há da parte do público uma curiosidade malsã, quase excessiva. Não se quer conhecer as obras, prefere-se indagar a vida dos autores. Precisamos saber? Remontamos logo às origens, desventramos os ídolos, vivemos com eles. A curiosidade é hoje uma ânsia... Ora, o jornalismo é o pai dessa nevrose, porque transformou a crítica e fez a reportagem. Uma e outra fundiram-se: há neste momento a terrível reportagem experimental. Foram-se os tempos das variações eruditas sobre livros alheios e já vão caindo no silêncio das bibliotecas as teorias estéticas que às suas leis subordinavam obras alheias, esquecendo completamente os autores. (*Rio, João do*, 1907, p. 2)

Ao mesmo tempo que Eça de Queirós elaborava a *Revista de Portugal*, o escritor dirigiu, conjuntamente, uma outra publicação independente: o *Suplemento Literário* da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Retenha-se ainda que, segundo os estudos de Elza Miné, Eça de Queirós surge como mentor e responsável pelo primeiro suplemento literário existente no Brasil.

Como já aferimos no segundo capítulo, ao longo de dezassete anos, entre 1880 e 1897, ainda que com alguns intervalos, Eça de Queirós elaborou textos jornalísticos para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, que foi considerada por Sodré como “grande jornal da Corte” (1999, p. 246).

Na *Gazeta* encontramos inúmeras referências<sup>140</sup> à *Revista de Portugal*, sendo de assinalar as que foram encontradas nos seguintes números: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1890. Ano XVI, número 58, p.1; *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1890. Ano XVI, número 59, p.1; *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1 de março 1890. Ano XVI, número 60, p.2; *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 6 de março 1890. Ano XVI, número 65, p.1; *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, sábado, 8 de março 1890. Ano XVI, número 67 e no *Suplemento literário da Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, segunda-feira, 13 de junho 1892, Ano XVIII, número 164.

Cabe então, antes de mais, tentar perceber o que a *Gazeta de Notícias* possuía de especial. O jornal carioca, na época, inovou. Segundo Luís Edmundo “o grande brilho da *Gazeta*, jornal de elite, é dado (...) pelos seus redatores literários” (2003, p. 571). De facto, este periódico contava com a colaboração de vários escritores brasileiros e portugueses, como Machado de Assis e Ramalho Ortigão, José do Patrocínio, Olavo Bilac, Coelho Neto, entre outros.

O seu preço era diminuto (era vendido a quatro réis o exemplar), e a comercialização era realizada na via pública. Fundado em 1874, a *Gazeta* desfrutou de uma vida longa: o seu último número foi publicado em 1977. Foi neste jornal que Eça de Queirós elaborou vários relatos a partir dos episódios do quotidiano: ora abordando temas políticos (por exemplo: “Paris está amuado com a República”); ora o tema é a moda, ou a arte.

O jornal era dirigido por Ferreira de Araújo<sup>141</sup>, “ talvez o jornalista mais ágil (...) mais completo que já apareceu na imprensa brasileira” (Bandeira, 1945, p. 168). Não era de estranhar

---

<sup>140</sup> Ainda no que diz respeito à receção da *Revista de Portugal*, assinalamos que no jornal *O País*, do Rio de Janeiro, realizamos uma pesquisa entre 10 de janeiro de 1890 (Ano VII, número 1921) até ao dia 6 de dezembro de 1890 (número 3147), mas não descobrimos nenhuma referência à *Revista de Portugal*.

Por outro lado, O jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro acusou a receção da *Revista* nas seguintes datas: *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1890. Ano VII, número 1670; *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1890. Ano VII e *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1891. Ano VIII, número 2111. Encontramos ainda algumas indicações nos seguintes periódicos: *Correio Português*. Rio de Janeiro, quarta-feira, 1 de abril de 1891. Ano X, número 373; e *Correio Português*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1889. Ano VIII, número 283.

<sup>141</sup> Seis dias depois do falecimento de Eça de Queirós em Paris, morreu no Rio de Janeiro o seu amigo Ferreira de Araújo.

que Araújo procurasse aumentar o prestígio literário do seu jornal, contratando grandes vultos da literatura brasileira. De facto, para conquistar o público, a *Gazeta de Notícias* destacou o início da colaboração queirosiana, com uma chamada de atenção, na primeira página, do dia 24 de julho de 1880:

Temos a satisfação de publicar hoje a primeira carta do eminente escritor português o Sr. Eça de Queirós, que acedeu ao convite que lhe fizemos para ser o nosso correspondente em Londres. Seria ocioso encarecer os méritos do novo colaborador, que tem nome firmado por trabalhos de grande valor literário. Que o digam *As Farpas*, *O crime do Padre Amaro*, *O primo Basílio* e outros primorosos escritos. Por enquanto o Sr. Eça de Queirós ocupar-se-á dos acontecimentos de Paris e Londres; muito brevemente tratará só da Inglaterra, logo que chegue a Paris o correspondente que para essa capital contratamos. (1880, p. 1)

Segundo Manuel Bandeira, responsável por um extenso estudo identificando os textos queirosianos publicados na *Gazeta de Notícias*, a colaboração de Eça foi extensa e vasta. No entanto, para Bandeira, a visão sobre o Brasil estava condicionada:

Sempre atento à vida social da Europa, costumava encarar um dos grandes problemas que agitavam o continente e o mundo, examinava-o, discutia-o a fundo e nesse disrecrear ia pondo de maneira explícita todo o seu cabedal de ideias sobre política, moral, literatura e arte. (...) O Brasil do Eça, como o Brasil de Ramalho, era o Brasil do seu amigo Eduardo Prado (Bandeira, 1945, pp. 180- 181)

Além dos textos jornalísticos foi na *Gazeta de Notícias* que Eça publicou *A Relíquia*, o capítulo final de *Os Maias*, *Notas e recordações* e várias cartas de *Fradique Mendes*, além de alguns contos (*O defunto*, *Civilização*, etc.).

Um outro aspeto curioso é o caso do duplo endereçamento de textos. Em 1888, Eça escrevia para dois periódicos simultaneamente – além de colaborar com a *Gazeta* do Rio de Janeiro, escrevia também para *O Repórter*, de Lisboa. Eça redigia e copiava o seu próprio texto, alterando-o. Em carta de 23 de Maio de 1888, a Oliveira Martins, Eça explicou o seu “plano” para publicar as suas *fradiquices*:

Eu combino as remessas de sorte que cada artigo saia no mesmo dia, ou com pouco mais ou menos, em Lisboa e no Rio de Janeiro. E como quinze dias de mar separam providencialmente essas duas colmeias de Lusitanos segue-se isto: - que quando a *Gazeta* chegue a Lisboa com artigo meu já esse artigo tem aparecido no *Repórter* há quinze dias, que é como se disséssemos há quinze anos; e quando o *Repórter* chegue ao Rio de Janeiro com artigo meu, já esse artigo tem aparecido na *Gazeta* há quinze dias que é como se disséssemos há quinze séculos – porque lá é tudo em ponto maior. (Queirós, 2008a, p. 543)

Oportuno será lembrar que, na *Revista de Portugal*, Eça voltou a publicar os textos fradiquistas. Desde o volume I (1889) até ao volume IV (1892) aparecem oito capítulos daquilo que no livro se designaria como “Memórias e notas”, mais dez cartas de Fradique, sendo uma impressa no volume IV. O quadro que se segue pode dar uma ideia do que foi publicado:

<b>Revista de Portugal</b>	<b>Capítulos/ Cartas</b>
1889 – Volume I – pp. 261-298	I, II e III
1889 – Volume I – pp. 571-543	IV e V
1889 – Volume I – pp. 559-769	VI
1890 – Volume II – pp. 21-29	VII
1890 – Volume II – pp. 225-239	VIII I: Ao Visconde de A.T. II: A Madame de Jouarre III: A Oliveira Martins
1890- Volume II- pp. 382-397	IV: A Madame S. V: A Guerra Junqueiro VI: A Ramalho Ortigão
1890 – Volume II- pp. 680-691	VII: A Madame de Jouarre VIII: Ao Sr. E. Mollinet
1890 – Volume III- pp. 731-739	I: A Madame Jouarre
1892 – Volume IV – pp. 45-48	II: A Clara... (inserida na <i>Gazeta de Notícias</i> a 13 de novembro de 1892)

No estudo de introdução a edição crítica de *A correspondência de Fradique Mendes*, edição de Carlos Reis, Irene Fialho e Maria João Simões, levanta-se a questão do erro de numeração de dois capítulos sequenciais, com a repetição do número III. Além disso, os investigadores sublinham que quando “Eça inseriu Fradique Mendes na *Revista de Portugal*, fê-lo *da capo*” (2014, p. 21). Ora, tal processo<sup>142</sup> não é novidade para Eça. De facto, ao observarmos os manuscritos da obra queirosiana, há uma característica que se destaca: a reescrita do mesmo texto, que normalmente é comandada pela preocupação estilística.

O que é interessante ressaltar é que não foram apenas as cartas ficcionais de Fradique Mendes que foram publicadas simultaneamente dos dois lados do Atlântico. O mesmo procedimento aconteceu com o artigo *A Europa*, impresso em Lisboa no dia 20 de Março e no Brasil a 2 de Abril de 1888. Ao comparar os dois textos, fica claro que houve uma reformulação:

<sup>142</sup> São largamente conhecidas as três versões que Eça imprimiu ao romance *O Crime do Padre Amaro*. Segundo André Crabbé Rocha (1988, p. 378) até mesmo na obra epistolar o artista reformulava e criava novas versões para aprimorar o primeiro jacto de texto. Luiz Fagundes Duarte, ao procurar compreender os hábitos enunciativos do escritor, realizou um estudo do manuscrito de *A Capital!*, e verificou que por regra Queirós sujeitava cada autógrafa a, no mínimo, três momentos de reescrita ou de correção: “Primeiro escrevia o texto-base, depois (mas ainda em curso de redação) corrigia-o, e em seguida (...), corrigia-o de novo (já numa perspectiva global, abarcando assim as correções entretanto introduzidas). Este padrão de trabalho repete-se depois de um modo quase indefinido.” (Duarte, 1993, pp. 85-86)

o próprio autor, ao reencaminhar o texto, elaborou alterações. Assim, mesmo dois artigos originalmente iguais acabavam sempre diferentes<sup>143</sup>.

Será que esse duplo endereçamento também ocorreu no *Suplemento Literário* da *Gazeta de Notícias*? Ora, o intento do periódico, que acompanhava o jornal *Gazeta de Notícias*, normalmente inserido na terceira página, é esclarecido na carta de Eça de queirós a Teixeira de Queirós (Bento Moreno) de 29 de dezembro de 1891:

(...) Eu porém tenho agora, não um jornal, mas um *suplemento literário* para a *Gazeta de Notícias* (do Rio de Janeiro) de que sou Diretor, ou pelo menos o organizador. A *Gazeta* é, como V. sabe, um dos primeiros jornais do Brasil. O suplemento comporta, e até necessita, um resumo do movimento de Portugal - literário, científico, social, mundano, etc. Se V. vir que esta necessidade do jornal concorda com seu plano de trabalho - mande dizer e ao mesmo tempo as condições. Em todo caso V. tem jornal - diga pois que trabalho quer dar e em que período, e por quanto. Com um grande jornal (?) como a *Gazeta* é necessário tratar assim as coisas praticamente. E eu por mim não tenho senão que (?) esfregar as mãos de alegria, pela sua boa ideia de trabalhar para nós. (Queirós, 2008b, p.170)

Antes de mais, assinalamos que não chegou a acontecer o pretendido resumo sobre as notícias em Portugal. Nos seis números publicados, só um artigo (sobre música) se dedica a Portugal. Mas, antes de partimos para uma breve análise do *Suplemento*, parece-nos importante destacar que a *Gazeta* apostou na publicidade do seu encarte. De facto, verificamos que, desde dezembro de 1891, a própria *Gazeta de Notícias* divulgou vários anúncios do seu suplemento. Assim, logo no dia 4 de dezembro, na primeira página do jornal, com letras em destaque, a negrito, consta o seguinte texto: “A *Gazeta* encetará brevemente a publicação do seu *Suplemento Literário*, organizado em Paris, sob a direção de Eça de Queirós” (1891, p. 1)

Ao mesmo tempo em que Eça dirigia o *Suplemento*, realizava um balanço sobre os últimos números da *Revista de Portugal* e começava a encontrar “fórmulas” para o sucesso de uma publicação. A atualidade seria uma chave para o sucesso:

(...) - atualidades, atualidades! A *Revista* deveria trazer em cada número - pelo menos um artigo sobre alguns dos problemas económicos, industriais, financeiros, que agora preocupam o país. Artigos práticos, não abstratos, atacando bem a questão, mesmo sob os pontos de vista individuais (...) Nada importa que fossem escritos sem forma literária contanto que fossem sugestivos e representem correntes de opinião (...) Tudo isto deveria ser tratado - Se o fosse a *Revista* tinha um público seguro. São estas as coisas que agora interessam. Sei bem a dificuldade que há em obter artigos sobre estes assuntos. (2008b, p. 177)

<sup>143</sup> Note-se, ainda, que Elza Miné Elza Miné também elaborou um estudo sobre as “fradiquices brasileiras” e estabeleceu um cotejo entre várias cartas publicadas na *Gazeta de Notícias*.

É visível, portanto, que, nesta altura, Eça constatou que a imprensa estava a atravessar um momento de mudança. De assinalar, ainda, que a atualidade está sempre associada a ideia de modernização. Os académicos, literatos e políticos que escreviam para os jornais – os “modernos publicistas”, como os nomeava Sampaio Bruno - já dividiam as redações com uma nova classe de profissionais que se dedicavam à imprensa a “tempo inteiro”, e cuja identidade organizativa foi reforçada exatamente nos finais do século XIX. Passo a passo jornais e revistas tornaram-se num produto. Assim, a informação transformou-se de opinativa para cada vez mais objetiva. Já em pleno século XX, em 1938, Andrade de Saraiva, ao falar sobre a missão da imprensa, afirma:

Em lugar do apostolado, do idealismo e da doutrina, surgiu a empresa. A caixa substituiu a tribuna. (...) A personalidade do diretor apagou-se e subalternizou-se; em vez de um tributo ou de um apóstolo, tornou-se antes um chefe de escritório sempre atento às condições e desejos do conselho de administração. (Saraiva, 1938)

Ou seja, o ofício de jornalista foi aos poucos transformando-se numa profissão e os jornalistas, enquanto grupo profissional, começaram à procura de um espaço autónomo de legitimação. De facto, apesar de ser considerada (durante muitos anos) uma atividade socialmente desvalorizada e intelectualmente desprestigiada, passa a ser socialmente reconhecida e juridicamente legitimada. O jornal tornou-se um bem de consumo.

Passemos, então, a uma breve análise do *Suplemento*. Antes de mais, convém salientar a presença do sumário, em destaque, do lado esquerdo da primeira página em todos os números da publicação. Segundo Clara Rocha, os sumários “constituem (...) formas de pacto com o leitor (...) e que são maneiras de indicar o conteúdo do produto” (1985, p. 161). Assim, o primeiro número, publicado no dia 18 de janeiro de 1892, conta com o seguinte sumário: “A Europa em resumo”; “Notas de um curioso”; “Os livros novos”; “Ciências”; “Belas artes”; “Os teatros”; “Pessoas e casos”; “O dinheiro”; “Elegância e moda”, “O Brasil na Europa” e o folhetim “Histórias singulares: quatrocentos contos de joias.” Mantendo-se no domínio das artes e das letras, as duas páginas do *Suplemento* possuem um forte cariz europeísta, como observa Eça de Queirós no texto de abertura do periódico, intitulado “A Europa em resumo. O nosso suplemento”:

De todas as cinco partes do mundo, a Europa, (...) permanece incontestavelmente a mais interessante;- e só ela, entre todos os continentes, constitui na realidade um continente geral de instrução e de recreio (...) para saborear sem desilusão esta tão interessante europa é necessário estar longe (...) O ideal, penso eu, seria habitar, por exemplo, no Brasil (...) observar tudo o que ela “faz” e tudo o que ela “diz”, individualmente e coletivamente, desde o fútil até ao grande, nessa infinita e tumultuosa vaga de ideias e factos onde a última *toilet* de Worms se embaralha com a última encíclica do Santo Padre (...) Ora, foi para que o Brasil pudesse realizar ideal tão cómodo, que nós criámos este *Suplemento*. Ele é o compte rendu desta famosa representação que se dá no teatro da

Europa, mandado cada semana pelo pacote, para que o enredo e os atores possam ser conhecidos sem o cansaço, a despesa, o tempo consumido em atravessar as águas e vir ao teatro, que não é confortável, nem bem ventilado, e está cheio de lazaretos. Melhor ainda! É a própria representação condensada em meia folha de jornal, com uma seleção cuidadosa dos seus episódios mais atraentes, dos seus personagens mais característicos, das suas decorações mais vistosas e ricas. Neste *Suplemento* vai o resumo de uma civilização. E toda ela deste modo se goza no que tem de mais belo ou de mais fino,- sem a desconolação de perpetuamente se surpreender a rude fealdade do seu avesso. (Queirós, 2002, pp. 231-235)

Além de redigir a coluna inicial de cada exemplar, Eça organizou a publicação e, sem dúvida, orientou os outros colaboradores. Tal facto é bem visível na secção “Teatro”, assinada por um pseudónimo F. de A. que, no final da crónica, sublinha: “Como este artigo já está muito estirado, e o sr. Eça de Queirós quer o suplemento muito variado, não posso desenvolver o caso” (F. de A., 1892, p.2). Encontramos outro exemplo, na mesma página, na secção “O dinheiro”, que está assinada por Amator (provavelmente outro pseudónimo):

No dia em que de Lisboa (14 de dezembro) nos transmitiram a notícia da falência do Banco de Crédito Universal, contava-se com a baixa dos fundos brasileiros; pois subiram dois pontos. De modo que nada há mais difícil do que orientar-se um cristão no meio dessa judiaria das bolsas da Europa!

- Filho! Não acha que doze tiras sobre dinheiro, é muito papel!

Quem diz isto é o diretor do suplemento, e eu tenho que deixar o resto para outra vez! (1892, p. 2)

Neste número de estreia, sublinhamos ainda uma nota dedicada às mulheres, que está presente na secção “A elegância e a moda”:

Antes de tudo, as senhoras que quiserem estar de acordo com a moda, a mais requintada e aristocrática moda, devem-se pentear com simplicidade, virginal e delicada simplicidade (...) As inglesas estão fazendo um novo e viril esforço para masculinizar a moda. Coletes abotoados até ao meio do peito, colarinho alto, quebrado nas pontas (...) (1892, p. 2)

Na segunda publicação do *Suplemento*, que surgiu no dia 8 de fevereiro, o sumário é muito semelhante ao do primeiro número. Na primeira página temos “A decadência do riso”, uma crónica onde Eça de Queirós nos alerta para a vulgarização da melancolia, um dos problemas da sociedade moderna: “Eu penso que o riso acabou – porque a humanidade entristeceu. E entristeceu – por causa da sua imensa civilização” (Queirós, 2002, p. 240). Nas “Ciências” há um tratado sobre a febre-amarela, doença que como se sabe, afetava muito o Brasil da altura. As “Belas artes” noticiam uma exposição de pintura em Paris intitulada “Exposição Internacional”; informa também sobre um escultor russo e ainda nos dá conta do centenário do nascimento do



músico Meyerbeer. A parte inferior da página, como era habitual, está preenchida por um folhetim “Histórias Singulares. A promessa de Nini Silveira”.

A página dois, da mesma edição, conta com as secções “Teatros”, “Pessoas e casos”, “Livros novos” (que trata dos livros franceses e italianos) e “O Brasil na Europa”, que dava conta que a imprensa europeia divulgava cada vez mais artigos sobre o Brasil:

Não só as folhas diárias, escritas sobre a perna, mas as graves revistas, refletidas, pesadas e massudas, dedicam-nos longos trabalhos em que chega a parecer que há erudição. A Nova (?), que se publica em Roma dá há pouco um artigo intitulado “Don Pedro II e le difficultà republica brasiliana”. Este artigo tem a sua parte histórica em que, para começar, diz-se que o sr. D. João VI foi para o Brasil salvar contra Napoleão uma parte da América. (1892, p. 2)

O terceiro número do *Suplemento* foi publicado no dia 29 de fevereiro. Desta vez não veio guarnecido de nenhum folhetim. No entanto, a estrutura básica da publicação permanece muito similar às duas primeiras.

Na primeira página merece destaque o texto “Um santo moderno”, assinado por Eça de Queirós que aproveita o tema da morte do cardeal-arcebispo Manning, da Inglaterra, para elaborar uma comparação entre o arcebispo e alguns santos medievais como São Francisco de Assis. Interessante é observar o modo como Eça examina as alterações do conceito de santidade e destaca a veneração de todos os jornais de Inglaterra ao falecido, para concluir que “Hoje já não é o papa, mas o povo que canoniza” (Queirós, 2002, p. 247).

A primeira página é ainda ocupada pela secção “Ciências”, “Belas Artes” e “Livros novos”, onde se destaca uma singular crítica sobre uma recém-lançada monografia sobre o jornalismo:

Hoje o jornalismo atravessa uma crise: a crise da reportagem, que na realidade não é um perigo para a instituição. Quando o jornal tiver perdido todo o prestígio e não for mais um guia de opinião pública e sim um eco de toda a sorte que produz a lida diária do homem sobre a terra, quando o telégrafo encher o jornal de literatura ruim ou de informações indiscretas, importunas, tediosas, mentirosas, há de haver quem procure o antigo artigo de redação (...) A minha preguiça chora por esse tempo em que eu pedirei oito dias ao redator-chefe para escrever um artigo digno de jornal sério. E bem pode acontecer que até lá eu tenha que aprender a língua abreviada do jornalismo abreviado. (1892, p.1)

Na segunda página, uma longa notícia assinada com as iniciais *A.Z.* dá-nos conta da morte do filho primogénito do príncipe de Gales, um jovem de 27 anos, que deveria casar-se em breve. Ou seja, neste número do *Suplemento* a atualidade substitui o folhetim. Há a assinalar também as Secções “Pessoas e casos”, “Teatros”, “O dinheiro” e “O Brasil na Europa”.

O quarto número do *Suplemento*, do dia 21 de março, consagra a abertura ao texto “Hábitos de Gladstone”, que não vem assinado por Eça de Queirós. Outra novidade é a presença de um texto sobre a música em Portugal que compõe a secção “Belas artes”. Também na primeira página encontramos uma espécie de reportagem, intitulada “Conversa com Renan”. A personagem principal, Renan, seria contra essa “moderna forma de publicidade, que se chama *interview*”, mas o articulista conseguiu obter do autor da obra *Origens do Cristianismo* inúmeras respostas interessantes sobre a produção literária da Inglaterra e da França. O número fica completo com as seguintes secções: “Ciências”; “Soldados alemães e estudantes russos”; “Livros novos”; “Pessoas e casos” e “Pantomimas”.

No dia 26 de abril foi publicado o quinto número do *Suplemento*. O sumário regista o seguinte conteúdo: “O Imperador Guilherme”; “O centenário de Rossini”; “Belas Artes”; “As literaturas estrangeiras em Inglaterra”; “A história do amor, a história do vestuário e a história da mobília”; “Acontecimentos artísticos”; “A mais velha e a mais pequena das repúblicas”; “Um conhecido”.

É importante assinalar que Eça de Queirós assinou a crónica “O Imperador Guilherme”, e que o folhetim “Um conhecido” regressou ao seu local habitual.

No dia 13 de Junho tornou-se público o último número do *Suplemento Literário*. A crónica “Padre Salgueiro”, assinada por seu autor, Eça de Queirós, corresponde ao tema de abertura. Toda a estratégia argumentativa assenta numa ideia: para o padre o sacerdócio não seria uma função espiritual, mas uma função civil. A partir desse pensamento, Eça descreve inúmeras situações pitorescas do “funcionário” eclesiástico. É de salientar ainda a inclusão da crónica n’*A correspondência de Fradique Mendes*, pois Eça transformou-o na Carta XIV, de Fradique a Mme de Jouarre.

No sumário desse último número do *Suplemento*, ainda encontramos a seguinte informação: “Belas artes”; “O Paris miserável”; “O inferno”; “Receita para os brasileiros terem mais filhos”; “A música na Europa”; “Os novos processos de pintura e o salão dos independentes de Paris” (onde o autor A. Marco refere o artigo “A arte, a crítica e os artistas portugueses no salão parisiense de 1891”, publicado na *Revista de Portugal*); “Parecenças dos homens e dos animais”; “O salão do campo de Marte”.

Tais observações sobre o conteúdo do *Suplemento* permitem-nos deduzir que a Europa, local onde Eça organiza a publicação, é a principal referência de todos os números da publicação.

Todos os livros novos são franceses, ingleses, italianos ou alemães. As peças de teatro e as exposições artísticas referidas têm lugar em Londres ou Paris.

Inegável é que a estrutura geral do *Suplemento* é muito semelhante ao projeto de muitas revistas que multiplicam-se no final do século tanto no Brasil como em Portugal, pois há uma imensa variedade de temas que abordam desde questões políticas, como é o caso do texto “O Imperador Guilherme”, até científicas, como o artigo “Vénus”. Existem ainda notícias sobre moda (que Eça planejara para a *Revista de Portugal*, mas que nunca consubstanciara) e que aludem à preocupação com o universo feminino.

No entanto, nunca encontramos o mesmo artigo repetido nas páginas da *Revista de Portugal* e no *Suplemento*.

Quanto aos colaboradores do *Suplemento*, pouco se sabe. A indicação faz-se, na maior parte das vezes, através de iniciais (*A.Z.*, *G.C.*, *F. de A.*) ou por pseudónimos (Amator, Ferjó, Miguel Anedótico, Frederico Durruivos, etc). No entanto, Domício da Gama<sup>144</sup> assinou no quarto número um artigo intitulado “Um conhecido”. É também interessante ressaltar que, através da correspondência queirosiana, desvendamos a identidade de outro colaborador: Jaime Batalha Reis, como se pode comprovar na carta de 21 de outubro de 1891:

(...) O que fores fazendo manda. Se Deus quiser, procuraremos lançar o primeiro *Suplemento* para o começo do mês que vem. Eu já disse ao Ferreira de Araújo que tu estavas trabalhando – o que te garante ordenado pelo mês que corre, penso eu. Pelo menos desde 15. Espero, tenho a certeza que o Araújo está de acordo. (Queirós, 2008b, p. 151).

Ao que tudo indica, o fim do *Suplemento* deve ter acontecido de forma abrupta. Provavelmente por razões financeiras. O certo é que, a 6 de Junho de 1892, sete dias antes do último número ser publicado, Eça ainda fazia planos com Batalha Reis:

É necessário trabalhar exuberantemente. A *Gazeta* está-nos explorando. Querem agora, além da colaboração diária – um suplemento quinzenal, de 16 colunas, e todo literário, e artístico. Todavia penso que vale a pena fazermos todos os esforços – para procurar tornar-nos indispensáveis a um jornal tão rico e, até certo ponto, generoso. (id, p. 207)

Ainda no que respeita à publicação, parece-nos importante chamar a atenção para a suspeita de Elza Miné que levanta a hipótese de que, entre os textos não assinados no *Suplemento*, alguns possam ser da autoria de Eça de Queirós. Miné chega mesmo a comparar o

---

<sup>144</sup> Domício da Gama (D. Afonso Forneiro, adotou do padrinho o Gama), foi jornalista, diplomata, contista e cronista. Nasceu em Maricá, no interior do Rio de Janeiro, a 23 de outubro de 1862, vindo a falecer na cidade do Rio de Janeiro em 1925. Fez estudos preparatórios no Rio de Janeiro e ingressou na Escola Politécnica, mas não chegou a terminar o curso. Seguiu para o estrangeiro em missões diplomáticas. Membro da Academia Brasileira de Letras, em 1919 foi eleito presidente dessa instituição, em substituição de Rui Barbosa.

texto “O novo quediva do Egito” com “Os Ingleses no Egito”: “Não são nitidamente queirosianas as cadeias de adjetivos? (...) É esta apenas uma primeira aproximação.” (1997, p. 311)

Não temos dúvida de que o *Suplemento* esboça muitos indícios do que se considera ser moderno, desde a preocupação com a atualidade, desdobrando-se na direção do cosmopolitismo. Além disso, o *Suplemento* inaugura uma nova linguagem jornalística (a entrevista), visível no artigo “Conversa com Renan”.

Através dessa publicação o leitor consegue percorrer a Europa, que se converte em espetáculo, uniformizando gostos e tendências. O espaço urbano europeu é articulado com divertimento, mobilidade e fragmentação: um universo inquieto dirigido a leitores dos mais distintos perfis.

## Conclusão

Não há nada mais belo e nem poderoso do que o jornal (...) Não há nenhuma só ideia moderna, uma só ciência, uma só arte que não tenha sido exposta à luz pelas suas colunas expansivas e propagadoras. (Franco, 1897, pp. 15-16)

A nossa investigação sobre a *Revista de Portugal*, concebida e dirigida por Eça de Queirós, partiu do princípio de que se tratou de um periódico essencial e explicitamente luso-brasileiro, um veículo de ideias que, no âmbito das tendências da cultura ocidental no final do século XIX, tornou-se numa importante referência para compreendermos a história da modernização em Portugal e no Brasil.

Entendemos o jornalismo de Eça de Queirós como um meio de infundir no senso comum o moderno espírito crítico. Mas importou aqui não o significado do jornalismo de Eça de Queirós no âmbito de sua obra literária, e sim, especialmente, o significado desse mesmo jornalismo no contexto das relações históricas, políticas e culturais entre Portugal e o Brasil.

Foram muitas as linhas de trabalho apontadas: desde a influência inglesa e francesa na *Revista de Portugal*, até ao papel da imprensa como promotora e organizadora de correntes de opinião. Inegável é também o facto de que, a partir da escrita de Eça de Queirós, estabelecemos várias comparações com outros autores. Eça introduziu em Portugal (ou pelo menos contribuiu largamente para isso) uma perceção ética e estética da mentalidade moderna, promovendo assim a articulação entre a universalidade da cultura moderna e a singularidade da experiência histórico-cultural do povo português. É desse ponto de vista que a sua visão do problema suscita um interesse novo.

No primeiro capítulo, o âmago da investigação foi direccionado para a compreensão do que entendemos por modernização. De facto, parece-nos importante clarificar que não estamos a falar de um ponto de vista estritamente literário, mas sobretudo do ponto de vista da receção das ideias modernas, sem prejuízo, entretanto, da ideia de que a modernização em Portugal e no Brasil é originariamente conduzida no século XIX por escritores, por letrados enfim.

Repare-se, aliás, que, em Portugal, o conflito ideológico entre “antigos” e “modernos” ocorreu desde o século XVII até às reformas pombalinas do século XVIII. Nesse sentido, reconhecemos como um acontecimento na história da modernização no mundo da cultura de língua portuguesa a subida do marquês de Pombal, ao qual se deve, como marco zero da modernização luso-brasileira as reformas da instrução pública.

Assinalamos ainda que a institucionalização de uma nova forma de pensar, que contou com o alargamento da cultura a camadas sociais médias, alcançou repercussão através dos

periódicos. De facto, os jornais e as revistas desempenharam um papel revolucionário na vida social. Em ambos os lados do Atlântico, no “velho” e no “novo” mundo, o jornalismo logo tornou-se num fator de transformação.

Nesse ambiente de mudanças, destacamos que a França representava a própria ideia de modernização tanto para Portugal como para o Brasil. De facto, Eça de Queirós, principalmente enquanto correspondente em França, acaba por representar uma ponte entre os falantes de língua portuguesa e as metrópoles modernas.

No segundo capítulo, assinalámos o fascínio que o mundo do jornalismo, enquanto testemunha eterna do presente, desempenhou na vida queirosiana. Na mesma ordem de ideias, identificamos o percurso queirosiano, materializado nos vários projetos jornalísticos em que Eça participou, e como chegou à *Revista de Portugal*. Parece-nos claro que foi através da sua produção jornalística que o escritor Eça de Queirós ampliou em muito a sua popularidade no Brasil. Ao levar ao público a *Revista de Portugal*, Eça de Queirós comunicou, tanto aos portugueses como aos brasileiros, uma imagem perturbadora do final século XIX: o contraste entre o tradicionalismo e a necessidade de modernização.

Eça de Queirós foi um homem do presente e por isso interveio nas questões da sua época, o que por si pode ser considerado um “eco” da modernidade: a preocupação de viver a evidência racional como uma experiência atual. Além disso, assinalamos que todas as crónicas queirosianas possuem uma forte preocupação em ultrapassar barreiras e promover o debate. Tais conceções ilustram que o pensamento de Eça está em sintonia com as preocupações da civilização moderna.

Oportuno será lembrar que consideramos a *Revista* como a grande ambição do espírito queirosiano. Apesar da sua curta vida, a *Revista de Portugal* firmou-se como uma das mais eruditas e elegantes publicações da sua época. Ainda no segundo capítulo, explicamos como estava organizada a *Revista* e quais eram os seus principais conteúdos. Saliente-se que colaboraram efetivamente com a *Revista de Portugal* 66 autores de saber reputado, com diferentes formações e direções políticas. Devemos ainda referir que as temáticas foram diversificadas, mas a Literatura foi o tema mais tratado na *Revista*, contabilizando 37,3% das páginas. Outro tema que mereceu destaque foi a História que, no total dos quatro volumes, ocupa 17,9% das páginas da *Revista*.

Em relação aos autores, Eça de Queirós, além de diretor, foi o mais prolífico, com 11,5% do total de páginas da *Revista*, logo seguido de Oliveira Martins, com 10,9%. Em terceiro lugar, em termos de artigos assinados, está Jaime de Magalhães Lima, que produziu 9,1% das páginas. De destacar ainda Eduardo Prado, com 5,7%; Moniz Barreto colaborou com 5%.

No entanto, e apesar de todos os esforços de Eça de Queirós, a *Revista de Portugal* não resistiu às sucessivas crises e, em maio de 1892, chegou ao fim. No nosso entender, um motivo importante que conduziu ao desaparecimento da publicação foi o facto de o leitor a considerar muito intelectualizada, com artigos excessivamente longos, e talvez por considerar alto o preço de 500 réis por número.

Parece-nos claro que a adesão popular sempre seria difícil pela própria natureza da *Revista*. Além disso, outra grande dificuldade era o recrutamento de colaboradores. Porém, consideramos que há que pensar no acolhimento que uma obra possui a longo prazo. Nesse sentido, a *Revista de Portugal* ainda hoje é um importante documento de análise e de compreensão do clima literário e cultural do fim do século XIX.

Mesmo após o final da *Revista*, Eça continuou empenhado no seu sonho. Aceitou participar na *Revista Moderna*, uma luxuosa publicação ilustrada que circulou entre 15 de maio de 1897 até abril de 1899. Em seguida, a ideia de fazer reviver a *Revista de Portugal*, sob outro nome e com uma feição mais modesta, foi partilhada com Alberto de Oliveira. No entanto, *O Serão* nunca chegou a ser publicado.

O terceiro capítulo pretendeu evocar as ideias centrais dos principais colaboradores da *Revista de Portugal*. Não obstante a marca da heterogeneidade no grupo dos colaboradores, assinalamos um interesse comum a todos: buscavam a receção de ideias novas para renovar a cultura de língua portuguesa. Todos os colaboradores da *Revista de Portugal*, sem exceção, se entregaram ao projeto concebido por Eça de Queirós. E cabe aqui perceber como dessa convergência do espírito português e brasileiro, em torno à modernização como um problema, resultou uma experiência jornalística que certamente muito contribuiu para renovar a ideia de uma cultura luso-brasileira não mais referida ao passado colonialista, senão ao futuro de povos independentes. Nesse sentido, foram examinadas algumas dessas noções: a moderna noção de crítica literária desenvolvida por Moniz Barreto que apresentou novos autores aos falantes de língua portuguesa; as concepções de história de Oliveira Martins, que estimularam debates e mudanças políticas; a imagem do Brasil descrita por Ramalho Ortigão, que denunciou hábitos e valores ultrapassados; o sentido do trágico em Antero de Quental que procurou novas visões do mundo; os ideais controversos de Eduardo Prado; e a própria presença feminina na *Revista de Portugal*.

Finalmente, consagramos o quarto capítulo a um estudo sobre a imprensa finissecular, onde comparamos a *Revista de Portugal* com algumas congéneres. Nesse contexto, assinalamos que Eça de Queirós dirigiu e escreveu, ao mesmo tempo, duas publicações independentes: a *Revista de Portugal* e o *Suplemento Literário da Gazeta de Notícias*. Não temos dúvida de que,

através dessas publicações, o leitor finissecular conseguiu percorrer a Europa, descobriu novos gostos e simultaneamente, sofreu com os mecanismos homogeneizadores impostos pela cultura da modernidade.

Pelo apresentado, pensamos poder afirmar que a intenção de modernização, presente tanto da *Revista de Portugal* como no *Suplemento da Gazeta de Notícias*, produziu uma representação do cosmopolitismo vivido sobretudo em França e possibilitou a emergência de novas atitudes e experimentos.

Ao investigarmos as circunstâncias históricas, o ambiente cultural, o conteúdo dos artigos, as mentalidades e a maturidade dos colaboradores concluímos que, do nosso ponto de vista, a *Revista de Portugal* representa, sem complexos neocolonialistas, o assumir da existência passada do Império, projetando-o no futuro da língua portuguesa.



## Bibliografia

### 1. Bibliografia queirosiana

#### 1.1 Ativa

Queirós, Eça de (1859). “Prefácio” In *O brasileiro Soares*. Porto: Chardron, pp V, XVI.

\_\_\_\_\_ & Ortigão, Ramalho (1872). *As Farpas: crónica mensal, da política e dos costumes. Fastos da peregrinação de sua majestade o imperador do Brasil por estes reinos*. Lisboa: Tipografia universal de Tomás Quintino Antunes, Fevereiro.

\_\_\_\_\_ (1876). *O crime do padre Amaro: cenas da vida devota*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão.

\_\_\_\_\_ (1878) *O primo Basílio: episódio doméstico*. 2ª Edição. Livraria Internacional de Ernesto Chardron & Eugenio Chardron. Porto: Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

\_\_\_\_\_ (1887). *A relíquia*. Porto: Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

\_\_\_\_\_ (1888). *Os Maias: episódios da vida romântica*. Volume I e II. Porto: Lugan & Genelioux, Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

\_\_\_\_\_ (direção) (1889). *Revista de Portugal*. Volume I . Porto: Editores Lugan & Genelioux, Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

\_\_\_\_\_ (direção) (1890). *Revista de Portugal*. Volume II. Porto: Editores Lugan & Genelioux, Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

\_\_\_\_\_ (direção) (1890). *Revista de Portugal*. Volume III. Porto: Editores Lugan & Genelioux, Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

\_\_\_\_\_ (direção) (1892). *Revista de Portugal*. Volume IV. Porto: Editores Lugan & Genelioux, Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

\_\_\_\_\_ (1901) *A cidade e as serras*. Porto: Livraria Chardron.

\_\_\_\_\_ (1992). *A Capital!* Edição crítica por Luiz Fagundes Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

\_\_\_\_\_ (1995). *Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal)*. Edição Crítica por Maria Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- \_\_\_\_\_ (1999). *A ilustre casa de Ramires*. Edição crítica por Elena Losada Soler. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (2000a). *Da colaboração no “Distrito de Évora” I*. Lisboa: Livros do Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2000b). *Da colaboração no “Distrito de Évora” II*. Lisboa: Livros do Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2000c). *Da colaboração no “Distrito de Évora” III*. Lisboa: Livros do Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2000d). *O crime do padre Amaro* (2º e 3º. versões), edição crítica por Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (2000e). *Notas contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2002). *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Edição Crítica por Elza Miné e Neuma Cavalcante. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (2004a). *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal)*. Edição Crítica por Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (2004b). *As Farpas. As Farpas originais de Eça de Queiroz*. Coordenação geral e introdução por Maria Filomena Mónica. São João do Estoril: Principia.
- \_\_\_\_\_ (2005). *Textos de Imprensa V (da Revista Moderna)*. Edição Crítica por Elena Losada Soler. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (2008d). *As Minas de Salomão*. Edição crítica por Freeland. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (2008a). *Correspondência*. Volume I. Organização e Notas de A. Campos Matos, Lisboa: Caminho.
- \_\_\_\_\_ (2008b). *Correspondência*. Volume II. Organização e Notas de A. Campos Matos, Lisboa: Caminho.
- \_\_\_\_\_ (2008c). *Os brasileiros*. Introdução de Zetho Cunha Gonçalves, (org) Eduardo Coelho e Zetho Cunha Gonçalves. Rio de Janeiro: Língua Geral.
- \_\_\_\_\_ (2011). *Almanaques e outros dispersos*. Edição crítica por Irene Fialho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (2014). *A Correspondência de Fradique Mendes. (Memórias e notas)*. Edição crítica por Carlos Reis, Irene Fialho e Maria João Simões. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

## 1.2 Passiva

Araújo, L. M. (1987). *Eça de Queirós e o Egípto faraónico*. Lisboa: Editorial Comunicação.

Andrade, Miranda de (1953). “Eça de Queirós e a *Revista de Portugal*”. In: separata de *Ocidente*, vol. LXIV. Lisboa: Edição de Álvaro Pinto.

Bandeira, Manuel (1945). “Correspondência de Eça de Queirós para a imprensa brasileira” In *Livro do centenário de Eça de Queirós*. Lisboa: Edições Dois Mundos, (pp. 167, 182)

Barreto, Moniz (1963). *Estudos dispersos*. Lisboa: Portugália Editora.

Berrini, Beatriz (2003). *Brasil e Portugal: A geração de 70*. Porto: Campo das Letras.

\_\_\_\_\_ (2000). *Eça de Queiroz literatura e arte*. Uma antologia. Lisboa: Relógio D’Água.

Bueno, Aparecida de Fátima (2007). “A *Revista de Portugal*: Crônica de uma morte anunciada” In *Literatura portuguesa: história, memória e perspectivas*. São Paulo: Alameda, (pp. 46,53)

Cabral, António (1916). *Eça de Queiroz*. Paris, Lisboa: Aillaud e Bertrand.

\_\_\_\_\_ (1924). *Camilo e Eça de Queiroz*. Coimbra: Coimbra Editora.

Cal, Ernesto Guerra da (1981). *Língua e estilo de Eça de Queiroz*. Coimbra: Almedina.

\_\_\_\_\_ (1992). “Testamento de Mecenas”. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*. Volume 37. Coimbra; Imprensa de Coimbra, (pp. 369-387).

Calafate, Pedro (2006). “Eça de Queiroz: a redenção pela humilhação”, *Portugal como problema. Volume III*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público. (pp. 275,338).

Caminha, Adolfo (1895). *Cartas literárias*. Rio de Janeiro, (s.n).

Cavalcante, Paulo (n.d.). *Eça de Queiroz agitador no Brasil*. Lisboa: Livros do Brasil.

Chaves, Castelo Branco (1939). *Sobre Eça de Queirós*. Lisboa: Editorial Inquérito.

Coelho, Teresa Pinto (2010). *Londres em Paris. Eça de Queirós e a imprensa inglesa*. Lisboa: Edições Colibri.

Corrêa, José Pinto (1872). *Os Farpões. Ou os bandarilheiros de Portugal: resposta cabal aos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz*. Recife: Tipografia Comercial de Geraldo H. de Mira.

Costa, Francisco (1946). *Eça visto por si próprio*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

- David, Celestino (1945) *Eça de Queiroz em Évora*. Montemor-o-Novo: Empresa Gráfica Lda.
- Duarte, Luiz Fagundes (1993). *A fábrica dos textos*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Faro, Arnaldo (1977). *Eça e o Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.
- Ferro, António (1949). *Eça de Queiroz e o centenário do seu nascimento*. Lisboa: edições SNI
- Filho, Luís Viana (1983). *A vida de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Gonçalves, Zetho Cunha (2008). “Eça de Queiroz: a nostalgia do Brasil” In *Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, Os Brasileiros*. Rio de Janeiro: Língua Geral.
- Júnior, Benjamin Abdala (org.) (2000). *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- Lopes de Oliveira (1944). *Eça de Queiroz. História das suas obras contadas por ele próprio. Páginas desconhecidas*. Lisboa: Vida Mundial Editora.
- Lourenço, Eduardo (2006). *As saias de Elvira e outros ensaios*. Lisboa: Gradiva.
- Lyra, Heitor (1965). *O Brasil na vida de Eça de Queirós*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Magalhães, José Calvet de. *Eça de Queiroz (2000). A vida privada*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Martins, Rocha (1945). *Os românticos antepassados de Eça de Queiroz*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Matos, Campos A. (2008). *A guerrilha literária – Eça de Queiroz – Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira Livraria Editores.
- \_\_\_\_\_ (prefácio, organização e transcrição de manuscritos) (1998). *Cartas de Amor de Anna Conover e Mollie Bidwell para José Maria Eça de Queiroz cônsul em Havana (1873- 1874)*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- \_\_\_\_\_ (2009). *Eça de Queiroz-Ramalho Ortigão: Retrato da “Ramalhal Figura”*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (org. e coord.) (2006). *Dicionário de citações de Eça de Queiroz*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Sete biografias de Eça de Queiroz*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (2012). *Silêncios, sombras e ocultações*. Lisboa: Colibri.
- \_\_\_\_\_ (2002). *Sobre Eça de Queiroz*. Lisboa: Livros Horizonte.

- \_\_\_\_\_ (org. e coord.) (2000). *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho.
- Medina, João (2000) *Eça de Queirós antibrasileiro?* Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- \_\_\_\_\_ (1972). *Eça de Queiroz e o seu tempo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Reler Eça de Queiroz. D'As Farpas aos Maias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Miné, Elza (1986). *Eça de Queirós jornalista*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (1997). “O *Suplemento Literário da Gazeta de Notícias*: um projeto de Eça para o Brasil”. In *Vária Escrita. Cadernos de estudos arquivísticos, históricos e documentais*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra. (pp. 301, 311).
- \_\_\_\_\_ (2000). *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. Cotia- SP: Ateliê Editorial.
- Mónica, Maria Filomena. (2001). *Eça de Queirós*. Lisboa: Quetzal Editores.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Eça de Queirós jornalista*. Cascais: Principia.
- \_\_\_\_\_ (2007). *Ensaio sobre Eça de Queirós*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Moog, Viana. (1947). *Eça de Queiroz e o século XIX*. (3.<sup>a</sup> edição). Porto Alegre: Edição da livraria do Globo.
- Morel, M. (2008). “Os Primeiros Passos da Palavra Impressa”, in *História da imprensa no Brasil*. Orgs. e prefácio de Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto. (pp 23, 43).
- Oliveira, Alberto de. (1918). *Eça de Queiroz (Páginas de Memórias)*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada Sociedade Editora.
- Pereira, Lúcia Miguel (1945). “Prefácio”, *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos/ Livros do Brasil. (pp.10,21)
- Peixinho, Ana Teresa (2007). “Textos jornalísticos de Eça de Queirós: o jornalismo oitocentista olhado pelo escritor/jornalista.” In *Estudos do século XX*, nº 7. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, (pp. 15-38).
- Pinheiro, Monarca J. M (2001) *Évora em Eça*. Évora: Casa do Sul Editora.
- Queiroz, Maria de Eça de (1987). *Eça de Queiroz entre os seus. Apresentado por sua filha. Cartas íntimas*. (6.<sup>a</sup> edição) Porto: Lello & Irmão Editores.

- Real, Miguel (2006). *O Último Eça*. Matosinhos: Quidnovi.
- Reis, Carlos (2009). *Eça de Queirós*. Lisboa: Edições 70.
- \_\_\_\_\_ (1999). *Estudos queirosianos. Ensaio sobre Eça de Queirós e a sua obra*. Lisboa: Editorial Presença.
- Reis, Jaime Batalha. (2001). “Na primeira fase da vida literária de Eça de Queirós”. In: *Prosas Bárbaras*. Lisboa: Livros do Brasil, (pp. 7,46).
- Reis, João (1986). *Polémicas de Eça de Queiroz*. Volume II. Odivelas: Europress.
- Rita, Annabela (1998). *Eça de Queirós cronista: d’O Distrito de Évora (1867) às Farpas (1871-1872)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Rocha, André Crabbé (1988). “Epistolografia”, In *Dicionário de Eça de Queiroz*. (org) A. Campos Matos. Lisboa, Caminho, (p. 376, 378).
- Rosa, Alberto Machado da (1979). *Eça, discípulo de Machado? Um estudo sobre Eça de Queirós*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- Sacramento, Mário (2002). *Eça de Queirós uma estética da ironia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (1944). *Retrato de Eça de Queirós*. Porto: Editorial Adito.
- Santana, Maria Helena (1994/1995). “Um projeto patriótico: a *Revista de Portugal*.” In *Queirosiana*, número 7/8, dezembro de 1994/julho de 1995. Baião: Associação dos Amigos de Eça de Queirós, (pp. 147, 159).
- Saraiva, António José (2000). *As ideias de Eça de Queirós*. Lisboa: Gradiva.
- Serrão, Joel (1985). *O primeiro Fradique Mendes*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Simões, J. G. (1961). *Eça de Queirós. A obra e o homem*. Lisboa: Editora Arcádia.

## **2. Bibliografia geral**

### **2.1 Obras Literárias**

- Alencar, J. (1864) *Diva: perfil de mulher*. Rio de Janeiro: Garnier.
- Almeida, Fialho de (1982). *A cidade do vício*. Porto: Clássica Editora.

- \_\_\_\_\_ (1903). *À esquina (jornal de um vagabundo)*. Coimbra: França Amado Editor.
- \_\_\_\_\_ (1988). *Contos*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- \_\_\_\_\_ (1904). *Pasquinadas*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.
- Araújo, José Ferreira (1884). *Coisas políticas*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias.
- Assis, Machado (2005). *Contos Fluminenses*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2005.
- \_\_\_\_\_ (1983). *Dom Casmurro*. São Paulo: Editora Moderna.
- \_\_\_\_\_ (1977). *Esau e Jacó*. São Paulo: Editora Ática.
- \_\_\_\_\_ (n.d.). *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Editora Escala.
- Bandeira, Manuel (1955). *Poesias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora
- Bashkirteff, Marie (1888). *Journal de Marie Bashkirtseff - avec un portrait*. Paris: Charpentier Editeurs.
- Bilac, Olavo (1904). “Na academia brasileira”, In *Crítica e fantasia*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, (pp. 403,427).
- Carvalho, Maria Amália Vaz de (1886). *Cartas a Luísa (Moral, Educação e Costumes)*. Porto: Barros e Filha.
- Espanca, Florbela (1982). *Diário do último ano seguido de um poema sem título*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Garrett, Almeida (1983). “O Brasileiro em Lisboa”. *Obras Completas*. Volume II. Lisboa: Disco livro.
- Hereculano, Alexandre (1847-1848). “Futuro Literário de Portugal e do Brasil. Por ocasião da leitura dos Primeiros cantos, poesias do Sr. A Gonçalves Dias”, In *Revista universal lisbonense, jornal dos interesses físicos, intelectuais e morais*, nº 7, Lisboa, 1847-1848
- Quental, Antero (1985). *Raios de extinta luz*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Leal, Gomes (1889). *Protesto d’alguém – Carta ao Imperador do Brasil*. 4ª Edição. Porto: Civilização.
- Magalhães, Luís de (1981). *O brasileiro Soares*. Porto: Lello & Irmão.
- Ribeiro, Tomás (1890). *Dissonâncias*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardon.
- Soares, Bernardo (Fernando Pessoa) (1982). *Livro do desassossego*. Lisboa: Ática.

## 2.2 Estudos literários

Alencar, Heron (1963). “Sobre José Veríssimo” In *História da Literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Andrade, Adriano Guerra (1999). *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Barreto, Moniz (1889). “A literatura portuguesa no século XIX” In *Revista de Portugal*. Volume I. Porto: Lugan & Genelioux, ( pp 1-40).

\_\_\_\_\_ (1940). *A literatura portuguesa no século XIX*. Prefácio de José Osório de Oliveira. Lisboa: Editorial Inquérito.

\_\_\_\_\_ (1963). *Estudos dispersos*. Coletânea, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. Lisboa: Portugália Editora.

Basto, Cláudio (1917). “A linguagem de Fialho”. Separata do livro *Fialho de Almeida – In memoriam*.Org. por António Barradas e Alberto Saavedra. Porto: Renascença Portuguesa, (pp. 71-98).

Bloom, Harold (1994). *O cânone ocidental*. Tradução Manuel Frias Martins. Lisboa: Sociedade Industrial Gráfica.

Bosi, Alfredo (1983). *História concisa da literatura brasileira*. (3.<sup>a</sup> edição) São Paulo: Cultrix.

Broca, B. (1975). *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

\_\_\_\_\_ (1957). *Horas de leitura*. Rio de Janeiro: MEC, INL.

Bruno, Sampaio (1984). *A geração nova*. Porto: Lello & Irmão Editores.

\_\_\_\_\_ (1997). *O Brasil mental*. Porto: Lello & Irmão Editores.

\_\_\_\_\_ (1987). *Os modernos publicistas portugueses*. Lello & Irmão Editores, 1987.

Caeiro, Francisco da Gama (1980). *Livros e livreiros franceses em lisboa nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX*. Coimbra: Editora Coimbra.

Candido, Antonio. (1984). “A vida ao rés-do-chão”. *Para gostar de ler: crônicas*. São Paulo: Ática, (pp 4,13).



\_\_\_\_\_ (2000) “Eça de Queirós, passado e presente”. In *Ecos do Brasil*. Organização Benjamin Abdala Júnior. São Paulo: Editora Senac, (pp.11,22).

\_\_\_\_\_ (2006). *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul.

Cardoso, M. (1941). “Alberto Sampaio”. In *Revista Guimarães*, volume I, número 3 (julho-setembro). Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

Carvalho, Tânia Franco (2006). *Literatura comparada*. São Paulo: Editora Ática.

Carvalho, Mário (2014). “A vida discreta das palavras” In *Ler* (entrevista de Ana Sousa Dias), fevereiro de 2014, Lisboa: Círculo de Leitores.

Castelo Branco, Camilo (2002). *Cartas dispersas*. Coligidas e anotadas por Castelo Branco Chaves. Porto: Campo das Letras.

Cidade, Hernâni (1961). Século XIX. *A revolução cultural em Portugal e alguns dos seus mestres*. Lisboa: Edições Ática.

Coelho, Jacinto Prado (1978). *Dicionário de Literatura*, Porto: Figueirinhas.

Coelho, Maria Teresa (1996). *Apocalipse e regeneração. O Ultimatum e a mitologia na literatura finissecular*. Lisboa: Edições Cosmos.

Coelho, Trindade (1987). *Gente do século XIX*. (organização, prefácio e notas de Viale Moutinho). Lisboa: Ulmeiro.

Couto, Ribeiro (1963). *O sentimento lusitano*. Lisboa: Livros do Brasil.

Daniel, Pires (1986). *Dicionário das Revistas Literárias Portuguesas do Século XX*. Lisboa: Contexto Editora Lda.

Diniz, Sebastião (2007). *Visões do Brasil na literatura portuguesa*. Ericeira: Mar de Letras.

Ferreira, T., Ribeiro, G. & Gonçalves, M. (2013). *O oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda.

Figueiredo, Cândido (1987). *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. (19.<sup>a</sup> edição) Vendas Novas: Bertrand Editora.

França, Jean M. Carvalho (1999). *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Franco, Afonso Arinos de Melo (2001). “Amor a Roma”. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Outubro-Novembro-Dezembro, ano VII, nº29, (p. 303-332).

Franco, António Cândido (2002). *O essencial sobre Fialho de Almeida*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Franchetti, Paulo (2007). *Estudos de literatura brasileira e portuguesa*. Cotia-SP: Ateliê Editorial.

Frazão, Fernanda & Boavida, Maria Filomena (1983). *Pequeno dicionário de autores de língua portuguesa*. Lisboa: Editores Amigos do Livro.

Henriques, Ana Lúcia de Souza (org.) (2005). *Literatura e comparativismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Herculano, Alexandre (1847-1848). “Futuro Literário de Portugal e do Brasil. Por ocasião da leitura dos Primeiros cantos, poesias do sr. A Gonçalves Dias”. *Revista universal lisbonense, jornal dos interesses físicos, intelectuais e morais*, nº 7, Lisboa.

Homem, Amadeu Carvalho (2005). *Do romantismo ao realismo*. Temas de cultura portuguesa (século XIX). Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

Houaiss, António & Villar, Mauro de Salles (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Junqueiro, Guerra (1878). “Eça de Queirós. A propósito do novo romance”. *O Ocidente*. 1º ano, Volume I, nº 7, 1 de Abril.

\_\_\_\_\_ (1917). Separata do livro *Fialho de Almeida – In memoriam*. Org. por António Barradas e Alberto Saavedra. Porto: Renascença Portuguesa, pág. 134.

Lapa, Rodrigues M. (1981). *Lições de literatura portuguesa. Época medieval*. 10ª edição. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.

Lopes, Óscar (1987). *Entre Fialho e Nemésio. Estudos de literatura portuguesa contemporânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

\_\_\_\_\_ (1970). *Ler e depois. Crítica e interpretação literária*. Volume I. Porto: Editorial Inova.

Lisboa, Eugénio (coord.) (1990). *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. II, Men Martins: Publicações Europa-América.

Lima, Isabel Pires (org.) (1993). *Antero de Quental e o destino de uma geração*. Rio tinto: Edições Asa.

Lourenço, Eduardo (2007). *Antero ou a noite intacta*. Lisboa: Gradiva.

- \_\_\_\_\_ (1988) *Nós e a Europa*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda.
- Machado, Álvaro Manuel & Pageaux, Daniel (2001). *Da literatura comparada à teoria da literatura*. Lisboa: Editorial Presença.
- Machado, Álvaro (1983). *O “francesismo” na literatura portuguesa*. Lisboa: ICALP, “Biblioteca Breve”.
- Magalhães, José Tomás Calvet de (1948). *Antero de Quental*. Lisboa: Edições SNI.
- Magalhães, Valentim (1896). *A literatura brasileira*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira.
- Martins, Ana Maria Almeida (2003). *Dicionário de citações de Antero de Quental*. Lisboa: Editorial Presença.
- Moisés, Massaud (1999). *A análise literária*. São Paulo: Editora Cultrix.
- \_\_\_\_\_ (2002). *A literatura como denúncia*. Cotia: Editora Íbis.
- Moisés, Massaud & Paes, José Paulo (1980). *Pequeno dicionário da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.
- Mata, Inocência (2014). “Literatura” in *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Org. Lívio Sansone e Cláudio Furtado. Salvador: EDUFA.
- Medina, João (1977). *Herculano e a geração de 70*. Lisboa: Terra Livre.
- Milanesi, Vera Márcia Paráboli (1997). *Cyro dos Anjos: memória e história*, São Paulo: Arte e Ciência.
- Montello, Josué (1972). *Machado de Assis*. Mem Martins: Verbo.
- Nabuco, Joaquim (1872). *Camões e os lusíadas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico.
- Neves, João Alves das (1992). *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Maia: Bertrand.
- Nolasco, Edgar César (2004). *Restos de ficção: a criação biográfica de Clarice Lispector*. São Paulo: Edição de Annablume.
- Oliveira, Américo Lopes de (1981). *Dicionário de Mulheres Célebres*. Porto: Lello.
- Ortigão, Ramalho (n.d.). *As Farpas I. A vida provincial*. (4.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Empresa Literária Fluminense.

- \_\_\_\_\_ (1992a). *As farpas X*. Aspectos vários da sociedade, da política, da administração. Lisboa: Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (1992b). *As farpas XI*: Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (1992c). *As farpas XII*. Lisboa: Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (1992d). *As farpas XIII*. Lisboa: Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (1992e). *As farpas XIV* Lisboa: Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (1993). *Farpas esquecidas*. Volume I. Lisboa: Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (1993). *Últimas farpas*. Lisboa: Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (2004). *As Farpas. As Farpas originais de Eça de Queiroz*. Coordenação geral e introdução: Maria Filomena Mónica. São João do Estoril: Principia.
- \_\_\_\_\_ (1943). *Figuras e questões literárias*. Tomo I. Lisboa: Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (1945). *Figuras e questões literárias*. Tomo II. Lisboa: Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (1944). *Costumes e Perfis*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Pimpão, Costa Álvaro J. (1957). Prefácio do livro *Vida irónica*. Lisboa: Clássica Editora.
- Pires, António Machado (1992). *A ideia de decadência na geração de 70*. Lisboa: Veja.
- Quadros, António (1989). *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos 100 anos*. Lisboa: Fundação Lusíada.
- \_\_\_\_\_ (org.) (1986). *Obra em prosa de Fernando Pessoa*, Páginas sobre literatura e estética. Mem Martins: Publicações Europa- América.
- Saraiva, António J. (1995). *A Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva.
- \_\_\_\_\_ (1966). “Eça de Queirós”, in *História da Literatura Portuguesa I – Das Origens ao Romantismo* (Vol. VIII - Literatura Portuguesa, da Série História Ilustrada das Grandes Literaturas) Lisboa: Editorial Estúdios Cor.
- \_\_\_\_\_ (1994). *Iniciação na literatura portuguesa*. Lisboa: Gradiva.
- \_\_\_\_\_ & Lopes, Óscar (2005). *História da literatura portuguesa* (17.<sup>a</sup>edição). Porto: Porto Editora.
- Reis, Carlos (2001). *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

\_\_\_\_\_(1999). *O conhecimento da literatura. Introdução aos estudos literários*. Coimbra: Livraria Almedina.

Romero, Sílvio (1902). *História da literatura brasileira*. Tomo primeiro (1800-1890), Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

Seabra, Manuel de (1963). *Moniz Barreto*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.

Silva, Agostinho (2000) *Ensaio sobre cultura e literatura portuguesa e brasileira*. Volume I. Lisboa: Âncora Editora.

Silva, Inocêncio Francisco (1810-1876). *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Sevenko, Nicolau (1999). *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense.

Taine, H. (1905). *Histoire de la littérature anglaise*. Tome I. Paris: Librairie Hachette.

Valentim Magalhães (1896). *A literatura brasileira*, Lisboa: Livraria de António Maria Pereira.

Veloso, Agostinho (1950). *Antero e os seus fantasmas*. Porto: Imprensa portuguesa.

Veríssimo, José (1901). *Estudos de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier.

\_\_\_\_\_(1962). *História da Literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

\_\_\_\_\_(1902). *Homens e coisas estrangeiras*. Volume I. Rio de Janeiro: H. Garnier.

Vieira, N. H. (1991) *Brasil e Portugal. A imagem recíproca*. Lisboa: Ministério da educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Wellek, René & Warren, Austin (1976) *Teoria da Literatura*. Lisboa: Publicações Europa-América.

### **2.3 Teoria e estudos jornalísticos**

Aprile, Sylvie, Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie & Jean-Yves Mollier (dir.) (2002). “La Belle époque des revues (1880-1914)” In *Revue d'histoire du XIXe siècle*, nº24, (pp192-194).

Alsina, M. Rodrigo. (1993) *La construcción de la noticia*. (2ª edición) Barcelona: Paidós Ibérica.

Bessa, Alberto (1904). *O Jornalismo. Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

Bourdieu, Pierre (1997). *Sobre televisão*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta

Cabrera, Ana (org.) (2011). *Jornais, jornalistas e jornalismo*. Séculos XIX-XX. Lisboa: Livros Horizonte.

Cardoso, Fátima Lopes (2012). *Jornalistas-escritores. A necessidade da palavra*. Coimbra: Minerva Coimbra.

Carvalho, Alfredo de (1908). *Anais da imprensa pernambucana de 1821-1908:dados históricos e bibliográficos*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife.

Cebrián, Juan Luis (1998). *Cartas a um jovem jornalista*. Lisboa: Bizâncio.

Chaparro, Manuel Carlos (1998). *Sotaques d'aquém e d'além mar. Percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém: Edições Jortejo.

Chorão, João Bigotte (1993). “Nótulas sobre jornalismo literário do século XIX” in *Camilo Castelo Branco Jornalismo e Literatura no séc. XIX*. Braga: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/ Centro de Estudos Camilianos.

Correia, João Carlos (2012). “A construção social da realidade e o jornalismo como profissão” in *Pesquisa em media e jornalismo*. Covilhã: LabCom.

Correia, Fernando & Baptista, Carla (2007). *Jornalistas do ofício à profissão*. Lisboa: Caminho.

Costa, Hipólito José da (1808). “Introdução”, *Correio braziliense ou armazém literário*. (Junho) Nº 1, Londres: W. Lewis.

Crato, Nuno (1992). *Comunicação social. A imprensa. Iniciação ao jornalismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Cruz, Heloísa de Faria (2013). *São Paulo em papel e tinta. Periodismo e vida urbana*. São Paulo: Arquivo público do Estado de São Paulo.

Derieux, Emmanuel (1978). “Agências Noticiosas”, *Guia alfabético das comunicações de massa*. (direção Jean Cazeneuve), tradução Licínio Martins, Cascais Franco, Orlando Neves e Raquel Silva. Lisboa: Edições 70.

Edmundo, Luís (2003). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edição Senado Federal

Esquenazi, Jean-Pierre (2006). *Sociologia dos públicos*. Porto: Porto Editora.

Ferreira, João Pedro Rosa (1992). *O jornalismo na Emigração. Ideologia e Política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

Fontcuberta, M. (1999) *A notícia*. Lisboa: Editorial Notícias.

Lagardette, Jean- Luc Martin (1998). *Manual de escrita jornalística. Escrevo – Informo Convenção*. Tradução Helena Moura, Lisboa: Pergaminho.

Lima, Ivana Stolze (2008). “Imprensa, língua, nação e política nas Regências”, *Entre a monarquia e a república. Imprensa, pensamento político e histografia (1822-1889)*. Organização Mónica Lessa e Sílvia Brito Fonseca, Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (pp.107- 121).

Lopes, Ana Maria Costa (2005). *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos*. Lisboa: Quimera.

Matos, Álvaro Costa de (2011). “A imprensa estudantil perante o *Ultimatum* inglês de 1890: uma aproximação ao problema a partir do jornal A Pátria” In *Jornais, jornalistas e jornalismo séculos XIX-XX*. Org. Ana Cabrera. Lisboa: Livros Horizonte, (pp. 85, 103).

Martins, Ana Luiza & Luca, Tânia Regina (organizadoras) (2008). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Martins, Ana Luiza (2008). “Imprensa em tempos de Império”, In *História da imprensa no Brasil*. Orgs. e prefácio de Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto, (pp 45, 80).

\_\_\_\_\_ (2008b) *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

McQuail, Denis (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

McLuhan, Marshall (1977). *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Editora Nacional.

Melo, José Marques de (1986). “A crónica”, In *Jornalismo e Literatura. Actas do II Encontro Afro-luso-brasileiro*. Lisboa: Veja, (pp. 41, 61).

Moderno, Alice (1894). *O romantismo em França*. Augusto Méquignon. Ponta Delgada: Tipografia Minerva.

Morel, Marco (2008). “Os Primeiros Passos da Palavra Impressa”, In *História da imprensa no Brasil*. Orgs. e prefácio de Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto.

- Oliveira, Cláudia de & Velloso, Mónica Pimenta & Lins, Vera (2010) *O moderno em revistas. Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Pena, Felipe (2008). *Jornalismo Literário*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_ (2010). *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto.
- Piza, Daniel (2013). *Jornalismo cultural*. São Paulo: Contexto.
- Ponte, Cristina (2004). *Leitura das notícias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rodrigues, Adriano Duarte (2010). *Comunicação e Cultura. A experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Editorial Presença.
- \_\_\_\_\_ (n.d.). *A comunicação social - noção, história, linguagem*. Lisboa: Vega.
- Rodrigues, Ernesto (1998). *Mágico folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Rocha, Clara (1985). *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Seabra, José Augusto (2003). “Revistas e movimentos culturais no primeiro quartel do século” In *Revistas, ideias e doutrinas*. Apresentação Zília Osório de Castro. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (2007). *A gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Sodré, Muniz (1972). *A comunicação do grotesco*. Petrópolis: Editora Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1999). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Sousa, Pedro Jorge (2011). “Eduardo Coelho, um inovador no jornalismo português oitocentista – o caso do Diário de Notícias” In *Jornais, jornalistas e jornalismo. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, (pp 53, 83).
- \_\_\_\_\_ (coord.) (2010). *O pensamento político português: das origens a abril de 1974*. Covilhã: LabCom.
- \_\_\_\_\_ (2008). “Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974” In *Jornalismo, história, teoria e metodologia*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, (pp 93, 118).
- Tengarrinha, José (1989) *A história da imprensa periódica portuguesa*. (2.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Caminho.



- \_\_\_\_\_ (2006) *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- \_\_\_\_\_ (2013). *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Traquina, Nelson (2007). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- \_\_\_\_\_ (org.) (1993). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega
- Wolf, Mauro (1987). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Thompson, John B. (1998). *Ideologia e cultura moderna*. Tradução do grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da PUCRS. Petrópolis: Vozes.

## 2.4 Imprensa

- Almeida, Fialho (1913). *Os gatos. Publicação mensal de inquérito à vida portuguesa*. I Volume, 3ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (1935) *Os Gatos. Publicação mensal de inquérito à vida portuguesa*. Volume II, 6ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- \_\_\_\_\_ (1947) *Os Gatos. Publicação mensal de inquérito à vida portuguesa*. Volume III, 9ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Franco, Anália “O jornal” In *Albúm das meninas*. São Paulo, 31 de Outubro de 1897, (pp 15-16).
- Corrêa, José Pinto (1872). *Os Farpões. Ou os bandarilheiros de Portugal: resposta cabal aos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz*. Recife: Tipografia Comercial de Geraldo H. de Mira.
- Correio Português*. (1891, 1 de abril). Rio de Janeiro. Ano X, número 373.
- Correio Português*. (1889, 12 de outubro). Rio de Janeiro. Ano VIII, número 283.
- Costa, Hipólito José da (1808). “Introdução». *Correio braziliense ou armazém literário*. Nº 1, Londres: W. Lewis.
- Gazeta de Notícias*. (1890, 28 de fevereiro). Rio de Janeiro. Ano XVI, número 59, p.1.
- Gazeta de Notícias*. (1890, 1 de março). Rio de Janeiro. Ano XVI, número 60, p.2
- Gazeta de Notícias*. (1890, 6 de março). Rio de Janeiro. Ano XVI, número 65, p.1
- Gazeta de Notícias*. (1890, 8 de março). Rio de Janeiro. Ano XVI, número 67
- Gazeta de Notícias*. (1890, 18 de maio). Rio de Janeiro. Ano XVI, número 138

*Gazeta de Notícias*. (1891, 4 de dezembro). Rio de Janeiro, sexta-feira, 4 de dezembro de 1891. Ano XVII, número 388.

Gerundio, Fr. (1849-1850) “Revista da Semana: Prólogo que serve por um ano como qualquer arredondamento”, *Revista Popular. Semanário de literatura, sciencia e indústria*. Volume II, Lisboa: Imprensa Nacional, (p. 5,6)

Oliveira, Lima (1909, 14 de fevereiro) “Literatura portuguesa” In *O Estado de São Paulo*, p.1.

*O País*, (1890, 10 de janeiro- 6 de dezembro) Rio de Janeiro, Janeiro [a pesquisa foi realizada entre 10 de janeiro de 1890 (Ano VII, número 1921) até ao dia 6 de dezembro de 1890 (número 3147)].

*O Tempo*. (1889, 14 de março). Lisboa. Ano 1, número 70.

Palminha, Joaquim (2011, 7 de março). “Fialho de Almeida: um ressentido?” *Diário do Sul*, número 11.452, ano 42º, Évora, (p. 6).

Pimentel, J. (1859). “Palestra Científica” in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*. Primeiro ano. Abril. Lisboa: Tipografia franco-portuguesa, (pp. 126-131).

Midosi, Nicolau (1879). *Revista Brasileira*, Tomo I, número 1. Rio de Janeiro: Midosi.

Moderno, Alice. (1888). *O Recreio das salas. Publicação mensal, científica, literária, biográfica e recreativa*. nº 1, 1º ano, Novembro, 1888. Ponta Delgada.

Rio, João do (n.d.). *Ramo de loiro – notícias em louvor*. Paris/Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand.

Silva, M. A. (1841-1842). “Uma Lenda de Montrose”, *Revista Universal Lisbonense*, Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional (pp. 344-346).

*Suplemento literário da Gazeta de Notícias*. (1892, 18 de janeiro). Rio de Janeiro. Ano XVIII.

*Suplemento literário da Gazeta de Notícias*. (1892, 8 de fevereiro). Rio de Janeiro. Ano XVIII.

*Suplemento literário da Gazeta de Notícias*. (1892, 29 de fevereiro). Rio de Janeiro. Ano XVIII.

*Suplemento literário da Gazeta de Notícias*. (1892, 21 de março). Rio de Janeiro. Ano XVIII.

*Suplemento literário da Gazeta de Notícias*. (1892, 26 de abril). Rio de Janeiro. Ano XVIII.

*Suplemento literário da Gazeta de Notícias*. (1892, 13 de junho). Rio de Janeiro. Ano XVIII.

## 2.5 História e História das Ideias

Antunes, José Freire (1990). *O Factor africano 1890-1990*. Venda Nova: Bertrand Editora.

Arroyo, António (s/d). *A viagem de Antero de Quental à América do Norte*. Edição fac-similada. Águeda: Estante Editora.

Barreto, Moniz (n.d.). “Introdução. Oliveira Martins” In *Portugal Contemporâneo*. Volume I. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Bethencourt, Francisco & K. Chaudhuri (dir.) (1998). *História da Expansão Portuguesa*. Vols. 4 e 5. Lisboa: Círculo de Leitores.

Belard, Francisco (1986-87). “O Regresso ao presente”: *O Estudo da História, Boletim dos Sócios da Associação de Professores de História*, nº 2 (II série), (pp. 7,13)

Bomeny, Helena (2003). *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bonifácio, Maria Fátima (2005). *O século XIX português*. (2.<sup>a</sup> edição). Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais.

Braga, Teófilo (2010). *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Nova Vega.

Catroga, Fernando (2001). *Antero de Quental. História, socialismo, política*. Lisboa: Editorial Notícias.

Carvalho, José Murilo (2007a). *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_ (2007b). “Eduardo Prado e a polémica do iberismo e do americanismo”. *Revista Brasileira*. Nº 53, Rio de Janeiro, Outubro – Novembro - Dezembro 2007, (p.71-77).

\_\_\_\_\_ (2005). *Os bestializados. O rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carvalho, Laerte Ramos de (1978). *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: EDUSP/Saraiva.

Carvalho, Rómulo de (1986). *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Domingues, Mário (2002). *Marquês de Pombal. O homem e a sua época*. Lisboa: Prefácio Edição de Livros e Revistas.

Franco, José Eduardo & Rita, Annabela (2004). *O mito do Marquês de pombal*. Lisboa: Prefácio – Edição de livros e revistas.

- Freyre, Gilberto (1978). *Alhos & bugalhos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- \_\_\_\_\_ (1998). “Introdução” In *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rubens Borba Morais e William Berrien. 2º Volume. Brasília: Senado Federal, (pp. 669,685).
- \_\_\_\_\_ (n.d.) *Ordem e Progresso*. Tomo I. Lisboa: Livros do Brasil.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1980). *Estudos para a história da educação no século XIX*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Gomes, Laurentino (2008). *1808*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_ (2013). *1889*. São Paulo: Editora Globo.
- Lessa, Mônica Leite & Fonseca, Sílvia Brito (orgs.) (2008). *Entre a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Lourenço, Eduardo (2004). *A nau de Ícaro. Imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- \_\_\_\_\_ (1983). “Oliveira Martins ou a sombra na história” In *Oliveira Martins. Uma biografia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Martins, Guilherme d’Oliveira (1986). *Oliveira Martins. Uma biografia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Martins, Oliveira J.P. (2005). *Portugal e Brasil*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Matos, Sérgio Campos (2005). “Portugal e Brasil: crónicas esquecidas de Oliveira Martins” In *Portugal e Brasil*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, (pp.7,39).
- Maxwell, Kenneth (2001). *O Marquês de Pombal*. Tradução de Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença.
- Mota, Carlos Guilherme (1973). *Brasil em Perspectiva*. (4.<sup>a</sup> edição) São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Motta Filho, Cândido (1967). *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora
- Mota, Maria Aparecida Rezende (2007). “Diálogos possíveis na periferia da civilização: Eduardo Prado e Eça de Queirós” In *A república no Brasil e em Portugal 1889/1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, (pp.35,54).
- Niskier, Arnaldo (2011). *História da educação brasileira: de José de Anchieta aos dias de hoje*. São Paulo: Editora Europa.

- Oliveira, Lúcia Lippi (1990). *A questão nacional na primeira república*. Brasília: CNPq
- Pereira, Ana Cristina & Troni, Joana (2011). *A vida privada dos Bragança*. Lisboa: A esfera dos livros.
- Prado, Eduardo (1904). *Colectâneas*. Volume I. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana.
- \_\_\_\_\_ (1902) *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana.
- Quental, Antero (2001). *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Real, Miguel (2006). *O Marquês de Pombal e a cultura portuguesa*. Matosinhos: QuidNovi.
- \_\_\_\_\_ (2010). *Introdução à cultura portuguesa*. Lisboa: Grupo Planeta.
- Rosas, Fernando (2010). “Porque venceu e porque se perdeu a I república?” In *1910 a duas vozes*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Sardica, José Miguel (2011). *Da monarquia à república. Pequena história política, social e militar*. Lisboa: Alétheia Editores.
- Saraiva, José Hermano (1993). *História concisa de Portugal*. 16ª edição. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Schnaiderman, Boris (2005-2006). “Um episódio das relações culturais Rússia-Occidente” In *Revista USP*, São Paulo, n.68, dezembro/fevereiro, (pp. 314-318)
- Schwarcz, Lilia Moritz (1998). *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_ (2008). “Espelho de projeções. Os franceses no Brasil de D. João”. In *Revista USP*. Número 79, Setembro/Novembro. São Paulo: USP, (pp. 54-69).
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1987). *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal.
- Serrão, Joel (1982) *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (1990). *Da “regeneração” à república*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (1989). *Pequeno dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas.
- \_\_\_\_\_ (1983). *Temas de cultura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (1980). *Temas Oitocentistas I*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (1978). *Temas Oitocentistas II*. Lisboa: Livros Horizonte

Tobias, José A (1986). *História da educação brasileira*. São Paulo: IBRASA

## 2.6 Filosofia

Barreto, Tobias (1886). *Ensaio e estudos de filosofia e crítica*. Pernambuco: Edição de José Nogueira de Souza.

\_\_\_\_\_ (1926). *Obras completas*. Edição do Estado de Sergipe. Org. e apresentação de Sílvio Romero. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti.

Barequin, Noëlla & Laffite, Jacqueline (2004). *Dicionário de Filósofos*. Tradução Pedro Elói Duarte. Lisboa, Edições 70.

Bauman, Zygmunt (2001). *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Berman, Marshall (1986). *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras.

Bourdieu, Pierre (2007). *A distinção*. Tradução Daniela Kern. São Paulo: Edusp; Portalegre Zouk.

\_\_\_\_\_ (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.

Borges, Paulo Alexandre (1988). *Agostinho da Silva. Dispersos*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Bruno, Sampaio (1997). *O Brasil mental*. Porto: Lello Editores.

Calabrese, Omar (1988). *A idade neobarroca*. Lisboa: Edições 70.

Calafate, Pedro (1985). “História e filosofia da história em Oliveira Martins” In *Prelo*, número 7, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

\_\_\_\_\_ (2006). *Portugal como problema. Século XIX. A Decadência*. Lisboa: Fundação Luso-americana e Público, Comunicação social, S.A.

Carvalho, Joaquim (1983). *Obra Completa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cerqueira, Luiz Alberto (2002). *Filosofia brasileira – Ontogênese da consciência de si*. Petrópolis: Vozes.

Chauí, Marilena (1985). “Filosofia Moderna” in *Primeira filosofia*. São Paulo: Editora Brasiliense, (pp. 60-108).

Cícero, António (2009). *O mundo desde o fim. Sobre o conceito de modernidade*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.

Descartes, René (n.d.). *O discurso do método*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Giddens, Anthony (2000). *As consequências da modernidade*. Tradução Fernando Luís Machado & Maria Manuela Rocha. Oeiras: Celta.

\_\_\_\_\_ (2002). *Modernidade e identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Habermas, Jurgen (2010). *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução Ana Bernardo, José Pereira, Manuel Loureiro, Maria Soares, Maria Carvalho, Maria Almeida, Sara Seruya. Alfragide: Texto Editora.

Kury, Lorelai (org.) (2007). *Iluminismo e império no Brasil – O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Lipovetsky, Gilles & Roux, Elyette (2012). *O luxo eterno. Da idade do sagrado ao tempo das marcas*. Lisboa: Edições 70.

Lourenço, Eduardo (2004). *A nau de Ícaro. Imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

\_\_\_\_\_ (1999). *Portugal como destino. Mitologia da saudade*. Lisboa: Grávida.

Lytard, Jean-François (2002). *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Menezes, Manuel (2010). *Modernidade – Riscos e Incertezas*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.

Morin, Edgar; Bocchi, Gianluca & Ceruti, Mauro (1996). *Os problemas do fim de século*. Lisboa: Editorial Notícias.

Pinharanda, Gomes (1968). “História da filosofia em Portugal de Lopes Praça” in *Revista portuguesa de filosofia*, T. 24. Fase 1 (janeiro-março), (pp. 116-119).

Pires, Maria Lucília Gonçalves “Introdução” in *Verdadeiro método de estudar*. Luís António Verney. Lisboa: Presença, 1991, (pp. 7-41).

Quental, Antero de (1991). *Filosofia*. (org.) Joel Serrão. Lisboa: Editorial Comunicação.

\_\_\_\_\_ (1890). “Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX” in *Revista de Portugal*. Volume II. Diretor Eça de Queirós. Porto: Editores Lugan & Genelioux, (pp 5-20; 149-171; 281-306).

\_\_\_\_\_(1989) *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. (org. e introd) Leonel Ribeiro dos Santos. Lisboa: Editorial Comunicação.

Ribeiro Júnior, João (2001). *O que é positivismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

Romero, Sílvio (1914). *Minhas contradições*. Salvador: Livraria Catilina.

Rousseau, Jean Jacques (n.d.). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Santos, Leonel Ribeiro dos (1993). *O Lugar da Arte no Pensamento de Antero de Quental*. Anais do colóquio Antero de Quental. Aracaju: Fundação Augusto Franco.

Silva, Agostinho da (1988). *Dispersos*. Organização de Paulo Alexandre Esteves Borges. Lisboa: Ministério da Educação/ICALP.

Tourain, A. (1994). *Crítica da modernidade*. Tradução Fátima Gaspar e Carlos Gaspar. Lisboa: Instituto Piaget.

Vattimo, Gianni (1992). *A sociedade transparente*. Tradutor Hossein Shooja e Isabel Santos. Lisboa: Relógio D'Água.

Verney, Luís António (1991). *Verdadeiro método de estudar (cartas sobre a retórica e a poética)*. Introdução e notas: Maria Lucília Gonçalves Pires. Lisboa: Editorial Presença.

Vieira, António (1854). *Cartas* (Tomos I e II). In *Obras*: Lisboa: Seabra & Antunes.

Watzlawick, Paul (1991). *A realidade é real?* Lisboa: Relógio d'Água.

Weber, Max (1967). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.

## 2.7 Estudos de género

Almeida, São José (2010). *Homossexuais no Estado Novo*. Porto: Sextante Editora.

Braga, Paulo Drumond (2010). *Filhas de safo. Uma história da homossexualidade feminina em Portugal*. Alfragide: Texto Editores.

Klobucka, Anna (2009). “Summoning Portugal’s Apparitional Lesbians: a To-Do Memo”. Association of British and Irish Lusitanists, National University of Ireland at Maynooth, 11-12 September.



Lipovetsky, Gilles (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Lisboa: Instituto Piaget.

Samara, Maria Alice (2007). *Operárias e burguesas. As mulheres no tempo da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Silveira, Pedro. (1989). “Alice Moderno, uma precursora do feminismo”. In: *Revista Colóquio/Letras*. Número 108, Março.

Vaquinhas, Irene (2000). *Senhoras e Mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa: Edições Colibri.

Verona, Maria Elisa (2013). *Da feminilidade feminina*. São Paulo: Unesp.

Vilhena, Maria da Conceição (1987). *Alice Moderno: a mulher e a obra*. Angra do Heroísmo: Dir. Regional dos Assuntos Culturais.

\_\_\_\_\_ (2008). *Joaquim de Araújo diálogo epistolar com Alice Moderno: da literatura ao amor frustrado*. Penafiel: Edições Cão Menor.

\_\_\_\_\_ (2001). *Uma mulher pioneira. Ideias, Intervenção e ação de Alice Moderno*. Lisboa: Edições Salamandra.

## 2.8 Cartas e correspondências

Lima, Oliveira (2007). “Carta de Manoel de Oliveira Lima para o Barão do Rio Branco” in *Cadernos do CHDD*, ano 6, número 10, 1º semestre. Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática.

\_\_\_\_\_ (1897). “Guilherme Moniz Barreto” in *Revista Brasileira*, 3º ano, Tomo IX, Janeiro-Março, Rio de Janeiro: Sociedade da Revista Brasileira, (pp. 257-264).

Lobato, Monteiro (1961). *A barca de Gleyre*. 2º Tomo. São Paulo: Editora Brasiliense.

Quental, Antero de (1989). *Cartas I 1852 -1881*. (org.) Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Editorial Comunicação.

\_\_\_\_\_ (1989). *Cartas II 1881-1891*. (org.) Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Editorial Comunicação.

## 3. Internet

Academia Brasileira de Letras, ([www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)).

Assis, Machado. “Notas Semanais”, *Ilustração Brasileira*, 1 de Novembro de 1877, Rio de Janeiro. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br/machado/arquivos/](http://www.portal.mec.gov.br/machado/arquivos/), consulta realizada no dia 25 de janeiro de 2008.

\_\_\_\_\_ “15 de agosto de 1876”. Disponível em: [http://www.cronicas.uerj.br/home/cronicas/machado/rio\\_de\\_janeiro/ano1876/15ago76.htm](http://www.cronicas.uerj.br/home/cronicas/machado/rio_de_janeiro/ano1876/15ago76.htm), consulta realizada no dia 20 de julho de 2014.

Barreto, Lima. *Diário íntimo*. Disponível em [www.dominiopublico.com.br](http://www.dominiopublico.com.br), consulta realizada no dia 22 de junho de 2009.

Barreto, Tobias. “Notas a lápis sobre a evolução emocional e mental do homem”. In *Estudos de filosofia brasileira*. Rio de Janeiro: Record/INL, 1990, p. 274-288. Disponível em: <http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com.br/2013/02/notas-lapis-sobre-evolucao-emocional-e.html>, consulta realizada no dia 17 de março de 2013.

Carvalho, Tania. "Eça de Queirós e o Brasil - Leituras da crítica brasileira" In, *Revista Camões* nº9/10, 2000. Disponível em [www.instituto-camoes.pt](http://www.instituto-camoes.pt), consulta realizada no dia 15 de Julho de 2009.

Fundação Eça de Queiroz ([www.feq.pt](http://www.feq.pt)).

Cardozo, Mário (1961) “Francisco Martins Sarmiento. Esboço da sua Vida e Obra científica” Disponível em: [http://www.csarmiento.uminho.pt/docs/sms/fms\\_biografia/Biografia%20de%20FMSarmiento%20MC.pdf](http://www.csarmiento.uminho.pt/docs/sms/fms_biografia/Biografia%20de%20FMSarmiento%20MC.pdf), consulta realizada em 6 de abril de 2013.

Corpet, Olivier (2014), " Revues Littéraires", In *Encyclopædia Universalis* [en ligne], Disponível em : <http://www.universalis.fr/encyclopedie/revues-litteraires>, consulta realizada no dia 25 de agosto de 2014.

Coxito, Amândio (1999). *Aristotelismo e antiaristotelismo no pensamento português: séculos XVI a XVIII*. Disponível em: <http://coloquiolusobrasileiro.blogspot.pt/2008/06/aristotelismo-e-antiaristotelismo-no.html>, consulta realizada no dia 3 de setembro de 2013.

Declaração Universal dos Direitos do Homem. Disponível em <https://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html>, consulta realizada no dia 20 de agosto de 2014.

Del Prioe, Mary (2003) “Entre «doidos» e «bestializados»: o baile da ilha Fiscal” In *Revista USP*, número 58, julho/agosto 2003, São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/58/02-marydel.pdf>, consulta realizada no dia 16 de janeiro de 2014.

Flores, Francisco Moita. (1991) “As mortes de Antero de Quental” In *Revista de História das ideias*. Disponível em: <http://rhi.fl.uc.pt/vol/13/fflores.pdf>, consulta realizada em 23 de março de 2012.

Freire, Gilberto. (1998) “República” in *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado federal. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1023/201139\\_vII.pdf?sequence=8](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1023/201139_vII.pdf?sequence=8), consulta realizada em 22 de dezembro de 2013.

Gaio, Manuel da Silva. Disponível em: [http://www.cm-coimbra.pt/biblioteca/poemario2010/3\\_sobre.html](http://www.cm-coimbra.pt/biblioteca/poemario2010/3_sobre.html), consulta realizada no dia 6 de junho de 2014.

Heine, Heinrich. In *Infopédia* (Em linha). Porto: Porto Editora. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$heinrich-heine](http://www.infopedia.pt/$heinrich-heine), consulta a 23 de abril de 2012.

Magalhães, Gonçalves. “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil, Estudo Preliminar”, *Niterói, Revista Brasiliense*, Tomo I, nº 1, 1836. Disponível em: [www.filosofiabrasileiracefib.blogspot.com](http://www.filosofiabrasileiracefib.blogspot.com), consulta realizada no dia 20 de maio de 2009.

Monte Alverne, Francisco. (1852) “Discurso preliminar” in *Obras oratórias*. Disponível em: <http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com.br/2010/12/discurso-preliminar-obras-oratorias.html>, consulta realizada em 14 de janeiro de 2014.

Moreira, Marisol Santos. *Impressões sobre Heine em Machado de Assis*. Disponível em: <http://www.apario.com.br/index/boletim37/machadoheinejunggermanistenII.pdf>, consulta realizada a 23 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. *A recepção de Heinrich Heine em Tobias Barreto*. Disponível em: <http://www.apario.com.br/index/boletim36/Junggermanisten-ovens%20germanistas.pdf>,

Consulta em 23 de abril de 2012.

Ortigão, Ramalho e Queiroz, Eça. *As farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes*. Lisboa: Typ. Universal, 1871-1872. Biblioteca nacional digital. Disponível em: [www.purl.pt/256/1/](http://www.purl.pt/256/1/), consulta realizada a 2 de maio de 2012.

Pompéia, Raul. (1996) *Crônicas do Rio*. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal do Rio. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101371/cronicas\\_rio.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101371/cronicas_rio.pdf), consulta realizada no dia 3 de abril de 2014.

Reis, Carlos (2000) “Moniz Barreto crítico de Eça” In *Via Atlântica*, número 4, São Paulo: USP. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via04/via04\\_02.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via04/via04_02.pdf)

Consulta efetuada em 29 de dezembro de 2012.

Reis, Carlos. (2014) “Os perigos da «imagináutica»” In *Ciberdúvidas da língua portuguesa*. Disponível em <http://ciberduvidas.pt/lusofonias.php?rid=2995>, consulta realizada no dia 10 de junho de 2014.

Ribeiro, Orlando. (1960) *Retrato biográfico*. In Legado Leite de Vasconcelos. Disponível em: [http://legadovasconcelos.fl.ul.pt/Legado/Biografia\\_O\\_Ribeiro.html](http://legadovasconcelos.fl.ul.pt/Legado/Biografia_O_Ribeiro.html), consulta realizada no dia 15 de agosto de 2014.

Rio, João do. (2009) “Quando o brasileiro descobrirá o Brasil?” In *Cinematógrafo*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. Disponível em <http://www.academia.org.br/antigo/media/Cinematografo%20-%20Joao%20do%20Rio%20-%20PARA%20INTERNET.pdf>, consulta realizada no dia 05 de janeiro de 2014.

Rio, João do (1907) *O momento literário*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000134.pdf>, consulta realizada no dia 20 de agosto de 2014.

Romero, Sílvio. (1905) *Evolução da literatura brasileira*. S/l: Campanha. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01615900>, consulta realizada no dia 29 de dezembro de 2012.

Romero, Sílvio. *Da crítica e sua exata definição*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000117.pdf>, consulta realizada em 25 de janeiro de 2013.

Rouanet, Sérgio. (2001) “Eduardo Prado e a modernidade” In *Folha de São Paulo*, 23 de setembro de 2001. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2309200113.htm>, consulta realizada em dezembro de 2013.

Rosário, Gomes. (2014) “Una comisión de ética examina una “entrevista imaginaria” a doña Letizia” *El País*, 15 de junho de 2014. Disponível em: [http://elpais.com/elpais/2014/06/14/gente/1402773701\\_484567.html](http://elpais.com/elpais/2014/06/14/gente/1402773701_484567.html), consulta realizada em 15 de junho de 2014.

*The Spectator* (1891), Inglaterra. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/12030/12030-h/12030-h/SV1/Spectator1.html>, consulta realizada no dia 20 de agosto de 2014.

Vieira, António (1854). *Cartas*. In: *Obras do Padre António Vieira*. Lisboa: Seabra & Antunes, 1854. Disponível em:

[http://books.google.com.br/books?id=4qkDAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=4qkDAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false), consulta realizada em 2 de maio de 2013.

## Anexos

### Anexo I – Classificação temática

#### Volume I

	Tema	Título	Autor	Páginas		
				Inicial	Final	Total
<b>I</b>	Atualidades; Biografia	El rei D. Luís	Eça de Queirós	625	629	5
		Os acontecimentos do Brasil	Eduardo Prado	770	776	7
<b>II</b>	Romances; Contos (originais)	Pastoral	Teixeira de Queirós	157	172	16
		Cartas de Fradique Mendes	Eça de Queirós	261	298	38
		Cartas de Fradique Mendes	Eça de Queirós	517	543	27
		A corista	Luís de Magalhães	668	693	26
		Cartas de Fradique Mendes	Eça de Queirós	759	769	11
<b>III</b>	História; Filosofia; Exegese; Economia; Pedagogia; Ciências Naturais	Os filhos de D. João I	Oliveira Martins	41	63	23
		Os filhos de D. João I	Oliveira Martins	129	156	28
		A epopeia da humanidade	Teófilo Braga	188	211	24
		Os filhos de D. João I	Oliveira Martins	299	319	21
		A epopeia da humanidade	Teófilo Braga	333	357	25
		Um economista português	Rodrigues de Freitas	358	370	13
		Um economista português	Rodrigues de Freitas	442	466	25
		Os filhos de D. João I	Oliveira Martins	492	573	82
		Crónica Financeira	Manuel da Silva Gaio	512	516	5
		Os filhos de D. João I	Oliveira Martins	694	719	26
		Um economista português	Rodrigues de Freitas	734	758	25
		<b>IV</b>	Poesia	Ideal moderno	Guerra Junqueiro	64
O caixão	Fialho de Almeida			67	104	38
Recordações	Silva Gaio			184	187	4
A memória do insigne historiador e poeta Alexandre Herculano	Gaspar Nunes de Arce			320	332	13
Vorrei Morire!	Medeiros e Albuquerque			440	441	2
<b>V</b>	Agricultura; Economia Rural; Higiene; Legislação; Administração (serviços públicos, assuntos)					0

	coloniais, militares e navais)					
<b>VI</b>	Crítica Literária; História Literária; Arte e Estética	A literatura portuguesa contemporânea	Moniz Barreto	1	40	40
		Boletim bibliográfico	Manuel da Silva Gaio	126	128	3
		A dança macabra	José de Sousa Monteiro	233	250	18
		Boletim bibliográfico	Manuel da Silva Gaio	259	260	2
		Boletim bibliográfico	Manuel da Silva Gaio	387	388	2
		O século XVIII em Portugal	Teófilo Braga	574	606	33
		Boletim bibliográfico	Manuel da Silva Gaio	639	642	4
		A evolução da literatura brasileira	Oliveira Lima	643	667	25
		Boletim bibliográfico	Manuel da Silva Gaio	784	788	5
<b>VII</b>	Literatura estrangeira	As minas de Salomão	Eça de Queirós (tradução)	389	428	40
		As minas de Salomão	Eça de Queirós (tradução)	607	624	18
		As minas de Salomão	Eça de Queirós (tradução)	720	733	14
<b>VIII</b>	O movimento de Paris, Londres, Madrid, Berlim, Roma, Rio de Janeiro; Viagens; Missões e explorações	Excursão à grande muralha da China	Bernardo Pindela	212	232	21
<b>IX</b>	Crónica do luxo e da moda; Notas do mês; Sociedade e costumes; Teatro	Touradas em Portugal	Conde de Sabugosa	105	121	17
		Touradas em Portugal	Conde de Sabugosa	173	183	11
		A cavalaria portuguesa na Idade Média	Cristóvão Aires	371	386	16
		A cavalaria portuguesa na Idade Média	Cristóvão Aires	429	439	11
		Notas do mês	Eça de Queirós	630	638	9
		Notas do mês	Eça de Queirós	777	783	7
<b>X</b>	Crónica Política	Crónica Política	Oliveira Martins	122	125	4
		Crónica Política Internacional	Oliveira Martins	251	254	4
		Crónica Política	J.A. Gonçalves	255	258	4
		Destinos políticos do Brasil	Eduardo Prado	467	491	25
<b>XI</b>	Crónica Financeira					0
<b>XII</b>	"Lettre pour l'Etranger"					0

## Volume II

	Tema	Título	Autor	Páginas		
				Inicial	Final	Total
I	Atualidades; Biografia	Os acontecimentos do Brasil	Eduardo Prado	134	145	12
		Os fastos da ditadura	Eduardo Prado	240	258	19
		A ditadura do Brasil: tratados diplomáticos e créditos financeiros	Eduardo Prado	398	432	35
		As finanças e a administração da ditadura brasileira	Eduardo Prado	542	579	38
		A república brasileira	Eduardo Prado	827	860	34
II	Romances; Contos (originais)	Cartas de Fradique Mendes	Eça de Queirós	21	29	9
		Ave migradora	Fialho de Almeida	30	65	36
		Cartas de Fradique Mendes	Eça de Queirós	225	239	15
		Cartas de Fradique Mendes	Eça de Queirós	382	397	16
		Cartas de Fradique Mendes	Eça de Queirós	680	691	12
III	História; Filosofia; Exegese; Economia; Pedagogia; Ciências Naturais	Tendências gerais da filosofia no século XIX	Antero de Quental	5	20	16
		Os filhos de D. João I	Oliveira Martins	103	133	31
		Tendências gerais da filosofia no século XIX	Antero de Quental	149	171	23
		A filosofia de Tolstoi	Jaime de Magalhães Lima	172	191	20
		Os filhos de D. João I	Oliveira Martins	192	217	26
		Tendências gerais da filosofia no século XIX	Antero de Quental	281	306	26
		A filosofia de Tolstoi	Jaime de Magalhães Lima	329	350	22
		Os filhos de D. João I	Oliveira Martins	351	372	22
		Os filhos de D. João I	Oliveira Martins	433	448	16
		O norte marítimo	Alberto Sampaio	581	603	23
		A reforma administrativa e a democracia	Jaime de Magalhães Lima	604	613	10
		Os filhos de D. João I	Oliveira Martins	614	648	35
		O norte marítimo	Alberto Sampaio	713	738	26
IV	Poesia	Traduções do romanceiro de H. Heine	José Monteiro	466	477	12
		D. Sebastião	Luís de Magalhães	672	679	8
		Traduções do romanceiro de H. Heine	José Monteiro	769	788	20
V	Agricultura; Economia Rural; Higiene; Legislação; Administração (serviços públicos, assuntos coloniais, militares e navais)					0
VI	Crítica Literária; História Literária; Arte e Estética	Boletim bibliográfico	Manuel da Silva Gaio	146	148	3
		Boletim bibliográfico	Manuel da Silva	277	280	4



			Gaio			
		O discípulo	Moniz Barreto	307	328	22
		O discípulo	Moniz Barreto	449	465	17
		Um romancista da Califórnia	Isabel Leite	478	496	19
VII	Literatura estrangeira	As minas de Salomão	Eça de Queirós (tradução)	66	78	13
		As minas de Salomão	Eça de Queirós (tradução)	218	224	7
		As minas de Salomão	Eça de Queirós (tradução)	373	381	9
		As minas de Salomão	Eça de Queirós (tradução)	497	525	29
		As minas de Salomão	Eça de Queirós (tradução)	649	671	23
		As minas de Salomão	Eça de Queirós (tradução)	789	826	38
VIII	O movimento de Paris, Londres, Madrid, Berlim, Roma, Rio de Janeiro; Viagens; Missões e explorações					0
IX	Crónica do luxo e da moda; Notas do mês; Sociedade e costumes; Teatro	O quadro social da revolução brasileira	Ramalho Ortigão	79	102	24
		Notas do mês	Eça de Queirós	259	276	18
		A educação moderna	Manuel de Oliveira Ramos	739	768	30
X	Crónica política	Novos fatores da política portuguesa	Eça de Queirós	526	541	16
		O imperador e o ex-chanceler	Rodrigues de Freitas	692	712	21
XI	Crónica Financeira					0
XII	"Lettre pour l'Etranger"					0

## Volume III

	Tema	Titulo	Autor	Páginas		
				Inicial	Final	Total
<b>I</b>	Atualidades; Biografia	Práticas e teorias da ditadura republicana no Brasil	Eduardo Prado	74	120	47
<b>II</b>	Romances; Contos (originais)	Os pegureiros	Monteiro Ramalho	52	63	12
		Episódios militares	F. Sá Chaves	267	280	14
		Como se forma a lenda	F. Sá Chaves	550	556	7
		Conto do moinho	M. Caldas Cordeiro	567	572	6
		Um caso simples	Silva Gaio	700	702	3
		Cartas de Fradique Mendes	Eça de Queirós	731	738	8
<b>III</b>	História; Filosofia; Exegese; Economia; Pedagogia; Ciências Naturais	Realidade de Revolução Francesa	F. d' Ayalla	16	39	24
		Museus regionais	Rocha Peixoto	184	194	11
		O pessimismo	Teixeira Bastos	249	266	18
		A instrução primária em Portugal	J. Simões Dias	331	345	15
		Caraterísticas de Portugal na Europa e na história da humanidade	Jaime Batalha Reis	346	376	31
		Economia pública portuguesa	A. Malheiro Dias	383	397	15
		Fontes de bronze em Portugal	Sousa Viterbo	398	412	15
		A rainha Adosinda	Francisco de Almeida	444	463	20
		Os decretos de Mouzinho da Silveira	Teixeira Bastos	511	537	27
		Um projecto de porto de abrigo em Leixões	Gomes de Brito	639	657	19
		<b>IV</b>	Poesia	Sonetos	Joaquim de Araújo	63
Tédio	Acácio Antunes			195	197	3
Alma póstuma	D. João de Castro			306	318	13
Madressilvas	Alberto Bramão			464	466	3
Diorama	Eduardo Pacheco			557	566	10
À pequenina Guida	Joaquim de Araújo			573	574	2
<b>V</b>	Agricultura; Economia Rural; Higiene; Legislação; Administração (serviços públicos, assuntos coloniais, militares e navais)					0
<b>VI</b>	Crítica Literária; História Literária; Arte e Estética	As comunidades de Goa	Jaime de Magalhães Lima	40	51	12
		Os novos	Silva Gaio	198	210	13
		A vida conjugal	Jaime de Magalhães Lima	211	223	13
		Revista de crítica literária	Moniz Barreto	235	248	14
		Gustave Flaubert	Manuel Caldas Cordeiro	281	288	8

		A escola Barbizon	Jaime de Magalhães Lima	319	330	12
		Revista de crítica literária	Júlio de Matos	377	382	6
		O jornal de uma princesa Russa	Isabel Leite	538	549	12
		Revista de crítica literária	Moniz Barreto	633	638	6
		O jornal de uma princesa Russa	Isabel Leite	658	671	14
		Os poetas do norte	Maria Amália Vaz de Carvalho	672	688	17
		Revista Literária	Moniz Barreto	763	768	6
<b>VII</b>	Literatura estrangeira					0
<b>VIII</b>	O movimento de Paris, Londres, Madrid, Berlim, Roma, Rio de Janeiro; Viagens; Missões e explorações	Três dias em Djedah	Augusto Sarmiento	467	478	12
		Três dias em Djedah	Augusto Sarmiento	575	594	20
<b>IX</b>	Crónica do luxo e da moda; Notas do mês; Sociedade e costumes; Teatro	O tratado com a Inglaterra e a situação de Portugal	Oliveira Martins	1	15	15
		Uma lição histórica	Isabel Leite	121	152	32
		A gíria. Estudos da moderna Criminologia	J.M. Queiroz Veloso	153	183	31
		Ideias e Factos	Jaime de Magalhães Lima	289	305	17
		Ideias e Factos	Jaime de Magalhães Lima	413	443	31
		Ideias e Factos	Jaime de Magalhães Lima	595	619	25
		A antropologia, o carácter e o futuro nacionais	Rocha Peixoto	689	699	11
		Ideias e Factos	Jaime de Magalhães Lima	703	730	28
<b>X</b>	Crónica Política	Crónicas da política europeia	Moniz Barreto	67	73	7
		Crónicas da política europeia	Moniz Barreto	224	234	11
		Revista de política interna	Luís de Magalhães	479	500	22
		Crónicas da política europeia	Moniz Barreto	501	510	10
		Revista de política interna	Luís de Magalhães	620	632	13
		Revista de política interna	Luís de Magalhães	739	762	24
<b>XI</b>	Crónica Financeira					0
<b>XII</b>	"Lettre pour l'Etranger"					0

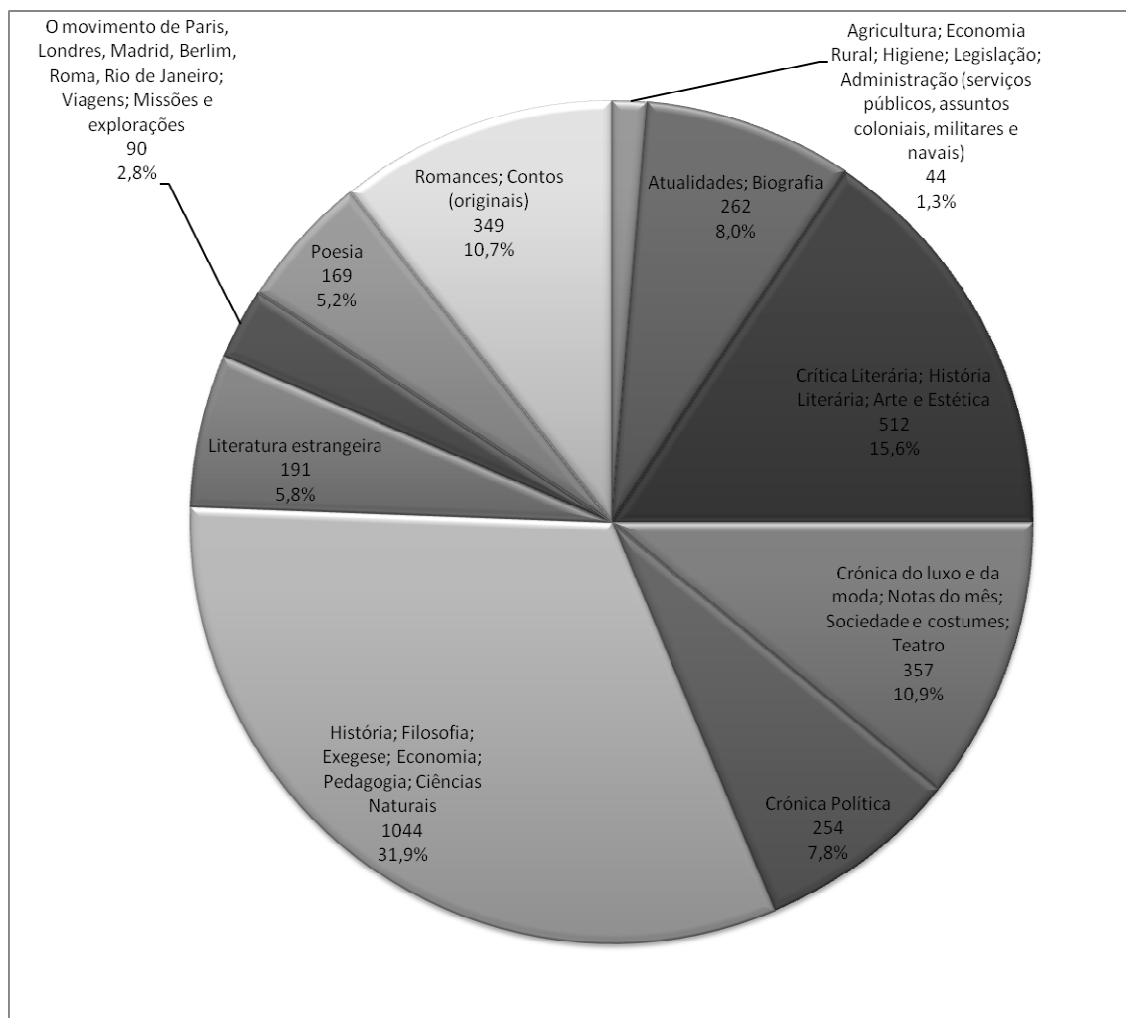
## Volume IV

	Tema	Título	Autor	Páginas		
				Inicial	Final	Total
<b>I</b>	Atualidades; Biografia	Antero de Quental	Redação	-2	1	4
		Ideias e Factos	Jaime de Magalhães Lima	203	223	21
		Ideias e Factos	Jaime de Magalhães Lima	327	349	23
		Ideias e Factos	Jaime de Magalhães Lima	481	489	9
		Ideias e Factos	Jaime de Magalhães Lima	651	658	8
<b>II</b>	Romances; Contos (originais)	As cartas de Fradique Mendes	Eça de Queirós	45	48	4
		Xanó-poy	António Pereira de Eça / Joaquim de Albuquerque	166	180	15
		Farmácia Pires	Júlio Brandão	586	616	31
		Farmácia Pires	Júlio Brandão	703	740	38
		Um sonho	Bernardo Pindela	776	780	5
<b>III</b>	História; Filosofia; Exegese; Economia; Pedagogia; Ciências Naturais	A vida de Nuno Alvares	Oliveira Martins	2	30	29
		As cavernas	Nery Delgado	31	44	14
		Ontem e hoje	Alberto Sampaio	125	141	17
		A evolução das ideias no século XIX	Afonso Vargas	279	313	35
		Revista científica	Rocha Peixoto	350	370	21
		A circulação monetária	Rodrigues de Freitas	393	411	19
		Carvões Portugueses	Venceslau de Lima	453	472	20
		Revista científica	Rocha Peixoto	504	512	9
		As vilas no norte de Portugal	Alberto Sampaio	529	555	27
		Marché de l'étude géologique de Portugal	Paul Choffat	622	639	18
		Revista científica	Rocha Peixoto	670	681	12
		As vilas no norte de Portugal	Alberto Sampaio	741	775	35
<b>IV</b>	Poesia	Idílio triste	António Feijó	49	60	12
		Poesia de H. Heine	Isabel Leite	224	232	9
		Clarita	Alexandre Braga Filho	473	480	8
		Cancioneiro da revista	Alice Moderno / João Saraiva	617	621	5
<b>V</b>	Agricultura; Economia Rural; Higiene; Legislação; Administração (serviços públicos, assuntos coloniais, militares e navais)	A questão colonial	Álvaro Castelões	640	650	11
		A questão colonial	Álvaro Castelões	691	702	12
		O exercício nacional	Oliveira Ramos	781	801	21
<b>VI</b>	Crítica Literária; História Literária; Arte e	Bibliografia	Redação	115	124	10
		A arte a crítica e os artistas	Jaime Batalha Reis	142	165	24

	Estética	Ora marítima	Francisco Martins Sarmiento	181	202	22
		Revista de crítica literária	Teófilo Braga	244	251	8
		Bibliografia	Redação	252	256	5
		João de Deus	Teófilo Braga	257	278	22
		Bibliografia	Redação	386	392	7
		João de Deus	Teófilo Braga	412	432	21
		Cartas da última hora	Alberto de Oliveira	433	452	20
		Bibliografia	Redação	512	528	17
		João de Deus	Teófilo Braga	556	568	13
		Revista de crítica literária	Moniz Barreto	682	690	9
		Revista de crítica literária	Raul Brandão	813	816	4
<b>VII</b>	Literatura estrangeira					0
<b>VIII</b>	O movimento de Paris, Londres, Madrid, Berlim, Roma, Rio de Janeiro; Viagens; Missões e explorações	Massi-kesse	Caldas Xavier	61	80	20
		Uma vizita a Benares	J. C. Berkeley Cotter	569	585	17
<b>IX</b>	Crónica do luxo e da moda; Notas do mês; Sociedade e costumes; Teatro	Curso de língua Portuguesa arcaica	J. Leite de Vasconcelos	314	326	13
		Revista científica	Rocha Peixoto	802	812	11
<b>X</b>	Crónica Política	A situação geral da Europa	Moniz Barreto	81	104	24
		Política interna	Jaime de Magalhães Lima	105	114	10
		Política interna	Jaime de Magalhães Lima	233	243	11
		Política interna	Jaime de Magalhães Lima	371	385	15
		Revista de política europeia	Moniz Barreto	490	503	14
		Política interna	Jaime de Magalhães Lima	513	520	8
		Revista de política europeia	Moniz Barreto	659	669	11
<b>XI</b>	Crónica Financeira					0
<b>XII</b>	"Lettre pour l'Etranger"					0

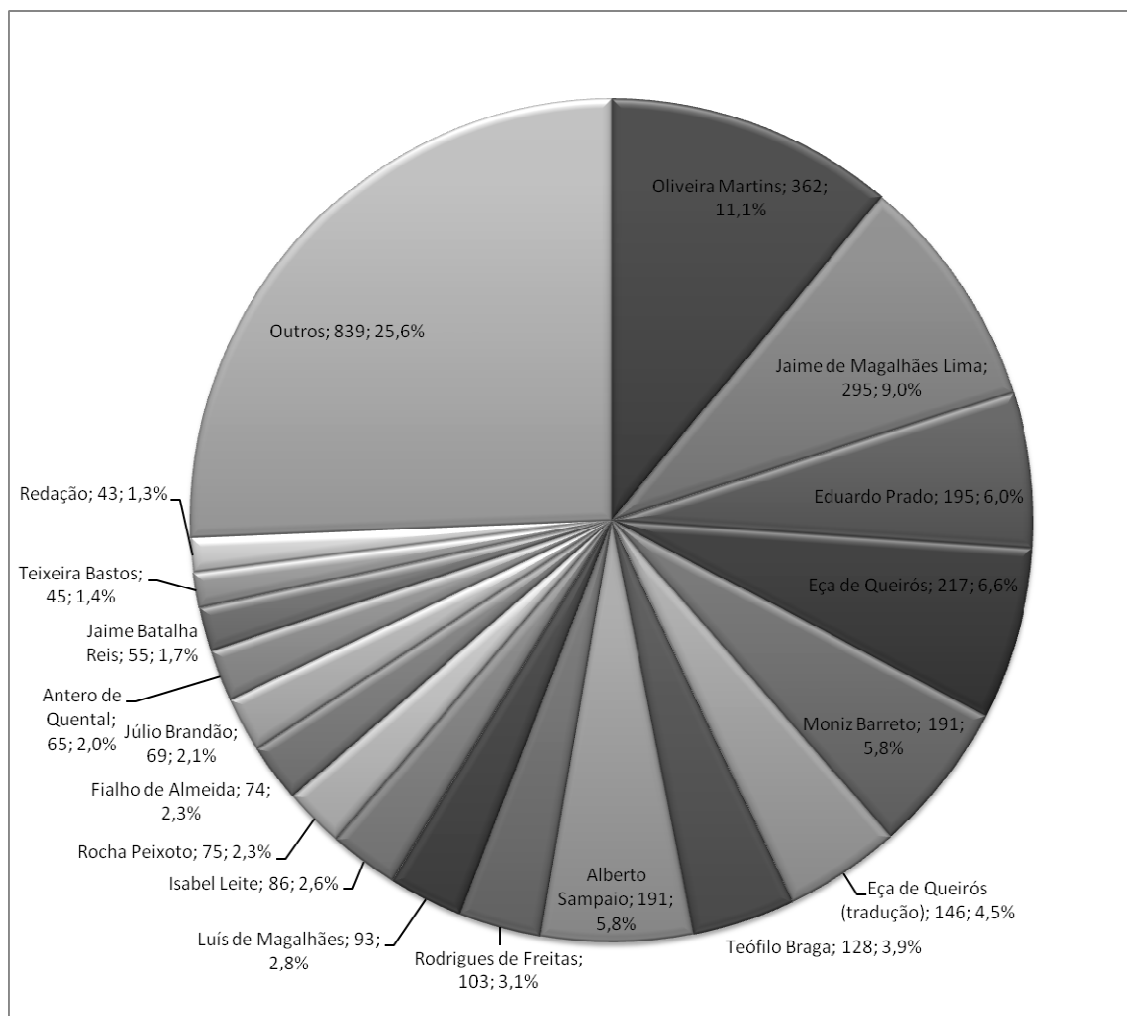
## Anexo II - Temas

Temas: número páginas / percentagem total



## Anexo III- Autores

Autores: número páginas / percentagem total



Anexo IV – Jornal *O tempo*

N.º 70	LISBOA — QUINTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1889	ANNO I
CARLOS LOBO D'AVILA DIRECTOR	<b>O TEMPO</b>	ALBINO DE LACERDA ADMINISTRADOR
REDAÇÃO 45, RUA SERPA PINTO, 45		ADMINISTRAÇÃO 45, RUA SERPA PINTO, 45
Numero avulso, 10 réis		Numero telephonic, 200

**NOTÍCIAS****Revista de Portugal**

Recebemos hoje o prospecto da *Revista de Portugal*, que se publicará brevemente, e que se annuncia nas mais brilhantes e auspiciosas condições. E' seu director o eminente escriptor Eça de Queiroz, e a lista dos seus collaboradores effectivos é a seguinte: Anthero do Quental, Anselmo d'Andrade, Antonio Candido, Antonio Ennes, Antonio de Serpa, Alberto Sampaio, Bernardo Pindella, Bruno (J. Pereira de Sampaio), Bento Moreno (Teixeira de Queiroz), conde do Casal Ribeiro, conde de Fçalho, conde de Sabugosa, coronel Mesquita de Carvalho, Carlos Lobo d'Avila, Carlos Mayer, Fialho d'Almeida, Fernando Leal, Fernando Maia, Guerra Junqueiro, Jayme Batalha Reis, Jayme Moniz, Jayme de Séguier, Jayme de Magalhães Lima, José de Sousa Monteiro, João de Deus, Julio de Vilhena, Henrique de Macedo, Luciano Cordeiro, Luiz de Ma-

galhães, D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, Miguel d'Antas, Moniz Barreto, Mariano Pina, Oliveira Martins, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Rodrigues de Freitas e Theophilo Braga.

A *Revista* comprehenderá as seguintes secções:

- I — Actualidades. Biographia.
- II — Romances, Contos (originaes).
- III — Historia, Philosophia, Exegese, Economia, Pedagogia: Sciencias naturaes.
- IV — Poesia.
- V — Agricultura, Ecozoomia rural, Hygiene: Legislação, Administração: Serviços publicos, assumptos coloniaes, militares e navaes.
- VI — Critica Litteraria: Historia Litteraria: Arte, Esthetica.
- VII — Litteratura estrangeira (Romance, Drama, Memorias, Correspondencias).
- VIII — O movimento de Paris, Londres, Madrid, Berlin, Roma, Rio de Janeiro: Viagens, Missões, Explorações.
- IX — «Chronica do Luxo e da Moda»: «Notas do Mez»: Sociedade e Costumes: Theatro.
- X — Chronica politica.
- XI — Chronica financeira.
- XII — «Lettre pour L'Etranger».

O aspecto material da *Revista*, de que o prospecto dá uma perfeita idéa, é muito nitido e elegante. Deve ter o maior exito esta esplendida publicação, de que tanto careciamos entre nós e são dignos dos maiores elogios os intelligentes editores Lugan & Genelioux pela empreza que vão tentar.

Amanhã publicaremos, na nossa secção litteraria, alguns excerptos do programma da *Revista*, que está admiravelmente pensado e magistralmente escripto.



CARLOS LOBO D'ÁVILA  
DIRECTOR

REDAÇÃO  
45, RUA SERRA PINTO, 45

Numero avulso, 10 réis

ALBINO DE LACERDA  
ADMINISTRADOR

ADMINISTRAÇÃO  
45, RUA SERRA PINTO, 45

Numero telefonico, 200

# O TEMPO

## SCIENCIAS & LETTRAS

### REVISTA DE PORTUGAL

Conforme hontem promettemos, damos em seguida o brilhante programma da nova Revista, que vae publicar-se sob a direcção de Eça de Queiroz:

I

«Portugal é actualmente na Europa o unico paiz que não possue uma Revista.—Uma Publicação onde, além de se apresentarem crenças da imaginação no Romance e na Poesia, resultados da investigação na Sciencia e na Historia, trabalhos de Critica litteraria e de Critica artistica, se estudem, com desenvolvimento e adequada competencia, os assumptos que genericamente se prendem com a Política, com a Economia, com as Instituições, com os Costumes, com todas as manifestações d'um organismo social.

Sob o typo de *Revistas*, duas ou tres publicações entre nós circulam, é certo, muito valiosas e muito autorisadas; mas, por isso mesmo que não transpõem programas especiaes, não actuaem sobre o vasto Publico, nem satisfizesem todas as curiosidades intellectuaes que uma cultura crescente torna felizmente cada dia mais largas e multipas. De sorte que, entre estas Publicações de natureza restricta e os jornaes, diaria e militantemente absorvidos na informação e na polemica—desde muito existia um espaço vazio e apropriado para uma Revista que, além de fornecer ás Lettras um novo meio de popularisação estável e congenere com a sua dignidade, tomasse conjuntamente sobre si o exame da nossa Sociedade—das obras que n'ella se formam, dos homens que n'ella destacam, dos factos que n'ella dominam, dos problemas que n'ella pesam, das tendencias que n'ella se agitam. A *Revista de Portugal*, tenta preencher este logar responsavel e grave.

II

A utilidade de uma Revista no nosso meio está amplamente comprovada—logo que se considerem os inconvenientes positivos que da sua falta tem resultado para o nosso progresso intellectual e moral.

Uma Revista, organizada conforme o typo que por toda a parte a popularidade consagrou, é uma publicação que offerece nas suas paginas (para enumerar apenas os generos mais facilmente classificaveis) produções originaes no Romance e na Poesia; Critica litteraria, artistica e dramatica; estudos de Historia, de Philosophia, de Sociologia, de Economia, de Pedagogia; memorias scientificas; biographias; relações de viagem e de costumes; apreciações dos actos legislativos e administrativos; analyse dos problemas nacionaes;

commentarios do estado politico.—Ora todos estes trabalhos, e as idéas, os factos ou as obras sobre que elles versam, são para o Publico d'uma importancia individual e directa: d'elles dependem a educação do seu espirito, por vezes os interesses da sua existencia; e o Publico é portanto prejudicado quando, pela falta d'uma Revista onde de eses trabalhos se produzem, não possa aproveitar do ensino, do conselho e da luz que elles contemham.

Assim na obra de Romance e de Poesia tem resultado da não-existencia d'uma Revista que muita d'essa produção superior fica incompleta ou inedita, porque os seus auctores, sobretudo quando são novos e se estreiam, se encontram para penetrar na Publicidade—entre o Livro e o seu cortejo quasi insuperavel de difficuldades editoriaes, e o Jornal com a sua estreiteza, a sua promiscuidade, a desalentada perspectiva da sua vida ephemera. Identico obstaculo se oppõe á produção de trabalhos historicos, philosophicos, scientificos, narrações de viagens, biographias, que, não abrangendo pela sua natureza a extensão do volume, não cabem tambem na estritura do jornal, nem acham n'elle um logar congenere e digno. E assim, com detrimento das Lettras e do Publico que as cultiva, toda uma valiosa actividade fica embarçada e muda pela carencia d'uma Revista.

Com essa carencia tem consideravelmente soffrido tambem a Critica litteraria que até hoje nunca em Portugal possuir um orgão proprio através do qual exercea a sua função—forçada a asyiar-se nas columnas dos jornaes onde vae ganhando nocivos habitos de ligeizeza e de improvisação. D'aqui provém que a Critica entre nós nunca pôde eficazmente penetrar nos habitos litterarios, nem captivar a estima geral. Obras que no estrangeiro vao ser estudadas, apreciadas, traductas—passam entre nós através da Imprensa, sem outra menção além da fugidias linhas que annunciam o formato e o preço. Ora nenhuma influencia mais esterilizadora do que a que exerce sobre o obreiro da intelligencia, principalmente quando elle é novo, este frio silencio, para durar e subir sempre, precisa ser alimentada por amplas correntes de sympathia. Por outro lado esta suppressão da função critica, reguladora e ponderadora, que, sem tolher as vivas originalidades, mantinha os espiritos na linha justa impedindo que os de natureza exuberante se disperssem na extravagancia e os de natureza comulida se potricassem na rotina—é uma das causas mais directas da marcha intellectual em que uma Litteratura por vees se transvia e cae. E n'ella o Publico termina por cair e transviar-se tambem, logo que por muito tempo lhe falte essa direcção que incessantemente aha e eleva o gosto.

No exame da obra legislativa, da obra administrativa, evolucion politica, dos problemas economicos e sociais, tem sido paralelamente sensível a falta d'uma Revista—pois que este exame está abandonado ao Jornalismo diario, onde elle tem inevitavelmente de ser improvisado, sem vagues da reflexão, sem apoio de documentação, por um ou dois Jornalistas, sempre os mesmos, que, por mais lata que seja a sua cultura não podem penetrar e possuir todas as especialidades, e por mais recta que seja a sua consciencia não podem inteiramente desprender-se da solidariedade e disciplina do partido. Assim no meio das nossas discussões politicas, tão constantes e clamorosas, tem faltado, com uma Revista, esse logar levantado e sereno, onde, lentamente e maduramente, cercadas de documentos e providas de especial saber, se estabeleçam para o julgamento das coisas a Razão e a Experiencia. E com essa falta que difficulta o possivel apuramento da verdade, tem padecido as questões, e os interesses que a ellas se prendem, publicos ou individuais.

Na nossa communicação com a Sciencia e o Pensamento das nações estrangeiras, tão importante para quem, como nós, é d'elles profundamente tributario, tem sido de incessante desvantagem a não existencia d'uma Revista, que, alargando para além da França (nossa exclusiva escola e unico soccorro do nosso espirito) as fontes das noções e das emoções, nos faça aproveitar do que as duas grandes nações pensantes, a Inglaterra e a Alemanha (outras ainda, mesmo a nossa vizinha e progressiva Hespanha) tão desconhecidas todas entre nós, tem mais recentemente produzido no exercicio das Lettras, e obtido na conquista da erudição. Por outro lado, se uma Revista é necessaria para trazer a Portugal o ensino da terra alheia, igualmente é mais urgente-

mente a necessitamos para levar ao estrangeiro alguma noticia do nosso proprio movimento intellectual, concentrando-lhe as feições essenciaes z um volume que periodicamente penetre e se espalhe nos centros activos da cultura europea.

Para os Escriptores, mais directamente, tem da falta de uma Revista resultado esta desunião moral e intellectual que os tras dispersos, como divorciados, possuindo dos escriptos uns dos outros um conhecimento pouco extenso, formando da valia uns dos outros um juizo pouco correcto, privado de fecundo estimulo que nasce da muita aproximação dos trabalhos desajustados da inspiradora suggestão que brota da constante permannção das idéas, sem acção e sem influencia como classe—e inhabéis, portanto, para communicar á Litteratura essa força civilisadora, que só pôde surgir da diversidade das intelligencias laborando em harmonia, e convergendo para um fim commum e synthetico.

E emfim: o Publico, pela ausencia d'uma Revista que periodicamente vá registrando a vida nacional nas suas diversas evoluções, não tem possuido o unico meio de seguramente computar a valia ou a inutilidade do esforço colectivo. Só por meio d'uma Revista, onde gradualmente se foi depositando a produção intellectual do paiz, e deixou exacto vestigio a sua actividade politica e economica, se pode ao cabo de um periodo calcular quas foram, na vida nacional, as acquisições, as paragens, os retrocessos, os progressos. Já um escriptor inglez disse que as *Revistas* inglezas habilitavam a Inglaterra a dar annualmente o «balanço á sua civilisação». D'esse balanço sae a mais salutar das lições, a mais eficaz das regras. E assim uma Revista pode verdaderamente operar como a consciencia escripta d'uma nação.

Em summa:—abrir um espaço e accessivel meio de publicidaé á produção litteraria;

Crear um orgão especial e professional de Critica, onde essa função educadora se exerça com autoridade e segurança;

Organisar uma perenne e methodica transfusão do saber e do pensar das nações estrangeiras;

Formar um resumo do nosso movimento intellectual que torne praticavel á Critica estrangeira á apreciação dos nossos homens, das nossas obras, das nossas tendencias, e nos dê entre as nações litterarias o logar mesquinho ou largo que mereçamos occupar;

Estabelecer um centro intellectual onde os escriptores moralmente vivam uns com outros em mais estreita communição;

Fundar um registro permanente da nossa actividade em todos os ramos, que nos permita termos, o mais exacta e visível que ser possa, a consciencia de nós mesmos;

Taes são os fins da *Revista de Portugal*. E os mesmos dizer que elles são patrioticos.

## III

Para realizar estes fins tem a *Revista de Portugal* doze Secções, umas permanentes, conservando a sua ordem e as suas proporções,—outras variáveis, offerecendo ás curiosidades intelligentes alternadamente, em harmonia rotação, séries completas de estudos diversos sobre os factos da Sociedade e da Natreza.

A Secção I, mais especialmente affectada pela indole periodica da Publicação, é destinada a todos os artigos inclassificados, momentaneamente impostos pela viva urgencia d'uma questão ou pelo absorvente interesse d'um excepcional successo. E esta Secção será ainda aproveitada, com frequencia, para estudos biographicos de homens eminentes de Portugal, do Brazil, d'outras nações —acompanhados, conforme o uso das modernas Revistas inglezas e americanas, de retratos, superiormente gravados em Paris ou em Londres.

A Secção II, é consagrada a Romances, Novellas e Contos originaes, dos escriptores que mais se tem illustrado entre nós n'esta forma tão popular da Arte—e d'aquelles ainda que n'ella se venham a estrear com talento e originalidade.

A Secção III, pertence aos trabalhos de Historia, de Philosphia, de Sociologia, de Pedagogia, etc. N'ella serão apresentados tambem estudos de Sciencias natraes, tratados n'aquella altura de generalisação, mais facilmente assimilavel, e accommodada ao Publico que não tem o livre vagar nem o interesse do detalhe e da especialidade.

A Secção IV, é occupada pela Poesia. Ahi encontrará o Publico os mais altos poetas contemporaneos de Portugal e do Brazil, e terá o prazer delicado de assistir na estreia dos novos ao desenvolvimento da força poetica das duas nações. A demais, n'esta secção, a *Revista* procurará, por meio de finas e artisticas traducções, tornar conhecidos e estimados os poetas modernos de Inglaterra, da Allemanha, da America, da Russia, da Italia, tão ignorados ainda entre nós que (para citar somente a Inglaterra) nem quasi os nomes sabemos de Tennyson, de Swinburne, de Isabel Browning, de Robert Browning, de Morris, de Rosetti, de Arnold, de Alfred Austin, de Trench, de Gosse, de Aubrey Vere, de Henley, de tantos outros que formam a gloriosa e incomparavel Pleiade Poetica da era Victoriana.

A Secção V, é votada alternadamente a trabalhos sobre Agricultura, Economia rural e Hygiene; sobre actos de legislação e de administração; sobre o funcionamento dos serviços publicos; sobre assumptos colonias, militares e navaes;—sobre tudo enfim que mais praticamente se liga com a vida da nação.

A Secção VI, é de Critica litteraria. Analyses das obras mais importantes que apparecerem em Portugal, no Brazil, e no Estrangeiro; estudos de Historia litteraria; trabalhos desenvolvidos sobre as litteraturas classicas e modernas da Europa, terão o seu logar n'esta secção—completada por um Quadro Bibliographico dos livros publicados ao decurso do mez.

A Secção VII, é reservada á traducção das obras contemporaneas estrangeiras, de mais elevado valor, que melhor representem evoluções e formas d'Arte no Romance e no Drama, ou novas correntes de pensamento na Philosphia, na Historia e na critica;—assim como Memorias e Correspondencias curiosas pelas personalidades ou epochas de que emanam, e instructivas como documentação da Historia politica ou litteraria. Em certos casos (como nos trabalhos de Historia, Critica, Memorias ou Correspondencias) estas obras serão reproduzidas por meio de copiosas extractas, onde se retenha o que ellas de mais essencial contem ou de mais interessante. No caso de obras d'arte, como Romance ou Drama, serão apresentadas em traducções do mais alto apuro litterario.

A secção VIII dará por turnos Correspondencias de Paris, de Londres, de Berlin, de Madrid, do Rio de Janeiro, retratando o movimento d'essas capitães nas Lettras, nas Sciencias, na Politica, no Theatro, na Sociedade, em tudo quanto

pinte os traços distinctivos das suas civilizações. A esta secção pertencem egualmente as narrações de viagens, de missões, de explorações geographicas, emprehendidas por Portuguezes e por Estrangeiros.

A Secção IX que tem o titulo de Chronica do Luxo e da Moda, não é das que frequentemente se encontram n'uma Revista. Aquillo porém a que chamamos «a Sociedade» tem incontestavelmente entre nós muita penetrante e crescente influencia sobre a Litteratura, a Arte, a Politica, os Costumes.—E portanto o exame é notação do seu modo de ser não se podiam omitir n'uma Publicação que mais que tudo pretende representar nas suas paginas todas as modalidades da nossa existencia nacional.

A Secção X é occupada pela *Chronica Politica*, e esta mera designação basta a explicar-lhe a natureza;—assim como a Secção XI está sufficientemente definida pelo seu nome de *Chronica Financiera*.

Finalmente a Secção XII firma como uma recopilação da *Revista*, Escripta em francez, sob o titulo de *Lettre pour l'Etranger*, e destinada particularmente aos centros em que a nossa lingua é totalmente ignorada, ella resume o quadro periodico da nossa actividade litteraria, politica, critica, scientifica, artistica e social, com o intuito de tornar pouco a pouco mais conhecidos e com mais exactidão apreciados pelo Estrangeiro os hom'ns, as obras e as coisas de Portugal.

## IV

A *Revista de Portugal*, sendo portugueza, é tambem implicitamente brasileira—e para a leitura dos dois povos que habitam os dois solos foi ella desde principio creada. Se, como se tem affirmado com razão, na lingua verdadeiramente está a nacionalidade—duas nações que põem a sua Ideia no mesmo Verbo formam para os supremos effeitos da civilisação uma nação unica. Na esphera das Lettras tudo o que uma produza se torna logo pela lingua common a ambas, como acquisição, acrescimo de riqueza litteraria. Entre os phenomenos da vida social de cada uma a lingua estabelece a mais subtil e forte solidariedade. E as proprias divergencias de interesses tem, na lingua em que são debatidas, uma secreta e intima influencia tendendo sempre a attenuar-lhes as asperezas, a fundil-as n'um todo de superior concordia.

E' no Brazil que os nossos homens encontram um mais exacto e completo apreço; é no Brazil que os factos da nossa sociedade inspiram um mais intenso e directo interesse; é no Brazil que as obras do nosso espirito recebem um mais franco e caloroso acolhimento.—Por outro lado nada do que o Brazil faz, pensa, diz e produz nos pôde ser alheio ou indifferente. Estudar o Brazil nas complexas manifestações da sua actividade é ainda estudar-nos a nós mesmos. E se uma Revista, escripta em lingua portugueza, não contivesse o exame das idéas, das obras, dos factos do outro povo que falla a nossa lingua—seria lamentavelmente incompleta para Portugal, que ficaria assim privado de assistir, n'um quadro concentrado e facil de abranger, a tudo quanto faz e pensa a outra metade de si mesmo que vive para além do mar.

Por isso na *Revista de Portugal* se acharão, parallelos aos nossos, os trabalhos dos melhores escriptores brasileiros; as noticias e estudos sobre os homens e as coisas do Brazil serão tão minuciosos e desenvolvidos como sobre os de Portugal;—é um poderoso meio assim se offerece de tornar mais patentes um ao outro os dois povos, avivando o congenito interesse que um pelo outro nutrem, completando a união affectiva pela alliança intellectual, e cimentando o velho e solido nexo economico por uma nova e fecunda collaboraço litteraria.

## V

Taes são, enunciados, com a concisão de um Programma, os intuitos da *Revista de Portugal*—e a organização pela qual se pretende obter-lhes realizaçáo e efficacia. Ao Publico de Portugal e do Brazil resta agora dar ou negar aquelle apoio e coadjuvaço material, sem a qual, n'uma Publicação, os mais nobres intuitos, como a mais apta organização, permanecem estereis á maneira de uma semente que caiu na rocha dura.

Se o Publico acudir a sustentar esta obra, ella poderá desenvolver-se, e actuar como um fecundo factor de educaço. Se o Publico se recusar, a nossa obra tem de deperrecer e desaparecer—deixando de novo reinar, por sobre tanta coisa que necessitava ser attendida e alumiada, a escuidão e a indifferença.

Uma numerosa e illustre pleiade de espiritos, a mais bem dotada e brilhante que jamais reuniu uma Publicação em Portugal, prepara-se a affirmar periodicamente a vitalidade e o valor do nosso paiz na ordem do pensamento e do saber. Vae ella sentir no Publico uma vasta e quente repercussão de sympathia—ou entrar apenas em tomo retraimento e mudez?

Uma nação só vive porque pensa—*cogitat ergo est*. A nação que, nas coisas da intelligencia, se mostra morta, ou que a cada esforço que em prol d'ella se tenta para a mostrar viva responde com o desdenr inutilizando voluntariamente esse esforço e dando-se publicamente a attitude de morte—convida tacitamente as outras a que a tratem como um cadaver que se despreza na computação das forças vivas, e que um dia, quando melhor convenha ás que mais podem por que mais pensam, sem escrúpulos se pisa e se retalha.»



---

**Contactos:**

Universidade de Évora  
**Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA**  
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94  
7002-554 Évora | Portugal  
Tel: (+351) 266 706 581  
Fax: (+351) 266 744 677  
*email: [iifa@uevora.pt](mailto:iifa@uevora.pt)*